

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-graduação em Administração

**A REVISÃO POR PARES A PARTIR DA CONTRIBUIÇÃO
DA HERMENÊUTICA DE GADAMER:
um estudo em revistas de Administração do Brasil e da Colômbia**

Douglas Cabral Dantas

Belo Horizonte / MG

2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-graduação em Administração

**A REVISÃO POR PARES A PARTIR DA CONTRIBUIÇÃO
DA HERMENÊUTICA DE GADAMER:
um estudo em revistas de Administração do Brasil e da Colômbia**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Patrus Mundin Pena

Belo Horizonte / MG

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Dantas, Douglas Cabral

D192r A revisão por pares a partir da contribuição da hermenêutica de gadamer:
um estudo em revistas de administração do Brasil e da Colômbia / Douglas
Cabral Dantas. Belo Horizonte, 2014.
227 f.: il.

Orientador: Roberto Patrus Múndin Pena

Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Administração.

1. Gadamer, Hans-Georg - Crítica e interpretação. 2. Aconselhamento entre
grupos de pares. 3. Hermenêutica. 4. Administração – Periódicos – Análise. I.
Pena, Roberto Patrus Múndin. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 658

Douglas Cabral Dantas

**A REVISÃO POR PARES A PARTIR DA CONTRIBUIÇÃO DA HERMENÊUTICA
DE GADAMER: um estudo em revistas de Administração do Brasil e da Colômbia**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Administração da Pontifícia Universidade Católica
de Minas Gerais, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador *Prof. Dr. Roberto Patrus*
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais / Fundação Dom Cabral

Prof. Dr. Iván Toro Darío Jaramillo
Universidad de Medellín – Colômbia

Prof. Dr. Anielson da Silva Barbosa
Universidade Federal da Paraíba

Profa. Dra. Liliane de Oliveira Guimarães
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/ Fundação Dom Cabral

Prof. Dr. Rodrigo Baroni de Carvalho
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/ Fundação Dom Cabral

Belo Horizonte, 21 de julho de 2014.

AGRADECIMENTOS

“E aprendi que se depende sempre / De tanta, muita, diferente gente/ Toda pessoa sempre é as marcas/ das lições diárias de outras tantas pessoas/ E é tão bonito quando a gente entende / Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá/ E é tão bonito quando a gente sente / Que nunca está sozinho por mais que pense estar.” (Gonzaguinha)

Os versos acima, emprestados da música Caminhos do Coração, dizem dos meus sentimentos e motivações neste momento. Não foi fácil chegar até aqui. No entanto, a alegria desta conquista é muito, muito maior. Eu a compartilho com tantas e tantos que estiveram e ainda estão presentes na minha vida pessoal e acadêmica: no âmbito institucional, com o meu orientador, o Programa de Pós-graduação em Administração e o Departamento de Filosofia e Teologia da PUC Minas; no âmbito pessoal, com meus familiares, irmãos na fé e amigos. Não me arrisco a citar nomes para não me esquecer de alguém importante. Acredito que sozinho, por meus próprios meios, sem os estímulos e oportunidades com que fui presenteado, não teria dado conta do desafio. O mérito é nosso!

Agradeço também à Capes pela bolsa concedida através do projeto Pro-Administração e das oportunidades que esse Projeto me proporcionou de participar de congressos, realizar um intercâmbio no Canadá e uma missão de estudos na Colômbia, em colaboração com outro edital da Capes, o Colciencias.

Dentre tantos aprendizados, um dos mais importantes é que o Doutorado é muito mais do que a Tese, requisito parcial para a obtenção do título. Aprendi isto, sobretudo, com o Roberto Patrus, pela experiência de solidariedade acadêmica que ele testemunha, e através da cultura do PPGA. É este o ar que respiramos. A experiência de um Doutorado, sobretudo quando somos acompanhados com colegialidade e profissionalismo, é ímpar. Assim contribuíram a parceria com professores e colegas mestrandos e doutorandos (particularmente Anderson Cruvinel e Helena Shigaki); o grupo de pesquisa (GEPEAD); o apoio e carinho da equipe da secretaria do Programa; o intercâmbio na HEC de Montreal, Canadá, à convite do prof. Alain Chanlat; a acolhida recebida pela editoria das revistas RAE (São Paulo) e Semestre Económico (Medellín – Colômbia); a amizade e orientação do professor Iván Darío Toro Jaramillo, da Universidade de Medellín; a participação no ENANPAD de 2012 e no ENEPQ de 2013; o apoio incondicional do Departamento de Filosofia e Teologia da PUC Minas e, mais recentemente, o amor gratuito de familiares e amigos no tempo da doença. Acredito ser melhor pessoa e profissional ao término desta etapa da minha vida. Como dizia Guimarães Rosa: “... o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.

Como creio que esse tempo de maturação foi também manifestação do amor e providência de Deus, eu Lhe agradeço e peço que me dê discernimento e sabedoria para colocar este aprendizado de vida (que continua!) a serviço de uma sociedade mais justa e fraterna.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi investigar os aportes e limites da avaliação de artigos científicos na área de Administração, à luz da Hermenêutica de Gadamer. Nossa Tese é a de que não há objetividade e nem subjetividade absolutas no processo de avaliação de artigos científicos na área de Administração, à luz da hermenêutica gadameriana, particularmente a partir das categorias de fusão de horizontes e autoridade da tradição do leitor-intérprete. O principal pressuposto para esta afirmação é o de que a identificação da relevância do artigo depende da Postura Hermenêutica, conceito cunhado a partir da Tese, do revisor, que prevenirá o comprometimento de subjetivismos e preconceitos nocivos. A abordagem do estudo foi qualitativa, tendo como procedimento metodológico principal a Análise de Conteúdo Direta. Foram pesquisadas duas revistas da área da Administração, uma brasileira, a Revista de Administração de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo; e uma colombiana, a Semestre Económico, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de Medellín. As unidades de análise escolhidas foram os critérios de avaliação de artigos divulgados no endereço eletrônico das revistas e pareceres elaborados por revisores destas mesmas Revistas no 1º. Semestre de 2012. Os limites identificados no processo de avaliação de artigos científicos foram principalmente que: (i) o editor também está sujeito a preconceitos que podem comprometer a transparência e a justiça do processo; (ii) a insuficiência e imprecisão de critérios de avaliação do artigo por parte da revista fragilizam o processo; (iii) o cuidado formal da revista é suficiente para rejeitar artigos mal escritos, mas não suficiente para avaliar artigos relevantes para a área; e (iv) não há possibilidade de total convergência entre revisores de um mesmo artigo, pois seus preconceitos são diferentes e a fusão de horizontes decorrente do encontro entre o texto e o intérprete-revisor tende a ser também distinta. Já os principais aportes da pesquisa dizem respeito: (i) a clareza e abrangência dos critérios de avaliação das revistas favorecem a Postura Hermenêutica do revisor; (ii) a identificação da relevância do artigo depende da Postura Hermenêutica do revisor que prevenirá a intervenção de subjetivismos nocivos; (iii) a contribuição dos revisores para além dos critérios de avaliação prescritos pelas revistas se dá no âmbito das observações e recomendações que fazem para os autores dos artigos; e (iv) a Postura Hermenêutica fornece parâmetros atitudinais para repensar a competência e a qualidade do processo de avaliação de artigos científicos pelo revisor.

Palavras-chave: Revisão por Pares. Hermenêutica. Gadamer. Postura Hermenêutica.

ABSTRACT

The objective of this research was to investigate the contributions and limits of the evaluation of scientific articles in the field of Administration, by the perspective of Gadamer's Hermeneutics. Our assumption is that there is neither absolute objectivity nor subjectivity in the review process of scientific articles in the field of Administration, based on Gadamer's Hermeneutics, particularly from the categories of fusion of horizons and tradition authority of the reader-interpreter. The main assumption behind this assertion is that the identification of the relevance of the article depends on the Hermeneutic Posture, a concept emerged from the Thesis, the reviewer, which will prevent compromising subjectivism as well as harmful prejudices. The approach of this study was qualitative, with Direct Content Analysis being the primary methodological procedure. Two journals in the field of Administration were researched: a Brazilian one, “Revista de Administração de Empresas” by Getúlio Vargas Foundation; and a Colombian one, “Semestre Económico”, by the Economics and Administration Sciences University of Medellín. The chosen units of analysis were the evaluation criteria for articles published in the electronic address of the journals and opinions prepared by reviewers of these same journals in the 1st semester of 2012. The limits identified in the review of scientific articles were mainly: (i) the publisher is also subject to prejudices that can compromise transparency and fairness in the review process; (ii) the insufficiency and imprecision of the evaluation criteria adopted by the journals weaken the process; (iii) the formal care taken by the journals is sufficient to reject poorly written articles, but not enough to review articles relevant to the area; and (iv) there is no possibility of full convergence among reviewers of a same article, since their prejudices differ and the fusion of horizons resulting from the encounter between the text and the interpreter-reviewer also tends to be distinct. The main findings of this research were: (i) the clarity and comprehensiveness of the evaluation criteria adopted by the journals favor a Hermeneutic Posture by the reviewers; (ii) identifying the relevance of the article depends on a Hermeneutic Posture by the reviewer, which will prevent the interference of harmful subjectivism; (iii) the contribution of the reviewers beyond the evaluation criteria prescribed by the journals is given through their remarks and the recommendations they make to the authors of the articles; and (iv) a Hermeneutic Posture provides the reviewer with attitudinal parameters to rethink the competency and quality of the process of review of scientific articles.

Key words: Peer Review. Hermeneutics. Gadamer. Hermeneutic Posture.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1: Modelo dos Paradigmas Sociológicos de Burrell e Morgan | 31 |
| Tabela 2: Modelos de Editoria de Revistas..... | 52 |
| Tabela 3: Passo-a-passo dos procedimentos metodológicos..... | 113 |
| Tabela 4: Categorias de avaliação utilizadas nos pareceres de artigos da RAE..... | 118 |
| Tabela 5: Formulário de Avaliação Preliminar do Editor Científico da RAE..... | 127 |
| Tabela 6: Formulário de Avaliação do Revisor da RAE..... | 128 |
| Tabela 7: Formulário (adaptado) de Reavaliação do Editor Científico da ERA..... | 129 |
| Tabela 8: Categorias de Avaliação de Artigos da RAE (Domínio Público)..... | 131 |
| Tabela 9: Macrocategorias de Avaliação de Artigos da RAE (Domínio Público)..... | 132 |
| Tabela 10: Categorias de Avaliação de Artigos da RAE (Acesso Restrito)..... | 133 |
| Tabela 11: Categorias de Avaliação de Artigos da RAE (Critérios de Domínio Público e de Acesso Restrito)..... | 134 |
| Tabela 12: Macrocategorias de Avaliação de Artigos da RAE (Domínio Público e Acesso Restrito)..... | 136 |
| Tabela 13: Critérios e Subcategorias de Avaliação de Artigos da Revista Semestre Económico (Acesso Restrito)..... | 139 |
| Tabela 14: Categorias e Subcategorias de Avaliação de Artigos da Revista Semestre Económico.... | 139 |
| Tabela 15: Macrocategorias de Avaliação de Artigos da Revista <i>Semestre Económico</i> | 140 |
| Tabela 16: Pareceres analisados da RAE..... | 141 |
| Tabela 17: Artigos e Grau de Convergência das Categorias Utilizadas pelos revisores..... | 142 |
| Tabela 18: Macrocategorias de Avaliação dos Artigos Utilizadas pelos Revisores da RAE (Elementos Generalizáveis)..... | 145 |
| Tabela 19: Macrocategorias de Avaliação dos Artigos pelos Revisores da RAE (Elementos Específicos)..... | 146 |
| Tabela 20: Pareceres Analisados da Revista <i>Semestre Económico</i> | 147 |
| Tabela 21: Macrocategorias de avaliação dos artigos da Revista <i>Semestre Económico</i> (Elementos Generalizáveis)..... | 148 |
| Tabela 22: Macrocategorias de avaliação de artigos da <i>Semestre Económico</i> (Elementos Específicos)..... | 149 |
| Tabela 23: Macrocategorias de Avaliação dos Artigos da RAE – Comparativo entre Revista e Revisores (Elementos Generalizáveis e Critérios Analíticos)..... | 150 |
| Tabela 24: Macrocategorias de Avaliação dos Artigos da RAE – Comparativo entre Revista e Revisores (Elementos Generalizáveis e Critérios Globais)..... | 150 |
| Tabela 25: Macrocategorias de Avaliação dos Artigos da RAE – Comparativo entre Revista e Revisores (Elementos Específicos e Critérios Analíticos)..... | 152 |
| Tabela 26: Macrocategorias de Avaliação dos Artigos da RAE – Comparativo entre Revista e Revisores (Elementos Específicos e Critérios Globais)..... | 152 |
| Tabela 27: Macrocategorias de Avaliação de Artigos (Elementos Generalizáveis e Critérios Analíticos)..... | 154 |
| Tabela 28: Macrocategorias de Avaliação de Artigos (Elementos Generalizáveis e Critérios Globais)..... | 155 |
| Tabela 29: Macrocategorias de Avaliação de Artigos (Elementos Específicos e Critérios Analíticos)..... | 155 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 30: Macrocategorias de Avaliação de Artigos (Elementos Específicos e Critérios Globais).. | 156 |
| Tabela 31: Comparativo de macrocategorias de Avaliação (Elementos Generalizáveis – Revistas).. | 158 |
| Tabela 32: Comparativo de macrocategorias de Avaliação (Elementos Específicos – Revistas)..... | 160 |
| Tabela 33: Comparativo de Macrocategorias de Avaliação (Elementos Específicos / Pareceres)..... | 161 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AACSB** – *Association to Advance Collegiate Schools of Business*
AC – Análise de Conteúdo
ACD – Análise de Conteúdo Direta
AHCI – *Arts and Humanities Citation Index*
ANGRAD – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração
ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração
BMJ – *British Medical Journal*
BOAI – *Budapest Open Access Initiative*
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CIMA – *Center for International Media Assistance*
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRS – *Centre National de la Recherche Scientifique*
COPE – *Committee on Publications Ethics*
EAESP / FGV – Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas
EnANPAD – Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
EnEPQ – Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEA / USP – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
FECAP – Centro Universitário Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FMUSP – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
GEPEAD – Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Administração e Didática
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
ICMJE – *International Committee of Medical Journal Editors*
ISI – *Institute for Scientific Information*
JAMA – *Journal of American Medical Association*
JCR – *Journal of Citation Reports*
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
O&S – Revista Organizações & Sociedade
OAI – *Open Archives Initiative*
OJS – *Open Journal Systems*
PPGA – Programa de Pós Graduação em Administração da PUC Minas
Project HOPE – *High Blood Pressure Open Public Education*
RAE – Revista de Administração de Empresas
RAEP – Revista de Administração: Ensino e Pesquisa
RAUSP – Revista de Administração da Universidade de São Paulo
RBGN – Revista Brasileira de Gestão de Negócios
REMARK – Revista Brasileira de Marketing

RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCI – *Science Citation Index*
SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SGQ – Sistema de Gestão de Qualidade
SSCI – *Social Sciences Citation Index*
TAC – Tecnologias de Administração e Contabilidade
UdeM – *Universidad de Medellín*
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNINOVE – Universidade Nove de Julho
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 14 |
| 1.1 Problema de Pesquisa | 18 |
| 1.2 Justificativa da Pesquisa | 21 |
| 1.3 Abordagem Epistemológica | 29 |
| 1.4 Objetivos da Pesquisa | 33 |
| | |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 35 |
| 2.1 Avaliação de Artigos em Revistas Científica | 35 |
| 2.1.1 <i>Qualidade das revistas e o fator de impacto</i> | 36 |
| 2.1.2 <i>Modelos de editoria de revistas</i> | 49 |
| 2.1.3 <i>O revisor: perfil e atribuições</i> | 56 |
| 2.1.4 <i>O editor: perfil e atribuições</i> | 59 |
| 2.2 A avaliação por pares | 63 |
| 2.2.1 <i>Origens históricas da avaliação por pares</i> | 67 |
| 2.2.2 <i>Controvérsias em torno do processo de avaliação por pares</i> | 71 |
| 2.3 A Avaliação do Texto Científico à luz da Ciência Hermenêutica | 82 |
| 2.3.1 <i>Hermenêutica: conceitos e aplicações</i> | 82 |
| 2.3.2 <i>A Hermenêutica Filosófica de Gadamer</i> | 85 |
| 2.3.2.1 A fusão de horizontes | 90 |
| 2.3.2.2 A autoridade da tradição | 94 |
| 2.3.2.3 Sobre as condições de compreensão e interpretação do texto | 97 |
| 2.3.2.4 Contribuição da Metodologia Existencial para a hermenêutica gadameriana | 100 |
| 2.3.2.5 O conceito de Postura Hermenêutica | 101 |
| | |
| 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 105 |
| 3.1 Abordagem da pesquisa | 105 |
| 3.2 Unidades de Análise | 106 |
| 3.3 Etapas da Pesquisa | 108 |
| 3.3.1 <i>Etapa 1: A Pesquisa Documental</i> | 108 |
| 3.3.2 <i>Etapa 2: O Trabalho de Campo</i> | 109 |

| | |
|---|-----|
| 3.3.2.1 O trabalho de campo junto à ERA | 109 |
| 3.3.2.2 O trabalho de campo junto à Revista Semestre Económico | 110 |
| 3.3.3 <i>Análise de Conteúdo</i> | 111 |
| 3.3.3.1 A Revista de Administração de Empresas (RAE): | 114 |
| 3.3.3.2 Revista Semestre Económico: | 118 |
| 3.3.3.3 Comparativo entre as revistas RAE e Semestre Económico | 120 |
| 3.4 Limites e limitações | 120 |
| 3.4.1 <i>Limite quanto à Análise de Conteúdo (AC):</i> | 121 |
| 3.4.2 <i>Limite quanto ao tratamento dos dados:</i> | 121 |
| 3.4.3 <i>Limitação quanto ao processo editorial da RAE:</i> | 122 |
| | |
| 4. ANÁLISE DOS DADOS | 123 |
| 4.1 O processo de avaliação de artigos científicos das revistas RAE e <i>Semestre Económico</i> | 124 |
| 4.1.1 <i>O processo de avaliação de artigos da Revista de Administração de Empresas</i> | 124 |
| 4.1.1.1 O processo editorial da ERA | 124 |
| 4.1.1.2 Os critérios de avaliação de artigos da ERA | 129 |
| 4.1.2 <i>Processo de avaliação de artigos da revista Semestre Económico</i> | 137 |
| 4.1.2.1 Processo editorial da revista Semestre Económico | 137 |
| 4.1.2.2 Critérios de avaliação de artigos da revista Semestre Económico | 138 |
| 4.2 Avaliação de artigos científicos por revisores das revistas RAE e <i>Semestre Económico</i> | 140 |
| 4.2.1 <i>Avaliação de artigos científicos por revisores da ERA</i> | 140 |
| 4.2.2 <i>A Avaliação de artigos científicos por revisores da revista Semestre Económico</i> .. | 147 |
| 4.3 Comparativo entre critérios de avaliação de artigos das revistas RAE e <i>Semestre Económico</i> , e seus Revisores, e sua contribuição para a Postura Hermenêutica | 149 |
| 4.3.1 <i>Comparação entre critérios de avaliação de artigos da RAE e de seus revisores, e sua contribuição para a Postura Hermenêutica</i> | 149 |
| 4.3.2 <i>Comparação entre critérios de avaliação de artigos da Revista Semestre Económico e de seus Revisores, e sua contribuição para a Postura Hermenêutica</i> | 154 |
| 4.4 Comparativo entre critérios de avaliação de artigos das revistas RAE e <i>Semestre Económico</i> , e sua contribuição para a Postura Hermenêutica | 157 |
| 4.4.1 <i>Elementos generalizáveis</i> | 158 |
| 4.4.2 <i>Elementos específicos</i> | 160 |

| | |
|--------------------------------------|------------|
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 163 |
| REFERÊNCIAS | 171 |
| APÊNDICES | 186 |
| ANEXOS | 226 |

1. INTRODUÇÃO

A escolha de um tema de pesquisa diz do sujeito que o propõe e tal implicação pode revelar o grau de comprometimento que a mesma pessoa tem com o seu campo social de atuação (Barros, 2011; Meneghetti, 2011). A nossa participação no Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Administração e Didática (GEPEAD), do Programa de Pós-Graduação em Administração da PUC Minas (PPGA), é o ponto de partida para esta Pesquisa. O GEPEAD nasceu em 2009, em função do Programa Pró-Administração, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), cujo foco é a formação de professores e do qual tive o privilégio de ser bolsista, entre 2010 e 2014.

O Projeto Capes Pró-Administração se intitulava: A formação do professor de Administração: o docente em sala de aula e o orientador de trabalhos acadêmicos. Ele propiciou a realização de estudos sobre didática e metodologia do ensino, tendo em vista a formação continuada de docentes da Educação Superior na área de Administração; e as Oficinas de Avaliação de Aprendizagem concebidas a partir desses estudos. Na discussão sobre a formação de professores nós observamos, no entanto, que a avaliação de programas de pós-graduação pela Capes está centrada na formação do pesquisador – ensino de metodologia, pesquisar, escrever e publicar artigos – e que a formação do professor tinha se tornado uma “dimensão esquecida” (Patrus & Lima, 2014). Esta ênfase na formação do pesquisador, por sua vez, era acompanhada da valorização da publicação científica, dando origem ao fenômeno conhecido por produtivismo acadêmico.

Em linhas gerais, este fenômeno é “... derivado dos processos oficiais ou não de regulação e controle, supostamente de avaliação, que se caracteriza pela excessiva valorização da quantidade da produção científico-acadêmica, tendendo a desconsiderar a sua qualidade.” (Sguissardi, 2010). Ou, nas palavras de Bertero (2013, p.182), é “a atitude desequilibrada na qual a qualidade, a pertinência e os padrões éticos cederiam ao imperativo de pontuações e *Curriculuns Vitae* recheados de títulos”. O fenômeno do produtivismo teve sua origem nos anos 1950, nos EUA, e tornou-se mundialmente conhecido pela expressão *public or perish*, significando que os professores/pesquisadores universitários que não publicassem de acordo com os parâmetros postos como ideais pelos órgãos financiadores, pela burocracia universitária ou pelo mercado, teriam sua carreira comprometida (Fonseca, 2001; Nascimento, 2010; Sguissardi, 2010).

No Brasil, esse fenômeno tem sido alvo de críticas que o associam direta ou indiretamente à implantação do atual modelo de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* pela

agência estatal de financiamento, regulação e controle, Capes, a partir dos anos 1996/1997, a partir de quando se intensificaram os critérios quantitativos de produção acadêmica como parâmetros para a classificação dos cursos de mestrado e doutorado em todas as áreas (Sguissardi, 2010). Essa mudança de paradigma se deu quando a Capes, para corresponder ao padrão internacional de pós-graduação, tendo em vista as exigências de crescimento econômico do País, passou a privilegiar a pesquisa (ênfase epistemológica: fazer ciência) e não mais a docência (ênfase pedagógica: ensinar ciência). Como decorrência desse movimento, acentuou-se a pressão pela produção científica, que se tornou um critério decisivo – de natureza formal, quantitativa – de avaliação de programas de pós-graduação e da atividade do pesquisador (Patrus & Lima, 2014). Mas como entender em poucas linhas, como cabe a uma introdução, essa política da Capes?

Em mais de seis décadas de atuação, a pós-graduação brasileira expandiu-se e afirmou-se alcançando altos padrões de qualidade e, em várias áreas, credibilidade internacional. O banco de currículos da Plataforma Lattes e o Sistema Qualis de avaliação de revistas são realizações brasileiras pioneiras. Pode-se afirmar que, de um modo geral, a Capes vem contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento da educação em nosso país, embora não poucos analistas questionem a destinação social de boa parte da produção acadêmica e seu compromisso com o desenvolvimento local e regional (Alcadipani, 2011; Cunha, 1974; Nascimento, 2010; Rodrigues, 2007; Sguissardi, 2010; Spink e Alves, 2011; Tragtenberg, 2009). Por sua vez, a avaliação é imprescindível para todas as áreas, para sua presença dentro do sistema de pós-graduação, porque ela é provocadora de análises e reflexões para um melhor desempenho (Cruz, 2009; Kuenzer & Morais, 2005; Macedo & Sousa, 2010; Nascimento, 2010).

Desde a sua regulamentação em 1951, a pós-graduação no Brasil associou a iniciativa do Estado, o progresso da ciência e a busca de referências internacionais de conhecimento. Ela tem-se feito acompanhar de um quadro legal que comporta um sistema de autorização, credenciamento conduzido por pares, um sistema de financiamento e uma sistemática de bolsas para mestrado e doutorado. E, desde logo, fez e continua fazendo parte dessa sistemática um processo rigoroso e detalhado de avaliação de cursos e programas (Alcadipani, 2011; Cruz, 2009; Cury, 2005; Maccari, 2008; Nosella, 2010).

Precisamos, no entanto, situar as mudanças profundas pelas quais passou a pós-graduação no Brasil no contexto internacional. Desde o final dos anos 1970, uma determinada concepção/modelo de avaliação institucional veio tornando-se instrumento das políticas

econômicas e sociais da maioria dos estados, e rapidamente ganhou força na América Latina, na década de 1990, à medida que as políticas neoliberais foram se tornando hegemônicas. De acordo com Dias Sobrinho (1998), o Banco Mundial preconizava que as universidades deveriam produzir conhecimentos úteis e rentáveis, como condição de sua sobrevivência no competitivo mercado educacional. Entrava em cena a avaliação como instrumento de medida e controle, ou seja, uma avaliação que respondia às expectativas de eficiência e produtividade que os estados controladores têm a respeito da educação superior. A *performance* que contava era aquela que melhor correspondia aos parâmetros da avaliação. Neste sistema, a balança podia pesar para o lado não necessariamente de quem mais trabalhava, mas sim de quem produzia provas de seu trabalho. Disto decorreriam desafios postos à qualidade do ensino e da pesquisa na pós-graduação avaliados pela Capes (Alcadipani, 2011; Fonseca, 2001; Rodrigues, 2007; Simões, 2004). Em muitos programas de pós-graduação em Administração de que temos conhecimento essa lógica tem se configurado como uma prática.

A avaliação institucional dos programas de pós-graduação é realizada a cada três anos, pelos próprios programas, por meio da inclusão dos seus dados num *software* conhecido como Coleta Capes (Capes, 2011), cuja ficha de avaliação é composta por cinco quesitos, cada um com um peso, como no caso da Área de Administração: I - Proposta do Programa – sem atribuição de peso; II - Corpo Docente – peso de 20% sobre o total da avaliação; III - Corpo discente, teses e dissertações – peso de 35%; IV – Produção Intelectual – peso de 35%; e V – Inserção social – peso 10%. Todas as atividades realizadas pelos professores durante o triênio, contempladas num total de 17 quesitos, contribuem para a avaliação do programa; no entanto, o último – publicar artigos em revistas de alto impacto – tem sido o mais valorizado na avaliação individual do professor. Hipoteticamente, um professor pode contribuir significativamente para o programa nos primeiros 16 quesitos, mas se não tiver os pontos necessários em publicações em revistas (sobretudo em revistas de alto impacto) passa à categoria de colaborador ou é descredenciado do programa, pois sua permanência prejudica a avaliação do programa como um todo. Na prática, esse critério não chega a diferenciar qualitativamente os programas, pois a maior parte dos professores tem conseguido alcançar a pontuação esperada. Na prática, no entanto, são os critérios da Capes que mais pressionam o professor a aumentar seu desempenho individual (Fonseca, 2001; Nascimento, 2010; Shigaki & Patrus, 2012), o que de certa forma se configura como uma injustiça para com muitos pesquisadores que são descredenciados de programas por insuficiência de pontos, mas que são competentes professores na formação de mestres e doutores.

Desde que foi feita a mudança decisiva na sistemática de relatórios e mapas, aprimorados pelo avanço da informática desses últimos anos, que rotinas, normas, discussões e queixas se multiplicaram devido à pressão institucional por publicação (Mattos, 2008, p.144; Shigaki & Patrus, 2012, p.6). Os artigos publicados podem variar numa escala de pontuação que vai do máximo, que são os artigos completos em revistas indexadas internacionais e de grande impacto na comunidade científica (em função do número de consultas e citações); até o mínimo, que são aqueles artigos resumidos em revistas regionais de baixo impacto (Machado & Bianchetti, 2011; Moreira, Hortale & Hartz, 2004; Nascimento, 2010).¹

Retomemos “o fio da meada” da contextualização da nossa pesquisa. Pois bem, a qualidade da avaliação da pós-graduação, centrada na publicação, está relacionada com a qualidade da avaliação do artigo científico. Aproximando as nossas lentes do processo de avaliação de artigos científicos, debruçamo-nos sobre a modalidade de avaliação por pares, a qual favorece a legitimidade do sistema de avaliação da pós-graduação pela Capes, na medida em que esse julgamento é indicado por sociedades científicas (Mattos, 2008). A avaliação por pares se constitui, para Fitzpatrick (2011), no centro de tudo o que fazemos: escrita, submissão para aprovação de projetos, busca de emprego e até obtenção de promoções.

No entanto, Fitzpatrick (2011) qualifica a avaliação por pares como um gargalo que “entala” toda a questão da publicação acadêmica, dadas as suas limitações e até deturpações na garantia da avaliação do mérito acadêmico. A reflexão de fôlego que essa questão merece enfrenta resistências dentro da própria academia, porque qualquer estudo lúcido sobre as bases conceituais e procedimentais da avaliação por pares requer autocrítica, uma reflexão auto implicativa que tem a ver com poder e prestígio (Fitzpatrick, 2011). Esta discussão merece, então, ser difundida, “... quer seja pelo fato de ainda não haver respostas satisfatórias para todos os aspectos implicados nesse processo, quer por ser um tema instigante e desafiador, merecendo ser levado bem mais adiante, por um período maior de tempo” (Gondim, 2005, p.177).

A avaliação por pares é um processo imperfeito, com contradições facilmente identificáveis e com pouca evidência de que venha a funcionar plenamente. No entanto, deverá manter-se central para a ciência e avaliação de artigos acadêmicos porque não há

¹ Para maior aprofundamento deste tema segue o link de um artigo do autor desta Tese e companheiros (Patrus, Dantas & Shigaki, 2013), apresentado no Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade (Enepq) de 2013, que faz um levantamento de posições antagônicas sobre o sistema de pontos estabelecido pela Capes como critério de avaliação dos programas de pós-graduação e do Currículo Lattes dos pesquisadores; e também do produtivismo que ele, contraditoriamente, geraria: file:///D:/Downloads/2013_EnEPQ55%20(1).pdf.

alternativa óbvia, e os cientistas e editores têm uma crença continuada neste sistema. Segundo Smith (2006), “... como é estranho que a ciência esteja enraizada na crença”. (p.182). É diante desta história da ciência construída com o propósito de objetividade e justiça, mas permeada por subjetividade e imprecisão, que o sistema de avaliação da pós-graduação da Capes, e, em particular, a avaliação da produção científica, busca classificar a qualidade de programas e instituições, a partir das publicações de seus professores pesquisadores. O conjunto de aspectos elencados nesta contextualização e a carência de literatura a respeito, portanto, tornam o processo de avaliação de artigos um desafio para todos os envolvidos no processo.

1.1 Problema de Pesquisa

A realidade da qual não temos como fugir é a seguinte: a publicação acadêmica é uma prioridade no âmbito da avaliação de programas de pós-graduação no Brasil; a avaliação por pares é central para a publicação científica; a avaliação por pares depende da compreensão e interpretação dos artigos pelos revisores, os quais estão sujeitos a idiosincrasias e preconceitos; e, diante da possibilidade de avaliações indevidas, o consequente comprometimento da transparência e justiça do processo de avaliação dos programas de pós-graduação. A avaliação por pares, cujo processo exige que os artigos tenham base conceitual e métodos científicos, não nos dá garantias de que ela própria adote esses critérios. Avaliar é preciso (necessário), mas avaliar não é “preciso” (exato). (Patrus, Dantas & Shigaki, 2013)

Os dois grandes temas aqui contemplados – avaliação de programas de pós-graduação e avaliação de artigos científicos – estão correlacionados, de modo que avaliar e publicar um bom artigo favorece uma avaliação positiva do pesquisador e do programa de pós-graduação ao qual ele pertence. Dito de outro modo, uma avaliação do artigo científico tem que ser boa para que a avaliação da pós-graduação, que é centrada na publicação, seja boa, o que nos levou a investigar o processo de avaliação de artigos científicos na área de Administração com foco na formação do revisor. Entendemos que não se consolida um sistema de avaliação sem a devida qualificação do mesmo para avaliar um artigo científico.

Ora, avaliar um artigo é interpretar um texto, ou seja, realizar uma tarefa hermenêutica. Pensando esta tarefa como uma decorrência e compromisso de uma ciência hermenêutica, o autor com o qual mais nos identificamos, tendo em vista um aporte original para esta pesquisa, foi Hans-Georg Gadamer, filósofo alemão considerado como um dos maiores expoentes da Hermenêutica Filosófica. Esta, definida como ciência e arte da

interpretação de textos (Grondin, 1999), tem na hermenêutica gadameriana conceitos-chave e categorias fundamentais para o nosso problema de pesquisa. São eles: a concepção de “verdade” e a hermenêutica da “finitude”; o conceito de “fusão de horizontes”; o princípio da “história efetual”; a autoridade da tradição; a filosofia da linguagem; e sobre as condições de compreensão e interpretação do texto. (Gadamer, 1994e)

Para o nosso autor, o texto é algo mais que o título de um campo de objetos de investigação literária; e a interpretação, muito mais que a técnica da exposição científica dos textos (Gadamer, 1994e, p.389). O termo “interpretação” expressava, num primeiro momento, a relação mediadora entre pessoas que falavam idiomas diferentes, a função de tradução. A partir daí, ela assumiu a função de deciframento de textos de difícil compreensão. No momento em que o universo mediador da linguagem é considerado pela reflexão filosófica como tendo um significado predeterminante, a interpretação passou a ocupar também na Filosofia uma posição-chave e um desafio para qualquer tipo de Positivismo: existiria alguma realidade que permita buscar com segurança o conhecimento do universal, da lei, da regra, e que encontre aí a sua realização? A própria realidade não resultaria de uma interpretação? Decorreria daí que a:

A interpretação é o que oferece a mediação nunca acabada e pronta entre homem e mundo, e nesse sentido a única imediatez verdadeira e o único dado real é o fato de compreendermos algo como algo... Mesmo no âmbito das ciências naturais, a fundamentação do conhecimento não pode evitar a consequência hermenêutica de que a realidade ‘dada’ é inseparável da interpretação... isso não significa compreender a interpretação como um recurso complementar do conhecimento. Ela constitui, antes, a estrutura originária do ‘ser-no-mundo’. (Gadamer, 1994e, p.391-2)

Então, interpretar não é “impor” um sentido, mas “encontrar” um sentido. Ora, o que caracteriza o conceito de texto para Gadamer é que este somente se apresenta à compreensão no contexto da interpretação e aparece como uma realidade dada à luz da interpretação. Analogamente, o intérprete de um texto pergunta pelo que há propriamente nele, no texto. Essa pergunta poderá ser respondida com pressuposições e preconceitos, uma vez que aquele que pergunta busca uma confirmação direta de suas próprias suposições. O texto aparece, assim, como um ponto de referência fixo frente à problematidade, arbitrariedade ou no mínimo a pluralidade de possibilidades interpretativas para o mesmo (Gadamer, 1994e, p.392). O que distingue esta posição de Gadamer do paradigma interpretativista de Burrell e Morgan (2005) é porque o primeiro tem por pressuposto que esta é a condição de

possibilidade mesma de nosso ser-no-mundo e, não sendo possível outra forma de inserir-se e lidar com a realidade, inclusive a do texto, que devemos nos precaver de eventuais distorções que possamos provocar, tomando consciência dos preconceitos e colocando-os a favor da tarefa da interpretação.

Particularmente no caso da comunicação científica, esta pressupõe determinadas condições de entendimento, o que depende do destinatário; ou seja, a comunicação científica, embora seja publicada, não é válida para todos, mas pretende ser compreensível para aquele que está familiarizado com a situação da investigação e sua linguagem. Deste modo, a escrita abre no próprio texto um horizonte de interpretação e compreensão que o leitor mesmo deve preencher de conteúdo. (Gadamer, 1994e, p.396-398)

Quando tentamos compreender um texto não nos transportamos para a esfera anímica do autor, não nos trasladamos para o seu pensamento. Isto significa tentar fazer valer a objetividade daquilo que diz o outro reforçando seus argumentos. Ocorre, no entanto, seja na conversação quanto na compreensão de um texto escrito, que nos movemos em uma dimensão de sentido que é compreensível em si e não motiva como tal um regresso à subjetividade do outro. Para Gadamer, a tarefa da Hermenêutica é elucidar o “milagre” da compreensão, ou seja, uma participação no significado comum, já que o objetivo de todo entendimento e de toda compreensão é o acordo na coisa. Assim, a Hermenêutica tem sempre a missão de criar um acordo que não existia ou era incorreto. (Gadamer, 1994a, p.64)

Compreender, para Gadamer, significa, primeiramente, saber a que ater-se sobre “a coisa” e só secundariamente isolar e compreender a opinião do outro como tal. A primeira de todas as condições hermenêuticas é, pois, a compreensão real, o lidar com a coisa mesma. A Hermenêutica parte deste princípio: aquele que procura compreender está ligado à coisa transmitida e mantém ou adquire um nexos com a tradição da qual fala o texto transmitido. A compreensão começa quando algo nos chama a atenção. Esta é a principal das condições hermenêuticas. Isto requer uma suspensão de juízos. No entanto, toda suspensão de juízos, começando pelos preconceitos, possui a estrutura lógica da “pergunta”. (Gadamer, 1994a, p.68-69)

Neste sentido, cada compreensão, vista como auto-compreensão, é motivada e inquietada por perguntas que determinam, de antemão, as “trilhas visuais da compreensão” (Grondin, 2003). Um texto só se torna “falante” (Grondin, 2003) graças às perguntas que nós lhe dirigimos atualmente. Sendo assim, não existe nenhuma interpretação, nenhuma compreensão, que não responda a determinadas interrogações que anseiam por orientação.

Para Gadamer, não devemos empenhar-nos pela exclusão das nossas expectativas de sentido, e sim por realçá-las, para que os textos que procuramos entender possam responder-lhes tanto mais nitidamente. (Grondin, 2003, p.194-95)

Como, então, compreender e interpretar artigos científicos e gerar um parecer que seja condizente com a natureza mesma do texto, em diálogo com a tradição acadêmica e com o horizonte epistemológico do intérprete-revisor? Como, em última instância, contribuir para a formação de pós-graduandos, potenciais revisores de artigos científicos?

Decorre daí que a questão central que orienta esta pesquisa pode ser descrita nos seguintes termos: Como se processaria a revisão por pares de artigos científicos na área de Administração no Brasil a partir da contribuição da Hermenêutica de Gadamer?

Considerando a importância de se orientar a investigação para o seu esclarecimento, a pergunta de pesquisa desdobrou-se em três questões, orientadoras do nosso trabalho ao longo das etapas percorridas, quais sejam:

- 1) Qual a contribuição de revistas da área de Administração no Brasil para a postura do revisor, a partir da análise dos critérios de avaliação de artigos propostos por elas?
- 2) Qual a contribuição dos critérios utilizados por revisores de artigos científicos de revistas da Área de Administração no Brasil, de modo a favorecer o encontro entre a tradição do revisor e o texto, ou seja, a fusão de horizontes?
- 3) Quais as contribuições dessa reflexão para a formação de revisores de artigos científicos na área de Administração?

1.2 Justificativa da Pesquisa

O que tem se verificado nos últimos anos, particularmente na área de Administração, num universo de 96 cursos de pós-graduação (Capes, 2013), é o crescimento exponencial da produção de artigos científicos, apresentados em eventos e depois publicados, fato este acompanhado não de agora de um questionamento quanto a sua relevância para a academia e sociedade (Bertero, Caldas & Wood Jr., 1999; Brito, 2009; Diniz, 2012b, 2012c, 2012d; Kirschbaum & Mascarenhas, 2009; Roesch, 2003). A área de Administração no Brasil acompanhou a pós-graduação *stricto sensu* desde o início de sua institucionalização. Ao término dos anos de 1960 e início da década de 1970, surgiram programas no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Paraíba. (Bertero, Caldas & Wood Jr., 1999; Mattos, 2008).

Na década seguinte, foram implementados programas de mestrado e doutorado em Administração em outros Estados da Federação. Apesar de sua visibilidade, nosso sistema de pós-graduação ainda não possui reconhecimento mundial. Os programas são avaliados em função da produção científica (e eventualmente tecnológica) por meio do grau de inserção que conseguem junto à comunidade acadêmica mundial, mensurada através de publicações em revistas científicas de nível internacional e da apresentação de trabalhos em eventos de âmbito acadêmico. A nossa produção científica se pauta, majoritariamente, pela produção científica internacional, quase que exclusivamente norte-americana, à medida que assuntos, problemas e variáveis são os levantados por pesquisadores estrangeiros (Bertero, Caldas & Wood Jr., 1999; Mattos, 2008).

O debate sobre a relevância dessa produção passa não só pela análise do padrão de excelência nacional frente o internacional, mas também, segundo Kirschbaum e Mascarenhas (2009), pelo debate acerca dos modelos de avaliação e publicação de artigos, pela discussão sobre o grau de autonomia dos revisores no processo, e pelos desafios organizacionais que envolvem os editores e o conselho editorial na construção de artigos de alta relevância e impacto. Uma vez que se constata fragilidades de natureza epistemológica, sobretudo contradições teóricas em boa parte dessas publicações (por exemplo, entre epistemologia e metodologia), além de artigos “maquiados” e “requentados”, ocorre-nos que também há editores e revisores – dois atores centrais no processo de avaliação de artigos científicos – despreparados epistemologicamente (Bertero, Caldas & Wood Jr., 1999; Caldas, 2005; Kirschbaum & Mascarenhas, 2009; Leite, Kniess, Rodrigues & Maccari, 2011; Machado, 2007; Mattos, 2008, 2012; Rodrigues, 2001; Roesch, 2003). Na apreciação de Mattos (2008), a relevância da produção científica está comprometida pela valoração da sua qualidade formal em detrimento da qualidade do conteúdo e da sua destinação social, requisito para autopromoção pessoal e legitimação institucional.

Simultaneamente, não podemos perder de vista a distinção feita por Kirschbaum e Mascarenhas (2009) sobre ênfases distintas no processo de avaliação de artigos científicos: o modelo brasileiro, onde os revisores teriam a última palavra sobre a publicação do artigo; e o modelo internacional, onde o parecer final caberia ao editor. No modelo brasileiro, o revisor seria o *gatekeeper*.² No modelo internacional, o revisor seria um consultor que auxilia a palavra final do editor ou do conselho editorial, estes sim os *gatekeepers*.

² O termo *gatekeeper* aqui é referido àquele indivíduo que tem a maior autoridade sobre a aprovação da publicação do artigo (Kirschbaum e Mascarenhas, 2009), distinguindo-se da acepção adotada pelas áreas de Ciência da Informação e Telecomunicações, onde o *information gatekeeper* é aquele que tem a função de

Há aqui elementos de ordem formal/teórica – atores, estrutura e política editorial – como também elementos da ordem do subjetivo e do imponderável que podem comprometer a transparência do processo de avaliação. Por estrutura do processo editorial, entendemos a disposição e ordem dos elementos essenciais que constituem o processo de avaliação editorial. Esses elementos podem ser, além da editoria e do corpo de revisores, eventuais coeditores, editores associados, conselho editorial e corpo editorial científico. Por fluxo do processo editorial, compreende-se o funcionamento do processo, sua dinâmica. Os atores em questão são os editores e os revisores, sendo que apenas a experiência dos revisores será contemplada nesta pesquisa.

Além disso, um eventual atraso do parecer sobre o artigo que está sendo avaliado pode, em tese, prejudicar a classificação de um determinado periódico, uma vez que o revisor tende a priorizar os artigos de revistas com melhor avaliação. Tal demora, inclusive, pode comprometer as conclusões do artigo, cujos dados podem ficar defasados. Por outro lado, considerando o “fator tempo” como primordial para uma avaliação criteriosa dos artigos, uma leitura apressada dos trabalhos submetidos pode levar a aprovações ou rejeições injustas (Rosa, 2008). Além disso, se um artigo X publicado em periódico A2 se fundamenta em um artigo Y publicado em um periódico A1 (argumento de autoridade) e não há a garantia de que este seja um artigo relevante, aquele artigo pode estar replicando conteúdo inconsistente. Ou seja, apesar de a Capes adotar o critério mensurável de avaliação do periódico como garantidor de objetividade e justiça no processo de avaliação, este pode ser comprometido por distorções ao longo do processo. Dito de outra maneira, se a qualidade (mensurabilidade) do processo de avaliação de artigos científicos é falível, então o modelo de avaliação da pós-graduação fica comprometido e, por isso, questionável.

Também não há garantias de que o artigo seja avaliado pelo melhor revisor para aquela matéria porque o *software* que gerencia o processo “sugere” ao editor quem está disponível naquele momento (por não ter outras avaliações pendentes). Tamanha margem de imprevisibilidade e subjetivismo suscita questões várias como: Qual é a estrutura formal (arquitetura) e a dinâmica (rotina) do processo de avaliação? Quem é quem no processo de avaliação de artigos? Quem são os mais importantes *gatekeepers* na área de Administração? O que se entende por qualidade do processo de avaliação de artigos e quais os critérios que o atestam? O que garante que um artigo publicado numa revista de classificação superior tenha relevância? Qual é o perfil de um bom revisor? Se o processo de avaliação não é de todo

consolidar informações ou então se refere àquele que tem acesso a informações de diversas naturezas (Ristow, 2013).

eficaz, como aperfeiçoá-lo? Há margem para o sistema ser aperfeiçoado ou ele funciona “no limite” do que pode ser aprimorado?

No entanto, para que possamos delimitar esta pesquisa, estabelecendo um recorte para ela, optamos por investigar a política de avaliação de artigos científicos de duas revistas e a contribuição particular dos seus revisores nesse processo. Até porque, o fenômeno do “produtivismo acadêmico”, seja em decorrência da inabilidade do pesquisador em lidar com a pressão da Capes por prazos, ou por sua ambição por visibilidade e promoção; seja uma decorrência inevitável do modelo de avaliação da pós-graduação, conforme a visão controversa de estudiosos e críticos (Patrus, Dantas & Shigaki, 2013), não deveria ser uma justificativa para a qualidade questionável desses artigos.

A identificação de pontos fortes e fracos desse processo, confrontados com o manual de Boas Práticas da Publicação Científica, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD, 2010), pode fornecer subsídios para a formação do revisor de artigos, tópico recém-integrado ao tema Formação do Professor e Pesquisador, da Divisão de Ensino e Pesquisa, da Entidade. Além disso, o que há de exemplar no processo de avaliação de artigos de revistas que deveria ser divulgado para estimular melhorias do mesmo processo em outras? E o que haveria de problemático a ser minimizado ou superado? O esclarecimento destas questões, acreditamos, poderá contribuir para aprimorar os processos de avaliação de artigos científicos no Brasil, em particular de revistas na área de Administração. Outro aspecto que dá respaldo a esta investigação é o procedimento metodológico de analisar pareceres de revisores para compreender aportes e lacunas do processo de avaliação de artigos, o que nos parece ser inédito na Administração.

Entre setembro de 2004 e setembro de 2005, o periódico Organizações & Sociedade (O&S), da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi palco de um rico debate sobre a ética no processo de avaliação de mérito de trabalhos científicos. Iniciado por Gondim (2004), mereceu comentários de Pena (2005), Thiry-Cherques (2005) e Krüger (2005), tréplica da autora (Gondim, 2005) e considerações de Pinho (2005), editor do periódico à época. O “mote” que abriu a discussão (Gondim, 2004) é a prerrogativa de que se uma mesma pessoa pode ter seu trabalho acadêmico avaliado e, em outro momento, exercer o papel de revisor, seria desejável que, nesta atividade, elaborasse seu parecer de modo criterioso e responsável, uma vez que, como avaliado, esperaria que o revisor procedesse do mesmo modo. O que se constatava, no entanto, é que o respeito mútuo, tendo como referência a regra da reciprocidade, quando se é capaz de se colocar no lugar do outro, ficava

comprometido por pareceres econômicos, para não dizer superficiais e pouco profissionais, não oferecendo diretriz clara do sentido da crítica que o revisor estava fazendo ao texto (Gondim, 2004).

Dentre as várias contribuições que ampliaram a discussão proposta por Gondim (2004), destacamos a de Pena (2005), para quem o que fundamentaria a necessidade moral de contribuir com um parecer criterioso, como também de sugerir alternativas para o preenchimento das lacunas do texto, seria o respeito, uma inclinação *a priori* da razão (no sentido kantiano), e não o princípio da reciprocidade. Outra contribuição, mais pragmática, vem de Krüger (2005), que defendeu a introdução de normas que poderiam prevenir a ocorrência de avaliações pouco consistentes ou subjetivas, de modo a assegurar o rigor do processo seletivo e o devido respeito ao autor do trabalho acadêmico. À época, ainda não tinha sido publicado o Manual de Boas Práticas da Produção Acadêmica, da ANPAD, que é de 2010. O que constatamos, no entanto, é que apesar das normas já em vigor, ainda persistem insatisfações contra pareceres pouco criteriosos e responsáveis, como atestam os especialistas consultados para esta pesquisa e a nossa experiência entre os pares.

Em sua tréplica, Gondim (2005, p.176) recuperou o conceito de empatia como requisito para a qualidade da avaliação de méritos de trabalhos científicos, o que significaria que o revisor se apropriaria do texto alheio, “... lendo-o e buscando seu sentido à luz da linha de argumentação e dos fundamentos teóricos apresentados pelo próprio autor.” A riqueza e a complexidade do debate, sem “respostas satisfatórias para todos os aspectos implicados neste processo” (Gondim, 2005, p.177), mostrou a necessidade de sua continuidade e aprofundamento, o que referenda a iniciativa desta pesquisa.

O então Editor da O&S, ao término do debate, teceu comentários esclarecedores sobre a editoria de revistas na área de Administração, a partir de sua experiência profissional por quase uma década, a que denominou de “Brevíssimo Manual do Editor” (Pinho, 2005). Dentre as contribuições elencadas por ele, mais práticas e menos teóricas, reportando-se a observações feitas pelos pesquisadores que participaram do debate, destacamos alguns fatores que nos parecem mais pertinentes com o objeto desta pesquisa:

- 1) O aprendizado da função de editor a partir de referências básicas, resultado de sua participação em processos de avaliação de artigos em comissões, seminários, congressos etc; mas também da troca de experiências com outros editores e a comunidade em geral em diversos Enanpads (Pinho, 2005).

2) O caráter voluntário do papel do revisor: não se estabelece um contrato de trabalho, mas sim um contrato moral, através do qual o revisor assume com o periódico o compromisso de atender ao prazo mínimo estabelecido para a devolução do artigo avaliado. O naipe do periódico e dos artigos que ele recebe (caso particular da O&S) vai demandar revisores à altura, geralmente pesquisadores já sobrecarregados, com dificuldades para cumprir seus cronogramas. Esgotados os prazos, solicitava-se então a outros revisores que concluíssem o processo de revisão dos artigos, para o que se pedia retorno mais rápido, assumindo o perigo de pareceres menos criteriosos. Este seria um dos problemas mais sérios das revistas científicas em geral (Pinho, 2005).

3) A compatibilização entre tema e revisor: nem sempre esta informação era do domínio da editoria do periódico; ou o revisor informava a sua impossibilidade de emitir um parecer prestes a encerrar o prazo que lhe foi dado; ou a solicitação de avaliação de artigos em áreas de ponta requeria que o editor, que não dominava todos os aspectos do processo de conhecimento, fizesse sondagens preliminares para identificação de revisores competentes, nem sempre disponíveis justamente por serem áreas ainda restritas (Pinho, 2005).

4) A garantia de que o processo de avaliação fosse de fato “*blind*”: a comunidade de revisores, considerando a sua distribuição por áreas temáticas, mesmo de outras instituições e Estados diferentes dos do autor, não seria tão ampla (apesar do seu incremento nos últimos anos); e o cuidado devido com possíveis desafetos entre autor e revisor. Estes dois aspectos dificultariam garantir o anonimato do processo (Pinho, 2005).

Após o contato com a reflexão e experiência desses especialistas, ao menos duas questões relativas ao papel do revisor nesse processo podem ser apontadas: O revisor tem clareza das implicações éticas do seu trabalho quando se oferece ou aceita o convite para esta tarefa? Existe a possibilidade de que a vaidade, alimentada pela visibilidade e reputação que esta função favorece, seja menor do que a disponibilidade e o compromisso com o autor do artigo e o processo editorial do periódico?

Considerando que o papel das publicações nacionais é veicular a investigação científica derivada da realidade local e inseri-la em um cenário maior, e diante da qualidade discutível de artigos submetidos a eventos e revistas e, portanto, da sua questionável contribuição à sociedade (Caldas, 2005), uma investigação que pretende contribuir para elevar a qualidade do processo de avaliação de artigos tem seu lugar, repercutindo a discussão sobre a relevância social da produção científica na área de Administração no Brasil. Fazendo nossas as palavras de Mattos (2008, p.149), “... essa questão do ritmo e padrões de produtividade

acadêmica deve ser vista com perspectiva maior no tempo e na formação da jovem comunidade acadêmica de Administração. Cabe consciência mais ampla do que se passa, pois estamos sendo conformados enquanto tradição.” Além disso, há, em geral, uma desprofissionalização das atividades, tão solitárias quanto solidárias, do editor e do revisor de artigos que não são suficientemente mensuradas e valorizadas no processo de avaliação profissional e institucional, e que mereceriam sê-lo. Essa realidade pode ter relação com o mesmo processo de mercantilização que privilegia os interesses do mercado aos da academia e da sociedade, contra o que valeria a pena engrossar o coro dos descontentes.

Diante deste cenário, recorreremos à ciência hermenêutica como referencial teórico para pensar e subsidiar a tarefa de avaliação do texto científico. Para a finalidade de nosso estudo, nos detivemos sobre a obra de Hans-Georg Gadamer por considerar que a sua hermenêutica, conhecida por “hermenêutica da finitude”, pode fornecer pressupostos e critérios importantes para a compreensão e interpretação de um texto, particularmente do texto científico (Dischinger, 2003). Para Gadamer, a hermenêutica filosófica possui uma tarefa crítica e não se restringe a uma teoria ou metodologia de compreensão e interpretação da fala e do texto, cabendo-lhe determinar o verdadeiro sentido das ciências humanas e a verdadeira amplitude e significado da linguagem humana (Dischinger, 2003, p.15).

A partir da reflexão hermenêutica desenvolvida por Gadamer e de reconhecidos especialistas da área da Hermenêutica Filosófica (Grondin, 2003; Herrero, 2009; e Ricoeur, 1989, dentre outros) é possível identificar uma contribuição substancial para o nosso tema de pesquisa: o processo de avaliação de artigos científicos e a formação do intérprete-revisor. Convencidos de que a compreensão e interpretação do texto científico necessitam, mais do que de uma técnica eficiente, de um olhar ou atitude atenta e competente por parte do revisor, cremos encontrar na hermenêutica filosófica gadameriana fundamentos para o desenvolvimento de tal postura.

Demo-nos conta também que os méritos do sistema de avaliação da Capes são maiores do que seus desafios e fragilidades, e que, não tendo motivos para questionar sua legitimidade, podemos contribuir com uma dimensão esquecida pelo modelo de avaliação da pós-graduação no Brasil: o processo de avaliação de artigos científicos, em particular na área de Administração, e a formação de seus revisores, a partir da hermenêutica gadameriana. Corroboramos, assim, as considerações de Machado (2007) em defesa de pesquisas que investiguem temas afins com a formação de pesquisadores e com a produção de

conhecimentos, a propósito de dimensões controvertidas na avaliação da pós-graduação brasileira.

Atentos ao fato de que se promovemos a pessoa (seja ela um editor, revisor ou pesquisador/autor) tendemos a incrementar a qualidade do sistema, queremos identificar aportes e lacunas do processo de avaliação de artigos à luz da hermenêutica de Gadamer, e levantar requisitos importantes para a formação dos revisores, cuja responsabilidade pela quantidade e qualidade das publicações pode impactar no grau de excelência (conceitos) dos Programas e do *Curriculum Lattes* do pesquisador. Por isso, compartilhamos das esperanças de Kirschbaum e Mascarenhas (2009, p.14): “A possibilidade de questionamento do que se entende por “qualidade” da produção (acadêmica) já indica que nos encontramos em uma comunidade que se engaja na reflexão de seus métodos de avaliação, que anseia pelo seu amadurecimento.”³

Acreditamos também que a formação de revisores na área de Administração à luz da hermenêutica gadameriana tenderá a alterar a qualidade do processo de avaliação de artigos e, em decorrência disto, promoverá o aperfeiçoamento do sistema de avaliação da Capes, cujo modelo, aparentemente tão sólido (porque mensurável), teria, na metáfora de Mattos (2012), “pés de barro”, apesar de sua “estatura impressionante”. Fazendo nossas as palavras de Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999, p.148), “... advogamos que o fortalecimento do campo da administração no Brasil requer critérios de avaliação mais claros e bem definidos e que é chegado o momento, após o recente crescimento quantitativo, de uma reflexão em prol da qualidade da produção científica...”. Essa discussão passaria, necessariamente, segundo Rosa (2008), pela dimensão ética, pelo estabelecimento de parâmetros adequados à profissão de cientista em geral e à produção científica em particular, contribuindo para o aprimoramento do modelo de avaliação da pós-graduação no Brasil.

A política de pós-graduação no Brasil, cujos pressupostos epistemológicos e metodológicos refletem as influências da nossa história política e econômica (e seu impacto sobre a educação nacional), assim como as tendências modernas da Educação Superior, tem uma autonomia relativa frente a este cenário e nós, enquanto academia, não devemos nos furtar à tarefa de pensar criticamente os seus objetivos últimos, a agenda de atividades que

³ Entendemos que esse amadurecimento passa também por alterações na concepção e estrutura da pós-graduação no Brasil, onde o excesso de demandas de trabalho e a precarização existente na atuação do pesquisador comprometem o tempo disponível para sua realização, o cumprimento de prazos e a qualidade do processo de avaliação de artigos. Essa análise, no entanto, não faz parte dos objetivos de nossa pesquisa.

desenvolve em seus programas, a qualidade do trabalho de professores, pesquisadores e gestores, e o modelo de avaliação adotado para tudo isto. Diante de eventuais fragilidades do modelo de avaliação de artigos científicos no Brasil, nosso esforço e esperança é contribuir para um aprendizado em busca da sua superação (Bianchetti & Sguissardi, 2009; Cury, 2010; Gatti, André, Favero, & Candau, 2003; Simões, 2004; Gosselain, 2011; Machado & Bianchetti, 2011; Tragtenberg, 2009).

1.3 Abordagem Epistemológica

Para clarificar os pressupostos epistemológicos desta pesquisa recorreremos, como ponto de partida, ao clássico modelo dos quatro paradigmas-chave em função dos quais se pode conceber a teoria social, dos professores ingleses Burrell e Morgan (2005). O modelo dos paradigmas sociológicos se funda sobre a ideia de que todas as teorias da organização se baseiam em uma filosofia da ciência e uma teoria da sociedade. Os cientistas sociais enfocam seu tema através de hipóteses explícitas e implícitas sobre a natureza social e a forma através da qual se poderia investigá-lo (Burrell & Morgan, 2005). No Brasil, esse modelo foi popularmente utilizado na análise da produção científica, por sua crítica à hegemonia do funcionalismo na teoria organizacional e pela promoção da diversidade paradigmática (Caldas, 2005). O modelo de Burrell e Morgan impactou significativamente os Estudos Organizacionais e promoveu debates calorosos em torno da ideia de que os quatro paradigmas não se confundiriam, até se chegar ao desenvolvimento de propostas que postulam concepções multi ou interparadigmáticas (Silveira, 2013). Nosso intuito aqui é de apresentar brevemente o modelo e, num segundo momento, localizarmos a nossa pesquisa em relação a ele.

Em primeiro lugar, existem suposições de natureza ontológica, hipóteses que tratam da essência mesma do fenômeno estudado: se a realidade que se investiga é externa ou interna ao indivíduo; e se ela é de natureza objetiva ou produto da subjetividade. Um segundo conjunto de hipóteses seria de natureza epistemológica. Trata-se de suposições sobre as bases do conhecimento, a respeito da maneira pela qual uma pessoa pode começar a compreender o mundo e comunicar este fato como conhecimento a seus semelhantes. Estas hipóteses implicam, por exemplo, ideias sobre quais formas de conhecimento são possíveis e de que maneira se pode eleger o que se pode considerar verdadeiro e falso. As suposições epistemológicas, nestes casos, determinam posições extremas sobre o tema, tais como se o

conhecimento é algo que se pode adquirir, por um lado, ou se é algo que se deve experimentar pessoalmente, por outro (Burrell & Morgan, 2005).

Além dos temas ontológicos e epistemológicos, existe um terceiro conjunto de hipóteses sobre a natureza humana e, em especial, a relação entre os seres humanos e seu entorno. Toda a ciência social deveria fundamentar-se sobre esta classe de suposição, já que a vida humana é essencialmente o sujeito e o objeto da investigação. A natureza humana pode ser concebida a partir de uma perspectiva determinista, por um lado, e voluntarista, por outro. Portanto, poderíamos identificar certas perspectivas da ciência social que implicam uma visão dos seres humanos que responde de maneira mecanicista ou, inclusive, determinista, às situações com as quais se encontram em seu mundo externo. Esta perspectiva contrastaria com aquela que atribui aos seres humanos uma função muito mais criativa, com uma perspectiva na qual a liberdade ocupa o centro da cena, em que o homem se considera como o criador de seu entorno, o controlador, em vez de ser controlado. Nestas duas opiniões extremas das relações entre os seres humanos e seu entorno identificaríamos um importante debate filosófico entre os partidários do determinismo, por um lado, e os do voluntarismo, por outro (Burrell & Morgan, 2005).

Os três conjuntos de suposições teriam implicações diretas de natureza metodológica e consequências importantes a respeito da maneira pela qual se busca investigar e obter conhecimento sobre o mundo social. Seria possível identificar metodologias empregadas na investigação da ciência social que consideram tanto o mundo social como o mundo natural como rígido, real e externo ao indivíduo, e outras que o consideram como muito mais brando, pessoal e de qualidade mais subjetiva. No primeiro caso, o esforço científico provavelmente enfatizará a análise das relações e regularidades entre os diversos elementos que envolve. Esta perspectiva se expressa a si mesma com maior força na busca de leis universais, que explicam e regem a realidade que se observa. No segundo caso, a principal preocupação se relaciona com a compreensão da maneira na qual o indivíduo cria, modifica e interpreta o mundo no qual se acha. Em termos metodológicos, esse enfoque, que enfatiza a subjetividade e relatividade, pode ser percebido como “anticientífico”, mediante referência às normas básicas que se aplicam habitualmente nas ciências naturais (Burrell & Morgan, 2005).

É possível aprofundar estes enfoques em função de duas dimensões-chave de análise. As hipóteses sobre a natureza da ciência podem ser consideradas em função das ênfases subjetiva e objetiva de leitura da realidade (eixo horizontal); e as suposições sobre a natureza da sociedade, em função da dimensão/eixo “regulação – mudança radical”. Das relações entre

os dois eixos resultam quatro paradigmas sociológicos independentes, que podem ser utilizados para a análise de uma ampla gama de teorias sociais, representados no seguinte diagrama (Burrell & Morgan, 2005):

| | | | |
|------------------------------------|------------------------|------------------------|-----------------------------------|
| Subjetividade (Dedução) | Mudança radical | | Objetividade (Indução) |
| | Humanista Radical | Estruturalista Radical | |
| | Interpretativa | Funcionalista | |
| | Regulação | | |

Tabela 1: Modelo dos Paradigmas Sociológicos de Burrell e Morgan
Fonte: Adaptado de Burrell e Morgan, 2005, p.22.

Como convém a uma tese, procuramos explicitar nossa posição do ponto de vista epistemológico. No eixo vertical, entre os polos mudança radical e regulação, não postulamos o primeiro. Ao propor aperfeiçoamentos ao processo de avaliação de artigos e consequentemente ao processo de avaliação institucional da pós-graduação, colocamo-nos no polo da regulação. Reconhecemos a importância e a necessidade da avaliação. Ao ousar aperfeiçoar esse processo, necessariamente estamos aceitando-o. Assim, nossa suposição sobre a natureza da sociedade está no polo da regulação. Esse posicionamento nos coloca entre o paradigma interpretativo e o paradigma funcionalista.

O paradigma funcionalista adota um ponto de vista objetivista da realidade pesquisada. Caracteriza-se pela preocupação em oferecer explicações para o *status quo*, ordem social, consenso, integração social, solidariedade, satisfação de necessidades e realidade. Estas preocupações sociológicas gerais são enfocadas desde um ponto de vista que tende a ser realista, positivista, determinista e legislativo. O paradigma funcionalista gera uma sociologia reguladora em sua forma mais desenvolvida. Em seu enfoque mais geral, busca oferecer explicações essencialmente racionais dos temas sociais. Trata-se de uma perspectiva que é sumamente pragmática em sua orientação, que se ocupa de compreender a sociedade de forma tal que seja gerado conhecimento que se possa utilizar. Frequentemente, seu enfoque se orienta aos problemas e versa sobre oferecer soluções práticas para os problemas práticos. Ocupa-se da “regulação” efetiva e do controle dos assuntos sociais. (Burrell & Morgan, 2005)

Já o paradigma interpretativo é caracterizado por sua preocupação em compreender a natureza fundamental do mundo social no campo da experiência subjetiva. Busca-se uma explicação dentro do território da consciência e subjetividade individuais, dentro do marco de referência do participante, oposto ao observador da ação. Em seu enfoque a respeito da ciência social, tende a ser nominalista, anti-positivista, voluntarista e de método ideográfico. O mundo social é considerado como um processo social emergente criado pelos indivíduos em questão. Os filósofos e sociólogos interpretativos buscam compreender as bases e a fonte mesma da realidade social. A sociologia interpretativa versa sobre a compreensão da essência do mundo cotidiano e se encontra subscrita por um compromisso com temas relacionados com a natureza do *status quo*, consenso, integração social e coesão, solidariedade e realidade (Burrell & Morgan, 2005).

Diante da oposição entre funcionalismo e interpretativismo, nossa posição é de que ela representa um reducionismo que impede a integração entre a dimensão objetiva e subjetiva do conhecimento. Partimos do pressuposto de que não há conhecimento puramente objetivo, uma vez que a apreensão do real se dá pelo sujeito que é, sempre, participante do evento e no evento social. Mas também recusamos a impossibilidade de conhecer a realidade só porque o sujeito é parte do evento e no evento. Acreditamos que o conhecimento objetivável possui limitações. Reconhecer essas limitações e trabalhar para reduzi-las faz parte do esforço científico de produzir conhecimento o mais próximo possível da realidade.

Em síntese, nosso posicionamento epistemológico considera que não é possível apreender o real de forma positivista, como pretende o funcionalismo. Mas, ao mesmo tempo, recusamos a postura interpretativista que considera que o conhecimento produzido é fruto da subjetividade do pesquisador. Preferimos a postura de buscar um conhecimento que possa ser tanto quanto possível objetivável, mas atento às limitações impostas pela natureza do conhecimento social. Fazemos coro, assim, à principal crítica ao modelo de Burrell e Morgan: a impossibilidade de os paradigmas indicados nos quadrantes do diagrama se comunicarem (Caldas, 2005) ou a “inconfundibilidade” dos paradigmas (Silveira, 2013).

A abordagem epistemológica adotada considera, portanto, que a avaliação de artigos ou a tarefa de interpretar um texto deve se “debruçar” sobre a sua realidade mesma e a partir do horizonte experiencial do seu leitor-revisor, daí o recurso à hermenêutica gadameriana.

1.4 Objetivos da Pesquisa

Com o arrazoado de que a qualidade da avaliação da pós-graduação está diretamente relacionada à qualidade da avaliação de artigos científicos, levantamos a seguinte pergunta de pesquisa: *Como se processa a avaliação de artigos científicos na área de Administração no Brasil, a partir da contribuição da Hermenêutica de Gadamer?*

Procuramos, com isso, demonstrar a seguinte Tese: *Não há objetividade nem subjetividade absolutas na avaliação da relevância de artigos científicos na área de Administração, à luz da Hermenêutica de Gadamer.*

Para atender ao problema e à justificativa da pesquisa a partir da abordagem epistemológica escolhida, os objetivos propostos para a pesquisa são:

Objetivo Geral:

Investigar o processo de avaliação de artigos científicos na área de Administração a partir da contribuição da Hermenêutica de Gadamer.

Objetivos Específicos:

(1) Analisar a contribuição de revistas acadêmicas da área de Administração no Brasil para a postura do revisor, a partir da análise dos critérios de avaliação de artigos propostos por elas;

(2) Analisar de que modo os critérios utilizados por revisores de artigos científicos de revistas acadêmicas da área de Administração no Brasil refletem o encontro entre a tradição do revisor e o texto, ou seja, a fusão de horizontes; e

(3) Levantar contribuições para a formação de revisores de artigos acadêmicos na área de Administração no Brasil.

Os objetivos específicos escolhidos se justificam pelo fato de nosso interesse estar voltado para a possibilidade ou grau de objetividade e abrangência dos critérios de avaliação recomendados pelas Revistas e adotados pelos revisores, de modo a verificarmos uma maior ou menor convergência entre a política dos veículos e a *expertise*/tradição desses mesmos revisores, e sua contribuição para a Postura Hermenêutica.

Além disso, como toda compreensão e interpretação de um texto, dentre os quais o artigo científico, estão sujeitas a uma motivação ou pré-conceitos por parte do seu leitor-revisor, não é desejável lançar mão nem de um procedimento metodológico meramente técnico (e, portanto, os critérios de avaliação de uma revista acadêmica não seriam suficientes); e nem fazê-lo a partir (somente) do mundo da vida e *expertise* do revisor. Por isso, defendemos que avaliar artigos científicos é uma tarefa hermenêutica e exige a compreensão da unidade entre a interpretação e o texto, ou seja, entre as dimensões subjetiva e objetiva da avaliação.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo reúne as seguintes seções: (i) a avaliação de artigos em revistas científicas; (ii) o processo de avaliação por pares; e (iii) a avaliação do texto científico à luz da Ciência Hermenêutica, em particular a Hermenêutica Filosófica de Gadamer.

2.1 Avaliação de Artigos em Revistas Científicas

Admitindo a dimensão reguladora em nossa posição epistemológica acerca da natureza da sociedade, afirmamos a necessária interação entre objetividade e subjetividade ao tratar da natureza da ciência. Dedução e indução têm as suas limitações intrínsecas que nos impedem de acatar unilateralmente tanto o paradigma interpretativista quanto o paradigma funcionalista. A dedução ensina uma forma correta de pensamento, mas não permite checar a verdade das premissas, condição para que a conclusão dos argumentos possa servir ao conhecimento da realidade (Patrus, 2011). A limitação da dedução está no fato de que, se a conclusão vale na medida em que valem suas premissas, deveria haver algumas proposições básicas imediatamente evidentes para garantir o elo inicial da cadeia (Brasil, 2008). Na medida em que tais proposições são aceitas como verdades, elas assumem o caráter de dogma, o que compromete a construção de sistemas abertos a um novo conhecimento. Reconhecemos também o valor da indução ao buscar ampliar o conhecimento, partindo de dados particulares para se chegar a uma conclusão geral. Há que lembrar, no entanto, que o método da indução não confere certeza ao conhecimento, podendo falar-se apenas em probabilidade (Patrus, 2011).

Uma analogia que vem da área da Cartografia pode nos ajudar a ilustrar este tema. O pressuposto é de que é impossível converter uma superfície curva em uma superfície plana sem falseá-la (Terrón, 1997). Decorre daí a impossibilidade de representar a superfície terrestre em um plano sem que a imagem não ofereça algum tipo de deformação: se optamos por conservar a forma das figuras da superfície terrestre ao transferi-las ao mapa (mediante uma projeção proporcional), não poderemos manter por sua vez a equivalência entre as áreas nem entre as distâncias. Ao contrário, se nos decidimos por representar proporcionalmente no mapa a extensão da superfície terrestre, então nem as distâncias nem as formas aparecerão refletidas de maneira satisfatória. Para o cartógrafo, a eleição do sistema de projeção está condicionada, sobretudo, pelo uso que vai ser feito do mapa. Se nos ativermos ao caráter

pragmático e utilitário do saber, não há dúvida de que a resposta dependerá em cada caso do para quem ou em função de quem nos dispomos a fazer um determinado mapa (Terrón, 1997).

Com efeito, ainda que qualquer sistema de projeção cartográfica que empreguemos implique sempre algum tipo de deformação na imagem que nos ofereça da Terra, não haveria, apesar de tudo, alguma “deformação” que pudéssemos considerar como a mais “correta” ou “objetiva”, ou pelo menos a menos insatisfatória? O paralelismo entre esse problema e o tema epistemológico e sociológico da ideologia é inegável, pois o qualificativo de “ideológico”, aplicado aos discursos, às imagens do mundo ou aos sistemas de pensamento, levaram consigo quase sempre esse matiz semântico negativo ou pejorativo de “visão deformada” ou distorcida da realidade, que, inspirando-se em interesses particulares que se procura manter ocultos, pretende fazer-se passar por uma mera descrição neutra e objetiva dos fatos (Terrón, 1997). Em outras palavras, como a transposição objetiva é sempre imperfeita, é o sujeito quem escolhe a inevitável deformação.

Para se compararem realidades complexas, reduzem-se, geralmente, os instrumentos a uma fórmula simplificada envolvendo menos variáveis. Nesse processo, o contexto original tende a “desaparecer”, ou seja, quanto maior a especificidade do objeto de avaliação, maiores as dificuldades para avaliá-lo (Terrón, 1997). Um modelo de avaliação tende a impor um padrão homogêneo que desconsidera as diferenças regionais e de contexto. Para discorrermos sobre o processo de avaliação de artigos em revistas científicas no Brasil, em particular na área de Administração, procuraremos chamar a atenção para os seus padrões e políticas deles decorrentes.

Esta seção está dividida em quatro blocos: (i) Qualidade das revistas e o fator de impacto; (ii) Modelos de editoria de revistas; (iii) Perfil e atribuições do revisor; e (iv) Perfil e atribuições do editor.

2.1.1 Qualidade das revistas e o fator de impacto

A construção do conhecimento (atividade-fim da academia) depende do processo de avaliação de artigos científicos (atividade-meio), no qual autores, editores⁴ e revisores

⁴ O gerenciamento de um periódico científico requer também um ou mais editores, como é o caso do editor administrativo, editor assistente ou editor executivo, dentre outras denominações. Para os objetivos da nossa pesquisa, todas as vezes que nos referirmos ao “editor” estaremos nos restringindo àquele diretamente responsável pelo processo editorial, embora existam realidades em que este também acumule as duas funções (ANPAD, 2010).

científicos⁵, permanentes ou eventuais (*ad hoc*), têm atribuições distintas e igualmente importantes (ANPAD, 2010). Já a disseminação dos resultados da pesquisa científica, de acordo com Omote (2005), envolve uma série de responsabilidades éticas e sociais por parte dos autores, dentre as quais a qualidade científica do trabalho realizado e a ser apresentado.

Outra condição para a efetiva avaliação da relevância de um *paper* é que o relato ateste a possibilidade de sua replicação, constituindo-se em uma das condições essenciais para a construção e validação do conhecimento científico (Omote, 2005). Por isso, a atividade científica, para Le Pair (1993), é indissociável da avaliação, pois os pesquisadores buscam respostas para os problemas avaliando conceitos, dados colhidos e teorias expostas anteriormente por seus pares, sendo estas atividades ininterruptas. A necessidade dessa avaliação é também motivada pelo crescente número de publicações técnico-científicas que são produzidas, o que vai requerer o estabelecimento de controladores de qualidade desde a criação até a publicação dessa produção (Freitas, 1998).

O rigor de uma pesquisa, sua excelência, evidencia-se na forma como estão explicitadas a postura epistemológica, as decisões que se tomaram para escolher uma ou outra perspectiva metodológica, e as limitações e alcances dos instrumentos e das técnicas de processamento e análise empregadas (Pérez-Abril, 2010). Além disso, reconhece-se como característica de um bom artigo a capacidade de atrever-se a pensar desde e para além dos dados, evidenciando-se a voz do sujeito pesquisador arriscando hipóteses interpretativas (Pérez-Abril, 2010). Estes requisitos não são da responsabilidade apenas do autor do artigo, mas também dos editores e dos revisores em aprimorá-lo e cancelá-lo, daí o interesse da nossa investigação.

Numa cultura de pressão por publicação, onde autor e instituição dependem da publicação em revistas para serem bem avaliados, o objetivo original do periódico científico, qual seja, a comunicação dos resultados de pesquisas da forma mais ampla possível, pode ficar comprometido, "... passando a publicação do maior número de artigos a ser mais importante do que divulgar estudos capazes de ter um impacto significativo." (ANPAD, 2010, p.1; Bertero, 2003, 2007; Carvalho & Vieira, 2003). Segundo Minami (2012), o Brasil ainda gasta pouco com ciência, o que se refletiria diretamente nas revistas científicas. Para o autor, a

⁵ Diante da diversidade de termos para esta função, tais como: árbitros (Larochelle, 2006), assessores científicos (FAPESP, 2011), avaliadores (Freitas, 1998), consultores (Krüger, 2005), pareceristas (Gondim, 2004), peritos acadêmicos e peritos avaliadores (Pérez-Abril, 2010), e *referees* (Bertero, Caldas & Wood Jr., 1999) optamos por "revisores", consoante a nomenclatura adotada pelo manual de Boas Práticas da Publicação Científica, da ANPAD (2010).

maneira de driblar a falta de recursos seria a utilização de plataformas digitais, ajudando a eliminar gastos com impressão e envio, e dando visibilidade internacional ao veículo.

Em editorial da Revista de Administração de Empresas (RAE) eletrônica de 2007, o editor já chamava a atenção de forma contundente para a “via incontornável” da internacionalização de nossos programas de pós-graduação em Administração, como parte dos critérios de avaliação da excelência de mestrados e doutorados. Para tanto, uma exigência específica seria que parte da produção científica desses programas fosse veiculada em revistas internacionais, o que tem despertado atenção e interesse crescentes da nossa comunidade acadêmica (Bertero, 2007).

Como já referido, o “impacto do artigo científico” para a comunidade dos pares e para a sociedade tem ficado em segundo plano em relação ao “impacto do periódico” para a mesma comunidade. Embora o interesse maior de nossa pesquisa seja a avaliação de artigos científicos e não a avaliação de revistas, consideramos importante apresentar alguns esclarecimentos sobre o que vem a ser o fator de impacto (sua definição, história, cálculo e controvérsias), uma vez que sua crescente valorização tem reflexos sobre a opção epistemológica do processo de avaliação de artigos científicos.

Em artigo intitulado “Fator de impacto de revistas científicas: qual o significado deste parâmetro?”, Pinto e Andrade (1999) nos oferecem uma visão geral sobre o fenômeno da medição da própria atividade científica. Recuperando a história desta prática, os autores nos reportam aos inícios da década de 1960, quando surgiu uma nova área de estudo, a *cienciometria*, definida como a área do saber... “que trata da análise de aspectos quantitativos referentes à geração, propagação e utilização de informações científicas, com o fim de contribuir para o melhor entendimento do mecanismo de pesquisa científica como uma atividade social” (Meis & Leta, 1996, como citado em Pinto & Andrade, 1999, p.448). As principais ferramentas utilizadas para esses estudos seriam os índices bibliométricos, geralmente obtidos a partir de bancos de dados, onde parte da literatura científica mundial produzida a cada ano está catalogada.

No Brasil, os estudos *cienciométricos* foram desenvolvidos no final da década de 1970 e ganharam maior relevância no início da década de 1990, quando pesquisadores, principalmente da área de *Bioquímica*, começaram a defender a importância de se levar em consideração o fator de impacto de revistas científicas e o número de citações de pesquisadores na avaliação pelos pares. Estes indicadores, à época, eram utilizados nos EUA até como critérios de seleção de cientistas e de professores pelas universidades americanas. A

polêmica em torno do crescimento desta tendência foi instalada: de um lado havia aqueles que colocavam o número de citações de um artigo e o fator de impacto das revistas como os únicos critérios de avaliação de um trabalho científico; de outro, havia aqueles que consideravam que a adoção do ranqueamento de revistas científicas, a partir do número de citações de suas publicações no julgamento de projetos, bolsas de produtividade de pesquisa e avaliação de cursos de pós-graduação, era mais uma forma de colonialismo cultural (Pinto & Andrade, 1999).

Dentre os autores que levantam polêmica em torno de um pretenso colonialismo cultural, Spinak (1996) une-se ao coro daqueles que veem com reservas as influências hegemônicas de investigações levadas a cabo por uma dada sociedade sobre outros contextos culturais, e defende que a América Latina e o Caribe deveriam evitar seguir produzindo ininterruptamente análises que copiam procedimentos estrangeiros sem fazer as adequações socioeconômicas e institucionais pertinentes (Spinak, 1996). Esta preocupação vem ao encontro da polêmica levantada por Terrón (1997), a partir do citado exemplo da Cartografia, sobre a “opção ideológica da deformação da realidade”, segundo a qual um discurso ou sistema de pensamento que pretenda uma mera descrição neutra e objetiva dos fatos conteria interesses particulares que se procuraria manter ocultos (Terrón, 1997). Também Vieira e Carvalho (2003), ao se referirem ao crescimento duvidoso da literatura acadêmica na área de Administração no Brasil quanto a critérios de qualidade, manifestam sua preocupação à importação de modelos norte-americanos para as Ciências Sociais: “A academia americana em administração adaptou-se facilmente aos critérios das ciências exatas... mas o mesmo não se pode afirmar com tanta certeza no que se refere às ciências sociais... A grande questão é a de saber até que ponto os valores e normas por eles institucionalizados são os mais adequados para nós” (Vieira & Carvalho, 2003, p.180).⁶

Um contraponto à tendência do colonialismo cultural é o documento de trabalho sobre a destinação social da atividade científica e tecnológica em âmbito de América Latina, de Jaramillo, Hincapié e Patrus (2013), o qual propõe o desenvolvimento de um modelo de medição para a orientação dessa atividade como parte de uma estratégia que contribua para o crescimento e desenvolvimento humano, social, econômico e financeiro de cada país. A universidade, em particular (ao lado do indivíduo, do Estado, da sociedade, da cadeia

⁶ Retomaremos mais adiante este tema da influência e direcionamento sobre outros países do modelo norte-americano de construção do conhecimento na área de Administração, quando apresentarmos a história da avaliação por pares.

produtiva e do *cluster*, da empresa e dos sistemas de interface que atuam no marco dos sistemas de inovação, cada qual com a sua função), seria o lócus gerador de conhecimentos, valores e produtos, e protagonista para a orientação estratégica da atividade científica e tecnológica no âmbito local, regional e nacional. A academia não deveria ter como fim a publicação de seus resultados de pesquisa, mas ter claro que os produtos da atividade investigativa são meios para o desenvolvimento humano, social, econômico e financeiro, não somente das empresas, mas da sociedade. Portanto, a publicação como contribuição ao crescimento e desenvolvimento social ajuda a problematizar o fenômeno do produtivismo acadêmico se levarmos em conta o critério da destinação social. (Jaramillo, Hincapié & Patrus, 2013)

Quais seriam, então, as motivações que explicariam a supervalorização da aplicação do fator de impacto em avaliações de revistas científicas? Segundo o estudo de Pinto e Andrade (1999), as razões, à época, de diferentes ordens, eram as seguintes:

- 1) As publicações científicas vinham sendo, cada vez mais, um produto de mercado, tendendo, cada vez menos, a atender a propósitos científicos;
- 2) A contabilidade numérica da pesquisa científica praticada pelos Comitês de Avaliação das agências de fomento incentivavam o produtivismo acadêmico, “... independentemente do valor intrínseco do trabalho” (p.451);
- 3) O número de trabalhos experimentais descritivos, através da realização de medidas e da confecção de tabelas sem fundamentos empíricos e lógicos, porque desprovidos de embasamento conceitual, crescia em publicação;
- 4) Linhas de pesquisa vinham se transformando em verdadeiras fábricas de artigos à semelhança de linhas de montagem, “... sacrificando pesquisadores críticos às custas da obtenção de índices numéricos.” (p.452); e
- 5) Lideranças científicas alcançavam status “...com base no número de artigos publicados, quase que única e exclusivamente em decorrência da responsabilidade pela aquisição e manutenção de instrumentos de grande porte de última geração.” (Pinto & Andrade, 1999, p.452)

O estudo identificou ainda ressalvas à aplicação do fator de impacto na avaliação de revistas (Pinto & Andrade, 1999), levantando preocupações que vêm ao encontro dos interesses de nossa pesquisa sobre a avaliação de artigos científicos, quais sejam:

- 1) O número de revistas por área do conhecimento é variável de área para área, de modo que nas áreas com maior número de revistas os artigos publicados têm maior probabilidade de serem citados;
- 2) O número médio de referências por artigo também varia de área para área;
- 3) Pesquisas de âmbito regional podem ter grande importância para as sociedades onde estão inseridas;
- 4) Artigos com fragilidades conceituais ou na interpretação dos resultados experimentais costumam ser muito citados justamente por terem seu referencial teórico ou seus dados contestados.

Além de corroborar as ressalvas do estudo de Pinto e Andrade (1999), Petroianu (2009) dá maior repercussão a elas:

- 1) Há artigos excelentes que estão publicados em revistas de menor impacto ou que não estão incluídos em base de dados reconhecida internacionalmente;
- 2) Artigos publicados em periódico de alto impacto são passíveis de críticas por sua baixa qualidade e pela falta de valor científico;
- 3) Há preconceito estabelecido em revistas de alto impacto em relação a artigos provenientes de países e regiões menos desenvolvidos cientificamente; e
- 4) Há preconceito à inclusão de novas revistas em bases de dados reconhecidas ou quando essas revistas permanecem sem fator de impacto mesmo depois de incluídas.

Constatou-se ainda no estudo de Pinto e Andrade (1999) que lideranças científicas de muitas áreas estariam deixando de prestigiar revistas com baixo fator de impacto, por serem específicos, procurando só publicar naqueles de alto índice de impacto; e que, por serem referências em suas áreas de conhecimento, essas lideranças estariam disseminando, junto a pesquisadores mais jovens, a falsa impressão de que o melhor em ciência está restrito às revistas de maior fator de impacto. Somar-se-ia a isto o temor de que a posição das agências de financiamento à pesquisa no Brasil seria a de discriminar as revistas científicas sob o pretexto de que tudo que é publicado nessas revistas é ruim ou de qualidade inferior ao que é publicado nos países de primeiro mundo (Pinto & Andrade, 1999).

O cálculo do fator de impacto de um periódico científico indexado ao *Institute for Scientific Information* (ISI), um dos bancos de dados mais utilizados na bibliografia especializada, vem sendo publicado pelo *Journal of Citation Reports* (JCR) anualmente, desde 1972. O JCR reúne os dados do *Science Citation Index* (SCI), *Social Sciences Citation Index* (SSCI) e *Arts and Humanities Citation Index* (AHCI), todos publicados pelo ISI. Os

dados informados revelam o número de citações dos artigos publicados nele próprio e nas demais revistas indexadas naquele ano. O fator de impacto de um periódico em 2012, por exemplo, é calculado assim: número de citações no SCI em 2012 para os artigos publicados em 2010 e 2011, dividido pelo número de artigos que o mesmo periódico publicou nesses dois anos. Assim, se o periódico publicou 115 e 120 artigos em 2010 e 2011, respectivamente, e se estes artigos foram citados 200 vezes em 2012, o fator de impacto desse periódico é 200 divididos por 235 (200/235), ou seja, o seu “Fi” em 2012 é igual a 0,851 (Pinto & Andrade, 1999).

Em julho de 2012, a *Thomson Reuters* divulgou o 2011 JCR, com os fatores de impacto das principais revistas científicas no mundo. Na oportunidade, eles estavam divididos em edições separadas para “Ciência” e “Ciências Sociais”, num total de 10.677 revistas de 2.552 editores em 82 países. Os índices não devem ser comparados entre áreas diferentes de estudo, por isso o importante é tentar ficar acima da média de sua própria área (Minami, 2012).

Segundo Silva (como citado em Minami, 2012)⁷, editor à época do periódico *Clinics*, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), o salto no desempenho do seu periódico se deveu a: 1) Publicação em inglês; 2) Sistema *online* eficiente para recebimento e revisão de artigos, com controle preciso do fluxo pelos editores, além da disponibilidade da publicação na internet, sem volumes impressos; 3) Controle rígido do que é publicado, contando com um grande número de revisores qualificados; 4) Atenção na escolha do título e do resumo do artigo, para atrair leitores e não comprometer a sua apresentação; e 5) Divulgação do trabalho científico em simpósios, conferências e outros meios acadêmicos, para alcançar reconhecimento nacional e internacional.

Ainda como alternativa ao fator de impacto e ao número de citações, Pinto e Andrade (1999) recuperam o conceito de “vida-média” recomendado por outros pesquisadores, definido pelo “... período de tempo que o artigo é citado na literatura” (p.452), e que representaria uma medida da qualidade e da utilidade do mesmo artigo, que por ser bom sobreviveria no tempo. Este parâmetro, no entanto, não pode ser aplicado a todas às áreas, já que algumas delas se desenvolvem tão rapidamente que a vida média dos artigos é de poucos meses (Pinto & Andrade, 1999). A partir da bibliografia levantada para esta pesquisa e do

⁷ Trata-se aqui do site da Comunidade Virtual de Comunicação Científica em Saúde, por isso esta matéria não cita referências.

diálogo com nossos pares, é possível dizer que as ressalvas e preocupações levantadas por Pinto e Andrade (1999) continuam muito atuais, o que reforça a necessidade de aprimorarmos o processo de avaliação de artigos e a formação de editores e revisores.

Em pesquisa com o objetivo de analisar a gestão editorial de revistas científicas da área de Administração no contexto brasileiro e propor uma tipologia de seus modelos de gestão, Sandes-Guimarães (2013) identificou em três revistas da amostra que as etapas de triagem iniciais auxiliam a encaminhar para a avaliação *double-blind* artigos que tenham uma clara contribuição para a área e que sejam de boa qualidade. Segundo o estudo, isso pode influenciar a que a revista alcance maior impacto posteriormente, devido à qualidade e contribuição dos artigos publicados. Outra variável identificada que contribui para o fator de impacto é o tempo para publicação do artigo desde a sua submissão, já que algumas discussões e pesquisas podem perder o seu valor por ficarem desatualizadas. Embora isto aconteça com mais frequência nas áreas exatas e biológicas, há subáreas da Administração, como Informática e Tecnologias da Informação, que se não tiverem seu artigo publicado a tempo terão perdido seu valor junto à comunidade científica e seu potencial de impacto. (Sandes-Guimarães, 2013)

Um contraponto levantado por Spinak (1996), no entanto, é de que os dados bibliométricos não fornecem uma garantia intelectual suficiente quanto ao significado e importância da atividade científica, devido às limitações das bases de dados usadas e aos procedimentos de medição utilizados. Isto significaria que indicadores obtidos de distintas bases de dados poderiam indicar coisas distintas sobre a posição internacional de um país em diversos campos científicos, e que sem um bom entendimento das relações científicas e hierárquicas entre as revistas seria difícil estabelecer uma base de comparação. Os processos de investigação de uma sociedade, objeto de medição na cienciometria, não seriam inteiramente “objetivos e neutros” como uma lei física natural, mas fariam parte das estruturas sociais e estariam imersas nestas, pelo que variariam de uma sociedade para outra. Esta visão diverge bastante da predominante no ambiente norte americano, fortemente influenciada pelos paradigmas do sociólogo Robert Merton⁸, cuja escola considera que o crescimento da ciência está ligado fortemente aos valores e perspectivas do puritanismo (utilitarismo e empirismo),

⁸ Robert King Merton (1910 – 2003) foi um sociólogo norte-americano, considerado um teórico fundamental da burocracia, da sociologia da ciência e da comunicação de massa. Publicou no conceituado periódico *Science*, em 5 de janeiro de 1968, o artigo *The Matthew Effect in Science*, onde ele faz uma analogia entre o sistema de recompensas e a alocação de recursos científicos, com a parábola dos talentos contada por Jesus de Nazaré no Evangelho de São Mateus (cap. 25, versículo 29), onde se lê: “Pois a todo o homem que tem será dado, e estará na superabundância; mas àquele que não tem, mesmo o que tem lhe será tirado.” (Merton, 1968; Galache, 1995, p.1226).

com uma estrutura normativa elitista na qual o reconhecimento pelos “pares” ou colegas é a moeda de pagamento do cientista, que atuaria com desinteresse em uma empresa universalista e marcada pela comunidade dos conhecimentos. Na visão editorial correspondente, o reconhecimento a um autor se manifesta mediante a citação de seus trabalhos pelos colegas da elite em revistas de impacto (Spinak, 1996).

Retomando o nosso objeto de investigação, o processo de avaliação de artigos não está desvinculado do processo de avaliação de revistas para agências de fomento, relativamente à concessão de financiamento (Trzesniack, 2006). Este processo de avaliação possui quatro dimensões básicas: 1) Adequação técnico-normativa do produto; 2) Finalidade do produto (ou de conteúdo); 3) Processo de produção; e 4) Mercado. A avaliação de artigos é um procedimento indispensável na consecução da dimensão da finalidade do produto (dimensão 2), já que esta diz respeito ao cumprimento da finalidade do periódico, enunciada na sua política editorial, sintetizada na sua missão e atendida através da publicação de pesquisa científica recente, inédita e relevante para os seus leitores (Trzesniack, 2006).

Outro dado que não podemos perder de vista é que para um periódico fazer parte de uma seleta base de dados (por seu fator de impacto) ele precisa provar que possui processos editoriais rigorosos, geralmente patrocinado por alguma empresa editorial com interesses comerciais, além dos objetivos meramente científicos. Um número variado e significativo de pesquisas, no entanto, chama a atenção da academia, governos e sociedade para os altos custos das revistas científicas nas últimas décadas, o que se denominou de “crise das revistas” (Costa & Guimarães, 2010; Van De Sompel & Lagoze, 2000). A questão mais grave deste fato, segundo Guedes (2010), “...é que a grande maioria desses trabalhos foi produzida com dinheiro público e com esse mesmo dinheiro as instituições pagavam a assinatura dessas revistas.” (Guedes, 2010, p.4).

Segundo matéria da Folha de São Paulo, de maio de 2012, a Universidade *Harvard* estaria incentivando seus pesquisadores a publicarem artigos em revistas de acesso aberto e pedindo-lhes que, caso publiquem em revistas de acesso pago, garantam que seus trabalhos fiquem disponíveis na internet em *sites* ou *blogs*, e que incentivem os colegas a fazerem o mesmo. De acordo com *Harvard*, a conta de assinatura de revistas estaria insustentável, chegando às cifras de US\$ 3,5 milhões por ano para garantir o acesso aos principais *journals* científicos do mundo. Esta mobilização viria ao encontro de um boicote internacional de cientistas à editora *Elsevier* devido ao valor da assinatura de revistas como o *Lancet*. No Brasil, quem assume a assinatura das revistas internacionais é a Capes, que, em 2011, teria

gasto R\$ 133 milhões para que 326 instituições do país acessassem mais de 31 mil revistas científicas. (Righetti, 2012)

Uma boa oportunidade para repensar e criticar as modalidades vigentes de produção de conhecimento em nosso país se deu por ocasião da entrega do Nobel de Medicina de 2013, quando o biólogo molecular estadunidense Randy Wayne Scheckman, que recebeu o prêmio juntamente com seus pares, aproveitou-se da visibilidade pública proporcionada pela premiação para reforçar a polêmica contra algumas das publicações científicas mais importantes no campo das ciências biológicas. Segundo ele, as revistas *Nature*, *Science* e *Cell* estariam prestando um verdadeiro desserviço à ciência difundindo práticas propriamente especulativas para garantirem seus mercados editoriais. Entre essas práticas estariam: (1) a redução artificial da quantidade de artigos aceitos para publicação; (2) a adoção de critérios sensacionalistas na seleção das colaborações; e (3) um total descompromisso com a qualificação do debate científico. Ao final de sua intervenção, Scheckman conclamou à comunidade científica a se libertar da tirania das revistas de luxo, contribuindo para que a pesquisa sirva melhor aos interesses da ciência e da sociedade. (Moraes, 2014).

É neste contexto que surgem os primeiros Arquivos Abertos impulsionados pelo Movimento do Acesso Aberto e protagonizados pela *Open Archives Initiative* (OAI), originado na Convenção de Santa Fé, em 1999; e pela *Budapest Open Access Initiative* (BOAI). Com o objetivo de disponibilizar publicação científica pela Internet a qualquer pessoa, o Movimento de Acesso Aberto prevê: 1) Auto-arquivamento, por parte do autor, preservando-se o direito de transferir o conhecimento para o público; 2) Avaliação por pares aberta, transparente, quebrando o conceito da revisão sigilosa⁹; 3) Interoperabilidade como pré-requisito na adoção de ferramentas de publicação da informação; e 4) Democratização da informação através da internet/web (IBICT, 2013).

O pioneiro das iniciativas em Arquivos Abertos foi o arXiv, implementado em 1991, por Paul Ginsparg, de *Los Alamos National Laboratory*, Novo México (EUA), como um repositório para abrigar artigos de Física, Matemática e Ciência da Computação. Outros repositórios teriam sido desenvolvidos em outros campos do conhecimento, como também outras formas de publicação e acesso à pesquisa, como revistas eletrônicas e repositórios institucionais, que passaram a adotar as especificações definidas pela OAI (Van De Sompel & Lagoze, 2000 como citado em Costa & Guimarães, 2010, p.79; Fitzpatrick, 2011).

⁹ A esta modalidade de avaliação por pares, juntamente com a avaliação “cega” voltaremos oportunamente, quando trataremos mais de perto sobre este sistema de arbitragem.

Um dos editoriais da Revista de Administração de Empresas (RAE) do ano de 2012 (Diniz, 2012b) reforçou a denúncia contra os interesses comerciais de editoras científicas em detrimento de interesses acadêmicos, e alertou também para falhas em seus processos editoriais e para um viés que favoreceria “revistas nativas de alguns poucos países”. Apesar das críticas, prossegue Diniz (2012b), isto não seria ainda suficiente “...para arranhar o prestígio dos indicadores computados exclusivamente nas bases fechadas de revistas dessas mesmas editoras...”.

A mesma RAE, em outro editorial (Diniz, 2012d), voltou a tratar do tema, chamando a atenção para o fato de que nossas revistas na área de Administração serem, na maior parte dos casos, criados e mantidos “... por instituições de ensino e pesquisa mais com o objetivo de dar vazão à produção de seus pesquisadores e menos com o foco na produção de conhecimento de valor científico para toda a comunidade.” Ainda segundo Diniz (2012d), este fato suscitaria dois problemas: o formato das revistas dentro das instituições de ensino criariam departamentos, inviabilizando o desenvolvimento de um modelo próprio focado no negócio de publicações; e, como esses departamentos seriam apenas centros de custos, gerenciados amadoristicamente através do trabalho dedicado e voluntário, não conseguiriam atingir um padrão de qualidade à altura do que se encontra em mercados editoriais mais profissionalizados. Ou seja, as revistas que possuem melhor classificação seriam geralmente geridas por equipes de profissionais focados no “negócio” de publicação científica; ao passo que as revistas “departamento”¹⁰ ficariam em desvantagem em termos de valor científico, uma vez que seu impacto na comunidade acadêmica acabaria sendo menor (Diniz, 2012d). Enquanto não se busca a competência de uma estrutura profissional, formada por equipe contratada e remunerada para isto, a qualidade de nossa produção estaria comprometida, defende o Editor (Diniz, 2012c, 2012d).

Outro dado que compromete a relevância de nossa pesquisa acadêmica é o fato de que dentre as revistas da área de Administração patrocinadas por programas de pós-graduação verifica-se um alto nível de concentração da produção científica no Brasil. Segundo pesquisa de Wood Jr. e Chueke (2008), realizada com revistas da área entre 2002 e 2006, e denominada Ranking de Produção Científica em Administração de Empresas no Brasil, “... as dez instituições mais bem colocadas no ranking, de um total de mais de cem instituições que tiveram produção registrada, respondem por quase 60% da produção local.” (Wood Jr. & Chueke, 2008, p.28). Dentre os programas e revistas analisados, a Faculdade de Economia,

¹⁰ As revistas “departamento” serão melhor descritas em nossa Metodologia, como também serão objeto de nossa pesquisa de campo.

Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), que à época era a primeira colocada, publicava em média quinze artigos por ano nas revistas analisadas. Já a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), décima colocada, publicava apenas quatro artigos por ano; e o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC-RJ), que ocupava a vigésima colocação (20^a.), publicava apenas um artigo por ano (Wood Jr. & Chueke, 2008).

Recentemente, os “Indicadores FAPESP de Ciência, Tecnologia e Inovação” divulgaram que os pesquisadores brasileiros publicaram, à época do levantamento, 56% dos artigos científicos originados na América Latina. Destes números, os pesquisadores do Estado de São Paulo publicaram, de 2008 a 2010, 43.535 artigos científicos em revistas cadastradas no *Web of Science* (46% da produção nacional), quantidade que superaria a de todos os países latino-americanos, exceto o Brasil (FAPESP, 2011).

A despeito do aumento do número de revistas na área de Administração, a busca por aperfeiçoamento e o aumento de revistas especializadas (Brito, 2009), a pesquisa de Wood Jr. e Chueke (2008) também revelou, como lamentável e preocupante, o fenômeno da endogenia, segundo a qual revistas científicas, de forma explícita ou discreta, adotavam uma política editorial de favorecimento dos pesquisadores-autores das suas instituições. Segundo a mesma pesquisa, duas razões sustentariam tal prática eticamente questionável: a proximidade física entre as redações das revistas e os pesquisadores da instituição a qual estão filiadas; e a inércia em relação à situação anterior, quando pesquisadores submetiam artigos a revistas da própria instituição (Wood Jr. & Chueke, 2008).

Contrariamente a esta prática, o manual de Boas Práticas da Publicação Científica, da ANPAD destaca a importância do compartilhamento do processo editorial entre pesquisadores e docentes de diversas instituições, de modo a evitar que um autor e/ou editor vinculado à mesma instituição responsável pelo periódico tenha privilégios para publicação de seu artigo. Neste caso, a porcentagem anual de artigos de autores vinculados ao periódico não deveria exceder 15% de sua publicação (ANPAD, 2010). De acordo com Mattos (2005), “... a independência de opinião, por mais incômoda que seja entre amigos ou ‘partidários’, pois, de certa forma, enfraquece ou desprestigia o grupo ou as relações, é um dos grandes recursos de desenvolvimento da academia, um dos pilares éticos de sua credibilidade.” (Mattos, 2005, p.275).

Embora existissem, já na época da pesquisa de Wood Jr. e Chueke (2008), recomendações da Capes para coibir essas práticas e privilegiar políticas editoriais mais abertas, essas pressões não eram suficientes para surtir efeito: no período compreendido entre

2002 e 2006, 68% da produção da FEA-USP e 91% da produção da USP, *campus* de Ribeirão Preto (USP-RP), eram veiculadas na Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP); 68% da produção da Universidade Federal da Bahia (UFBA) era veiculada no periódico Organizações & Sociedade (O&S), pertencente à Escola de Administração da mesma Instituição; e 31% da produção da Escola de Administração de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas (EASP-FGV), era veiculada na Revista de Administração de Empresas (RAE) pertencente à mesma Instituição (Wood Jr. & Chueke, 2008). Nossa experiência como pesquisador, no exercício de solidariedade com nossos pares, confirma que, apesar das pressões atuais da Capes e do que preconiza o manual de Boas Práticas da Publicação Científica, da ANPAD (2010), o fenômeno da endogenia ainda é uma prática presente em revistas da área de Administração.

Além da concentração da nossa produção científica e do fenômeno da endogenia, faltariam às pesquisas brasileiras na área de Administração o rigor metodológico e a maturação de idéias para que a nossa produção possa contribuir com o diálogo teórico internacional, assumindo um papel mais competente na produção do conhecimento (Bertero, 2007; Rodrigues, 2004; Roesch, 2003). Além disso, pesquisa realizada por Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999), com revisores na área de Administração, já evidenciavam há mais de uma década, a grande heterogeneidade de critérios de julgamento da produção científica usados na área de Administração no Brasil, atestando: baixo consenso em relação aos critérios prescritos para julgar a produção científica; baixo consenso com relação a quais são os critérios mais importantes; e baixo consenso quanto ao significado atribuído a cada critério (Bertero, Caldas & Wood Jr., 1999).

Um exemplo recente e extremo de uma prática de publicação desvirtuada de seus objetivos mais nobres foi divulgado pela Folha de São Paulo, em 31 de março de 2011, numa reportagem intitulada “Químico da Unicamp é acusado de fraudar 11 estudos científicos”. De acordo com a matéria, uma investigação internacional teria apontado fraude em 11 artigos científicos de um respeitado professor titular de Química da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em colaboração com um aluno da pós-graduação à época. A acusação é de que o professor teria falsificado imagens de ressonância magnética que serviriam para estudar características de novas moléculas. Os trabalhos que conteriam fraude foram publicados entre 2008 e 2010 em várias revistas científicas da *Elsevier*, multinacional que, à época, era a maior editora de revistas acadêmicas do mundo. Os estudos da Unicamp foram “despublicados”, não tendo mais validade para a comunidade científica. A reportagem ainda

pondera, como se isto justificasse o lamentável episódio, que, “... num clima de competição científica acirrada e globalizada, com pesquisadores cada vez mais pressionados para mostrar sua produção em números, mais casos são esperados” (Mioto & Lopes, 2011).

Em editorial da RAE de 2007, Bertero, nos papéis de responsável pelo periódico à época e de autor avaliado por revistas internacionais, constatava que a revisão de artigos submetidos a estas últimas costumava ser mais severa, abrangente e cuidadosa do que as realizadas por nossas revistas. Nossa produção seria “particularmente frágil” porque “boa parte de nossos artigos considera como referencial teórico uma “revisão de literatura” muito empobrecida”, sendo necessária, por tautológica que seja, a familiarização com a literatura internacional para se poder publicar internacionalmente (Bertero, 2007). Mesmo contando com revisores que produzem avaliações de nível internacional, “... adicionando sugestões de leituras complementares, adentrando no referencial teórico e nos procedimentos metodológicos, e também comentando e contribuindo na análise dos resultados”, haveria ainda muitos revisores que fornecem pareceres superficiais, seja para aprovar ou reprovar um artigo (Bertero, 2007).

2.1.2 Modelos de editoria de revistas

Partindo também da constatação de uma defasagem de qualidade entre publicações acadêmicas nacionais e internacionais na área de Administração no Brasil, e pretendendo contribuir para uma maior qualificação dos artigos publicados, Kirschbaum e Mascarenhas (2009) desenvolveram uma investigação junto a revistas desses âmbitos e analisaram “de perto” modelos de editoração que podem impactar distintamente na avaliação e publicação de artigos. Apesar do perigo real do “isomorfismo mimético” (Kirschbaum & Mascarenhas, 2009), segundo o qual, por diferentes motivos, as fórmulas de sucesso são copiadas por indivíduos e comunidades de pesquisadores, esse fenômeno é sempre acompanhado por alguma articulação com o conhecimento local, enriquecendo o modelo original. Convenhamos: nem o enclausuramento de nossa comunidade acadêmica em relação ao estrangeiro é positivo, porque a empobreceria; nem a importação de ideias estrangeiras se daria de forma automática, sem qualquer criatividade (Kirschbaum & Mascarenhas, 2009). O destaque dado por nós, a seguir, ao estudo dos modelos de editoração de revistas nacionais e internacionais desenvolvido por Kirschbaum e Mascarenhas (2009) pode nortear, acreditamos, a discussão em curso sobre a formação de editores e revisores nesse processo.

Com base em sua pesquisa, Kirschbaum e Mascarenhas (2009) identificaram semelhanças e diferenças entre as revistas nacionais e internacionais no que diz respeito ao processo de avaliação de artigos científicos. Inicialmente, foram relacionadas características comuns: 1) Num primeiro momento, o editor decide se o artigo será ou não revisado; 2) Se aprovado para revisão, o artigo é enviado para até três revisores; 3) Não há interferência dos editores nos pareceres dos revisores; 4) Há uma orientação explícita para que os revisores não aceitem revisar um artigo caso se sintam incompetentes ou se não tiverem disponibilidade para fazê-lo; e 5) O editor pode solicitar a contribuição de outros revisores, caso as primeiras revisões não tenham sido satisfatórias ou consistentes. (Kirschbaum & Mascarenhas, 2009)

Dentre as diferenças identificadas entre as revistas nacionais e internacionais destacaram-se três dimensões no processo de revisão de artigos que nos interessam mais de perto: o papel do editor, o grau de autonomia dos revisores, e o papel do conselho editorial (*board*). Com base nestas dimensões os autores chegaram à proposição de dois modelos “puros”, que expressariam disposições distintas de processos de revisão e publicação de artigos científicos (Kirschbaum & Mascarenhas, 2009).

No modelo brasileiro de avaliação e publicação de revistas, os revisores teriam uma autonomia maior, o que daria margem a critérios diferentes no julgamento sobre a relevância e o rigor epistemológico e metodológico do artigo (Kirschbaum & Mascarenhas, 2009, p.11). Residiria justamente no grau de autonomia dos revisores, supostamente alto, a maior preocupação dos autores, para quem as avaliações variariam muito em qualidade e rigor devido ao vasto campo de manobra a que os revisores têm direito, contribuindo para a maior subjetividade no processo de avaliação do artigo (Kirschbaum & Mascarenhas, 2009). Nesse modelo, o revisor assume o papel de *gatekeeper* ou “porteiro”.

Já no modelo internacional de editoria de revistas, a construção do conhecimento depende primordialmente da atuação do editor, tanto assim que a decisão última sobre a aprovação ou não de um artigo é dele, o qual contaria com os pareceres dos revisores como “peças de consultoria” para sua decisão (Kirschbaum & Mascarenhas, 2009, p. 10). “Esse modelo coloca a constelação de indivíduos envolvidos em uma coletividade de aprendizado mútuo, onde as diversas etapas de revisão em diferentes níveis organizacionais levam o artigo a crescer e ganhar consistência...” (Kirschbaum & Mascarenhas, 2009, p.14-15). Nesse caso, o *gatekeeper* é o editor, função que teria maior prestígio, ainda que não contrária ao problema da subjetividade.

O passo-a-passo dos processos de revisão e publicação de artigos, de acordo com cada um dos modelos identificados, pode ser acompanhado no Tabela 1, a seguir. Atentemos para as três dimensões que marcam as principais diferenças entre eles: o papel do editor, o grau de autonomia dos revisores, e o papel do conselho editorial (Kirschbaum & Mascarenhas, 2009):

Quanto à responsabilidade do editor e do conselho editorial no processo de avaliação de artigos científicos seria possível deduzir que nas revistas nacionais de Administração esse papel é minimizado, permanecendo em segundo plano, para não levantar suspeitas de diminuição do poder do revisor, colocar em risco o anonimato e instituir hierarquias e privilégios no processo de revisão e aprovação de artigos. Nas revistas internacionais, por seu turno, o editor teria uma autoridade maior, dividindo com o conselho editorial a primeira revisão do artigo e a indicação de revisores. Só que neste caso, o editor justifica o seu parecer com base nos pareceres dos revisores, não sendo, portanto, arbitrário; e sua decisão depende da revisão feita por outro(s) editor(es), compartilhando assim o poder e pondo em destaque o papel do conselho editorial (Kirschbaum & Mascarenhas, 2009).

| Etapas | Modelo Nacional | Modelo Internacional |
|--|---|--|
| Submissão e desk review | O editor é responsável pela decisão de incluir o artigo no processo com base em critérios como: adequação à linha editorial e formatação. | O editor é responsável pela decisão de incluir o artigo no processo com base em critérios como: adequação à linha editorial, padrões de qualidade, contribuição potencial e formatação. |
| Escolha dos revisores | O(s) editor(es) escolhe(m) revisores com base em <i>expertise</i> , disponibilidade e histórico de contribuições. | O(s) editor(es) sugere(m) entre si e/ou escolhe(m) os revisores com base em <i>expertise</i> , disponibilidade e histórico de contribuições. Entre os revisores há membros do conselho editorial das revistas. |
| Elaboração dos pareceres | Os revisores são em número de dois, no máximo três, e não são avaliados sistematicamente. | Os revisores são em número de três, no máximo quatro, sendo avaliados pela qualidade e cumprimento de prazos. As rodadas de pareceres são acompanhadas pelos editores, que decidem pela permanência dos artigos no processo. |
| Mediação de pareceres divergentes | As rodadas de pareceres são acompanhadas pelos editores, que decidem pela inserção de mais um revisor no caso de divergência ou pouca qualidade. | Os editores acompanham as rodadas de pareceres e interferem no processo por meio de <i>editorial letter</i> , na qual fazem suas próprias proposições, ou justificam suas decisões. |
| Aprovação do artigo | Os pareceres devem explicitar a decisão de seus autores quanto à aprovação sem revisão, aprovação com revisão ou rejeição do artigo. O artigo aprovado entra nas discussões de pauta. | Após sucessivas rodadas de pareceres, o(s) editor(es) decide(m) pela aprovação ou não do artigo com base nas recomendações dos revisores. |

Tabela 2: Modelos de Editoria de Revistas.

Fonte: Adaptado de Kirschbaum e Mascarenhas, 2009, p.15-16.

No Brasil, a responsabilidade do conselho editorial no processo de construção do conhecimento em Administração seria tímida, quando poderia se inserir no processo “... de forma a questionar os padrões de qualidade, assumindo parte da responsabilidade atualmente atribuída aos revisores, e promovendo o debate interno à instituição, necessário ao processo decisório.” (Kirschbaum & Mascarenhas, 2009, p.12).

Quanto à responsabilidade dos revisores, no caso brasileiro eles funcionariam como *gatekeepers* do processo de avaliação de artigos científicos, não permitindo a sua publicação até se adéquem às suas exigências. Já no caso das revistas internacionais, os revisores não deteriam o poder de decidir pela publicação dos artigos, mas apenas de dar recomendações aos editores (Kirschbaum & Mascarenhas, 2009). Ainda segundo a pesquisa, haveria vantagens de uma menor autonomia dos revisores no processo decisório, quais sejam: o esclarecimento das divergências entre pareceres pelo editor, liberando o autor de,

eventualmente, atender recomendações contraditórias de dois revisores; e o envolvimento direto do editor (geralmente um pesquisador *sênior* da área) nas recomendações ao autor, zelando pela qualidade do artigo (Kirschbaum & Mascarenhas, 2009). Nas revistas nacionais, ao contrário, entender-se-ia que os pareceres têm um papel predominante no processo de tomada de decisão, radicalizando a ideia de que os autores devem ser julgados por seus pares, sendo indesejada qualquer intervenção de pesquisadores *seniores* no processo (Kirschbaum & Mascarenhas, 2009).

A função dos revisores como *gatekeepers* do processo editorial nas revistas brasileiras nos leva a perguntar sobre a competência que melhor cabe na tarefa de avaliação de artigos e sobre quem são esses revisores. Apesar de a avaliação ser cega, as revistas costumam divulgar a relação dos revisores. Toda a qualidade do processo de revisão depende, em última análise, da competência dos revisores indicados pelo editor, sob pena de comprometer toda a avaliação institucional da produção intelectual nos programas de pós-graduação.

A discussão sobre o papel de editores e revisores em modelos de editoria de revistas da área de Administração nos conduz, também, a outra questão correlata, também evidenciada pela pesquisa: o foco das revistas acadêmicas. A apreciação de artigos por editores e a competência sobre a decisão final para a sua publicação dependem da atualização e do domínio nos temas dos artigos pela equipe editorial¹¹. Como as revistas “departamento” em geral abrangem diferentes áreas da Administração – desde o marketing até gestão de pessoas, passando por finanças, o editor teria de ter conhecimento e rede de relacionamento de proporções impensáveis para o nosso campo. Kirschbaum e Mascarenhas (2009) defendem a especialização das revistas no Brasil, para que nossas revistas na área da Administração adquiram expressividade internacional. Esta prerrogativa estaria identificada com o modelo que garante mais autoridade ao editor e ao conselho editorial, contribuindo assim para a qualidade da produção científica (Kirschbaum & Mascarenhas, 2009).

O movimento pela especialização de revistas-departamento nacionais na área da Administração ainda é incipiente, embora já contemos com alguns veículos bem conceituados, a saber: 1) Administração: Ensino e Pesquisa (RAEP), patrocinado pela Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD); 2) Tecnologias de Administração e Contabilidade (TAC), patrocinado pela ANPAD; 3) Revista Brasileira de Gestão de Negócios (RBGN), patrocinado pelo Centro Universitário Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP); 4) Organizações Rurais & Agroindustriais,

¹¹ Esta mesma questão já havia sido problematizada por Pinho (2005) em seu “Brevíssimo Manual do Editor”.

patrocinado pela Universidade Federal de Lavras (UFLA); 5) Revista Brasileira de Marketing (REMark), patrocinado pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE); e 6) Revista de Gestão Social e Ambiental (RGSA), patrocinado pela Universidade de São Paulo (USP).

Um editorial da Revista de Administração de Empresas de 2013, refletindo sobre a cobrança sofrida por nossas revistas para gerarem impacto internacional, propõe uma análise atenta ao ambiente de publicação que serve de veículo para a divulgação de pesquisas científicas (Diniz, 2013). Segundo a Revista, 86% das revistas nacionais da área de Administração são mantidas por alguma instituição de educação superior, privada ou pública; já aqueles ligados a sociedades científicas, no Brasil, a apenas 6%. Dois terços dessas revistas, em sua maioria de caráter generalista, foram criados entre 2000 e 2010 por cursos de mestrado e doutorado, a fim de disseminar a crescente produção científica gerada por seus pesquisadores. Em comparação com as revistas estrangeiras na área de Administração, 58% são mantidas por alguma editora nacional, 11% pertencem a alguma associação científica e 9% são ligados a uma IES. Os demais são controlados por institutos de pesquisa ou combinações diversas entre esses tipos de instituições. (Diniz, 2013)

As revistas estrangeiras estão focadas em subáreas específicas e mantêm, em sua maioria, conteúdo fechado e disseminado comercialmente, o que favorece uma divisão mais bem definida entre o trabalho do *publisher*, responsável pelas atividades de publicação, e o de editores. Em nossas revistas, os editores acumulam as atividades de *publisher*, ficando em desvantagem na concorrência com a estrutura mais profissionalizada e gerencialmente mais preparada das revistas estrangeiras. O desafio que se apresenta não é mais o da oferta de revistas, apesar do aumento crescente do peso da produção intelectual na avaliação dos programas de pós-graduação, mas o da consolidação da sua qualidade, a fim de concorrer com os estrangeiros em termos de qualidade e prestígio. (Diniz, 2013)

Segundo Escobar (2013), fazendo eco às palavras do presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por ocasião da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o número de trabalhos publicados anualmente por pesquisadores brasileiros cresceu substancialmente nos últimos anos, mas o seu fator de impacto não cresceu na mesma proporção. As estatísticas mostram que os nossos cientistas publicam muitos trabalhos de forma geral, mas poucos trabalhos de relevância para a ciência mundial. Uma das principais razões para isso seria que a agenda científica dos pesquisadores e instituições brasileiras é fortemente pautada pelas políticas de avaliação das agências de fomento, tais como o próprio CNPq, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado

de São Paulo (Fapesp) e a Capes, as quais ainda são fortemente pautadas por critérios quantitativos, apesar de esforços já iniciados para mudar essa cultura. A atual ênfase em quantidade levaria a distorções e acomodações que reduzem a qualidade e relevância da ciência nacional: pesquisadores preferem investir na produção de trabalhos pouco ambiciosos e de curta duração, que lhes garantem um número maior de publicações, o que é tradicionalmente levado em conta nas avaliações de projetos e bolsas; ou optam por desmembrar um único projeto de pesquisa em várias publicações, numa prática conhecida como “*salami science*”. Isto acaba por incentivar práticas antiéticas por parte de pesquisadores, como a autocitação ou a citação entre pares, como forma de elevar artificialmente o fator de impacto das publicações. (Escobar, 2013)

Também é bem vinda uma aproximação maior entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros, “...por meio da inserção destes no processo de revisão, seja como revisores ou como membros ativos dos conselhos, promovendo a aproximação de temáticas, reforçando o debate sobre o rigor metodológico...” (Kirschbaum & Mascarenhas, 2009, p. 13), o que favoreceria o aumento da qualidade de nossas publicações.

O modelo preconizado pelas revistas internacionais não está tão distante de nós como se poderia pré-julgar, ao menos no que diz respeito a sua concepção. Num esforço de aprimorar o processo editorial de revistas da área de Administração, a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) publicou em 2010 (1ª. edição) o documento Boas Práticas da Publicação Científica: um manual para autores, revisores, editores e integrantes de Corpos Editoriais¹², que se auto-define como um “...conjunto de critérios e orientações a respeito da publicação científica e dos papéis dos principais atores envolvidos no processo, tanto sob o ponto de vista ético quanto do operacional” (ANPAD, 2010, p.1). Pois bem, “a lista de deveres e responsabilidades gerais de editores” apresentada pelo Manual da ANPAD (2010) se baseou no código de conduta dos editores do *Committee on Publications Ethics* (COPE)¹³ e atribui a editores e revisores as mesmas prerrogativas do

¹² A versão final desse documento havia sido elaborada e revisada pelo Fórum de Editores Científicos de Administração e Contabilidade, naquele mesmo ano (ANPAD, 2010).

¹³¹³ A Comissão de Ética na Publicação (COPE) foi criada em 1997 por um grupo de editores de revistas médicas no Reino Unido, mas atualmente conta com mais de 7000 membros de todas as áreas acadêmicas em todo o mundo. A Associação é aberta a editores de revistas acadêmicas e outros interessados em ética na publicação. Grandes editoras, incluindo Elsevier, Wiley-Blackwell, Springer, Taylor & Francis, Palgrave Macmillan e Wolters Kluwer, assinaram suas revistas como membros da COPE. A COPE fornece conselhos para os editores sobre todos os aspectos da ética de publicação e, em particular, como lidar com casos de má conduta de pesquisa e publicação. Todos os membros do COPE devem seguir o Código de Conduta para os editores do periódico (COPE, 2011).

modelo internacional identificado por Kirschbaum e Mascarenhas (2009) em sua pesquisa. A seguir, apresentamos os papéis do editor e do revisor segundo o modelo internacional de editoração de revistas previsto pelo Manual da ANPAD (2010), em diálogo com outras instituições e especialistas.

2.1.3 O revisor: perfil e atribuições

Quanto ao perfil do revisor, o Manual da ANPAD preconiza que o trabalho de avaliação é fundamental para a qualidade do periódico e, num âmbito maior, para a literatura científica de uma área. A atuação do revisor é também uma contrapartida pelo trabalho de avaliação de seus artigos por outros colegas, daí se esperar que os pareceres sejam bem elaborados, com contribuições pertinentes e construtivas, e que o tempo de avaliação seja curto (ANPAD, 2010). Um exemplo da atenção a esta recomendação é o balanço dos melhores “avaliadores *ad hoc*” do ano de 2011 realizado pela RAE, apontando os critérios que os distinguiram: “o número de avaliações realizadas, o cumprimento dos prazos para a resposta aos autores e a qualidade no trabalho de avaliação” (Diniz, 2012a).

No Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ), certificado pelo ISO 9001:2008, os revisores são considerados como prestadores de serviços e, deste modo, critérios devem ser estabelecidos para sua indicação e manutenção no quadro de colaboradores do periódico. Visando atender a essa norma, a editoria do periódico Arquivos do Instituto Biológico criou um formulário de avaliação de atendimento para os revisores, através do qual ele é avaliado segundo dois critérios: 1º) Qualidade no atendimento, o que inclui atendimento da solicitação, comunicação da indisponibilidade (se for o caso), indicação de um substituto, atendimento no prazo estipulado, e justificativa no caso de atraso no atendimento; e 2º) Qualidade da revisão do artigo, o que prevê preenchimento completo do formulário de avaliação, preenchimento adequado do campo “Comentários”, inclusão no parecer de comentários/sugestões para adequação, e justificativa consistente nos casos de artigos recusados (Galleti, Fernandes, Guarnieri, Bacilieri, Vitiello & Batista Filho, 2012).

Enquanto a avaliação de artigos para eventos busca valorizar o conhecimento emergente com uma data-limite de submissão próxima a sua apresentação, a avaliação de artigos para revistas demanda mais tempo do revisor, porque o seu objetivo principal é o aperfeiçoamento do artigo. Considerando que é importante que o autor se sinta motivado a

investir mais tempo e dedicação no aperfeiçoamento do seu texto, o revisor deve adotar um tom positivo, cordial e propositivo na avaliação. Este trabalho requer, além disso, critério e discernimento, já que está nas mãos do revisor a possibilidade de propor a não publicação do artigo e o perigo de, com isso, dificultar o desenvolvimento de novas ideias, por uma eventual divergência de paradigma epistemológico (ANPAD, 2010). Por este motivo e por quaisquer outros eventuais preconceitos, como também pela falta de qualificação na apreciação de determinada área ou matéria, é recomendável que o revisor não aceite a tarefa de avaliar o artigo (ANPAD, 2010).

Se o processo de avaliação for duplamente cego e a identidade do autor for conhecida do revisor, devido ao estilo ou conteúdo do artigo, por exemplo, isto deve ser informado ao editor, para que proceda à indicação de outro revisor. Além disso, o revisor deve conhecer bem a política editorial do periódico, para que não solicite adequações incompatíveis com o que a mesma preconiza (ANPAD, 2010).

Outras recomendações de natureza ética dizem respeito ao cumprimento do prazo estabelecido pelo periódico para a devolução do artigo avaliado ou a negociação de sua alteração; apontar as limitações corrigíveis do artigo e recomendar alterações para a sua superação, inclusive com sugestões de referências relevantes; e, no caso de falhas incorrigíveis, justificar com objetividade e clareza o seu parecer (ANPAD, 2010). Sobre este mesmo requisito, a pesquisa de Sandes-Guimarães (2013) sobre a gestão de revistas na área de Administração vai confirmar que os revisores são geralmente voluntários e pesquisadores da área já com inúmeras atividades, o que dificulta o cumprimento de prazos e pode comprometer a consistência e qualidade dos pareceres. Isto requereria que os órgãos que realizam a avaliação dos pesquisadores e dos programas de pós-graduação dessem o devido reconhecimento e incentivo à atividade de avaliação de artigos, essencial para a construção do conhecimento científico. (Sandes-Guimarães, 2013)

O “Código de Boas Práticas Científicas”, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, 2012), no capítulo dedicado à avaliação pelos pares, estabelece procedimentos de natureza ética que estão em sintonia com o manual da ANPAD (2010). Dentre o que a FAPESP (2012) preconiza estão as seguintes recomendações:

(1) O pesquisador encarregado pela Instituição de avaliar, como revisor, o mérito científico de solicitações de fomento, relatórios ou assuntos de qualquer outra espécie deve fazê-lo com rigor, objetividade, imparcialidade e presteza.

- (2) O interesse em realizar a melhor avaliação do trabalho deve prevalecer sobre interesses de qualquer natureza, ainda que legítimos, mantendo-se sempre a sua identidade sob sigilo.
- (3) Na possibilidade de que essa avaliação o envolva em situação de conflito potencial de interesses, deverá o revisor abster-se de realizá-la.
- (4) Os revisores devem tratar como confidenciais quaisquer informações a que tenham tido acesso exclusivamente no exercício de sua função, não fazendo uso delas para fins próprios, científicos ou não científicos.
- (5) A Instituição deve ser imediatamente informada da possível ocorrência de má conduta científica, ou qualquer procedimento eticamente condenável, de que um revisor tome conhecimento no curso de avaliação.

O Manual da ANPAD (2010) recomenda que o revisor proceda a uma primeira leitura em profundidade do artigo para ter dele uma percepção geral, não se preocupando nesse momento com aspectos específicos, para, num segundo momento, alguns dias depois, retomar o texto, agora sim pormenorizadamente, e elaborar o seu parecer (ANPAD, 2010).

A partir de uma demanda do EnAnpad de 2003, para que os editores das principais revistas de Administração nacionais apresentassem as características principais de suas revistas, o periódico *Organizações & Sociedade (O&S)*, com destaque para a sensibilidade e o profissionalismo do seu editor à época, optou por apresentar os principais obstáculos identificados por revisores na apreciação de artigos científicos, tendo em vista aperfeiçoar os critérios de seleção dos mesmos (Pinho, 2003). Pela análise de pareceres, com um objetivo didático e de exegese do material analisado, foi possível levantar critérios de classificação de suas observações, formulando-se as seguintes categorias: 1) Quanto às questões básicas (questões mais gerais, de importância fundamental para a elaboração e condução correta de uma pesquisa); 2) Quanto aos objetivos/foco (identificar os problemas na definição de objetivos e no foco do trabalho); 3) Quanto ao referencial teórico; 4) Quanto à metodologia e pesquisa de campo; 5) Quanto às conclusões; e 6) Quanto a uma avaliação geral. Estas categorias, construídas pela O&S naquele momento, podem servir de pistas para um roteiro de avaliação não só de artigos como da qualidade do parecer dos próprios revisores (Pinho, 2003).

Após o contato com a reflexão e experiência desses especialistas, ao menos duas questões relativas ao papel do revisor nesse processo podem ser apontadas: O revisor tem clareza das implicações éticas do trabalho de avaliação quando se oferece para esta função? Existe a possibilidade de que a vaidade, alimentada pela visibilidade e reputação que esta

função favorece, seja maior do que a disponibilidade e o compromisso com o autor do artigo e o processo editorial do periódico? Em se confirmando essa possibilidade essa postura seria diferente dependendo da revista?

2.1.4 O editor: perfil e atribuições

Embora o centro de nossa investigação seja o processo de avaliação por pares levado a cabo, sobretudo, pelos revisores, não podemos deixar de comentar acerca das atribuições do editor-chefe (doravante chamado aqui simplificada de editor), uma vez que a indicação dos primeiros, o monitoramento do processo de avaliação e a chancela do trabalho realizado por eles estão, geralmente, sob a responsabilidade do segundo.

A respeito do perfil para a função de editor, cuja escolha deveria ser supervisionada pelo Comitê de Política Editorial de seu periódico, o Manual da ANPAD prevê: competência para elaborar estudos e revisões de artigos com alta qualidade; cordialidade nas relações com pesquisadores e outros profissionais da área do conhecimento; e integridade e consistência como promotores e revisores de estudos de alta qualidade (ANPAD, 2010). A editoria científica (ou apenas editoria) pode ser entendida como uma prestação de serviço que tem como usuários finais os pesquisadores e profissionais da área, e como beneficiários secundários os autores e suas instituições (ANPAD, 2010).

Dentre as competências mais diretamente relacionadas com o processo de avaliação de artigos científicos, está a responsabilidade do editor pelo que é publicado em seu periódico, a partir dos critérios de “importância, originalidade, clareza e relevância do artigo para a área de atuação do periódico” (ANPAD, 2010, p.5-6); como também “em conformidade com normas éticas internacionalmente aceitas” (ANPAD, 2010, p.7). O reconhecimento e a abrangência da autoridade do editor, referendada por este Documento, aproxima o perfil delineado pelo Manual da ANPAD (2010) do modelo internacional identificado pela pesquisa de Kirschbaum e Mascarenhas (2009).

Cabe também ao editor zelar para que os revisores considerem esses mesmos critérios em seus pareceres, como também a solidez do embasamento do artigo e, quando se tratar de uma pesquisa empírica, o rigor das condições em que ela foi realizada (ANPAD, 2010). Os pareceres devem conter também sugestões para aprimorar o trabalho avaliado e uma fundamentação clara acerca da sua publicação ou não. Caso não atendam a esses requisitos, os

pareceres devem ser desconsiderados, sendo necessário que outro(s) revisor(es) seja(m) convidado(s) pelo editor (ANPAD, 2010).

A coordenação do processo de avaliação de artigos pelos revisores também cabe ao editor, o qual também zela pelo cumprimento dos prazos de emissão de pareceres através de datas-limite, garantindo, assim, a celeridade do processo de divulgação (ANPAD, 2010). Esta prática de publicação recomendável adota os seguintes prazos ideais: comunicação aos autores sobre o resultado da revisão de admissão do seu artigo em até 30 dias; e, se aceito no *desk review*, encaminhamento aos autores do primeiro parecer de cada revisor em até 120 dias (ANPAD, 2010).

Ao receber um artigo, o editor se certificará de que ele cumpre os requisitos básicos para ser submetido ao processo editorial (relevância científica, qualidade do texto e adequação à política editorial) e, em caso positivo, providenciará a revisão de submissão, realizada por ele ou encaminhada a um membro do corpo editorial científico (ANPAD, 2010). A exigência desta competência, em particular, contribui para o debate acerca da especialização das revistas, anteriormente levantado.

O editor deve ter a postura ética de não encaminhar o artigo para um revisor da mesma instituição de qualquer um dos seus autores ou de quem ele possa ser um coautor habitual, como também não deve induzir a aceitação ou rejeição de um artigo se ele tiver conhecimento prévio de que o rigor acadêmico do revisor ou sua opção epistemológica poderá comprometê-la (ANPAD, 2010). Trata-se de uma boa prática de publicação científica limitar a um artigo por autor a cada ano em um mesmo periódico (ANPAD, 2010).

Compete também ao editor mediar a relação entre revisores e autores, verificando a pertinência das alterações solicitadas pelos primeiros e, quando cabível, até aceitando a argumentação dos últimos para não acatá-las, tendo em vista um diálogo científico e construtivo (ANPAD, 2010). Esta medida se insere num rol de providências para a gestão de conflitos de interesse entre quaisquer atores envolvidos no processo editorial, inclusive os seus próprios. Por isso, o editor deve estar disposto a publicar correções, esclarecimentos e retratações sempre que necessário. O periódico, por seu turno, deve oferecer ao leitor um mecanismo de encaminhamento de reclamações, para que eventuais queixas sejam devidamente esclarecidas (ANPAD, 2010).

O Manual da ANPAD (2010) considera uma boa prática de publicação científica o emprego de um sistema de gerenciamento eletrônico para o processo editorial, assegurando sua “padronização, uniformidade, agilidade, transparência e rastreabilidade.” (p.3). Uma

iniciativa brasileira importante no processo de construção e gerenciamento das etapas de editoração de um periódico eletrônico é o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), uma customização do software *Open Journal Systems (OJS)* do *Public Knowledge Project* da *University of British Columbia* (Canadá), adotado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)¹⁴ (Costa & Guimarães, 2010). O software OJS foi concebido com o objetivo de “dar assistência na edição das revistas científicas em cada uma das etapas do processo, desde a submissão e avaliação dos consultores até a publicação online e sua indexação” (Moreno, 2006). Dentre outras vantagens está o fato de que “os editores podem organizar os sistemas de gerenciamento do periódico e do site de acordo com suas próprias políticas de publicação”. Além disso, “o sistema pode auxiliar o processo de revisão por pares, agilizando o intercâmbio de informações entre autores, revisores e editores” (Moreno, 2006).

Uma postura ética também vai requerer do editor uma eventual decisão de não acolher os pareceres dos revisores, o que deverá ser feito apresentando justificativas aos seus pares (ANPAD, 2010). Ao contrário, quando um artigo for identificado como fraudulento, caberá ao editor corrigir o problema prontamente e com o devido destaque, devido à gravidade do fato (ANPAD, 2010).

O editor deve publicar e manter atualizadas orientações aos autores sobre tudo o que se espera destes, como também acerca das diretrizes para o processo de avaliação por pares (ANPAD, 2010).

Segundo o Informativo da Sociedade Entomológica do Brasil, de agosto de 2004, não haveria exagero em afirmar que a sobrevivência e a perenidade do periódico dependem da pessoa do editor, o qual é pesquisador e, guardadas as devidas proporções, também jornalista. Estes dois papéis requereriam que os editores estivessem “permanentemente duvidando, questionando o seu material, julgando o tempo todo se o que têm e fazem é correto e válido.” (Trzesniak, 2004, p.1). Sobre o processo de designação e substituição de editores científicos de publicações periódicas, Trzesniak (2004) tece algumas considerações que julgamos oportunas:

1) Muitas revistas científicas ainda são editadas por seus fundadores, os quais se encontram prestes a se aposentar, deparando-se com o problema de sua sucessão.

¹⁴ O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão nacional de informação e unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com sede em Brasília, tem como missão: “Promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico-tecnológico.” (IBICT, 2013).

2) Encontrar um substituto à altura não é fácil, sobretudo no caso de revistas institucionais cujos quadros de onde se poderiam identificar um editor-sucessor seriam muito mais restritos do que nos de Sociedades Científicas.

3) Este desafio é reforçado pelo fato de que no Brasil não haveria a tradição de um conjunto estruturado de critérios a partir dos quais a escolha do editor seja feita, já que ser editor é muito mais uma atribuição técnica do que política.

As preocupações e recomendações anteriores são corroboradas pela pesquisa de Sandes-Guimarães (2013) com revistas científicas da área de Administração no Brasil. Em entrevista com editores das revistas da amostra foi possível identificar que nenhum deles apresentava experiência anterior à frente da editoria de um periódico científico quando assumiram essa função junto ao periódico atual, reforçando a necessidade de uma formação adequada para exercerem suas funções principais. O que geralmente acontece é que, além de terem outras responsabilidades como pesquisadores da sua área, o ofício de editor é aprendido na prática e com o auxílio de ex-diretores que atuaram nas revistas, sem qualquer remuneração e sem o auxílio de um diretor adjunto para gerir o processo. (Sandes-Guimarães, 2013)

Feitas estas observações, Trzesniak (2004) vai propor um modelo de processo sucessório do editor baseado em critérios de revistas internacionais. É no mínimo frustrante, para os objetivos da nossa pesquisa, que as etapas propostas só contemplem critérios formais e nem mesmo sugiram competências desejáveis para o exercício desta função. Acompanhem, então (Trzesniak, 2004):

1) Com um mínimo de 10 meses de antecedência, a instituição responsável pela publicação designaria uma Comissão Especial de Seleção de Editor para o periódico, constituída por até cinco membros, dos quais pelo menos dois (ou três, caso o total seja cinco) sejam especialistas da(s) área(s) de conhecimento envolvidas e membros das associações científicas responsáveis, e, pelo menos dois tenham notória experiência na editoração de revistas científicas.

2) A Comissão lançaria um Edital de Seleção de Editor, a que deveria ser dado a mais ampla divulgação, inclusive no próprio periódico, como também “... o encaminhamento a todos os associados de todas as sociedades científicas ligadas à(s) área(s) de conhecimento envolvida(s).” (p.1).

3) A candidatura ao cargo pode ser espontânea, por indicação de qualquer pessoa ou a convite da Comissão de Seleção.

- 4) O Edital fixaria um tempo mínimo de permanência que o novo editor deveria se comprometer a cumprir, de preferência não inferior a cinco anos.
- 5) Integraria obrigatoriamente a candidatura uma discussão da política editorial do periódico, com um posicionamento claro relativamente a sua manutenção ou modificação, planejamento e metas de curto, médio e longo prazos, a constituição e o comprometimento de uma equipe de dois a cinco editores adjuntos (dependendo do porte do periódico), e os *curriculum vitae* de todos os envolvidos.

Em síntese, as atribuições do editor preconizadas pelo manual de Boas Práticas da Publicação Acadêmica, da ANPAD (2010), estão em sintonia com o modelo internacional. Entretanto, o perfil multitemático da maior parte das revistas-departamento tende a dificultar o exercício das competências do editor de emitir juízos sobre os artigos e de mediar avaliações contraditórias de revisores.

2.2 A avaliação por pares

Um dos procedimentos quase universalmente aceitos pela comunidade científica na indicação da qualidade de trabalhos científicos é a avaliação por pares ou *peer review*, concebida mais comumente como uma avaliação de artigos científicos realizada por pesquisadores mais experientes ou especialistas de áreas específicas (Freitas, 1998). A avaliação por pares, também conhecida por “revisão por pares”, “revisão editorial por pares” ou “exame por pares”, é utilizada não só na análise de artigos enviados para publicação em revistas científicas, como também na avaliação de projetos de pesquisa, por agências de financiamento, na escolha de pesquisas que receberão verbas, na delimitação da quantidade de bolsas de estudos enviadas às instituições de ensino com diferentes graus de poder de decisão, e até em decisões quanto a promoções nas carreiras acadêmicas (Fitzpatrick, 2011; Freitas, 1998).

No caso particular da seleção de centros de excelência em pesquisa para o investimento de verbas públicas a avaliação por pares é altamente recomendável, uma vez que procura chegar a uma decisão racional a partir de um processo equitativo, aberto e transparente (Hébert, 2007). No âmbito das organizações internacionais, a avaliação por pares pode ser considerada como o exame e a avaliação sistemáticos do desempenho de um Estado por outros Estados, com o objetivo último de ajudá-lo a aperfeiçoar suas políticas, adotar práticas mais favoráveis e a se conformar a normas e princípios estabelecidos (Pagani, 2002).

O objeto de nossa investigação, mais precisamente, é a avaliação por pares de artigos científicos, frutos de pesquisa para fins de publicação em revistas especializadas, processo este que está no coração de toda a ciência (Fitzpatrick, 2011) e que, por sua importância, poderia ser comparado com a democracia: “... um sistema cheio de problemas, mas o menos pior que temos.” (Smith, 2006, p.178). Trata-se da avaliação crítica de manuscritos submetidos a revistas, por especialistas que não fazem parte da equipe editorial, podendo ser vista como uma extensão importante do processo científico (Freitas, 1998; Hames, 2012; ICMJE, 2013), o que faz com que essa produção seja também considerada de autoridade no assunto (Stumpf, 2008; Fitzpatrick, 2011). Segundo o *International Committee of Medical Journal Editors* (ICMJE, 2013), embora seu valor real tenha sido pouco estudado e ser amplamente debatido, a avaliação por pares ajuda os editores a decidirem quais artigos são adequados para suas revistas, e ajuda autores e editores a melhorar a qualidade dos seus trabalhos. O número e os tipos de artigos enviados para revisão, o número de revisores, os procedimentos de revisão, bem como a utilização de opiniões dos revisores podem variar (ICMJE, 2013).

Esta modalidade de avaliação de artigos científicos pode ser “cega” (*blind review*), quando os revisores recebem o artigo para avaliar sem ter conhecimento da identidade do(s) autor(es); “duplamente cega” (*double blind review*), assim chamada porque é feita com total anonimato de autores e revisores externos. Embora não seja a mais difundida, há ainda a modalidade de avaliação por pares aberta, prevista pelo Movimento de Acesso Livre, o qual identifica como vantagens: 1) Velocidade de publicação; 2) Maior visibilidade e impacto mundial; 3) Maior espaço para competitividade em níveis de igualdade; 4) Cooperação internacional facilitada; 5) Acesso e disseminação de informação mundial; 6) Democratização da informação; e 7) Recuperação dos investimentos realizados por agências de fomento (IBICT, 2013).

Exemplo da notoriedade do sistema de arbitragem cego tem sido sua tematização em congressos científicos internacionais, há mais de uma década, dentre os quais o *The International Congress on Biomedical Peer Review and Global Communications*, promovido pelo *Journal of American Medical Association* (JAMA), *British Medical Journal* (BMJ) e *Project HOPE* (*High Blood Pressure Open Public Education*), em Praga, República Tcheca, em 1997 (Pessanha, 1998).

Sobre a identidade dos pares e o que lhes compete, Smith (2006), num tom de desconfiança e ironia, indaga: Mas quem seria meu “par”? Alguém fazendo exatamente o

mesmo tipo de pesquisa, caso em que ele ou ela seria, provavelmente, um concorrente direto? Alguém da mesma disciplina? Alguém que seria um especialista em metodologia? E o que seria “avaliação”? Alguém dizendo "O artigo me parece adequado", que seria o que, por vezes, a avaliação por pares parece ser? Ou alguém perscrutando todo o artigo, pedindo dados brutos, repetindo análises, verificando todas as referências, e dando sugestões detalhadas para a melhoria? Essa modalidade de revisão seria mais rara, segundo o autor. O que está claro para ele é que as formas de avaliação por pares são multiformes e que, provavelmente, os sistemas de cada periódico são diferentes em pelo menos alguns procedimentos, se não forem muito diferentes (Smith, 2006, p.178). Já quanto aos critérios de avaliação de cada revisor não podemos garantir que sejam uniformes ou que sigam a linha editorial proposta pelo periódico.

A obra *Peer Review: A Critical Inquiry*, de autoria de David Shatz, de 1984, teria sido o primeiro livro de fôlego que tratou da avaliação por pares utilizando métodos e recursos da filosofia contemporânea, e o primeiro tratamento amplo do assunto por um estudioso da área de humanas (Fitzpatrick, 2011). Em sua introdução, Shatz adverte para o fato de que, além do seu aspecto ético, o tema também tem dimensões de significado epistemológico, uma vez que implica conceitos como verdade, preconceito, relativismo, conservadorismo, consenso e padrões de bom argumento. Filósofos e outros estudiosos das humanidades, segundo o autor, têm produzido uma volumosa literatura sobre esses assuntos, mas não têm aplicado suas abordagens à avaliação por pares que eles próprios realizam, isto é, para os próprios procedimentos e práticas que produzem grande parte da volumosa literatura em ética, epistemologia, e tantos outros campos (Shatz como citado em Fitzpatrick, 2011).

Mas a avaliação por pares “funcionaria” em tudo? Para Smith (2006), uma revisão sistemática de todas as evidências disponíveis na avaliação por pares teria concluído que esta prática é baseada na fé em seus efeitos, em vez de fatos (Jefferson, Alderson, Wager & Davidoff, 2002 como citado em Smith, 2006, p.179). No entanto, a resposta à pergunta sobre se a avaliação por pares funciona dependeria da questão “Para que revisão por pares?”. Uma primeira resposta é que se trata de um método para selecionar a melhor concessão de pedidos de financiamento e os melhores artigos para publicar em um periódico. Difícil seria comprovar este objetivo porque não haveria consenso sobre o que constitui um bom artigo ou uma boa proposta de pesquisa (Smith, 2006). O estudo elaborado por Smith (2006) sugere ainda que talvez não precisemos de um processo elaborado. Talvez um solitário editor, bem familiarizado com o que o periódico quer e tendo conhecimento sobre métodos de pesquisa, seria suficiente.

Outra resposta para a questão acerca da finalidade da avaliação por pares é a de que seria para melhorar a qualidade dos artigos publicados ou propostas de pesquisa que são financiadas. A revisão sistemática levada a cabo por Smith (2006) encontrou pouca evidência para apoiar isso, mas novamente tais estudos são dificultados pela falta de uma definição consensual acerca de um bom estudo ou de uma proposta boa de pesquisa. Outra resposta possível: a avaliação por pares poderia também ser útil para a detecção de erros ou fraude. Ainda assim há pesquisas que comprovam que erros grosseiros de conteúdo podem passar despercebidos dos revisores, o que colocaria o pressuposto sob suspeita (Smith, 2006).

De todo modo, é inequívoco que o sistema de avaliação por pares (ou arbitragem) desempenhou e vem desempenhando um papel crucial para a reputação e a confiabilidade da pesquisa científica e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da ciência (Pessanha, 2001, p.132; Hames, 2012). Uma pesquisa sobre o que as pessoas pensam da avaliação por pares (Hames, 2012), apontou que: (1) a avaliação por pares ajuda muito a comunicação científica; (2) sem ela não haveria controle na comunicação científica; (3) a precisão e qualidade do trabalho não revisado por pares não pode ser confiável; e que (4) autores elogiaram a avaliação por pares que o seu último artigo teria recebido. Esta modalidade de avaliação seria a mais recomendável para a seleção de textos para revistas, esperando-se que os pares aperfeiçoem-se, superem-se e tenham sempre presente que a avaliação deve ter por "alvo a justiça, a excelência e a originalidade". Qualquer outra consideração discriminatória é "antiética e inaceitável" (Travassos, 1998 como citado em Freitas, 1998, p.4).

Uma pesquisa recente com revisores de artigos brasileiros, com o objetivo de analisar o processo de avaliação por pares em um contexto de produtivismo acadêmico (Shigaki, 2014), identificou que as avaliações na área de Administração seguem, via de regra, o padrão exigido pela própria revista, previsto no formulário de avaliação disponível para o revisor junto com o artigo a ser avaliado. No entanto, apesar de seguirem esses critérios, os revisores entrevistados consideram que alguns deles são mais importantes do que outros e, por isso, lhes dão maior peso. Os códigos analíticos identificados no estudo foram: (1) Relevância da contribuição; (2) Escrita / Apresentação; (3) Design / Concepção; (4) Referências; (5) Metodologia; (6) Discussão dos resultados; (7) Teoria; (8) Critérios pessoais; e (9) Ética. No tocante aos critérios pessoais do revisor – suas experiências e preferências – algumas subjetivizações foram apuradas: a identificação com a natureza do artigo, se teórico ou empírico; o mérito para uma publicação; se o título é provocativo; se o revisor tem algo novo

a aprender com o artigo; e se o autor demonstra preguiça ou disposição na construção do seu texto. (Shigaki, 2014)

A mesma pesquisa ainda identificou diferentes métodos de avaliação: (1) o hipotético-dedutivo (do geral para o particular); (2) o analítico-indutivo (do particular para o geral); e (3) *by the book* (conforme o manual da revista). Quando perguntados sobre as motivações para avaliarem artigos os revisores apontaram: (a) trabalho voluntário; (b) obtenção de conhecimento e inspiração; (c) ganhar pontos; (d) contribuir com o artigo; (e) cumprir a exigência da Capes e do programa; e (f) status. (Shigaki, 2014)

2.2.1 Origens históricas da avaliação por pares

Para as áreas de conhecimento as publicações são as manifestações mais pertinentes da atividade de pesquisa. Mais rapidamente que os textos científicos, as revistas asseguram a difusão e o arquivamento dos trabalhos científicos e técnicos, o que permite autenticar a prioridade de uma descoberta (Gablou, 1984). A evolução das formas de intercâmbio que alimentam a atividade científica esteve intimamente ligada às condições materiais de circulação de cartas e impressos. No século XVII, as correspondências entre cientistas desenvolveram-se graças aos serviços postais. Paralelamente, as primeiras revistas, tais como o *Journal des Sçavans, na França, e sobretudo o Philosophical Transactions, da Royal Society, na Inglaterra, foram criados em janeiro e março de 1665, respectivamente. Eles forneceram ao mesmo tempo uma tribuna aos debates e afiançaram uma sociedade de cientistas que examinavam os projetos de publicação. Além disso, eles incorporaram artigos publicados em outros lugares, superando as barreiras do idioma. Contrariamente às correspondências que se desenvolviam livremente, certa ordem se estabeleceu graças à publicação de revistas, reafirmando o caráter público dessa comunicação. Temos aí a gênese do processo de avaliação da ciência, em substituição às cartas que, até então, os cientistas trocavam entre si para comunicar os resultados de suas pesquisas (Zuckerman & Merton, 1971; Gablot, 1984).*

Com essas revistas, teria surgido, de forma embrionária, o sistema de avaliação da produção científica pelos membros da comunidade, conhecido como sistema de arbitragem ou *referee system*. Esse sistema não surgiu de forma pronta e acabada. Os relatos mais comuns dão conta de que, como parte integrante da instituição social da ciência, a avaliação por pares

teria evoluído em resposta a problemas concretos com que se defrontaram os cientistas no processo de desenvolvimento da pesquisa e como decorrência da sua emergente organização social (Zuckerman & Merton, 1971). A transformação do relato impresso (*print*), mas sem a competente avaliação dos pares, em manuscritos legitimados pela leitura crítica dos pares (*publication*), mediante avaliação institucionalizada e assinada por revisores competentes, teria dado início ao processo de avaliação (Zuckerman & Merton, 1971). Embora as primeiras revistas datem da primeira metade do século XVII, o início oficial do processo de arbitragem teria ocorrido, segundo Charles R. Weld¹⁵, apenas em 1753, quando a *Royal Society of London* passou a responsabilizar-se formalmente pela avaliação dos textos publicados. Os dois principais atores no processo de avaliação surgiram da necessidade de organizar e selecionar o material a ser publicado: o editor científico, representado pelo secretário da Sociedade, encarregado da organização do periódico; e os revisores, representados pelo Conselho da Sociedade. (Pessanha, 2001)

No entanto, Biagioli (2002) argumenta que uma profunda investigação na genealogia da avaliação por pares sugere que sua origem pode estar na publicação de livros no século XVII, e que a avaliação por pares de artigos de periódico teria se constituído num estágio muito posterior no desenvolvimento do processo. Biagioli relaciona a instituição da revisão editorial por pares à licença real que era necessária para a venda legal de textos impressos. Esse modo de censura estatal, utilizada para evitar a sedição ou heresia, foi delegada às academias reais através da aprovação de subvenções (*imprimatur*) que lhes eram concedidas no momento de sua fundação. A *Royal Society* de Londres, por exemplo, adquiriu seu *imprimatur* através de uma resolução em dezembro de 1663, um ano após a sua fundação, declarando que todo livro a ser impresso por ordem do conselho só o seria se tivesse sido lido com cuidado e considerado por dois do conselho, os quais informariam não conter ele nada que não fosse adequado para o projeto e o trabalho da sociedade. (Biagioli, 2002)

A avaliação por pares, assim, antecede em muito a criação do periódico acadêmico, originada com a formação das próprias academias reais. A afiliação nessas sociedades exigia que os cientistas demonstrassem suas intenções sinceras na forma de experimentação, publicação ou invenção, a fim de serem elegíveis, sujeitando seu trabalho a uma forma de revisão por pares (Kronick, 2004 como citado em Fitzpatrick, 2011). Além disso, os primeiros cientistas faziam circular cartas entre os seus pares ou liam artigos em reuniões da sociedade, relatando os resultados das suas investigações com a intenção explícita de provocar resposta.

¹⁵ Charles Richard Weld, secretário-assistente e bibliotecário da *Royal Society*, foi o autor de *The history of the Royal Society, with memoirs of the presidents*, de 1848, publicada pela Universidade de Cambridge.

A aplicação de processos de avaliação por pares para publicação de revista científica tornou-se assim uma nova prerrogativa dos negócios da sociedade: avaliar e discutir os relatórios de trabalho realizado por membros da sociedade.

Além disso, Rennie (2003 como citado em Fitzpatrick, 2011) argumenta que no início as revistas com processo de avaliação por pares eram menos focadas no controle de qualidade do que se poderia supor agora: sistemas de avaliação por pares, internos e externos às revistas, foram postos em prática pelos editores, durante o século XVIII, a fim de ajudá-los na seleção de manuscritos para publicação. Foi considerado desde o início que o processo de avaliação por pares não podia autenticar ou endossar porque os editores e revisores não poderiam estar “na cena do crime”. As revistas desde o início jogaram a responsabilidade última da integridade do artigo diretamente sobre o autor (Rennie, 2003 como citado em Fitzpatrick, 2011).

A avaliação por pares no início da publicação de revistas científicas foi feita para aumentar a experiência editorial, em vez de exercer modos mais convencionais de controle de qualidade. Além disso, como Guédon e Siemens indicam (2002), enquanto a avaliação por pares se desenvolvia, a fim de aumentar a experiência do editor, o processo colocava o editor-chefe no controle absoluto, ainda que de uma forma aceitável, ou seja, através do controle editorial sobre a seleção de revisores (Guédon & Siemens, 2002 como citado em Fitzpatrick, 2011). A disseminação dessa prática, entretanto, teria ocorrido somente a partir do século XX, após a II Guerra Mundial, devido ao crescimento exponencial do número de pesquisadores, à fragmentação da ciência em subdisciplinas e ao desenvolvimento de vocabulários específicos (Lafollette, 1992 como citado em Pessanha, 1998, p.227).

A respeito do isomorfismo do processo de avaliação por pares ao longo desta mesma história, Honig e Bedi (2012) destacam que a publicação acadêmica teria evoluído do jornalismo, quando os jornais adotaram de início um único editor como árbitro. Revistas médicas, por exemplo, teriam mantido um único editor como *gatekeeper* até o século XIX, assim como outras publicações acadêmicas nos Estados Unidos e Reino Unido. Na França, os editores seniores de revistas acadêmicas se considerariam jornalistas até o século XX (Burnham, 1990 como citado em Honig & Bedi, 2012, p.106). Muitas revistas acadêmicas teriam surgido principalmente para transmitir o sucesso de um instituto de pesquisa particular e foram geralmente publicados e editados por um único editor que, como diretor, considerava-se um especialista em todas as áreas relacionadas com o tema do periódico. Com o aumento da especialização do conhecimento, vários editores renunciaram a parte de seu controle

editorial e buscaram um conselho de avaliação externo (Burnham, 1990 como citado em Honig & Bedi, 2012, p.106). Assim, teria sido apenas na década de 1940, com a combinação de submissões crescentes e a especialização do conhecimento, que o processo cego de revisão sistemática como conhecemos hoje surgiu pela primeira vez (Burnham, 1990 como citado em Honig & Bedi, 2012, p.106).

O ritmo de acompanhamento de revistas acadêmicas revisadas por pares teria adotado o modelo de titularidade (garantidor de estabilidade no emprego) difundido na América do Norte, para acomodar as necessidades crescentes de faculdades juniores que prestavam contas de sua produtividade aos comitês de titularidade e promoção. A titularidade acadêmica, originária da Europa do século XII, teria se divulgado pela América do Norte em 1915, tanto como uma conseqüência da influência de instituições alemãs (White, 2000 como citado em Honig & Bedi, 2012, p.106), como em resposta a várias rescisões do corpo docente da Universidade de Stanford (Ludlum, 1950 como citado em Honig & Bedi, 2012, p.106). A bolsa de estudos avaliada por pares posteriormente tornar-se-ia o dever fundamental do corpo docente (Adams, 2006 como citado em Honig & Bedi, 2012, p.106).

Enquanto a publicação avaliada por pares continuava a ser central para a promoção e estabilidade, algumas universidades teriam limitado o número absoluto de artigos submetidos para revisão promocional (Bickel, 1991 como citado em Honig & Bedi, 2012, p.106), aumentando assim a pressão para publicar em revistas de alto impacto. Artigos científicos avaliados por pares continuavam a ser o meio pelo qual honras acadêmicas e de promoção eram distribuídas (Hargens, 1988 como citado em Honig & Bedi, 2012, p.106). Por exemplo, citações em revistas avaliadas por pares teriam sido explicitamente relacionadas ao aumento da renda, o que podia ser considerado uma procuração para a reputação e o prestígio (Diamond, 1986 como citado em Honig & Bedi, 2012, p.106-107). Além disso, o "capital intelectual" ou o número de publicações do corpo docente em revistas de alto nível também teriam implicações para outros indicadores, como *rankings* de escola de negócios, prestígio e acesso a subvenções e outros recursos (Miller, Glick & Cardeal, 2005 como citado em Honig & Bedi, 2012, p.107). Assim, a nossa dependência crescente de *rankings* de revistas acadêmicas para avaliar o potencial individual na criação e publicação de novos conhecimentos é bastante evidente (Honig & Bedi, 2012).

No tocante à institucionalização da avaliação por pares e suas conseqüências, segundo os autores da pesquisa, a educação superior em gestão continuaria a seguir um padrão em grande parte definido nos Estados Unidos há mais de um século. Revistas americanas, tais

como as publicações da Academy of Management, continuariam a desempenhar um papel central em titularidade, promoção e *rankings* universitários. Os Estados Unidos continuariam a liderar e até mesmo dominar no campo da gestão há mais de um século, instituindo o processo de acreditação pela *Association to Advance Collegiate Schools of Business* (AACSB)¹⁶, em 1916, e promovendo o crescimento de escolas nomeadas e cadeiras de pesquisa. Embora o processo e conquista de grau acadêmico e titularidade sejam principalmente invenções norte-americanas, haveria consideráveis tendências isomórficas em todo o mundo. Universidades seriam classificadas de acordo com o prestígio e a frequência das publicações do seu corpo docente e seriam diretamente recompensadas através da disponibilização de recursos financeiros (Honig & Bedi, 2012).

2.2.2 Controvérsias em torno do processo de avaliação por pares

Pesquisas em âmbito mundial destes últimos anos demonstraram que a avaliação por pares é amplamente apoiada pela comunidade acadêmica e que ela aprimora a qualidade do trabalho publicado: a pesquisa conduzida pela consultoria de Mark Ware (Ware & Monkmann, 2008), com mais de três mil autores, revisores e editores sênior, teve como principal objetivo mensurar as atitudes e comportamentos da comunidade acadêmica em relação à avaliação por pares, com vista ao estabelecimento de provas que poderiam subsidiar o debate sobre esta modalidade de avaliação, e apoiar a discussão sobre o seu futuro; e a pesquisa de Mulligan, Hall e Raphael (2013) que buscou determinar a opinião de um grande número de pesquisadores (foram mais de quatro mil respondentes) sobre a eficácia do atual sistema de avaliação por pares, especificamente se pontos fracos potenciais identificados na literatura são considerados ou não pontos fracos pela comunidade mais ampla. A pesquisa de Mulligan, Hall e Raphael (2013, p.135) também considerou dados de 8 consistentes pesquisas sobre *peer review*, de abrangências distintas (do institucional ao mundial), entre 1999 e 2010, para efeito de comparação.

Os resultados destas pesquisas sugerem que os pesquisadores acreditam que a avaliação por pares continua a ser um elemento essencial da publicação acadêmica porque melhora a qualidade da pesquisa publicada e que sem ela não há controle na comunicação

¹⁶ AACSB International é uma organização sem fins lucrativos, global, das instituições de ensino, empresas e outras entidades dedicadas ao avanço da educação gerencial. A AACSB International fornece aos seus membros uma variedade de produtos e serviços para ajudá-los com a melhoria contínua de seus programas de negócios e escolas.

científica. Apesar disso, há um grande número de pesquisadores que acredita que o processo poderia ser melhorado e não parece haver consenso sobre as áreas sugeridas para essa melhoria (Ware & Monkmann, 2008; Mulligan, Hall e Raphael, 2013). Particularmente na pesquisa de Ware e Monkmann (2008), houve forte oposição à substituição da avaliação por pares por avaliações pós-publicação ou estatísticas de uso ou citação para identificar bons artigos; como também prevaleceram razões de natureza altruísta para a prevalência desta modalidade de avaliação, apesar da sobrecarga de trabalho de muitos, em detrimento de interesses pessoais.

Apesar da sua aceitação e disseminação, o que evidencia suas grandes vantagens, o sistema de avaliação por pares tem sido alvo de uma série de desconfiças e críticas motivadas por distorções do seu uso (Pessanha, 1998). As críticas mais genéricas, segundo Hames (2012), dão conta de que (1) a avaliação por pares estaria “em crise”, (2) de que seria melhor “publicar tudo e filtrar mais tarde”, (3) de que o sistema está sujeito a injustiças, (4) de que as normas de avaliação não são claras, (5) de que o processo não está imune a idiosincrasias, como abusos e preconceitos por parte de editores e revisores, (6) de que sua lentidão provoca atrasos na publicação, (7) de que o processo é pobre na detecção de erros, (8) de que é quase inútil na detecção de fraudes e má conduta, (8) de que é caro e trabalhoso, e (9) de que os revisores estão sobrecarregados, trabalhando voluntariamente e sujeitos a falhas, mesmo nas melhores revistas.

Um equívoco mais frequente seria pressupor que o maior impacto de um periódico melhoraria a qualidade da avaliação por pares, quando há muitas revistas especializadas, de menor porte, que adotam uma avaliação por pares rigorosa, com editores dedicados e bem informados, e equipes editoriais comprometidas (Hames, 2012). Essas distorções, no entanto, não estão dissociadas do fenômeno do produtivismo acadêmico, pelo qual os artigos científicos estariam se distanciando de seu papel primordial, o de comunicar descobertas científicas, para um secundário, o de comprovar a atividade e produção acadêmicas, ou seja, o meio tomando o lugar dos fins (Lock, 1991 como citado em Hames, 2012). Além disso, Meneghini e Fonseca (1990 como citado em Freitas, 1998, p.2) consideram a avaliação por pares, que deveria ser desinteressada, competente e independente, um sistema problemático em se tratando de áreas de conhecimento relativamente pequenas e com poucos recursos, onde revisores e autores competem pela mesma verba. Este cenário nos sugere que as distorções do processo de avaliação de artigos em revistas científicas é muito mais complexa, não devendo ser reduzida a uma questão de competência técnica ou de má conduta ética.

Considerando mais de perto a questão da parcialidade do processo avaliativo, em umas etapas mais do que em outras, é necessário salientar que nem a identidade do revisor e nem a identidade do autor estão escondidas para o editor, que pode ter os seus próprios preconceitos, sendo a atração pelo prestígio um deles (Fitzpatrick, 2011). A pesquisa de Zuckerman e Merton (1971), sobre os inícios da prática da avaliação por pares na *Royal Society*, por exemplo, revelou que se um artigo tinha autores de alta patente, editores tinham maior probabilidade de chegar a uma decisão, sem enviá-lo para a avaliação por pares. Além disso, a seleção de revisores para um manuscrito pelo editor pode ser influenciada pela identidade do autor, e a avaliação do editor pode ser igualmente afetada pelos diferentes níveis de prestígio do revisor e autor (Fitzpatrick, 2011).

A partir de sua experiência como editor de conceituado periódico da área da saúde e de seus estudos sobre as falhas no sistema de avaliação por pares, Smith (2006) concluiu que não houve evidência de uma melhor qualidade das avaliações, justamente porque os trabalhos em geral incluem pistas internas de autoria e os revisores poderiam identificar os autores em cerca de um quarto a um terço dos casos (Smith, 2006).

A respeito de eventuais preconceitos ou subjetivizações, Mattos (2005) chama a atenção para o caráter subliminar das afiliações informais – “objetivamente inegáveis, mas subjetivamente inconfessáveis” (p.278) – uma rede altamente complexa de tendências teóricas, grupos de interesse, universidades e programas de pós-graduação, e grupos de pesquisa, dentre outros espaços e tendências, que comprometeriam o afiliado, suas razões e argumentos objetivos (factuais ou lógicos), e que teriam implicações muito reais, até mesmo na avaliação *blind review*.

A abertura do processo de avaliação por pares é outra das alternativas de maior popularidade dentre especialistas, se bem que idealmente formulada. A experiência de implantação deste modelo junto ao *British Medical Journal* foi compartilhada por Smith (2006), com resultados pouco animadores. Havia, desde o início, uma expectativa de que o aumento da prestação de contas pudesse melhorar a qualidade da avaliação dos artigos. No entanto, a cada nova etapa do processo de implantação desta nova modalidade de avaliação não houve nenhum efeito prático sobre a qualidade de opiniões dos revisores. Eles não se tornaram nem melhores nem piores depois dessas medidas (Smith, 2006).

Também para fazer face às distorções apontadas nesse sistema, Pessanha (2001) identifica alguns mecanismos e procedimentos que já foram introduzidos, a fim de evitá-las ou minimizá-las: (1) solicitação de declarações de compromisso dos revisores; (2) envio de

questionários com critérios norteadores do julgamento; (3) utilização de maior número de árbitros; (4) submissão de todos os pareceres aos revisores a fim de possibilitar o controle de um revisor sobre o outro; (5) garantia aos autores da possibilidade de recorrer da decisão por intermédio do editor científico, que, por sua vez, deve proporcionar um diálogo respeitoso e profissional entre autor e revisor.

A partir de um estudo sobre falhas da avaliação por pares para o *Journal of the Royal Society of Medicine*, Smith (2006)¹⁷ concluiu que temos poucas evidências sobre a eficácia da avaliação por pares e evidências mais consideráveis sobre seus defeitos. Além de repetir algumas das críticas já elencadas, ele compara o sistema a uma espécie de loteria, propenso a desvios e abusos. Você envia um estudo para uma revista. Ele entra em um sistema que é, efetivamente, uma caixa preta, e, em seguida, uma resposta mais ou menos sensível sai na outra extremidade. A caixa preta é como a roleta, e os prêmios e as perdas podem ser grandes. Para um acadêmico, publicar em um jornal de grande envergadura como *Nature* ou *Cell* é ganhar o prêmio. O atual sistema de avaliação da Capes, no entanto, não tem como diferenciar a produção criativa da produção em escala.

No tocante a prazos e custos, o estudo de Smith (2006), editor do *British Medical Journal* (BMJ) à época, levantou que muitas revistas, mesmo na era da Internet, levariam mais de um ano para analisar e publicar um livro, e de que é difícil conseguir bons dados sobre o custo da avaliação por pares, especialmente porque revisores e muitos editores não são remunerados para isto. Ao contrário, haveria um substancial "custo de oportunidade", na linguagem dos economistas, em que o tempo gasto na avaliação poderia ser gasto para fazer algo mais produtivo, como pesquisa original (Smith, 2006). Quanto à identificação de subjetivismos de diferentes ordens no processo de avaliação por pares, Smith amplia mais ainda nosso horizonte de compreensão denunciando a existência de fortes evidências contra "estudos negativos", ou seja, estudos sobre uma intervenção que não funciona, denúncia esta particularmente importante no campo da Medicina. Valores jornalísticos entrariam em jogo, já que ninguém gostaria de ler sobre um novo tratamento que não funciona (Smith, 2006).

Apesar da centralidade do processo de avaliação por pares na pesquisa científica e sua divulgação, faltaria transparência e rigor neste sistema de arbitragem em boa parte das revistas nacionais. Uma pesquisa com o objetivo de analisar a qualidade das revistas científicas eletrônicas brasileiras criadas por meio do Sistema Eletrônico de Editoração de

¹⁷ Richard Smith foi editor do *British Medical Journal* (BMJ) e chefe-executivo do *BMJ Publishing Group* por 13 anos (Smith, 2006).

Revistas (SEER)¹⁸, conduzida por Costa e Guimarães (2010), identificou que, do universo de 16 revistas investigadas, de diferentes áreas do conhecimento¹⁹, mais da metade delas (56,24%) não trazia uma explicação consistente e concisa em suas páginas eletrônicas sobre a avaliação por pares, particularmente quanto a datas do processo de arbitragem (recepção, aceitação para publicação e publicação). Ora, a literatura especializada define como indicador de relevância de um periódico que ele especifique “a metodologia adotada para avaliação e apropriação dos artigos, a fim de que os autores possam tomar conhecimento do que é considerado essencial para que os artigos sejam aceitos para publicação.” (Costa & Guimarães, 2010, p.84-85, 88-89)

Um estudo randomizado de treinamento de revisores promovido pelo BMJ foi conduzido com três públicos distintos: um grupo que não recebeu qualquer formação; um grupo que teve um dia de treinamento face-a-face, além de um CD-rom do treinamento; e o terceiro grupo que recebeu apenas o CD-rom. O resultado geral foi que o treinamento fez pouca diferença. Os grupos que tiveram treinamento mostraram alguns sinais de melhoria em relação àquele que não tinha formação, mas a diferença não foi grande o suficiente para ser significativa. Um problema com esse estudo foi que a maior parte dos revisores já atuava como tal a um bom tempo, do que se concluiu que os mais jovens estariam mais abertos a novos aprendizados do que eles (Smith, 2006).

Outras situações denunciadas por Smith (2006) podem ser consideradas abusivas no tocante à avaliação por pares: podem-se roubar ideias e apresentá-las como suas, ou produzir uma revisão injustamente severa para bloquear ou pelo menos retardar até a publicação das ideias de um concorrente. Além disso, foram feitos vários estudos no BMJ a partir da inserção de erros grosseiros em documentos e seu envio para muitos revisores. Ninguém chegou a localizar todos os erros. Alguns revisores não localizaram um sequer, e a maioria dos revisores só conseguiu localizar 25% deles. Para Smith (2006), a avaliação por pares, por vezes, identifica a fraude por acaso, mas geralmente não é um método confiável para sua detecção, porque ela funciona na confiança.

A este respeito, no entanto, para Mulligan, Hall e Raphael (2013, p.147-148) a diferença entre a expectativa e a habilidade da avaliação por pares para cumprir os seus objetivos é maior quando a comunidade de pesquisa considera as questões de fraude e

¹⁸ O SEER é uma tradução e adaptação do software *Open Journal Systems* (OJS) para a realidade brasileira pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), do Ministério da Ciência e Tecnologia.

¹⁹ Esta amostra correspondeu a 5% do universo das revistas que, no momento da pesquisa, possuíam páginas acessíveis por meio do site do IBICT (Costa & Guimarães, 2010).

plágio. Não obstante essa lacuna e alguns casos de fraude de alto nível, geralmente os pesquisadores consultados não acreditam que a fraude seja predominante. Pouquíssimos respondentes mencionaram fraude como um problema quando perguntados como a avaliação por pares pode ser melhorada. Ao considerar os aspectos práticos de detecção de fraudes, pela falta de repetição de experimentos, o que é inviável, senão impossível para os revisores, é difícil ver como a avaliação por pares pode atingir esses objetivos de forma eficaz. É concebível que o aumento da disponibilidade de dados juntamente com o artigo irá impedir a submissão de trabalho fraudulento, como também os revisores serão capazes de verificar os dados.

Essas evidências sugerem que o processo de *peer review* e o controle de qualidade tradicional, fechado e anônimo não são tão razoáveis quanto geralmente pensamos que sejam (Fitzpatrick, 2011; Hames, 2012; Smith, 2006). Para Godlee (2000 como citado em Fitzpatrick, 2011), a avaliação anônima teria o efeito de dar aos revisores poder sem responsabilidade, uma vez que, protegidos pelo “véu do anonimato”, se comportariam, em variadas situações, de modo não profissional, chegando a formas inaceitáveis de desonestidade acadêmica. Tais comportamentos não seriam a norma, mas eles ocorreriam com frequência tão grande que deveriam, minimamente, nos deixar em estado de alerta.

O sistema *blind review* é imaginado por muitos como um modo de evitar certas formas de subjetividade por parte do revisor, por exemplo, impedindo a continuação de uma "rede de velhos amigos" que excluiria o trabalho de mulheres, ou garantir que rancores pessoais não desempenhem nenhum papel no processo de revisão. E, isto deve ser reconhecido, a avaliação cega tinha, em sua introdução, o efeito de abrir os espaços para o discurso acadêmico das mulheres.

Por causa disto, seria importante garantir o caráter confidencial do processo de arbitragem, que tem variado de mais fechado a aberto. Neste caso, autores e revisores são conhecidos; naquele, os revisores são anônimos e desconhecem também o nome dos autores. Há práticas intermediárias quando os revisores conhecem os avaliados, sendo que o contrário praticamente inexistente (Pessanha, 2001). Krüger (2005) propõe que o processo de avaliação deva ser duplamente anônimo, ou seja, tanto o revisor deve ignorar o autor do texto a ele submetido, quanto este deve ignorar o nome do revisor.

No entanto, a eficácia da avaliação cega em genuinamente mascarar a identidade autoral tem sido objeto de algum estudo crítico por autores que sugerem, por exemplo, que a cegueira é fútil. Isto, porque alguém capaz de avaliar a pesquisa em uma determinada

especialidade geralmente conhece a especialidade suficientemente bem para identificar o provável autor do manuscrito sob avaliação (Guédon e Siemens, 2002 como citado em Fitzpatrick, 2011). Em muitos casos, de fato, o autor já teria sido previamente apresentado e seu material discutido em público, seja através de redes informais ou em ambientes mais formais como conferências. Além disso, a avaliação cega só pode corrigir o viés da falácia *ad hominem* (do latim, “contra a pessoa”), aquela identificada quando alguém procura negar uma proposição com uma crítica não ao seu conteúdo, mas ao seu autor. Um *argumentum ad hominem* é uma forte arma retórica, apesar de não possuir bases lógicas.

A questão mais importante com relação à avaliação por pares não é se se deve abandoná-la, mas como melhorá-la (Ware & Monkmann, 2008). Muitas ideias têm sido lançadas com este intuito e um número crescente delas tem sido testado experimentalmente. Segundo Smith (2006), as opções incluem (1) padronização de procedimentos, (2) abertura do processo de avaliação, (3) blindagem de revisores para a identidade dos autores, (4) revisão de protocolos, (5) formação de revisores, (6) maior rigor na seleção e desseleção de revisores, (7) uso de revisão eletrônica, (8) gratificação de revisores, (9) apresentação de *feedback* detalhado para revisores, (10) utilização de mais listas de verificação, ou (11) criação de agências de revisão profissional.

Segundo a pesquisa de Ware e Monkmann (2008), os pesquisadores respondentes se dividiram sobre se os revisores deveriam ser pagos por este trabalho, embora a maioria tenha concordado com a proposição de que o pagamento encareceria o custo da publicação. A mesma pesquisa identificou que os tempos de avaliação mais longos foram motivo de insatisfação dos autores respondentes, assim como a sobrecarga dos revisores mais produtivos.

A pesquisa de Shigaki (2014), que ouviu a experiência de revisores de artigos científicos na área de Administração no Brasil, identificou algumas sugestões em meio às críticas e elogios ao modelo de avaliação por pares: (1) uma política de premiação do revisor, seja por meio da Capes ou do periódico, mas não remunerada, para não encarecer o sistema e mercantilizá-lo ainda mais; (2) a profissionalização do revisor, através do aprimoramento do processo de sua seleção, tendo em vista melhorar a qualidade dos pareceres; (3) a informatização do sistema por meio do Blog *blind review*, para abreviar o tempo de resposta dos revisores; e (4) realização de um júri simulado que se iniciaria com o editor (*desk review*) e envolveria revisores disponíveis e voluntários num processo de *total open review*: um revisor ficaria responsável por encontrar pontos positivos e o outro, pontos negativos, após o

que o editor faria a média dos pareceres e decidiria sobre a aprovação ou não do artigo. (Shigaki, 2014)

Para o enfrentamento de dificuldades de ordem moral Thiry-Cherques (2005) propõe três medidas prioritárias:

1. Os textos a serem examinados deveriam ser codificados, isto é, receber apenas um número, como acontece nos exames, para que o nome do autor seja desconhecido não só do revisor, mas, igualmente, do editor, de modo que os seus desafetos não pudessem ser excluídos e os prediletos incluídos;
2. A atividade de emitir pareceres deveria ser recompensada, seja por uma remuneração condizente com a sua relevância, seja por qualquer outro tipo de reconhecimento não meramente simbólico;
3. Os pareceres, e, conseqüentemente, os revisores, deveriam ser avaliados, o que poderia ser facilmente realizado mediante duplicidade de pareceres sobre o mesmo texto, ou através da auditoria externa, pela confrontação dos textos recusados e aceitos e dos pareceres emitidos.

Ao lado de preocupações que enfatizam a forma e o conteúdo do trabalho científico, o processo de avaliação de artigos científicos vem se dedicando, cada vez mais, à questão ética (Pessanha, 1998). Os casos de fraude, plágio e outros tipos de conduta inadequadas no processo de produção e comunicação da ciência têm crescido nas comunidades científicas. Por isso mesmo, ao lado do controle interno das editorias de revistas, as sociedades científicas, bem como alguns periódicos importantes, desenvolveram códigos de ética. De estrutura semelhante em todos os ramos do conhecimento, esses códigos prescrevem normas de comportamento aos pesquisadores no desempenho dos papéis de autores, revisores e editores (Pessanha, 1998).

Para além dos códigos e conselhos de ética de periódicos e sociedades científicas, os países de desenvolvimento científico mais avançado têm criado instituições de caráter nacional que transcendam as comunidades científicas, como por exemplo, o *Committee for Scientific Integrity* (EUA, 1990) e o *Comité d'éthique des sciences* do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS, França, 1994) (Pessanha, 1998).

Do outro lado do processo de revisão estão os autores-atores, supostamente iguais em uma discussão sobre seu trabalho. O processo de avaliação por pares anônimos efetivamente deixaria o autor de fora da conversação, o que se torna uma discussão entre o revisor e editor sobre o trabalho de um terceiro (Fitzpatrick, 2011). O anonimato do revisor, no entanto, tem sido parte do processo de avaliação por tão longo tempo que muitos acadêmicos expressariam

alarme diante da ideia de que essa proteção seja removida, insistindo que o seu anonimato como revisores é necessário para que eles tenham a liberdade de dizer que um manuscrito não deve ser publicado. Tal posição seria certamente justificável se o objetivo principal da avaliação por pares fosse o controle de qualidade, e que se pudesse demonstrar que o processo é rigoroso e eficaz (Fitzpatrick, 2011). Alguns episódios e estatísticas mais ou menos conhecidos podem ilustrar esse clima de desconfiança e mobilização na busca de alternativas.

Alguns episódios e estatísticas mais ou menos conhecidos podem ilustrar esse clima de desconfiança e mobilização na busca de alternativas. O célebre artigo "Práticas de avaliação pelos pares das revistas de Psicologia", de Peters e Ceci, de 1982, já denunciava que a confiabilidade do revisor não está de todo garantida. Em seu experimento, os pesquisadores selecionaram um artigo de cada uma das 12 revistas da área, publicados entre 18 e 32 meses antes, e resubmeteram os artigos ao mesmo periódico, com algumas pequenas modificações: eles mudaram os nomes dos autores (mas, significativamente, não seus sexos), criaram novas afiliações institucionais para seus autores (nomeadamente substituindo instituições de renome por outras de pouca ou nenhuma visibilidade), e alteraram a redação, mas não o significado, do início dos parágrafos. Apenas três dentre 12 artigos foram descobertos pelos editores ou revisores por já terem sido publicados anteriormente, sendo que dos nove restantes oito foram rejeitados, a maioria em razão de falhas metodológicas. A conclusão dos pesquisadores é que uma das duas coisas aconteceu: ou os primeiros revisores que aprovaram os artigos publicados originalmente foram incompetentes, o que parece improvável, ou que um viés sistemático teria operado para produzir opiniões discrepantes (Peters & Ceci, 1982/2004 como citado em Fitzpatrick, 2011).

Ao se reportar a este célebre caso, Smith (2006) afirma que Peters e Ceci inventaram instituições com nomes como *Tri-Valley Center for Human Potential*, que os artigos que burlaram a vigilância dos editores e revisores foram rejeitados devido a sua má qualidade e que os pesquisadores teriam concluído que esta experiência era uma evidência de preconceito contra autores de instituições de menos prestígio.

Outra falha no sistema de avaliação pode ser retratada pela situação protagonizada pelo físico norte-americano Alan Sokal que, inconformado com o fato de um periódico da área de Ciências Sociais ter se negado a publicar um artigo seu, escreveu outro, no estilo do próprio periódico, tendo sido este aprovado. O segundo artigo, no entanto, era um ensaio medíocre, não mais do que uma piada repleta de frases sem sentido. Logo depois, Sokal publicou em outro periódico, o artigo original, ridicularizando os editores e,

consequentemente, o sistema de avaliação do primeiro periódico. Por que o segundo artigo de Sokal foi publicado? Talvez porque Sokal fosse um físico respeitado na comunidade científica americana? Por que defendia, embora de uma maneira confusa, as crenças dos revisores? “Considerando-se que a avaliação sistemática de pesquisas é fato extremamente recente na comunidade científica, esse tipo de acontecimento pode ser utilizado como exemplo a ser evitado, tanto para a otimização quanto para a própria validação do sistema de avaliação como um todo”. (Freitas, 1998, p.5).

Direcionando o nosso olhar para a produção científica em Administração no Brasil, a partir de pesquisa de Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999), identificou-se naquele momento três aspectos críticos: “... a falta de originalidade, a relevância questionável, seja do ponto de vista prático ou acadêmico, e a qualidade falha, tanto do ponto de vista epistemológico, quanto do ponto de vista metodológico.” (Bertero, Caldas & Wood Jr., 1999, p. 152). Embora se reconheça que o desenvolvimento da ciência administrativa deva ser feito dentro de paradigmas e mediante a ação esclarecida de revisores, os quais estabelecem regras básicas para a publicação de pesquisa científica, os pesquisadores chegaram a considerar a hipótese de que a permissividade dominante no ambiente acadêmico local estivesse comprometendo a evolução da qualidade da nossa produção acadêmica (Bertero, Caldas & Wood Jr., 1999). O fato de que esta pesquisa tenha sido realizada há mais de uma década só aguça o nosso senso de investigação acadêmica sobre o vigor e as limitações de nossa produção atual em comparação com a daquele momento.

Numa primeira etapa da pesquisa, direcionada para critérios prescritos nas principais revistas da área de Administração, Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999) constataram que “os critérios de avaliação de artigos variavam significativamente conforme a orientação editorial (alvo, foco, abrangência etc) do periódico” e que o sentido dado a cada critério de avaliação também variava conforme a orientação editorial do periódico (Bertero, Caldas & Wood Jr., 1999, p.155). Numa segunda etapa da pesquisa, sobre critérios de avaliação levantados junto a pesquisadores *seniores* brasileiros, evidenciou-se uma grande heterogeneidade de critérios de julgamento da produção científica em Administração usados no Brasil, caracterizados por (1) baixo consenso em relação aos critérios prescritos para julgar a produção científica; (2) baixo consenso quanto a quais seriam os critérios mais importantes; e (3) baixo consenso quanto ao significado atribuído a cada critério (Bertero, Caldas & Wood Jr., 1999).

Na última etapa da pesquisa, sobre critérios utilizados por revisores no Brasil, os autores (Bertero, Caldas & Wood Jr., 1999) constataram que:

- (1) O sistema de *blind review* era considerado como o mais apropriado à avaliação de trabalhos científicos e que, mesmo assim, 1 em cada 5 revisores frequentemente conheciam ou sempre conheciam a identidade do autor e/ou instituição de origem do avaliado;
- (2) Havia consistência entre a opinião do revisor, quanto à eleição do melhor e do pior trabalho, e o índice de publicação ou apresentação. No entanto, registrou-se um índice relativamente alto de publicação ou apresentação alcançado pelos piores trabalhos. Foi especulado que esse índice se relacionava tanto à heterogeneidade de critérios de julgamento entre revisores, quanto a uma baixa seletividade das revistas.
- (3) No tocante à adequação entre revisor e tema avaliado, 40% deles reconheceram que não tinham grande familiaridade com os temas dos trabalhos que avaliaram. Este resultado divergiu de uma das premissas principais do sistema de *blind review*, que sugere que os revisores tenham visão ampla do campo no qual o trabalho avaliado se insere e conhecimento razoável sobre o tema tratado. Tal situação, pôde-se supor, devia-se ao desenvolvimento ainda insuficiente do campo, o que resultava tanto em número reduzido de revisores quanto em qualificação global insuficiente para fazer frente ao grau de variedade dos trabalhos que eram avaliados.

Estes resultados da pesquisa de Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999) parecem confirmar a ressalva feita pelo manual de Boas Práticas da Publicação Científica, da ANPAD (2010), de que, embora o fluxo do processo editorial seja amplamente conhecido dos acadêmicos em geral, não basta conhecê-lo (operacionalização) para que se alcance o resultado desejado (eficiência), pois, pelo fato de envolver diferentes atores, ideias e interesses, esse processo contém uma alta dose de subjetividade²⁰ (Kacmar, 2008 como citado em ANPAD, 2010, p.2).

Um amplo estudo sobre a relação entre a avaliação por pares e o plágio decorrente de uma maior pressão por publicação foi conduzida por Honig e Bedi (2012) e divulgada sob o título *A critical examination of plagiarism among members of the academy of management*. Para os autores, existiriam oportunidades no sistema para uma considerável manipulação e violação ética (Honig & Bedi, 2012). De uma lista hierarquizada de 10 infrações de plágio mais comuns, as cinco principais, segundo Bartlett e Smallwood (2004 como citado em Honig & Bedi, 2012, p.106), seriam: (1) cópia de toda a obra, uma parte substancial, parágrafos, frases ou cláusulas; (2) cópia de ideias mais originais; (3) paráfrase de segmentos de grande dimensão sem novas contribuições; (4) paráfrase de segmentos de tamanho moderado sem

²⁰ Outros exemplos aqui relatados ilustrarão a natureza e modalidades desta subjetividade, problematizada pelo Manual da ANPAD (2010).

novas contribuições, e (5) cópia literal ou não literal de segmentos pouco importantes de tamanho pequeno (por exemplo, cláusulas, frases, expressões e neologismos). Tal como acontece com todas as regulamentações, estas infrações e a probabilidade de violação seriam dependentes de ambas as condições contextuais, tais como o grau de transparência envolvido, e as características da regulamentação, incluindo a aplicabilidade e os fatores processuais (Lehman & Ramanujam, 2009 como citado em Honig & Bedi, 2012, p.106).

A pesquisa de Shigaki (2014) sobre o processo de avaliação de artigos de revistas científicas da área de Administração no Brasil ouviu pesquisadores sobre o sistema de revisão por pares e identificou mais críticas do que elogios, reiterando pesquisas e depoimentos já elencados. As críticas estão relacionadas a cumprimento de prazos, sobrecarga de trabalho, subjetividade das avaliações, falta de reconhecimento do trabalho do revisor, falta de padrão de qualidade na seleção dos revisores, necessidade de maior número de revisores para se garantir rotatividade; parcialidade dos editores e abuso de poder. Os elogios, por seu turno, estão relacionados ao sigilo e à transparência. (Shigaki, 2014)

O processo de avaliação de artigos submetidos a revistas acadêmicas pede, neste momento, uma fundamentação que nos ajude a avançar para além do seu diagnóstico, fornecendo pistas para o seu aprimoramento.

2.3 A Avaliação do Texto Científico à luz da Ciência Hermenêutica

O objetivo desta seção, no escopo da investigação a que nos propomos, é recorrer à ciência hermenêutica, em particular à obra de Gadamer e de intérpretes seus, como referencial teórico para pensar e subsidiar a tarefa de avaliação do texto científico e a formação de seus revisores.

2.3.1 Hermenêutica: conceitos e aplicações

No princípio de sua obra *Introdução à Hermenêutica Filosófica*, Grondin (1999) define Hermenêutica, desde o surgimento do termo no século XVII, como a ciência e, respectivamente, a arte da interpretação. Até o fim do século XIX, ela assumia em geral a forma de uma doutrina que prometia apresentar as regras de uma interpretação competente e, portanto, sua natureza era predominantemente normativa e mesmo técnica. “Ela se restringia à tarefa de fornecer às ciências declaradamente interpretativas algumas indicações

metodológicas, a fim de prevenir, do melhor modo possível, a arbitrariedade no campo da interpretação” (p.23). Seu status era de uma disciplina auxiliar no círculo daqueles ramos estabelecidos da ciência que se ocupavam explicitamente com a interpretação de textos ou de sinais, dentre os quais a Teologia e o Direito. A hermenêutica filosófica, enquanto concepção filosófica elaborada, no entanto, é muito mais recente, designando, prevalentemente, a contribuição de Hans-Georg Gadamer, por suas formulações realmente inovadoras. (Grondin, 1999)

Para Gadamer (1994e), em artigo em que distingue a hermenêutica clássica da filosófica, o termo “Hermenêutica” contempla diversos níveis de reflexão. Isto ocorre por ser uma palavra de origem grega adotada em nossa linguagem científica. Primeiramente, ela pode significar práxis relacionada à arte do anúncio, da tradução, da explicação e da interpretação, e inclui obviamente a arte da compreensão que subjaz nele e que se requer quando não está claro e inequívoco o sentido de algo. Já no uso mais antigo da palavra se detecta certa ambiguidade. Hermes era o enviado divino que levava as mensagens dos deuses aos homens. Mas é frequente, sobretudo no uso profano, que a missão do *hermeneus* consista em traduzir o manifestado de modo estranho ou ininteligível à linguagem inteligível por todos. Por isso a tarefa da tradução goza sempre de certa “liberdade”. Pressupõe a plena compreensão da língua estrangeira, mas ainda mais a compreensão do sentido autêntico do manifestado. Aquele que quer fazer-se entender como intérprete deve traduzir o sentido expressado. O trabalho da Hermenêutica é sempre essa transferência de um mundo a outro, do mundo dos deuses ao dos humanos, do mundo de uma língua estrangeira ao mundo da própria língua (Gadamer, 1994e, p.95). Temos aqui mais alguns elementos conceituais para contribuir com a nossa investigação: a tarefa do revisor-intérprete de um texto científico não pressupõe justamente o de traduzir o sentido expressado? Sua habilidade estaria em captar a intencionalidade do autor? O significado do texto? Ambos?

A primeira realidade que a Hermenêutica pretende esclarecer é a linguagem e, mais particularmente, a linguagem escrita. Daí a importância da relação privilegiada da Hermenêutica com as questões de linguagem. O ponto de partida é um traço das línguas naturais que faz apelo a um trabalho de interpretação ao nível mais elementar e mais banal da conversação. Este traço é a polissemia, a saber, “... o fato das nossas palavras terem mais de uma significação, quando consideradas fora do seu uso, num contexto determinado.” (Ricoeur, 1989, p.84). Já a atenção ao contexto seria o complemento necessário e a contrapartida da polissemia. Produzir um discurso, relativamente unívoco, com palavras

polissêmicas, e identificar esta intenção de univocidade na recepção das mensagens é o primeiro e o mais elementar trabalho de interpretação (Ricoeur, 1989). Ora, se a linguagem escrita é tão determinante assim, mesmo sujeita à polissemia, então um texto será tão melhor compreendido e interpretado pelo revisor quanto melhor escrito ele for.

A história recente da Hermenêutica, situada na tradição científica da época moderna, foi dominada por duas grandes preocupações ou correntes. A primeira correspondeu à ampliação progressiva do campo da Hermenêutica, de tal forma que as Hermenêuticas regionais ou particulares (filológica, teológica, jurídica, estética etc.) fossem incluídas numa Hermenêutica geral. No entanto, este movimento de desregionalização ou generalização não podia ser concluído sem que, ao mesmo tempo, as preocupações propriamente epistemológicas da Hermenêutica, ou seja, o seu esforço para se constituir em saber de reputação científica, estivessem subordinadas a preocupações ontológicas, segundo as quais “compreender” deixa de aparecer como um simples modo de conhecer para se tornar uma maneira de ser e de se ligar aos seres e ao ser. O movimento de desregionalização foi acompanhado, assim, por um movimento de radicalização pelo qual a Hermenêutica se torna não apenas geral, mas fundamental (Ricoeur, 1989, p.84).

A contribuição de Gadamer, principal representante da corrente ontológica, vai aperfeiçoar o pensamento de seu “mestre” Heidegger e se contrapor à corrente romântica, de seus antecedentes Schleiermacher e Dilthey. O significado do termo “hermenêutica”, a partir de Gadamer, estará em consonância com a gênese do conceito moderno de método e de ciência. Não só se possui a arte da interpretação a partir de uma consciência metodológica, senão que se sabe justificar teoricamente a mesma (Gadamer, 1994e). Na medida em que formos desenvolvendo o pensamento de Gadamer apresentaremos concepções de pensadores que o antecederam, de modo a entendermos em que a sua Hermenêutica os ultrapassou e se configura como original. O diferencial da discussão em torno da Hermenêutica de Gadamer, ou seja, da sua teoria sobre compreensão e interpretação de textos, se vincula, por extensão, à avaliação de artigos científicos.

A Hermenêutica, portanto, não seria um simples método nem uma série de métodos, como ocorreu no século XIX desde Schleiermacher até Dilthey, quando se converteu em teoria metodológica das ciências filológicas, mas sim uma filosofia. Não se limita a dar razão dos procedimentos que a ciência aplica, mas também das questões prévias à aplicação de qualquer ciência. São as questões que determinam todo o saber e o agir humano, essas questões “máximas” que são decisivas para o ser humano como tal e para sua opção pelo

“bem” (Gadamer, 1994d, p.308). Enquanto a Hermenêutica antiga visava elaborar uma doutrina da arte do compreender, a hermenêutica gadameriana tem um objetivo eminentemente filosófico: o que acontece em nós quando compreendemos, para além de nosso querer e fazer? Isto diz respeito a toda experiência da vida do homem e de sua práxis vital, concebida linguisticamente. (Herrero, 2009, p.177)

2.3.2 A Hermenêutica Filosófica de Gadamer

Nascido em 1900 e falecido em 2002, Hans-Georg Gadamer escreveu a sua obra magna, Verdade e Método, em 1960. Sua tese inicial é de que o caráter científico das Ciências Humanas pode ser compreendido com base na tradição do conceito de formação cultural e não na ideia da Ciência Moderna, pois no seio dessa tradição “...é que foram formulados os conceitos capazes de fazer jus à pretensão cognitiva própria das ciências do espírito...” (Grondin, 2003, p.183). Enquanto as Ciências Naturais caracterizam-se pelos métodos da indução lógica, que destaca regras e leis a partir do material recolhido, as Ciências Humanas procedem de outra forma. Gadamer procurou ultrapassar as discussões epistemológicas e a peculiaridade metodológica das Ciências Humanas porque nesses debates prevalecia a ideia de que os cientistas do espírito (ou das Ciências Humanas) deveriam, de certa forma, possuir métodos próprios para levar a questão até a ciência. Para Gadamer, as Ciências Humanas têm muito mais a ver com *o emprego de um tato* (grifo nosso) do que com a adoção de quaisquer métodos. Quando Gadamer retoma o diálogo com estas Ciências, não o faz para desenvolver uma “metodologia”, mas para realçar, a exemplo dessas Ciências da compreensão, a insustentabilidade da ideia de um conhecimento universalmente válido e também o Historicismo (Grondin, 2003, p.181-83). Aqui já começa a se esboçar uma noção cara para os objetivos de nossa pesquisa: a tarefa do revisor enquanto leitor-intérprete do texto científico requererá não só uma técnica, mas antes de tudo um tato, uma sensibilidade, uma postura. Continuemos nos apropriando do pensamento gadameriano.

A controvérsia com o Historicismo tornou-se, para Gadamer, a tarefa principal. O Historicismo, ao ensinar que cada doutrina deve ser entendida com base em sua época, oferece, por auto-aplicação (o Historicismo é “filho” do Cientificismo), o princípio de superação de si mesmo (Ricoeur, 1989, p.104-5). Segundo Gadamer, foi uma ilusão do Historicismo querer afastar nossos preconceitos através de métodos seguros, para possibilitar algo como objetividade nas Ciências Humanas (Grondin, 2003, p.186-87).

A discussão proposta por Gadamer para este tema tem como ponto de partida a relação entre Ciência e Verdade. Gadamer reconhece que devemos à ciência a libertação e a destruição de muitas fantasias, e que sua pretensão é questionar os preconceitos e conhecer assim a realidade melhor do que até então. No entanto, para ele, à medida que os métodos da ciência se estendem a todo o existente resulta mais duvidoso que os pressupostos da ciência permitam colocar a questão da verdade em todo o seu alcance. Perguntamo-nos com inquietação se não há que imputar aos métodos da ciência a existência de tantas questões que demandam uma resposta que aquela se recusa a dar. A ciência se negaria a dar uma resposta porque desacreditaria da pergunta, quer dizer, julgaria ela como absurda, uma vez que só tem sentido para ela o que se ajusta a seu método de investigação e exame da verdade. (Gadamer, 1957).

Entram aqui as afirmações de Gadamer de que a ideia de um conhecimento universalmente válido é insustentável e de que uma verdade absoluta não pode ser generalizada a partir de uma experiência particular e histórica (Bonfim, 2010). Daí a expressão “hermenêutica da finitude”, alusiva ao reconhecimento, pelo leitor-intérprete, do próprio limite imposto por seus preconceitos à compreensão e interpretação de qualquer realidade, inclusive do texto. Isto quer dizer que aquele que pretende compreender não pode entregar-se de antemão ao arbítrio de suas próprias opiniões prévias, mas deve estar disposto a deixar que estas lhe digam algo. Para Gadamer tem de haver, antes de tudo, a apropriação de opiniões prévias e preconceitos pessoais, pois é fundamental dar-se conta dos próprios pressupostos, a fim de que o próprio texto possa se apresentar em sua alteridade, confrontando-se, assim, a verdade do texto com as opiniões prévias pessoais do leitor-intérprete (Gadamer, 2005 citado por Bonfim, 2010).

Inspirando-se em Heidegger, Gadamer recupera a noção de que as coisas se mantêm ocultas por natureza e, igualmente, que o encobrimento (ou acobertamento) é próprio da ação e da linguagem humanas. A linguagem humana não expressaria somente a verdade, mas também a ficção, a mentira e o engano. Haveria, pois, uma relação originária entre o ser verdadeiro e o discurso verdadeiro. O desvelamento (ou desocultamento) do ser se produziria na sinceridade da linguagem. Um modo específico de discurso – o enunciado, proposição ou juízo – é o que representa e comunica a razão mesma das coisas. O juízo se caracterizaria frente a todos os outros modos de discurso pela pretensão de ser verdadeiro, de revelar um ser tal como é. Verdade seria, portanto, desvelamento. Tornar o ser patente seria o sentido do discurso (Gadamer, 1957). Por analogia, poderíamos afirmar que avaliar um artigo científico,

assim como analisar o conteúdo de pareceres sobre um artigo científico, também é uma tarefa de desvelamento, não da intencionalidade do seu autor, já que isto não é possível, mas da tessitura do seu conteúdo, do texto como ele se apresenta.

A verdade do discurso para Gadamer, fazendo jus à tradição aristotélica, se definiria, pois, como adequação do mesmo à coisa, ou seja, adequação do “deixar estar” o discurso à coisa presente. O discurso, quer dizer, o *intellectus* que se expressa no discurso, teria a possibilidade de medir-se a si mesmo de forma que o que alguém diz expresse somente aquilo que existe. A isso chamamos em Filosofia de “verdade enunciativa”, tendo em conta que há também outras possibilidades de verdade no discurso (Gadamer, 1957). É possível aqui fazer um paralelo entre a verdade enunciativa e o parecer sobre um artigo científico, cuja pretensão, à luz da hermenêutica gadameriana, deveria ser de captar a realidade mesma – conteúdo e forma – do texto científico.

Continuando sua reflexão, Gadamer (1994a) destaca que a ciência moderna considera a matemática como modelo não pela natureza de seus objetos, mas por seu modo de conhecimento mais perfeito. A figura moderna da ciência estabelecerá uma ruptura decisiva com as figuras de saber do ocidente grego e cristão. O que prevalece agora é a ideia do método. No entanto este, em sentido moderno, é um conceito unitário, apesar das modalidades que possa assumir nas diversas ciências. O metódico é poder percorrer de novo o caminho andado, e tal é o modo de proceder da ciência. Mas isso suporia necessariamente uma restrição nas pretensões de alcançar a verdade. Se a verdade supõe a verificabilidade, o critério que mede o conhecimento não é já sua verdade, mas sua certeza. Por isso o autêntico *ethos* da ciência moderna é, desde que Descartes formulara a clássica regra de certeza, que ela só admite como satisfazendo as condições da verdade o que satisfaz o ideal de certeza.

Problematizando esta questão no âmbito filosófico, Gadamer pergunta: em que sentido e de que modo cabe recuperar – se cabe – o saber elaborado pelas ciências? Ora, nem sempre se pode considerar a via da demonstração como o modo correto de fazer conhecer a verdade a outro. Todos ultrapassamos constantemente a fronteira do objetivável na qual se move o enunciado por sua forma lógica. Sem dúvida, a pretensão da ciência é superar o aleatório da experiência subjetiva mediante um conhecimento objetivo, e a linguagem do simbolismo equívoco mediante a univocidade do conceito. Cabe, no entanto, perguntar: há dentro da ciência como tal um limite do objetivável baseado na essência do juízo e da verdade enunciativa? (Gadamer, 1957). Por extensão, poderíamos nos perguntar: É possível tal

objetividade ou cientificidade na avaliação de artigos científicos? Em não sendo possível, como minimizar as idiosincrasias do revisor?

Neste intuito, sua obra magna “Verdade e Método” efetuará uma crítica fundamental à obsessão metodológica revelada na preocupação pela cientificidade das Ciências Humanas (Grondin, 2003, p.183). Com efeito, o título da obra confronta o conceito heideggeriano de “verdade”, do qual Gadamer se apropriou; com o conceito diltheyano de “método”, criticado por Heidegger (Ricoeur, 1989, p.103).

Dilthey, representante da Hermenêutica Romântica²¹, fundou o seu conceito de interpretação no de “compreensão”, quer dizer, na apreensão de uma vida estranha (a mente do autor) que se exprime através das objetivações da escrita, daí o caráter psicologizante e historicizante de seu pensamento (Ricoeur, 1989, p.120). Essa hermenêutica sustentava que o objetivo da interpretação é atingir a consciência dum outro sujeito, processo que se chama de apropriação. O objetivo último da interpretação para a Hermenêutica Romântica não é o que diz o texto, mas aquele que nele se exprime, a genialidade do seu autor. Para Heidegger, no entanto, o outro, tanto como eu próprio, me é mais desconhecido do que qualquer outro fenômeno da natureza. A questão “mundo” passa a ocupar o lugar da questão “outrem”. Ao mundanizar, assim, o compreender, Heidegger despsicologiza-o, visando essencialmente arruinar a pretensão do sujeito cognoscente a erigir-se em medida da objetividade. O que é necessário, precisamente, reconquistar, nesta pretensão do sujeito, é a condição de habitante deste mundo, a partir da qual há situação, compreensão e interpretação (Ricoeur, 1989, p.97-8). Há aqui outros elementos importantes para avançarmos em nossa investigação: à defesa de uma objetividade passível de ser identificada através das palavras e dos signos se opõe a crença na realidade pessoal, intencional, que não pode ser traduzida num texto. Diante do texto científico, como julgar a experiência e intencionalidade do autor?

A filosofia de Gadamer exprime, pois, a síntese dos dois movimentos que o antecederam: das hermenêuticas regionais para a hermenêutica geral, da epistemologia das ciências do espírito (ciências humanas) para a ontologia. A expressão “experiência hermenêutica” exprime bem este caráter sintético. Além disso, Gadamer marca, com relação a

²¹ Romantismo: “Termo bastante genérico, aplicado à profunda transformação nas atitudes do Ocidente com relação à arte, que dominou grande parte da cultura europeia na primeira metade do século 19 e influenciou a maioria dos movimentos artísticos subsequentes – mesmo aqueles que contra ele reagiram. Em sua forma mais remota, surgiu a partir da década de 90 do século 18, na Alemanha e na Inglaterra, e por volta de 1820 na França e em outros países, ficando conhecido como ‘movimento romântico’. Sua ênfase estava na liberdade individual de expressão: sinceridade, espontaneidade e originalidade tornaram-se novos padrões nas artes, substituindo as imitações dos modelos clássicos, preferidas no século 18. Ao rejeitar a racionalidade imposta pelo Renascimento como mecânica, impessoal e artificial, os românticos voltaram-se para o caminho da experiência pessoal, da infinita imaginação e da aspiração individual.” (Folha de São Paulo, 1996, p.849)

Heidegger, o início do movimento de regresso da ontologia para a discussão epistemológica (Ricoeur, 1989, p.103). À luz do seu pensamento, também nós compartilhamos da sua crítica ao metodologismo das Ciências da Natureza e ao distanciamento radical entre intérprete e obra preconizado pelo Historicismo, como pressupostos para as demais áreas do conhecimento, em particular às Ciências Humanas. Além disso, a sua crítica a uma pretensa objetividade nas Ciências Humanas, influenciada pelo Historicismo, pode nos ajudar a rever a supremacia do paradigma positivista que está presente nos sistemas e instrumentos de avaliação, tanto de programas de pós-graduação quanto de modelos de avaliação de artigos científicos.

Gadamer inicia sua reflexão pela descoberta da estrutura ontológica (ou universal) do círculo hermenêutico de Heidegger, para quem toda compreensão é condicionada por uma motivação ou por um pré-conceito (pré-compreensão), os quais “agem” como “condições de compreensão” transcendentais, ou seja, “estrutura de antecipação da experiência humana” (Grondin, 2003, p.186). Para Heidegger, a compreensão correta pressupõe precaver-se contra preconceitos e inevitáveis vícios da forma de se pensar, daí a necessária e constante revisão e substituição por opiniões mais adequadas ao longo desse projeto. Interpretar se concebe aqui como desenvolvimento (aplicação) do exercício conatural de compreender, uma questão, portanto, mais ontológica do que metodológica, cujos fundamentos estariam na relação do ser com o mundo. A tarefa de compreender – de uma Teoria do Conhecimento – pressupõe, portanto, um “perguntar-se sobre” e um “dirigir-se para” a questão do sentido do ser. A Hermenêutica para Heidegger tinha o papel de explicitar as condições de possibilidade das Ciências Humanas, para que tivessem estatuto comparável às Ciências da Natureza. (Grondin, 2003)

Vejamos, então, a partir do que intuiu Heidegger (2ª “virada copernicana” no campo da Hermenêutica), a ampliação desta abordagem ontológica por seu “discípulo” Gadamer, cuja obra não tem a pretensão de propor um método de interpretação, seja nos planos do discurso ou do texto, mas de desenvolver as condições de possibilidade da compreensão e, a partir delas, da interpretação. As seções seguintes dão destaque para duas categorias do pensamento gadameriano que servirão de instrumental de análise para as condições de possibilidade da compreensão e interpretação do texto e, por apropriação, para a investigação sobre a qualidade da avaliação do texto científico e a formação do intérprete-revisor.

2.3.2.1 A fusão de horizontes

O conceito de “fusão de horizontes” é chave para a hermenêutica gadameriana da finitude. Ele nos propõe uma nova compreensão da problemática filosófica da verdade. Seu objetivo principal é dar uma nova interpretação à racionalidade moderna, centrada no método, de modo a fazer justiça à problemática originária da consciência histórica – a experiência da finitude –, verdadeiro motivo da conversão hermenêutica do filosofar (Silva, 1992, p.127). Nas palavras do próprio Gadamer (1994e, p.132): “A distância insuperável e necessária entre os tempos, as culturas, as classes, as raças – ou mesmo entre as pessoas – é um momento supra subjetivo, que confere tensão e vida a todo compreender... O intérprete e o texto possuem cada qual seu próprio “horizonte” e todo compreender representa uma fusão desses horizontes.”

A Hermenêutica Filosófica de Gadamer toma o homem como ele é – finito e histórico – e considera o encontro com o Tu indispensável para a fusão de horizontes. Sua preocupação não é com a intenção do autor, mas com a fusão de horizontes entre o intérprete e a obra, quando o intérprete ajustou e continua a ajustar sua pré-compreensão no aparecimento da obra enquanto tal. O encontro com a coisa mesma é a prova de fogo para os preconceitos, uma vez que são distinguidos os verdadeiros dos falsos. É o encontro com a obra que proporrá uma revisão da pré-compreensão. Portanto, é uma relação dialógica, onde o intérprete põe a escutar a coisa mesma, a fim de confirmar ou não seus preconceitos. É nesta relação de diálogo, entre Eu-Tu, que se dará a filtragem da pré-compreensão. Disso resulta sempre uma revisão do projeto (Bressolin, 2008, p.73-4). Este é o novo sentido da verdade hermenêutica: não subjetiva, mas intersubjetiva (Silva, 1992, p.141).

Não há para Gadamer (1994a) nenhum enunciado que se possa entender unicamente pelo conteúdo que propõe, se se quer compreendê-lo em sua verdade. Cada enunciado teria sua motivação. Cada enunciado teria pressupostos que ele não enuncia. Só quem reflete sobre estes pressupostos pode pesar realmente a verdade de um enunciado. Sua tese é de que a última forma lógica da motivação de todo enunciado é a pergunta. A prioridade da pergunta frente o enunciado significa que este é essencialmente uma resposta. Não haveria nenhum enunciado que não seja fundamentalmente uma espécie de resposta. Por isso a compreensão de um enunciado teria como norma suprema a compreensão da pergunta à qual responde. Nem sempre será fácil encontrar a pergunta a qual um enunciado dá resposta. Isto, porque toda pergunta é por sua vez uma resposta. Tal é a dialética em que nos acharíamos imersos:

embora toda pergunta tenha a sua motivação, não é possível apreender plenamente o seu sentido. (Gadamer, 1994a)

O decisivo, o núcleo do investigador científico (e por que não dizer do revisor de artigos científicos) consistiria em ver as perguntas (embutidas também nos artigos avaliados). Mas ver as perguntas é poder abrir o que domina todo nosso pensar e conhecer como uma camada fechada e opaca de preconceitos assimilados. O que constitui o investigador como tal é a capacidade de abertura para ver novas perguntas e possibilitar novas respostas. Um enunciado (também o do texto científico) encontra seu horizonte de sentido na situação interrogativa da qual procede. A pergunta e a resposta desempenham em seu caráter enunciativo comum uma função hermenêutica: ambas são interpelação. (Gadamer, 1957)

Este reposicionamento aponta para “a questão realmente crítica da hermenêutica”, a saber, como se pode, enquanto podemos ter consciência deles, diferenciar os verdadeiros preconceitos dos falsos, ou das concepções que conduzem a mal-entendidos? Existiria algum critério para isso? Se existisse algo como um critério, então todos os questionamentos da Hermenêutica estariam resolvidos e não precisaríamos mais discutir em torno do problema da verdade (Grondin, 2003, p.188-89). Não se trataria apenas de um simples afastamento dos preconceitos, mas de seu reconhecimento e elaboração interpretante (Pavão, Godoi & Sehnem, 2011, p.111). Desta forma, Gadamer identifica-se com a ideia de Heidegger ao afirmar que a primeira tarefa crítica da interpretação deve consistir em elaborar os seus próprios esboços prévios, para que o objeto possa obter sua validade perante os mesmos. Já que a compreensão pode deixar-se conduzir inevitavelmente por concepções enganadoras deve ela esforçar-se no sentido de desenvolver, a partir de sua própria situação, princípios de compreensão adequados à realidade (Grondin, 2003, p.187).

Para Gadamer, aquele que quer entender algo traz já consigo uma antecipação do que quer entender, um consenso se quer persuadir e convencer nas questões debatidas. Também a compreensão da opinião de outro ou de um texto se realizaria dentro de uma relação de consenso, mesmo diante de possíveis mal entendidos, e buscaria o entendimento para além de qualquer discrepância (Gadamer, 1994d, p.307). Seguindo a lógica deste raciocínio, em não sendo possível compreender e interpretar sem preconceitos, caberia ao leitor-revisor, diante do texto científico, conhecer as suas expectativas e exigências para que não as cobre do texto que ele tem que avaliar.

Só é possível construir sentido com a ajuda do outro que nos questiona ou estimula. Daí que o sujeito que compreende não deve entregar-se ao acaso das suas próprias

antecipações, forçando a realidade a encaixar-se nelas de um modo tal que ignore o horizonte do outro. Ele precisa, pelo contrário, tomar consciência dos seus pressupostos, de modo a confrontar as coisas com outras perspectivas. Os preconceitos não percebidos é que são a verdadeira origem de nossa alienação porque nos encerram no círculo estreito da nossa mesmidade, bloqueando toda a nossa disponibilidade para aceitar o outro, que nos fala a partir da tradição. (Silva, 1992, p.138-9)

Os preconceitos são tratados no pensamento gadameriano como fundamentais para a compreensão de uma obra, pois eles formam a pré-compreensão do seu sentido. Logo, os preconceitos são condições inevitáveis de um ser-no-mundo. Ou ainda, ser homem é estar submetido às contingências determinantes de sua vivência temporal. Não há necessidade da negação dos preconceitos que, desde sempre, estão presentes no homem. Eles são a própria condição de possibilidade do compreender. Estes preconceitos são frutos da tradição na qual estamos inseridos, o horizonte a partir do qual compreendemos. Por fim, os preconceitos são esta carga histórica que sempre caminha conosco determinando, juntamente com o encontro com a coisa mesma, o como compreendemos. (Bressolin, 2008, p.72-3)

Os preconceitos e opiniões prévias que ocupam a consciência do leitor-intérprete-revisor não estão a sua livre disposição, são “produto” de sua ontologia e epistemologia mesmas. Ninguém sozinho está em condições de distinguir por si mesmo os preconceitos produtivos dos preconceitos impeditivos (Silva, 1992, p.138). O encontro com a coisa mesma prova que o Iluminismo estava errado e que há preconceitos que favorecem a compreensão se previamente reconhecidos. Existem, portanto, preconceitos legítimos e ilegítimos. Logo, a pretensão da hermenêutica é a saída da particularidade subjetivista do intérprete e da particularidade da obra (como pretendia Schleiermacher) para uma elevação, para uma fusão de horizontes. É nesta fusão onde velho e novo, antigo e moderno dialogam para construir um novo sentido, sem que nenhum dos dois chame mais a atenção do que o outro. (Bressolin, 2008, p.74-5)

Mas como distinguir os preconceitos legítimos dos não legítimos? Temos indícios dos preconceitos legítimos. O intérprete não consegue distinguir por si mesmo os preconceitos produtivos daqueles que levam a mal entendidos. Ele permanece impotente em julgar quando não dispõe de uma distância temporal que lhe disponibilize critérios seguros. A distância temporal funcionaria como um filtro permitindo o aparecimento dos preconceitos que realmente contribuem para a compreensão. Em suma, a separação entre verdadeiros e falsos

preconceitos do intérprete se dá no encontro com a coisa mesma, pois esta, distante no tempo, estaria livre de ambição subjetivista. (Bressolin, 2008, p.76-7)

Já o reconhecimento dos preconceitos ilegítimos na obra de Gadamer se daria assim (Silva, 1992, p.140):

... reconhecer o outro como uma questão séria, isto é, como autoridade e valor, abdicando da tentação de tratá-lo como coisa puramente presente ou disponível, tal é, pois, a verdadeira condição de possibilidade que permite distinguir os preconceitos falsos, que se fecham ao diálogo e à interpretação, dos verdadeiros que promovem a compreensão como ‘fusão de horizontes’, interdependência ou abertura, isto é, como saber, que sabendo dos seus limites é capaz de aprender com os outros. A autoridade do Tu impõe-se na base da confiança e solidariedade que move o verdadeiro diálogo (fusão de horizontes).

Podem surgir, no entanto, dois problemas que impossibilitam a compreensão e a fusão de horizontes (Eu-Tu): o dogmatismo e a anulação (ou neutralidade). O dogmatismo, na hermenêutica gadameriana, é a pretensão de validação dos próprios preconceitos sem o encontro com a coisa mesma, ou seja, é um fechamento à alteridade que quer se fazer ouvir. Não se tem aqui um diálogo, mas um monólogo ou manipulação, cujo resultado já é conhecido. É um paradoxo pretender “compreender” sem um Tu. No outro extremo está a anulação, que é quando o intérprete vai ao encontro da coisa mesma para apenas a coisa, o outro aparecer. (Bressolin, 2008, p.75-6)

A verdadeira fonte do mal-entendido ou infelicidade humana é a disposição inerente a todo o ser finito para ignorar os seus limites, daí a necessidade de combater as falsas sínteses ou totalizações apressadas, próprias de todo o subjetivismo narcisista, devolvendo-lhes a sua dimensão de questionamento fundamental, em ordem a mostrar ao homem que, dada a sua condição finita, a sua própria intimidade é habitada por toda uma alteridade que só com a alteridade concreta do outro (Tu) consegue captar. A relação ao outro precede agora a própria experiência do eu. É com o outro e não contra o outro que formo a minha própria razão. Por isso, a Hermenêutica tem sempre a ver com a tradição. E deve permitir que ela a questione, mostrando-se, desde o princípio, aberta a sua alteridade. A alteridade histórica ou temporal prepara-nos para um verdadeiro reconhecimento da alteridade pessoal. (Silva, 1992, p.139)

Ora, para acontecer a compreensão precisamos, necessariamente, dos preconceitos do intérprete, uma vez que estes formam a própria pré-compreensão que desencadeia o diálogo entre intérprete e obra. Por isso é possível dizer que nós temos conhecimento tanto no fim quanto no início da compreensão. A anulação, ao contrário, é a tentativa de fazer valer a obra em sua origem, suspendendo os preconceitos do intérprete. Isto é insustentável para a hermenêutica de Gadamer, uma vez que somos seres históricos e tudo o que compreendemos

possui rastros de nossos preconceitos. Deve-se buscar, portanto, um termo médio entre dogmatismo e anulação, entre intérprete e obra, fazendo jus à historicidade da compreensão. Isto é o que pretende a hermenêutica filosófica e a possibilidade da compreensão. A fusão de horizontes resulta justamente deste esforço. (Bressolin, 2008, p.76)

Somos devedores a Gadamer da ideia fecunda de que a comunicação à distância entre duas consciências, diferentemente situadas, se faz graças à fusão dos seus horizontes, quer dizer, do ajustamento das suas miras sobre o distante e o aberto. Este conceito significa que não vivemos nem em horizontes fechados nem num horizonte único. Na mesma medida em que a fusão dos horizontes exclui a ideia de um saber total e único, este conceito implica a tensão entre o próprio e o estranho, entre o próximo e o longínquo. (Ricoeur, 1989, p.106)

O objetivo e a força desta fusão dialógica de horizontes, que segundo Gadamer é comandada pelo primado da pergunta e caracteriza toda a compreensão, é levar o homem a respeitar a perspectiva do outro, de modo a conseguir ver para além do que lhe é próximo, para integrá-lo num contexto mais vasto e avaliar segundo proporções menos egoístas (Silva, 1992, p.137). Dada a subjetividade no campo da interpretação, não há como obter uma interpretação fidedigna que seja condizente com as intenções de quem escreve. A interpretação para Gadamer decorrerá do encontro do eu que escreve com o eu que lê (Pavão, Godoi & Sehnem, 2011, p.128).

2.3.2.2 A autoridade da tradição

Para nos apropriarmos da categoria da autoridade da tradição faz-se necessário compreendermos uma discussão que a precede, a qual gira em torno do conceito de história efetual. Por história efetual entende-se, desde o século XIX, nas ciências literárias, o estudo das interpretações produzidas por uma época ou a história de suas recepções. Nela se torna claro que as obras, em determinadas épocas, despertam inevitavelmente diferentes interpretações (Grondin, 1999). Para Gadamer (1996), no entanto, a consciência da história efetual significa algo muito mais fundamental. Assim como cada indivíduo não é nunca um indivíduo solitário porque está sempre se entendendo com outros, do mesmo modo o horizonte fechado que cercaria as culturas é uma abstração. A mobilidade histórica da existência humana se constitui precisamente no fato de que não há uma vinculação absoluta a uma determinada posição, e neste sentido tampouco haveria horizontes realmente fechados. O nosso próprio passado e os dos outros, ao qual se volta a consciência histórica, faz parte do

horizonte móvel a partir do qual vive a vida humana e que lhe determina como sua origem e como sua tradição. Este deslocamento significa sempre uma ascensão para uma generalidade superior, que supera tanto nossa própria particularidade quanto a do outro. O conceito de horizonte se faz aqui sugestivo porque expressa essa panorâmica mais ampla que deve alcançar aquele que compreende. Alcançar um horizonte quer dizer sempre aprender a ver para além do próximo e do muito próximo, não para abstrair dele, mas precisamente para vê-lo melhor integrando-o em um todo mais amplo e em padrões mais justos. (Gadamer, 1996, p. 374-375; Pavão, Godoi & Sehnem, 2011, p.111)

Ela goza de status de um “princípio”, do qual se pode deduzir quase toda a sua hermenêutica. A história efetual não estaria em nosso poder ou a nossa disposição. Nós estaríamos mais submissos a ela do que disso podemos ter consciência. Sempre quando nós compreendemos algo a história efetual está em ação como horizonte que não pode ser questionado retroativamente, até a clareza definitiva daquilo que pode parecer-nos significativo e questionável. (Grondin, 2003, p.190).

O reconhecimento do próprio condicionamento histórico-efetual encontra direta aplicação na controvérsia de Gadamer com o Historicismo e a moderna consciência metódica. Isso porque o Historicismo esperava poder evitar o condicionamento histórico, enquanto pudesse manter à distância a história que o determina. Gadamer argumentou contra isso que o poder da história efetual independe precisamente de seu reconhecimento. O surgimento da consciência histórica, no século XIX, não representava algo tão novo que ela conseguisse neutralizar a eficácia subterrânea da História em toda e qualquer compreensão. A História continua atuante, mesmo onde nós ousamos sobrepor-nos a ela (e isso de tal modo que até o Historicismo não se deu conta de sua própria origem positivista). É ela que determina a retaguarda das nossas valorações, dos nossos conhecimentos e até dos nossos juízos críticos. (Grondin, 2003, p.191)

A consciência de estar exposto à história e a sua ação é de tal modo conatural e determinante que esta não pode ser objetivada porque ela faz parte do próprio fenômeno histórico. Não podemos libertar-nos do devir histórico, pormo-nos à distância dele, para que o passado seja, para nós, um objeto. Nós estamos sempre situados na história. Isto quer dizer que a nossa consciência é determinada por um devir histórico real de tal modo que ela não tem a liberdade de se situar em face do passado. A nossa historicidade não é uma limitação e sim um princípio de compreensão. A História, no entanto, nos precede e antecipa a nossa reflexão; “eu pertenço à história antes de me pertencer.” (Ricoeur, 1989, p.104-5). A

“hermenêutica da finitude” de Gadamer dedicou-se a explorar a profundidade dessa consciência, isto é, a comprovar o caráter universal e especificamente hermenêutico da nossa experiência de mundo (Grondin, 2003, p.191-92).

Ele segue também a intuição de Heidegger, para quem o compreender é sempre um compreender-se, incluindo um encontro consigo mesmo. Compreender é o mesmo que aplicar um sentido a nossa situação e aos nossos questionamentos. Em cada exercício de compreensão nós já nos envolvemos, nos levamos conosco, e isso de tal modo que, para Gadamer, compreensão e aplicação coincidem. Por isso, não é de estranhar que a compreensão aconteça de maneira distinta de época para época e de indivíduo para indivíduo. A compreensão de algo, motivada por eventuais questionamentos, não é apenas uma conduta reprodutiva, mas também, já que ela implica aplicação, uma conduta produtiva. A compreensão é tão co-determinada pela situação histórico-efetual individual que parece inadequado falar de um progresso no decurso da história. (Grondin, 2003, p.193)

Contra o ideal de uma autoconsciência completa, próprio da Ilustração, Gadamer propõe, então, a reabilitação da autoridade da tradição, transmissora de um saber de fundo, procedente da abertura linguística do mundo e, por isso, constitutivo de tudo o que possa aparecer nele. Além disso, ele procura restituir a autoridade normativa vinculante da tradição para os indivíduos que nela se encontram ou para os futuros intérpretes. Daí Gadamer considerar a tradição como algo não objetivável, como um Tu, com o qual se tenha que dialogar. Trata-se de mostrar que aquele, com quem queremos chegar a um acordo (também o texto científico a ser avaliado), há de ser levado a sério em sua pretensão de verdade para o que diz. Com isso, Gadamer recupera, na sua concepção de linguagem, a dialética entre uma intersubjetividade pré-estabelecida (garantida pela abertura do mundo compartilhada) e uma intersubjetividade a conseguir pelo acordo mútuo. Os dois polos da dialética, no entanto, não são do mesmo nível: o entendimento não pode acontecer entre os participantes a partir de um contexto zero, mas numa constituição de sentido previamente compartilhada. Sendo assim, a constituição de sentido ou abertura do mundo é tanto a condição de possibilidade do entendimento como também a instância última que garante a validade do entendimento. (Herrero, 2009, p.182-183)

A primeira condição de possibilidade de toda conversação e de todo entendimento, portanto, é a pertença à tradição, pois ela garante a comunidade de preconceitos fundamentais e sustentadores. É por isso que a tarefa da Hermenêutica não consiste em desenvolver um procedimento da compreensão, mas em iluminar as condições sob as quais acontece o

compreender. E é porque o entendimento na conversação só é possível a partir desse “saber de fundo” compartilhado (que não pode ser inteiramente objetivado) que Gadamer considera a conversação como um “acontecer”. Pois só o pressuposto de uma linguagem compartilhada que abre o mundo comum é, ao mesmo tempo, o pressuposto de um mundo simbolicamente estruturado e compartilhado, no qual os participantes podem falar sobre o mesmo e chegar a um entendimento. Participar nessa constituição de sentido ou a pertença à tradição é uma condição *sine qua non* de todo compreender. Gadamer não mostra apenas a dependência fática de todo compreender com respeito aos preconceitos do intérprete, mas ele pretende ainda que essa conexão com a tradição seja vista como uma “fonte de verdade”. É assim que Gadamer reabilita a autoridade da tradição. (Herrero, 2009, p.173,186-187)

Ora, o procedimento da compreensão é o parâmetro utilizado pelas revistas acadêmicas para a avaliação dos artigos que lhe são submetidos, diferentemente da Hermenêutica, que leva em conta, sobretudo, as condições de possibilidade do compreender. Além disso, é possível fazer uma analogia entre a linguagem compartilhada na conversação, defendida por Gadamer, com a avaliação por pares, para evitar ou ao menos minimizar a prevalência dos preconceitos do leitor-intérprete.

A categoria da tradição redimensionada por Gadamer e aplicada a nossa pesquisa pode nos levar a indagações do tipo: Qual é a tradição do revisor? Que perguntas ele traz para fazer ao texto? A que tradição ele está filiado na academia? Qual a sua comunidade de preconceitos? (estar na academia e ser doutor? sua formação epistemológica?...).

2.3.2.3 Sobre as condições de compreensão e interpretação do texto

Gadamer contrapõe a finitude da existência humana (e com ela da razão) ao ideal de uma razão absoluta próprio da Ilustração. Ao defender que o pano de fundo determinante do fenômeno hermenêutico é a finitude de nossa experiência histórica ele segue o rastro da linguagem, a qual transcende a subjetividade porque é condição de possibilidade de abertura do mundo no que há de experiência e limite (Herrero, 2009, p.182). O caráter universal de linguagem da experiência humana significa que a minha pertença a uma tradição ou a tradições passa pela interpretação dos signos, das obras, dos textos, nos quais as heranças culturais se inscrevem e oferecem a nossa decodificação. Todo o entendimento de Gadamer sobre a linguagem se volta contra a redução do mundo dos signos a instrumentos que poderíamos manipular a nossa vontade. Toda a terceira parte de sua obra “Verdade e Método”

é uma apologia apaixonada do diálogo que nós somos e do entendimento preliminar que nos conduz. (Ricoeur, 1989, p.106-7)

A linguagem, entendida por Gadamer fundamentalmente como fala é também o horizonte e o meio no qual se realiza o acordo entre os interlocutores e o consenso sobre as coisas. Por isto a linguagem não é o objeto nem o sujeito da experiência hermenêutica, mas precisamente o lugar, o meio onde se dá a abertura do ser humano à verdade e ao sentido do mundo e dos outros; significa fundamentalmente mover-se na linguagem sobre algo e na linguagem encontrar-se com alguém. (Monteagudo, 2010, p.162)

Na experiência hermenêutica a forma linguística e o conteúdo transmitido não podem separar-se, ou seja, a linguagem não tem uma existência autônoma frente ao mundo que está expresso nela, ao mesmo tempo em que é constitutivo da linguagem seu caráter de mediação do exercício do entendimento. É essencial para a Hermenêutica de Gadamer que a coisa sobre a qual os falantes hão de entender-se não se encontra a disposição antes do entendimento, mas só depois, se este acontecer. Essa consideração lhe permite descobrir as condições de possibilidade do entendimento sem limitá-las à única suposição de uma abertura do mundo já sempre compartilhada, e mostrar a conexão interna entre significado e validade. Portanto, o acordo sobre a coisa (um texto científico, por exemplo) só pode surgir através do entendimento dos participantes (autor e revisor) a partir de suas diferentes interpretações. A análise das condições de possibilidade do entendimento se dá de acordo com a especificidade da experiência do Tu, ou seja, o seu reconhecimento como pessoa e não como objeto, o que faz dessa experiência um “fenômeno moral”. Essa pretensão de reconhecimento recíproco (entre autor e revisor, inclusive) é chamada por Gadamer de “abertura ao outro”. (Herrero, 2009, p.183-185)

Em geral, pode-se dizer que a experiência do estranhamento que um texto nos causa – seja porque em princípio não nos faz sentido, seja porque seu sentido não concorda com nossas expectativas – é que nos faz parar e dar-mo-nos conta da possibilidade de uma diferença no uso da linguagem. O que afirmamos a respeito das opiniões prévias contidas no hábito linguístico vale também para as opiniões de conteúdo com as quais nos aproximamos dos textos e que constituem nossa pré-compreensão dos mesmos. Também aqui se coloca o problema de como sair do círculo das próprias posições preconcebidas. (Gadamer, 1996, p. 334-335)

Toda interpretação correta deve guardar-se da arbitrariedade das ocorrências e da limitação dos hábitos mentais inadvertidos, e se fixar “nas coisas mesmas” (que para o

filólogo são textos significativos que tratam por sua vez de coisas). O reger-se pela coisa mesma não é uma decisão “corajosa” tomada de uma vez por todas, mas “a tarefa primeira, permanente e última”. Aquele que procura compreender um texto elabora um projeto: antecipa um sentido do conjunto, uma vez que aparece um primeiro sentido no texto. Este primeiro sentido se manifesta por sua vez porque lemos já o texto com certas expectativas sobre um determinado sentido. A compreensão do texto consiste na elaboração de tal projeto, sempre sujeito a revisão como resultado de um aprofundamento do sentido. Por isso, é dever permanente da compreensão elaborar os esquemas corretos e adequados, quer dizer, aventurar hipóteses que serão confrontadas “com as coisas”. Não há aqui outra “objetividade” que a da elaboração da opinião prévia para contrastá-la. Ou seja, para escutar alguém ou fazer uma leitura só se pode ter acesso a esse conteúdo através de preconceitos. A abertura à opinião do outro ou do texto implicará sempre pô-la em relação com o conjunto das próprias opiniões, ou relacionar-se com elas. Diante de um texto transmitido estamos também abertos à possibilidade de que ele possua melhor informação do que possa pretender nossa própria opinião. (Gadamer, 1994a, p.65-67)

Por isso, a distância temporal não é algo que deva e possa ser superada. O Historicismo criou o pressuposto de que é possível trasladar-se ao espírito da época, pensar com seus conceitos e representações e não com os próprios, e forçar desse modo a objetividade histórica. Em realidade, o melhor modo de aclarar o próprio preconceito é fazer uso dele. Então contrastará com outros preconceitos e permitirá que também estes se explicitem. (Gadamer, 1994a, p.68)

A interpretação não se limita aos textos e à compreensão histórica que neles se deve alcançar. Todas as estruturas de sentido concebidas como textos, desde a natureza, passando pela arte, até as motivações conscientes ou inconscientes da ação humana, são suscetíveis de interpretação. Essa pretende mostrar não o que é óbvio, mas as verdadeiras e latentes concreções de sentido da ação humana, mostrando assim que os condicionamentos sociais e históricos determinam imperceptivelmente nosso pensamento. Até mesmo a psicanálise e a crítica da ideologia devem submeter-se a uma reflexão hermenêutica, já que o que eles assim descobrem e compreendem não é independente da situação do intérprete. Nenhum campo interpretativo se dá aleatoriamente e muito menos “objetivamente”. A reflexão hermenêutica mostra ao objetivismo do Historicismo e da Teoria Positivista das ciências que eles agem a partir de pressupostos ocultos determinantes. O valor cognitivo dessas interpretações só pode ser garantido mediante uma consciência crítica e uma reflexão da história dos efeitos. O fato

de não possuírem a objetividade da *science* não desmerece seu valor cognitivo. (Gadamer, 1994b)

2.3.2.4 Contribuição da Metodologia Existencial para a hermenêutica gadameriana

É possível traçar um paralelo entre as condições de possibilidade para a compreensão e interpretação de um texto, de Gadamer, e a proposta de uma Metodologia Existencial desenvolvida por Patrus (2011): um itinerário para que os processos de construção, aplicação e ensino do conhecimento cheguem o mais próximo possível da verdade, considerando que o cientista é também objeto do e no evento. Esta metodologia é existencial porque pretende não somente conhecer a realidade, o objeto, mas também aquele que conhece, o sujeito. Ela é aplicável às quatro dimensões da relação com o conhecimento: (1) no autoconhecimento, realizado pela pessoa; (2) na construção do conhecimento, realizada pelo cientista; (3) na aplicação do conhecimento, realizada pelos profissionais formados em determinada ciência; e (4) no processo de ensino-aprendizagem do conhecimento científico, realizado por educadores e estudantes. (Patrus, 2011)

Os fundamentos e aplicações desta Metodologia convergem para o que defende Gadamer na medida em que:

- 1) Só apreendemos da realidade o que a nossa percepção, inteligência, emoção e demais componentes da personalidade permitem; daí que a sua simbolização (ou interpretação) (da realidade) exige a sua decodificação, revelando tanto sujeito quanto objeto (Patrus, 2011). A hermenêutica gadameriana, inspirada em Heidegger, parte deste pressuposto mesmo: não há como compreender e interpretar senão por meio de preconceitos, historicamente situados e sujeitos a uma tradição. Isto pressupõe autoconhecimento, o que quer dizer que a formação do cientista, do professor e do estudante (e por que não dizer do pesquisador e revisor de artigos acadêmicos?) demanda preparo emocional para aceitar que a ciência não abarca a existência (ou: que a existência não se esgota na ciência) e para manter o espírito aberto à novidade e ao exercício do livre pensar (Patrus, 2011). Acreditamos também que a leitura e interpretação críticas do texto científico podem ser incentivadas e cultivadas por editores e revisores, sobretudo quando se dá numa comunidade de pesquisadores imbuídos do mesmo espírito.
- 2) A Metodologia Existencial exercita constantemente a busca pela verdade através da dúvida metódica, permitindo tanto a revisão quanto a ampliação da produção acadêmica, como também a construção de sistemas abertos sem perder a vantagem da organização sistemática

do conhecimento, de modo a integrar a objetividade possível do conhecimento com a abertura para a novidade e reformulação do próprio conhecimento (Patrus, 2011). A hermenêutica gadameriana se propõe crítica, colocando os preconceitos do leitor a serviço da interpretação e aberta ao surpreendente que o texto possa proporcionar.

3) Para os pesquisadores que pretendem atuar com lucidez e consciência dos limites da ciência é necessária a formação de equipes de trabalho (ou cérebro coletivo) como exigência metodológica, permitindo a seus membros o benefício da dúvida e a contínua aproximação da realidade (Patrus, 2011). Na tarefa de avaliação do texto científico é imprescindível a revisão por pares e o caráter *blind* da avaliação. Neste caso, para que se garanta o mínimo de preconceitos no processo de avaliação do artigo científico, é recomendável incluir também os editores, além dos tradicionais revisores.

2.3.2.5 O conceito de Postura Hermenêutica

O inevitável deste percurso pela Ciência Hermenêutica, especialmente pela hermenêutica gadameriana, em diálogo com a Metodologia Existencial (Patrus, 2011) e a tarefa de avaliar com qualidade um artigo científico, é a constatação, para nós, de que o revisor deve estar imbuído do que chamaremos de Postura Hermenêutica. Tal atitude, a qual abrange e até mesmo antecipa o domínio de uma técnica, encerra um olhar atento, uma autocrítica constante para preconceitos, colocando em suspenso expectativas e juízos de valor, a fim de que o texto “fale” por si mesmo. A fidelidade ao texto – seu conteúdo e forma – mais do que à intenção ou genialidade de seu autor, é tanto o critério quanto a competência, simultaneamente pessoal e técnica, que passamos a defender como requisito à tarefa de avaliação de artigos científicos. Da Metodologia Existencial (Patrus, 2011), em particular, reclamamos para nós as competências de autoconhecimento e autocrítica, e a pertença a um “cérebro coletivo”.

Gadamer não propôs um método de interpretação, mas identificou as condições de possibilidade para a mesma. Sua abordagem, a nosso ver, não se situa no paradigma funcionalista (Gadamer não propõe um passo-a-passo e nem mensuração de resultados) e nem no interpretativista (a hermenêutica gadameriana não se reduz aos subjetivismos do intérprete-revisor), segundo os paradigmas epistemológicos (de tendência reducionista) de Burrell e Morgan (2005). Ou seja, nem a objetividade e nem a subjetividade puras são os critérios últimos aqui, mas sim a intersubjetividade. Decorreria, então, que não é recomendável, para

se avaliar com competência artigos científicos, lançar mão nem de um procedimento metodológico meramente técnico (e, portanto, os critérios de avaliação de uma revista acadêmica não são suficientes); e nem fazê-lo a partir (somente) do mundo da vida do revisor, já que toda compreensão e interpretação estão sujeitas a uma motivação ou pré-conceitos por parte do mesmo revisor. Avaliar artigos científicos é, portanto, uma tarefa hermenêutica e exige uma postura análoga.

A partir do arcabouço teórico de Gadamer, chegamos a forjar o conceito de Postura Hermenêutica como ferramenta de trabalho para a nossa investigação e, quiçá, uma contribuição para a Área. O conceito de Postura Hermenêutica pode ser definido como uma pré-disposição interior para agir, respeitando as determinações provenientes do próprio objeto considerado e suas derivações epistêmicas, o que supõe posicionar-se de forma crítica, reflexiva e aberta a compreender a complexidade diante da qual o leitor-intérprete-revisor se coloca. (Gadamer, 1994a, 1994b, 1996)

A Postura Hermenêutica também pode ser entendida como uma competência do revisor, postura que reúne maturidade humana e honestidade intelectual para lidar com os próprios e inevitáveis preconceitos, de modo que não se sobreponham à realidade mesma do texto científico, mas que se coloquem a serviço dela. A Postura Hermenêutica condensa duas das mais importantes categorias de interpretação propostas por Gadamer: a fusão de horizontes (entre texto e intérprete) e a autoridade da tradição (no nosso caso, a tradição acadêmica da área de especialidade do revisor).

O conceito central aqui é, na verdade, uma postura a ser adotada pelo leitor-intérprete-revisor, a qual remete, em primeiro lugar, a uma prática que requer especial habilidade, pois envolve diversos níveis de reflexão. Esta postura pode também ser descrita como uma pré-disposição interior para agir, respeitando as determinações provenientes do próprio objeto considerado e suas derivações epistêmicas. Dito de outro modo, trata-se de um zelo pela tessitura de cada palavra no contexto em que ela se insere e na forma com que o autor conversa com seu leitor para dar consistência ao seu pensamento. Como a hermenêutica para Gadamer significa também a formação da consciência crítica, o posicionamento do leitor-revisor diante do artigo científico deve ser crítico, reflexivo e aberto a compreender a complexidade diante da qual se colocou. (Pavão, Godoi & Sehnem, 2011, p.111.127-128)

Para Gadamer, o que importa é “a coisa mesma”, ou seja, o texto, e não a intencionalidade e a genialidade do seu autor. Daí a categoria da “fusão de horizontes”, entre o que o texto revela, propõe, e as perguntas dirigidas a ele pelo intérprete (revisor) a partir dos

seus preconceitos e tradição. A compreensão e interpretação do texto será sempre a continuação de uma conversação já iniciada antes de nós; um diálogo a partir de uma abertura (o intérprete-revisor pergunta e o texto também interpela).

O conceito de Postura Hermenêutica, a nosso ver, está em sintonia com o manual da ANPAD (2010), que preconiza que o principal objetivo do revisor é o aperfeiçoamento do artigo, tarefa esta que requer tempo suficiente, critério e discernimento, autocrítica quanto a uma eventual divergência de paradigma epistemológico, autocrítica quanto a sua qualificação na apreciação de determinada área ou matéria, cumprimento do prazo estabelecido pelo periódico para a devolução do artigo avaliado ou a negociação de sua alteração, apontar as limitações corrigíveis do artigo e recomendar alterações para a sua superação, inclusive com sugestões de referências relevantes; e, no caso de falhas incorrigíveis, justificar com objetividade e clareza o seu parecer. Além disso, o Manual da ANPAD (2010) recomenda que o revisor proceda a uma primeira leitura em profundidade do artigo para ter dele uma percepção geral, não se preocupando nesse momento com aspectos específicos, para, num segundo momento, alguns dias depois, retomar o texto, agora sim pormenorizadamente, e elaborar o seu parecer. Segundo Gadamer (1994e), a fusão de horizontes só é possível após este distanciamento temporal.

Uma preocupação que muito se aproxima da Postura que defendemos aqui foi compartilhada por Gondim (2005) numa tréplica a outros pares em torno de discussões éticas sobre o processo de avaliação de mérito de trabalhos científicos. Segundo a autora, a qualidade do parecer de um revisor estaria na empatia que ele restabelece com o autor do artigo (Gondim, 1995, p.176):

Entendo, para isso, que ser empático significa apropriar-se do texto alheio, lendo-o e buscando seu sentido à luz da linha de argumentação e dos fundamentos teóricos apresentados pelo próprio autor. Tal apreensão me capacitaria a adotar o distanciamento necessário para proceder a críticas analíticas mais substantivas... Somente à medida que o homem consegue se colocar no lugar do outro, ele pode agir moralmente apoiado em princípios éticos. A empatia nos aproxima do outro e nos torna solidário para com ele.

A relação desta seção com nosso problema de investigação é que pensar a tarefa hermenêutica pode contribuir para uma crítica à qualidade dos pareceres de artigos científicos, na medida em que, diante das "condições de possibilidade da compreensão e interpretação" do texto, reconhecemos o caráter necessário, mas insuficiente de uma avaliação de aspectos

objetivos do texto; e, ao mesmo tempo, o caráter necessário, mas também insuficiente, da “tradição” do revisor.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo reúne, em quatro seções, o método e as técnicas adotados no desenvolvimento da pesquisa: a sua abordagem (1), as unidades de análise (2), as etapas do trabalho desenvolvido (3), e os limites e limitações da pesquisa (4).

As técnicas, de acordo com Gamboa (2000), constituem a expressão prático-instrumental do método, definido como uma teoria científica em ação. As teorias, ainda segundo o autor, “... são maneiras diversas de ordenar o real, de articular os diversos aspectos de um processo global e de explicitar uma visão de conjunto” (Gamboa, 2000, p.88). Consideramos, como Hughes (1983), que a teoria caminha junto com o método e a prática, os quais operam dentro de um determinado conjunto de suposições sobre a natureza da sociedade e do homem, sobre a relação entre os dois e sobre como podem ser conhecidos. Burrell e Morgan (2005), ampliando estas considerações, entendem que a escolha do método de estudo nas Ciências Sociais se coaduna com três conjuntos de pressupostos (seção 1.4, p.): as dimensões ontológica (se a realidade é externa ao indivíduo ou produto de sua consciência), epistemológica (se o conhecimento é construído objetiva ou subjetivamente) e a forma de compreensão da natureza humana (se o homem é determinado ou não pelo meio). Cabe-nos, portanto, compatibilizar o método aos pressupostos adotados.

3.1 Abordagem da pesquisa

Como investigação inserida no campo das Ciências Sociais, optamos pela pesquisa qualitativa (Godoy, 1995), tendo como procedimento básico a Análise de Conteúdo.

A escolha da metodologia qualitativa para essa pesquisa se justifica porque permite um pluralismo metodológico dentro do processo de pesquisa social a partir de contribuições diversas e uma visão holística (Bauer, Gaskell & Allum, 2002). Algumas características básicas da pesquisa qualitativa apontadas por Godoy (1995) se aplicam à natureza da nossa investigação e convergem para o conceito de Postura Hermenêutica que defendemos para a avaliação de artigos científicos e que procuramos adotar no decorrer de nossa pesquisa, sobretudo na etapa de coleta e análise dos dados:

1º) O ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador “*in loco*” é o principal instrumento de pesquisa (observação, seleção, análise e interpretação): por isso o trabalho de

campo para o contato com a editoria de duas revistas da área de Administração e o acompanhamento do processo de avaliação de artigos científicos;

2º) A maior preocupação do pesquisador é o significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida, daí o cuidado em não falsear essa mesma percepção: isto supõe fidelidade tanto às pessoas entrevistadas (equipes editoriais) quanto a pareceres de artigos analisados;

3º) A análise de dados é realizada a partir de um foco amplo para questões mais específicas no decorrer da investigação: nosso foco foi justamente o conceito de Postura Hermenêutica, tanto na etapa de coleta quanto na de análise dos dados;

4º) A pesquisa qualitativa é descritiva, com atenção ao processo e tendo a palavra escrita um lugar de destaque: a Postura Hermenêutica esteve presente em todo o processo da pesquisa, não só como ferramenta, mas como atitude investigativa.

Também o fato de tratar de um problema novo, pouco explorado no campo da Administração, e a possibilidade de permitir o entendimento de um fenômeno em sua complexidade (Godoy, 1995) são fatores que contribuíram para a opção pela pesquisa qualitativa. De caráter descritivo, nossa pesquisa apresenta as características de determinada população ou fenômeno e estabelece relações entre variáveis (Gil, 1991), quais sejam o processo de avaliação de artigos científicos na área de Administração e, à luz do conceito de Postura Hermenêutica, suas implicações para a formação do revisor.

3.2 Unidades de Análise

Como pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, elegemos a revista acadêmica e o parecer do revisor de artigos científicos como os principais instrumentos desta investigação, os quais perpassam todos os objetivos do trabalho. As técnicas padronizadas de coleta de dados utilizadas foram a pesquisa documental e a pesquisa de campo (Gil, 1991). Foram selecionadas como objeto de análise duas revistas patrocinadas por instituições que agregam cursos de pós-graduação em Administração, uma nacional e outra internacional. Além disso, foram analisados os pareceres de artigos submetidos às duas revistas, no mesmo período de tempo – 1º. semestre de 2012 – por terem concluído todas as etapas do processo editorial por ocasião dos trabalhos de campo realizados no 1º. semestre de 2013. No entanto, para resguardarmos o sigilo em torno da autoria e avaliação dos artigos, conforme acordo firmado com a editoria das duas revistas, optamos por não divulgar a íntegra dos pareceres e resumos, como também comentários e recomendações que “denunciam” a identidade do artigo e seu

autor. Nesse intuito também, em nenhum momento da coleta e análise de dados precisamos recorrer aos artigos e respectivos autores que “originaram” os pareceres dos revisores.

A Revista brasileira pesquisada possui reconhecida *expertise* dentre as revistas científicas na área de Administração. Trata-se da Revista de Administração de Empresas (RAE), publicada pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a primeira revista científica brasileira na área, lançada em 1961. A Revista possui alto fator de impacto pelo número de suas citações e está em renomados indexadores e diretórios, tendo classificação A2 pela Capes. Concorre para isto o fato de que a Revista dispõe de uma robusta verba anual para a realização de suas atividades, o que viabiliza uma estrutura profissional formada por equipe contratada e remunerada para este trabalho (Diniz, 2012d). De periodicidade bimestral, a RAE tem se consolidado como uma publicação generalista de referência nos meios acadêmico-científico e empresarial.

A pesquisa junto à RAE foi possível devido à proximidade entre o PPGA da PUC Minas, através do nosso orientador de Tese, e a Instituição à qual a Revista está vinculada, uma vez que tínhamos contato com dados sigilosos acerca de autores e revisores, como também com a sua política e processo editorial. Analisamos os pareceres relativos a 12 artigos submetidos, sendo 6 aprovados e 6 recusados no processo de avaliação.

A Revista internacional, por sua vez, é colombiana – a *Semestre Económico* – publicação semestral da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de Medellín (UdeM), criada em 1983. Trata-se de um espaço de divulgação e investigação regional e nacional de reflexões acadêmicas em diferentes campos das ciências econômicas, sociais e administrativas. A investigação junto à Revista foi possível graças a uma missão de estudos prevista no projeto de pesquisa “A educação e o ensino na formação dos administradores e na avaliação de trabalhos acadêmicos: um estudo comparado entre Brasil e Colômbia”, coordenado pelo Orientador desta Tese, a partir do Edital CAPES/COLCIÊNCIAS–COLÔMBIA.

Analisamos os pareceres relativos a 15 artigos submetidos à Revista *Semestre Económico*, sendo 7 aprovados e 8 recusados no processo de avaliação.

Considerando a tese de que não há objetividade nem subjetividade absolutas na avaliação da relevância de artigos científicos na área de Administração, à luz da Hermenêutica de Gadamer, entendemos que não havia necessidade de avaliar mais pareceres nem tampouco aumentar o número de revistas. Interessa-nos verificar mais do que avaliar os

pareceres em si. Julgamos que as unidades de análise escolhidas podem apresentar esses aportes e limites, sem necessidade de recorrer a outros veículos.

Partindo da pergunta de pesquisa – *Como se processa a avaliação de artigos científicos na área de Administração no Brasil a partir da contribuição da Hermenêutica de Gadamer?* – retomamos aqui as questões que se desdobraram dela:

- 1) Qual a contribuição de revistas da área de Administração no Brasil para a postura do revisor, a partir da análise dos critérios de avaliação de artigos propostos por elas?
- 2) Qual a contribuição dos critérios utilizados por revisores de artigos científicos de revistas da Área de Administração no Brasil, de modo a favorecer o encontro entre a tradição do revisor e o texto, ou seja, a fusão de horizontes?
- 3) Quais as contribuições dessa reflexão para a formação de revisores de artigos científicos na área de Administração?

3.3 Etapas da Pesquisa

A pesquisa foi dividida em três etapas: as duas primeiras, a pesquisa documental e o trabalho de campo, foram demarcadas pelo uso da técnica de coleta de dados; e a 3ª. consistiu na Análise de Conteúdo Direta (Aktouf, 1990) dos critérios de avaliação das Revistas e dos pareceres dos seus revisores. Tanto a pesquisa documental quanto o trabalho de campo tiveram como objetivo confirmar os aportes que o referencial teórico nos trouxe, em particular a hermenêutica gadameriana.

3.3.1 Etapa 1: A Pesquisa Documental

Os procedimentos relativos à pesquisa documental das revistas RAE e *Semestre Económico* consistiram, num primeiro momento, em mapear seu sítio eletrônico para identificar a estrutura da editoria, o processo de submissão de artigos e os critérios de sua avaliação (ou *check list*), tanto os que são de domínio público quanto aqueles de acesso restrito a autores e revisores, sem contar que esses dados foram esclarecidos e confirmados durante os trabalhos de campo. Esses dados foram analisados segundo um passo-a-passo elaborado a partir do que recomenda a Análise de Conteúdo (AC). Já o conteúdo de caráter menos objetivo, como os comentários e recomendações dos revisores, chamados aqui de

“Elementos Específicos”, foram analisados num segundo momento, passando também pelo crivo da AC.

3.3.2 Etapa 2: O Trabalho de Campo

Os dados da pesquisa documental precisaram ser complementados e esclarecidos com o recurso às fontes primárias, ou seja, às equipes editoriais, tendo em vista captar a sua experiência e percepção do processo de avaliação de artigos científicos.

3.3.2.1 O trabalho de campo junto à RAE

A experiência de imersão junto à RAE aconteceu entre os dias 06 e 10 de maio de 2013, em horário comercial. Os primeiros contatos com o ambiente da Revista consistiram em reuniões com os editores chefe e adjunto, e membros de sua equipe editorial, para apresentar nosso objeto de pesquisa e conhecer, para além da pesquisa documental, a sua política e rotina, como também acolher as suas expectativas sobre o retorno do nosso trabalho para a sua *expertise*, tendo em vista aprimorar a qualidade do processo de avaliação de artigos científicos. Dentre mais de uma centena de artigos submetidos no 1º. semestre de 2012, acordamos de trabalhar com aqueles que percorreram todas as etapas do processo de avaliação, independentemente de terem sido publicados ou recusados.

Os contatos e atividades que se estenderam por toda a semana foram de acompanhar os relatos da equipe editorial sobre cada uma das etapas do processo de avaliação, desde a triagem de formato (1º. filtro), passando pelo *Desk Review* a cargo do Diretor e Editor, prof. Eduardo Diniz (2º. filtro), e a experiência da editoria científica e dos revisores *ad hoc* (3º. e 4º. filtros respectivamente). Tivemos a oportunidade, também, de entrevistar o Editor adjunto da Revista, prof. Felipe Zambaldi; e de receber um atendimento personalizado da Administradora, Ilda Fontes, e da Analista de Produção Editorial, Denise Francisco Cândido.

Nesse meio tempo, foram redigidos e assinados o Código de Conduta Ética para Procedimentos de Pesquisa junto a Revistas Científicas, e a Declaração de Sigilo e Confidencialidade entre o PPGA da PUC Minas e a EAESP da FGV, mantenedora da Revista, em co-autoria com nosso orientador e a equipe editorial (Apêndices A e B). As fontes de referência para a elaboração de ambos os documentos foram o *Code of conduct and best practice guidelines for journal editors*, do *Committee on Publication Ethics (COPE)*,

atualizado em 2011; as Diretrizes Éticas para Pesquisa, do CNPQ (2011); e o Código de Boas Práticas Científicas, da FAPESP (2012). Recentemente recebemos autorização do Editor da RAE para publicar o nome da Revista no estudo (Anexo A), reiterando a importância de mantermos sigilo sobre a identidade de artigos e autores, e editores e revisores.

3.3.2.2 O trabalho de campo junto à Revista *Semestre Económico*

A experiência de compartilhamento – uma missão de estudos – junto à *Semestre Económico*, da Universidade de Medellín, realizou-se de 24 a 28 de junho de 2013. Essa missão de estudos foi prevista como uma etapa de desenvolvimento de dois Programas da Capes dos quais participa o Programa de Pós-graduação em Administração da PUC Minas: o Pró-Administração, responsável por um projeto sobre a formação do professor de Administração; e o Colciências, que pesquisa a educação e o ensino na formação dos administradores e na avaliação de trabalhos acadêmicos, numa parceria com investigadores da universidade de Medellín, Colômbia.

Dentre os contatos e entrevistas realizados, foi possível encontrarmos-nos com:

- o Prof. Dr. Iván Darío Toro Jaramillo, do *Programa de Doctorado em Ciencias Economicas y Administrativas*, e um dos responsáveis pelo Programa de Cooperação Internacional CAPES/Colciências–Colômbia: quando tratamos sobre a apresentação da Instituição e do Programa de Pós-graduação; revisão do referencial teórico da Tese e identificação de autores e artigos complementares; e como facilitador do contato com a Revista e outras entrevistas.
- a Equipe Editorial da Revista *Semestre Económico*, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Prof. Dr. Rubén Darío Álvarez García (Editor) e seus assistentes Cristina Barroso e Andre Borraez: quando tratamos sobre a política editorial e o processo de avaliação de artigos científicos, avaliações recusadas pelo Comitê Editorial, avaliações recusadas pelos pares e avaliações de artigos aprovados. Com esta Equipe nos reunimos ao menos uma vez por dia.
- o primeiro editor da Revista, Prof. Eber Elí Gutiérrez Londoño, Coordenador do Mestrado em Governo: quando tratamos sobre a realidade do Departamento à época da fundação da Revista *Semestre Económico* e sua experiência como primeiro editor;

- o Prof. Leonardo David López Escobar, Coordenador da Sello Editorial²²: quando tratamos sobre a política editorial da UdeM;
- a Profa. Blanca Yenny Hernández Sánchez, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas: quando tratamos sobre o Projeto Colciências e suas pesquisas na área de Gestão de Pessoas;
- e com a Profa. Gladis Cecilia Villegas Arias, do Grupo de Investigação Cultura e Gestão Organizacional, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas: quando tratamos sobre a cultura de avaliação de revistas acadêmicas na Colômbia.

Outras atividades incluíram as primeiras aproximações de uma Análise de Conteúdo dos pareceres fornecidos pela Revista, e a elaboração e assinatura da Declaração de Sigilo e Confidencialidade (Apêndice D), e do Código de Conduta Ética para Procedimentos de Pesquisa junto a Revistas Científicas (Apêndice C), entre o PPGA da PUC Minas e a Universidade de Medellín, cujo modelo havia sido elaborado por ocasião do trabalho de campo junto à RAE. Também recentemente recebemos comunicação do Editor da Revista *Semestre Económico*, autorizando a que publicássemos o nome de sua Revista e da Instituição no estudo, demonstrando abertura para as opiniões positivas e negativas que viéssemos a fazer, tendo em vista o aprimoramento de eventuais áreas e aspectos, tanto para a Revista quanto para a Universidade. O único cuidado recomendado refere-se ao sigilo a ser guardado quanto aos nomes dos autores e revisores, e títulos dos artigos cujos pareceres foram analisados em nossa pesquisa (Anexo B).

3.3.3 Análise de Conteúdo

O procedimento de Análise de Conteúdo (AC) se justifica porque é uma técnica de estudo detalhada de conteúdos de documentos. Ela tem por objetivo evidenciar os significados, associações e intenções não diretamente perceptíveis à simples leitura de documentos. Importa, primeiramente, combinar rigor técnico e procedimentos simples para analisar esses contextos de ações e de situações que são as palavras dispostas em um discurso significativo (Aktouf, 1990). A exegese e a dissecação interpretativa não são suficientes para

²² Selo Editorial é uma organização formal filiada à Vice Reitoria Acadêmica, dedicada à divulgação e comercialização dos livros, periódicos, textos universitários e outras publicações convencionais ou eletrônicas que reúnem a produção intelectual do corpo docente e alunos da Universidade que por suas altas qualidades mereçam essa distinção, a juízo das autoridades competentes da Instituição.

restituir todo o subjacente, o implícito, do sentido de um texto, sobre outros fundamentos apenas subjetivos e aproximativos. A AC é usada para preencher esse déficit.

Para Bardin (2003, p.42), a AC pode ser definida, especificamente, por um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens.

Dentre os vários tipos de AC, adotamos a Direta (ACD), aquela que se ocupa do sentido literal do que está sendo estudado. Neste caso, não há nenhuma tentativa de revelar um possível significado latente das unidades analisadas, mas ficar simplesmente e diretamente no nível do significado manifesto (Aktouf, 1990). Esta modalidade também é chamada de normativa, porque estabelece comparações com padrões, por exemplo, analisando informação objetiva e não distorcida (Bauer, 2002). Há ainda a denominação de análise de avaliação ou representacional adotada por Bardin (2003) e Minayo (2000), porque se fundamenta no fato de que a linguagem representa e reflete diretamente aquele que a utiliza. Neste caso, os indicadores utilizados para se fazerem inferências acerca da fonte de emissão estão explicitamente contidos na comunicação.

Os materiais clássicos da ACD são textos escritos que já foram usados para algum outro propósito (no nosso caso, pareceres de avaliações de artigos científicos) e que podem, agora, ser “manipulados” para fornecer respostas às perguntas do pesquisador (quais os critérios usados pelo revisor no processo de avaliação de artigos?) (Bauer, 2002). A representação, o tamanho da amostra e a divisão em unidades dependem, em última instância, do problema de pesquisa (aportes e lacunas do processo de avaliação de artigos científicos), que também determina o referencial de codificação. O que aparece como uma sequência, da teorização para a amostragem e para a codificação é, na verdade, um processo iterativo que requer competência para conduzi-lo (Bauer, 2002). Embora o *corpus* do texto esteja aberto a uma variedade de possíveis questões, a ACD interpreta o texto à luz do referencial de codificação (o conceito de Postura Hermenêutica), que constitui uma seleção teórica que incorpora o objetivo da pesquisa (Bauer, 2002).

Já a validação se refere tradicionalmente ao grau de representatividade correta do resultado do texto ou seu contexto, alcançada, sobretudo, pela correlação com critérios externos, particularmente o conceito subjacente à análise (Postura Hermenêutica). A falácia principal da ACD, no entanto, é a interferência de intenções particulares ou compreensões, que são características da situação comunicativa e não dependem apenas do texto, ou seja, co-

determinadas por variáveis situacionais, já que os textos estão abertos a diferentes leituras, dependendo dos pré-julgamentos. É possível considerar ou excluir determinadas leituras ou intenções se os codificadores (também os revisores) partilharem de uma mesma compreensão do mundo com o emissor ou o público (Bauer, 2002). Estas pré-condições correspondem ao que a hermenêutica gadameriana identifica como preconceitos e tradição (inevitáveis) do leitor-intérprete. No nosso caso, em particular, a opção pela ACD quer estar atenta à literalidade do texto, o que se identifica com a preocupação da hermenêutica gadameriana, de “deixar que o texto fale por si mesmo”. Para simplificar, utilizaremos a expressão AC na análise de nossos dados, os pareceres de artigos científicos na área de Administração.

Vejamos o passo-a-passo dos procedimentos metodológicos adotados:

| | | | |
|--------------|---|--|--|
| 1º. Passo | Identificação dos critérios de avaliação de artigos científicos, de domínio público e de acesso restrito, através do endereço eletrônico das Revistas + documentos eletrônicos disponibilizados pelas equipes editoriais; | | |
| 2º. Passo | Levantamento de pareceres de revisores para artigos submetidos às Revistas, no 1º. semestre de 2012; | | |
| 3º. Passo | Construção de Tabelas-resumo para cada Revista: | | |
| | 1ª. Coluna: Resumo do Parecer: | 2ª. Coluna: Subcategorias: | 3ª. Coluna: Categorias: |
| | Subdivisão do parecer em unidades autônomas (afirmações) autônomas; | Classificação das unidades autônomas (critérios de avaliação) em Subcategorias, a partir de sua generalização. | Reunião das subcategorias em categorias. |

Tabela 3: Passo-a-passo dos procedimentos metodológicos.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O primeiro procedimento de manipulação dos dados foi identificar nos *sites* das Revistas e outros arquivos eletrônicos disponibilizados pelas equipes editoriais os critérios de avaliação de artigos científicos que são de domínio público (RAE) e aqueles que são restritos aos revisores através de instrumentos específicos, geralmente formulários (RAE e *Semestre Económico*). Já o levantamento dos pareceres das duas Revistas a serem analisados, 12 da RAE (identificados como Artigos 1 a 12) e 15 da Revista *Semestre Económico* (identificados como Artigos 13 a 27), foi feita com o auxílio das respectivas equipes editoriais, que compartilharam conosco, por ocasião dos trabalhos de campo, seus arquivos eletrônicos.

Isto resultou na construção de Tabelas-resumo com resumo do parecer, apresentação do *check list* ou critérios de avaliação da Revista (coluna “critérios”); sua classificação em subcategorias, a partir de uma primeira generalização (coluna “subcategorias”); e para cada conjunto de subcategorias de mesma natureza, uma categoria também correspondente (coluna “categorias”). A elaboração desses Tabelas contemplou fragmentos aleatórios de pareceres originais que não comprometem o sigilo em torno da identificação do artigo e sua autoria. A descrição desses dados foi importante para que pudéssemos realizar uma Análise de Conteúdo Direta dos critérios de avaliação das duas Revistas e também para compará-los com o desempenho dos revisores através dos seus pareceres. Esta foi a etapa de ACD dos critérios de avaliação das revistas RAE e *Semestre Económico*.

Uma atitude que nos acompanhou durante as últimas etapas desta pesquisa – tanto quanto foi possível estarmos atentos a ela – foi a adoção da Postura Hermenêutica, defendida para o processo de avaliação de artigos científicos, na análise dos pareceres. Assim que identificamos esta postura-conceito ela passou a nos nortear ou “perseguir”, à semelhança de um “superego” que se apresentava, ora como ferramenta, ora como autocrítica. Assim, também nós, durante a tabulação e análise dos dados, nos perguntamos: Quais são as nossas expectativas e preconceitos (já que não é possível nos livrar deles) diante dos dados coletados? Nós vamos ao texto (pareceres) procurando o quê? Como colocá-los a serviço da compreensão e interpretação do texto, particularmente do parecer do revisor? Qual é o nosso modo de ler? Estamos deixando o parecer “falar” como recomenda a hermenêutica gadameriana? O que acontece em nós quando compreendemos e o que isto nos acresce?... Vejamos, com mais vagar, os procedimentos de Análise de Conteúdo Direta para cada uma das Revistas:

3.3.3.1 A Revista de Administração de Empresas (RAE):

A Análise de Conteúdo Direta dos instrumentos de avaliação de artigos científicos da RAE foi dividida em dois momentos: 1º.) Análise dos instrumentos de avaliação fornecidos pela Revista; e 2º.) Análise dos pareceres elaborados pelos revisores no processo de avaliação dos artigos selecionados. Vejamos os procedimentos relativos a cada um desses momentos, em separado:

A) Análise de Conteúdo Direta dos instrumentos de avaliação:

A1. Análise de Conteúdo Direta dos critérios de domínio público:

O endereço eletrônico da Revista fornece critérios de avaliação que podem ser categorizados com relação a sua abrangência, tanto aqueles universalizáveis, ou seja, passíveis de serem aplicados ou relacionados a(com) outros artigos, chamados aqui de Elementos Generalizáveis; quanto aqueles Específicos, porque referentes a aspectos particulares do artigo avaliado através de comentários e recomendações do revisor. Identificados os critérios e suas respectivas categorias, foi possível distinguir aquelas que, segundo a Revista, devem receber maior atenção por parte dos seus revisores. (Apêndice E)

A relação entre frequência (ou peso proporcional) e Postura Hermenêutica é que, dependendo da ênfase dada pela revista para este ou aquele critério de avaliação a ser utilizado pelos revisores, se generalizável ou específico, podemos depreender se ele favorece mais ou menos a adoção do olhar atento, crítico e distanciado requerido por esta Postura. Por exemplo, se o critério de avaliação é mais formal, mantendo o revisor a distância, ou se dialogal, permitindo ao revisor lançar mão da sua tradição acadêmica. Este mesmo procedimento foi adotado para identificarmos a frequência (ou peso proporcional) de Elementos Generalizáveis e Específicos para os critérios de acesso restrito.

Um desdobramento do procedimento anterior foi o de identificar entre os Elementos Generalizáveis aqueles que dizem respeito a Componentes do Artigo (ou critérios analíticos) e os que se referem a Elementos Transversais (ou critérios globais), chamados aqui de Macrocategorias. Isto pode nos ajudar a identificar a ênfase dada por Revistas (domínio público e acesso restrito) e revisores no processo de avaliação (percentual de frequência).

A2. Análise de Conteúdo Direta dos critérios restritos a autores e revisores:

Por ocasião da Análise de Conteúdo Direta dos instrumentos de avaliação fornecidos pela Revista para serem acessados por autores e revisores identificamos formulários a serem respondidos por diferentes atores do processo:

- 1º.) Avaliação preliminar do editor científico;
- 2º.) Avaliação dos revisores *ad hoc*; e
- 3º.) Reavaliação do editor científico.

Uma análise atenta destes instrumentos também nos possibilitou identificar categorias e subcategorias mais enfatizadas pela Revista. (Apêndice F)

B) Análise de Conteúdo Direta dos pareceres elaborados pelos revisores:

Após a identificação dos respectivos pareceres, elaboramos para cada um deles três Tabelas-resumo, de modo a identificarmos, ao final da ACD, as categorias utilizadas pelos seus revisores na avaliação dos artigos:

B1) Pareceres dos artigos e respectivos resumos: tem por objetivo transcrever os pareceres segundo os critérios de avaliação do instrumento respondido pelo revisor; e resumir os pareceres, subdivididos por unidades autônomas identificadas por número de ordem. A etapa de resumir o parecer em suas unidades constitutivas para posterior tradução em subcategorias procurou ser fiel à recomendação gadameriana de deixar o texto falar, ou seja, ser fiel à letra do texto, a despeito de eventuais preconceitos ou expectativas que tenhamos.

B2) Resumo dos pareceres, subcategorias e categorias dos artigos: tem por objetivo recuperar o resumo dos pareceres subdivididos por unidades autônomas identificadas por número de ordem; identificar os critérios de avaliação ou subcategorias (1º. grau de generalização) que representam e/ou reúnem (por temáticas afins) as unidades autônomas; e classificar as subcategorias em categorias mais amplas (2º. grau de generalização, mutuamente excludentes).

Ainda neste 2º momento, nos deparamos com afirmações (e respectivas subcategorias) muito específicas, para as quais não era possível o exercício de generalização, já que se destinavam a atender demandas pontuais do trabalho avaliado. Neste caso, adotamos a expressão Elementos Específicos para essas contribuições (comentários e sugestões) dos revisores e as destacamos em colchetes para distingui-las das contribuições que puderam ser generalizadas. Num segundo momento, estas também foram alvo da Análise de Conteúdo Direta. Quando, porém, identificamos subcategorias de mesma natureza, agrupamos essas células em torno de uma mesma categoria, mantendo o mesmo número de ordem. Também os Elementos Específicos foram agrupados ao final da Tabela, após a relação de categorias identificadas.

B3) Categorias e subcategorias dos pareceres dos artigos: este procedimento tem por objetivo dar visibilidade às categorias de avaliação utilizadas pelos seus revisores, como também às respectivas subcategorias e a eventuais elementos específicos. Foram suprimidas categorias e subcategorias idênticas, e o número de ordem.

O consolidado destes dados possibilitou chegarmos a dois as-síntese: a categorização de elementos generalizáveis (Apêndice G) e a categorização de elementos específicos (Apêndice H), utilizados nos pareceres da RAE.

Identificadas as categorias utilizadas pelos revisores de cada artigo, foi possível compará-las, obtendo assim um consolidado das convergências nas avaliações dos mesmos artigos. Para lê-lo (Apêndice I) é importante considerar os seguintes passos:

- 1º.) As categorias foram legendadas e dispostas em ordem alfabética, conforme Tabela 2;
- 2º.) Na 1ª. coluna vertical estão indicados os artigos (A1 a A12);
- 3º.) Na 2ª. coluna vertical, os pareceres utilizados em cada um dos artigos;
- 4º.) Na 1ª. coluna horizontal, a sigla das categorias de que os revisores lançaram mão em seus pareceres;
- 5º.) O “X” corresponde à categoria de que ao menos um revisor se utilizou em seu parecer;
- 6º.) Os blocos hachurados correspondem às categorias utilizadas por ao menos dois revisores, ou seja, quando houve convergência de olhares para os mesmos aspectos generalizáveis (18 categorias). Com relação aos elementos específicos, traduzíveis em comentários e recomendações dos revisores, não é possível termos garantia aqui de que dois ou mais deles deram contribuições semelhantes para os mesmos aspectos (categorias) do artigo.

| | CATEGORIAS | LEGENDA |
|----|--------------------------|----------------|
| 1 | Análise de dados | AD |
| 2 | Articulação de ideias | AI |
| 3 | Conclusões | CO |
| 4 | Contribuição para a área | CA |
| 5 | Critérios conceituais | CC |
| 6 | Critérios metodológicos | CM |
| 7 | Discussão | DI |
| 8 | Estrutura | ES |
| 9 | Fundamentação teórica | FT |
| 10 | Introdução | IN |
| 11 | Justificativa | JU |
| 12 | Objetivos | OB |
| 13 | Problema de Pesquisa | PP |
| 14 | Resultados | RD |
| 15 | Resumo | RM |
| 16 | Revisão de literatura | RL |
| 17 | Qualidade do texto | QT |
| 18 | Tema | TE |

Tabela 4: Categorias de avaliação utilizadas nos pareceres de artigos da RAE.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Novamente aqui foi considerado o grau de convergência de categorias de avaliação utilizadas pelos revisores, o que pode nos sugerir maior ou menor alinhamento quanto à tradição acadêmica deles e/ou o grau de subjetivismo na fusão de horizontes entre o intérprete-revisor e o artigo científico; ou seja, se a interpretação do texto-artigo é mais solitária (exclusiva) ou compartilhada. (Apêndice I)

3.3.3.2 Revista *Semestre Económico*:

A Análise de Conteúdo Direta do instrumento de avaliação de artigos científicos da *Semestre Económico* foi dividida em dois momentos: 1º.) Análise dos instrumentos de avaliação fornecidos pela Revista; e 2º.) Análise dos pareceres elaborados pelos revisores no processo de avaliação dos artigos selecionados. Vejamos os procedimentos relativos a cada um desses momentos, em separado:

A) Análise de Conteúdo Direta do instrumento de avaliação:

Por ocasião da ACD do instrumento de avaliação fornecido pela Revista identificamos um formulário a ser preenchido pelo revisor responsável por cada artigo. Diferentemente da RAE, a *Semestre Económico* não divulga publicamente seus critérios de avaliação.

B) Análise de Conteúdo Direta dos pareceres elaborados pelos revisores:

Trabalhando com os pareceres selecionados, lançamos mão de procedimentos semelhantes aos adotados para os pareceres de artigos da RAE, quando identificamos as categorias de avaliação utilizadas pelos revisores (Apêndice J) e as distinguimos de contribuições menos objetivas, aquelas onde o revisor tem a possibilidade de contribuir com comentários e sugestões a respeito do artigo submetido, manifestando mais livremente sua experiência de compreensão e interpretação do texto avaliado (Apêndice K). Uma vez identificados os comentários e sugestões do revisor, desmembramos essa contribuição em suas afirmações constitutivas ou unidades temáticas (coluna “parecer do revisor”) e, tendo em vista facilitar a ACD, resumimos essas afirmações (coluna “resumo do parecer”). Posteriormente, o resumo do parecer (ou cada uma das suas afirmações) foi classificado em subcategorias e, estas, em categorias, como exemplificado a seguir:

B1) Parecer do artigo e respectivo resumo: tem por objetivo transcrever o parecer segundo os critérios de avaliação do instrumento respondido pelo revisor; e resumir o parecer, subdividido por unidades autônomas (afirmações) identificadas por número de ordem.

B2) Resumo do parecer, subcategorias e categorias dos artigos: tem por objetivo recuperar o resumo do parecer subdividido por unidades autônomas (afirmações) identificadas por número de ordem; identificar os critérios de avaliação ou subcategorias (1º. grau de generalização) que representam e/ou reúnem (por temáticas afins) as unidades autônomas; e classificar as subcategorias em categorias mais amplas (mutuamente excludentes).

B3) Categorias e subcategorias dos pareceres dos artigos: o objetivo deste procedimento é dar visibilidade às categorias de avaliação utilizadas pelo revisor do artigo em questão, como também às respectivas subcategorias e aos elementos específicos utilizados. Em ambas as colunas foram supressas categorias e subcategorias idênticas.

O consolidado destes dados possibilitou chegarmos a dois Tabelas-síntese: a categorização de elementos generalizáveis (Apêndice J) e a categorização de elementos específicos (Apêndice K), utilizados nos pareceres da revista *Semestre Económico*.

3.3.3.3 Comparativo entre as revistas RAE e Semestre Económico

Os procedimentos adotados nessa etapa incluíram comparativos de macrocategorias de avaliação de artigos recomendados pelas Revistas, através dos instrumentos de acesso restrito por autores e revisores; como também macrocategorias adotadas pelos revisores através de seus pareceres. Não foi possível comparar macrocategorias adotadas publicamente pelas Revistas, uma vez que a *Semestre Económico* não disponibiliza esta informação. Procuramos, sempre que possível, estabelecer um diálogo entre esses procedimentos e o construto Postura Hermenêutica, objeto maior desta pesquisa.

As tabelas elaboradas para cada um desses comparativos distinguiram Elementos Generalizáveis de Específicos, procurando ressaltar sua frequência (ou grau de convergência) através do percentual proporcional de Categorias utilizadas. A relevância da frequência está justamente em nos possibilitar verificar se a ênfase dos critérios recomendados pela Revista e utilizados pelos revisores recai sobre critérios que resguardam estes de eventuais idiosincrasias, como no caso de critérios analíticos; ou favorece a fusão de horizontes e o recurso à tradição acadêmica, quando se supõe que o revisor está mais propenso à exposição da sua subjetividade e o consenso entre revisores torna-se mais difícil, como no caso de critérios globais. Essa proporcionalidade diz respeito aos respectivos universos de contribuições: cada uma das Revistas e suas Macrocategorias (Componentes do Artigo e Elementos Transversais).

3.4 Limites e limitações

Enquanto os limites estão relacionados às opções metodológicas do autor, as limitações estão relacionadas às intercorrências a que a pesquisa está sujeita durante a fase de coleta de dados (Calado Dias, Patrus & Magalhães, 2011). No nosso caso, os limites relacionados aos procedimentos adotados referem-se ao referencial teórico, à análise de conteúdo e ao tratamento de dados, explicitados a seguir:

3.4.1 Limite quanto à Análise de Conteúdo (AC):

Apesar de todos os atributos já demonstrados da AC, sobretudo o seu caráter público e sistemático, há algumas preocupações saudáveis, ou fraquezas que a cercam (Bauer, 2002), dentre as quais:

- (i) A separação de unidades de análise pode introduzir inexactidões de interpretação, uma vez que citações fora de contexto podem ser enganadoras.
- (ii) A AC tende a focalizar frequências e desse modo pode descuidar do que é raro e do que está ausente, o que é um problema de enfoque. Em princípio, a AC deve estar atenta a ambas as tarefas, embora tenha um viés para o presente. Também na análise de pareceres de artigos científicos nossa atenção procurou estar mais atenta às presenças do que às ausências.

3.4.2 Limite quanto ao tratamento dos dados:

Parece-nos que os pareceres ou seus “fragmentos”, distantes do artigo científico a que se referem, podem comprometer a sua compreensão e interpretação e, conseqüentemente, a sua categorização.

O nosso desconhecimento de alguns temas comentados nos pareceres pode ter nos levado a identificar e categorizar indevidamente critérios de avaliação.

A etapa de categorização dos critérios de avaliação precisou ser refeita muitas vezes. A triagem, procurando ser coerente com a hermenêutica gadameriana, nos possibilitou reconhecer a inadequação da classificação de subcategorias, que não correspondiam com as categorias às quais estavam associadas. Com isso, tivemos que reclassificá-las, atribuindo-lhes categoria mais pertinente. Neste caso, nova classificação daquela subcategoria foi realizada em todas as Tabelas para cada parecer, num movimento reverso. Também identificamos subcategorias de significado ou redação imprecisa, sendo necessário voltar a tabelas anteriores e, às vezes, ao próprio parecer, para esclarecer seu significado ou, ao menos, diminuir o grau de imprecisão. Simultaneamente, demos nova redação para as subcategorias, de modo a padronizar a linguagem. Como isto se deu inicialmente com os critérios de avaliação da RAE, o exercício de reclassificação de categorias dos seus pareceres nos deixou mais experientes para montar o consolidado das categorias da revista colombiana.

No caso de subcategorias que podem ser classificadas em mais de uma categoria tivemos que escolher aquela que nos pareceu mais pertinente.

3.4.3 Limitação quanto ao processo editorial da RAE:

As limitações registradas, referentes a intercorrências durante a fase de coleta de dados, estão relacionadas ao processo editorial da RAE:

- (i) Não houve como rastrear a evolução das correções do artigo (seus pareceres), uma vez que a cada resubmissão ele é tratado como novo artigo e recebe outro código de identificação (até seu título permanece no anonimato), o que dificulta muito refazer a sua trajetória.
- (ii) Em alguns casos em que o editor científico consultado (para intermediar o “diálogo” entre o autor do artigo e os pareceres dos revisores) não respondeu a tempo ou declinou do convite coube ao editor-chefe ou ao editor-adjunto abreviar e concluir o processo.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A presente etapa está dividida em quatro seções:

- 1ª.) O processo de avaliação de artigos das revistas RAE e *Semestre Económico* e sua contribuição para a Postura Hermenêutica;
- 2ª.) Os critérios de avaliação de artigos utilizados pelos revisores das duas Revistas (cujo levantamento e análise de conteúdo originaram-se dos pareceres disponibilizados pelas equipes editoriais por ocasião dos trabalhos de campo), e sua contribuição para a Postura Hermenêutica;
- 3ª.) O comparativo entre os critérios de avaliação de artigos de cada Revista e os critérios de seus respectivos revisores, a fim de identificarmos convergências e contribuições distintas, e sua contribuição para a Postura Hermenêutica; e
- 4ª.) O comparativo entre os processos e critérios de avaliação de artigos entre esses dois veículos, e sua contribuição para a Postura Hermenêutica.

Os pareceres dos revisores são nosso principal objeto de investigação (unidade de análise), daí a importância de contextualizar essa tarefa e compará-la com o que preconizam as Revistas.

Os procedimentos de individualização, frequência e classificação de critérios – o que incluiu diferentes níveis de generalização – estão amparados pelas orientações de Bardin (2003), para quem o conjunto de técnicas múltiplas e multiplicadas que constitui a Análise de Conteúdo é uma hermenêutica baseada na dedução: a inferência. Para a análise dos componentes das informações e mensagens analisadas – os critérios de avaliação das Revistas e os pareceres dos revisores – optamos por um processo de categorização, entendida como “... uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia) com os critérios previamente definidos.” (Bardin, 2003, p.117). Um conjunto de boas categorias, segundo o mesmo autor, deve possuir as seguintes características: (i) exclusão mútua; (ii) homogeneidade (a organização das categorias em torno de um mesmo princípio de classificação); (iii) pertinência (o sistema de categorias deve refletir as intenções da investigação e/ou às características das mensagens); (iv) objetividade e fidelidade (para evitar distorções por parte do codificador); e (v) produtividade (contribuição para índices de inferências, hipóteses novas e dados exatos).

Procuramos garantir que estas características estejam presentes nas categorizações adotadas, resultantes da classificação analógica e progressiva dos elementos constitutivos

(Bardin, 2003, p.119) dos instrumentos e critérios de avaliação de artigos das revistas RAE e *Semestre Económico*. Nossa escolha, portanto, está alinhada com a definição de Postura Hermenêutica, que parte dos dados e procura interpretá-los pela fusão dos horizontes entre o texto (pesquisa documental, sobretudo os pareceres) e o leitor (revisores e o autor desta Tese).

Como já anunciado, para resguardarmos a identidade de artigos, autores e revisores de ambas as Revistas, optamos por não divulgar nos Apêndices os pareceres originais e os resumos dos pareceres elaborados por nós, a partir dos quais identificamos as Categorias e Macrocategorias de avaliação dos artigos científicos.

4.1 O processo de avaliação de artigos científicos das revistas RAE e *Semestre Económico*

Esta seção prevê a apresentação dos modelos de avaliação das duas Revistas, desde a descrição do processo editorial até o detalhamento dos critérios e instrumentos de domínio público, e, mais restritamente, daqueles reservados aos autores e revisores cadastrados nas revistas. O propósito maior desta seção é investigar até que ponto os critérios de avaliação de artigos das Revistas RAE e *Semestre Económico* favorecem a Postura Hermenêutica a ser adotada por seus revisores.

4.1.1 O processo de avaliação de artigos da Revista de Administração de Empresas

A RAE detém um criterioso processo de avaliação de artigos científicos, como pode ser constatado tanto pelas preocupações e recomendações compartilhadas com o público em geral quanto pelos instrumentos destinados a cada etapa do processo de avaliação, como discriminado a seguir.

4.1.1.1 O processo editorial da RAE

Quanto à submissão de artigos, a RAE os avalia pelo sistema de avaliação duplo-cega ou *blind review*. Os trabalhos são encaminhados à redação pela internet por meio de um sistema de gestão de publicações, cujo acesso é feito por um *link* denominado Espaço de Autor e Avaliador. O próprio sistema fornece um código para cada artigo submetido, para manter seu(s) autor(es) no anonimato; caso o artigo seja resubmetido, receberá um novo

código. Os autores só podem submeter um artigo por vez, ou seja, enquanto existir um artigo em processo de avaliação o autor não pode submeter um segundo, como autor principal ou em coautoria. Caso o trabalho seja rejeitado em uma das etapas do processo é possível o autor submeter o mesmo artigo aprimorado ou um novo artigo. Os artigos devem ser inéditos e não devem ter sido submetidos a outro periódico.

O processo de avaliação de artigos da RAE consiste de sete etapas:

1ª.) Avaliação de Formatação (ou Triagem de Formato): como o próprio nome indica, trata-se de avaliar se o artigo foi submetido segundo formato e normas de padronização definidos por um manual de redação e orientações para autores, da própria Revista. Esta etapa possui alto índice de reprovação, sobretudo às vésperas de chamadas de trabalhos. O *check list* dos requisitos para submissão é preenchido, mas, presume-se, nem sempre ele é conferido ou o manual de redação não chegou a ser conhecido para ser observado.

Os seis motivos mais frequentes para que um artigo seja reprovado na etapa de formatação da Revista são: a) tabelas, figuras e quadros dispostos no corpo do texto, quando deveriam estar no final, após as referências; b) limite de palavras extrapolado; c) inclusão de notas de rodapé e de final de texto; d) título, resumo e palavras-chave em apenas um idioma; e) anexos e apêndices inclusos; e f) identificação de autoria no corpo do texto.

Esta etapa do processo de avaliação de artigos privilegia o formato do texto, em detrimento do conteúdo e seu potencial (o que o texto pode vir a ser), os quais serão julgados posteriormente. Esta opção da política editorial da RAE é minimizada pela possibilidade de resubmissão do artigo, caso ele não atenda num 1º. momento aos critérios de formatação do periódico.

2ª.) Desk Review: triagem a cargo do Editor-chefe, o qual recebe o artigo que já foi aprovado na avaliação de formatação e examina a adequação do trabalho à linha editorial da revista e seu potencial para publicação. Também nesta etapa a taxa de aprovação costuma ser muito pequena. Segundo a política da Revista, as qualidades requeridas de um artigo para esta etapa são: a) contribuição do artigo para o campo; b) método adotado consistente (independentemente da natureza do artigo, se empírico ou teórico); e c) revisão de literatura atualizada (diálogo com outras revistas científicas dos últimos cinco anos, preferencialmente). Ao final desta etapa (1º. Filtro), o artigo pode ser: a) rejeitado; b) resubmetido (o Editor-chefe pode propor ao autor que mude o seu formato ou reveja outros aspectos do texto, devido ao

potencial do trabalho); ou c) seguir para o Editor Científico, que avaliará o conteúdo em profundidade. De um modo geral, procura-se evitar que, se o artigo não tiver condições de prosseguir para outras etapas, que o(s) autor(es) o saiba(m) o quanto antes, para evitar desgaste e cansaço pelo investimento feito. No caso de artigos resubmetidos, o Editor Adjunto, que também conhece a identidade do autor do artigo, participa dessa etapa de avaliação.

Salta aos olhos aqui que o Editor-chefe e o Editor Adjunto, por conhecerem a autoria do artigo, detêm muito mais poder do que se esse dado lhes fosse desconhecido. Em tese, eles podem adotar em seu julgamento preconceitos que comprometam essa etapa de avaliação do artigo (campo dos critérios de rejeição, por exemplo). Defendemos que o sigilo em torno da autoria do artigo deve contemplar também os editores, a fim de minimizarmos tanto quanto possível qualquer viés que possa comprometer a transparência e justiça do processo. Esta condição dependerá, no entanto, do grau de independência financeira da revista, das condições de trabalho e da profissionalização de sua equipe, a exemplo da estrutura da RAE.

3ª.) Avaliação de conteúdo por membro do Comitê Científico (Editor Científico): avaliação preliminar por um membro do Corpo Editorial Científico, que visa identificar a contribuição do artigo para a sua área de especialidade. Um dos membros da equipe de redação é quem tem a responsabilidade de identificar o Editor Científico mais adequado (experiente) para o artigo, às vezes recorrendo ao *Curriculum Lattes* dos pesquisadores. As atribuições gerais dos membros do Corpo Editorial Científico são de: 1) avaliar preliminarmente os artigos, definindo sua continuidade ou não no processo *double blind review*; 2) sugerir dois revisores, que só entram em cena uma vez (em nenhuma situação os revisores são novamente consultados); e 3) acompanhar os artigos em todo processo editorial até a sua aprovação.

O formulário de avaliação preliminar do editor científico contempla três campos (1ª. coluna):

| | |
|--|--|
| 1) Recomendação | * se o trabalho deve ser submetido ao <i>double blind review</i> ou; * se o trabalho deve ser rejeitado para publicação e o porquê; |
| 2) Os critérios de rejeição (em sendo o caso) (marcar com X) | * não houve contribuição substantiva ao campo de conhecimento de Administração; * limitação da base teórico-conceitual; * ausência de referências a artigos das revistas mais relevantes da área; * insuficiência do desenvolvimento teórico; * inadequação da descrição da metodologia; * inadequação da metodologia ao tipo de investigação pretendida; * insuficiência do desenvolvimento das seções de discussão e análise; * problemas de estilo e linguagem estruturais; e outros... |
| 3) Comentários: | |

Tabela 5: Formulário de Avaliação Preliminar do Editor Científico da RAE.
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Também aqui chama a atenção o fato de que apenas a um Editor Científico essa palavra seja facultada, mesmo não tendo ele conhecimento da autoria do artigo. Por que a apenas um? E o benefício da dúvida? Também nessa instância de arbitragem acreditamos ser oportuna a experiência do cérebro coletivo, segundo a proposta da Metodologia Existencial (Patrus, 2011), em que a subjetividade é minimizada e se evita o abuso do poder. Identificamos aqui um limite do processo de avaliação de artigos da RAE. Defendemos que um editor é suficiente para a avaliação do ponto de vista formal, nunca para o conteúdo.

4ª.) Avaliação por Pares ou Duplo-Cega: coordenada por um membro do Corpo Editorial Científico da área de submissão do artigo, consiste na interação entre o(s) autor(es) e dois revisores externos especialistas que, ao avaliarem o trabalho (3º. Filtro), fazem comentários e dão recomendações para o seu aperfeiçoamento. Não é praxe da RAE recorrer a um terceiro revisor, o que pode acontecer apenas em casos excepcionais. Os dois pareceres voltam para o Editor Científico, o qual é responsável pela mediação de sucessivas reavaliações, tendo em vista o aprimoramento do artigo.

O formulário de avaliação dos revisores *ad hoc* contempla cinco campos:

| | |
|--|--|
| 1) Pontos fortes e fracos: | |
| 2) Sugestões para melhoria do trabalho: | |
| 3) Comentários adicionais para o autor: | |
| 4) Avaliação quantitativa (notas de 0 a 10): | |
| 4.1 Aspectos Gerais: | * clareza dos objetivos; e * adequação da metodologia adotada ao tema e aos objetivos. |
| 4.2 Aspectos Teóricos: | * boa definição e articulação do quadro teórico; * consistência dos principais conceitos apresentados; e * emanção de forma lógica das hipóteses ou proposições da teoria apresentada. |
| 4.3 Aspectos Metodológicos: | * adequação dos dados utilizados para se testarem as hipóteses; * validade interna e externa do estudo; e * emprego correto das técnicas utilizadas. |
| 4.4 Resultados: | * coerência dos resultados apresentados. |
| 4.5 Contribuição: | * para o conhecimento em Administração e/ou para a prática administrativa. |
| 5) Recomendação final: * o trabalho deve ser rejeitado; * o trabalho deverá ser reavaliado após a revisão pelo autor; ou * o trabalho deve ser aprovado para publicação sem restrições. | |

Tabela 6: Formulário de Avaliação do Revisor da RAE.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Uma vez aprovado, o artigo é submetido à edição final e à revisão ortográfica e gramatical. A RAE reconhece o mérito do trabalho dos revisores a partir de três critérios: número de avaliações anuais; tempo gasto na avaliação; e qualidade do parecer.

5ª.) Análise dos pareceres pelo Editor Científico, elaboração de carta editorial e envio da carta para os autores aperfeiçoarem o artigo: uma vez recebidos os pareceres, o Editor Científico decide (2º. Filtro) se rejeita o artigo ou se solicita do autor uma nova avaliação, o que pode ir e vir tantas vezes quantas sejam necessárias, ficando agora a comunicação restrita entre o(s) autor (es) e o Editor Científico, tratado aqui como “padrinho” do texto, já que seu nome (chancela) também aparece no artigo publicado. No caso de empate, quando os revisores apresentam pareceres contrários, cabe ao Editor Adjunto o voto de desempate.

6ª.) Reavaliação da nova versão do artigo pelo Editor Científico, para verificar as modificações efetuadas.

O formulário de reavaliação do editor científico prevê quatro campos (1ª. coluna):

| | |
|--|--|
| 1) Critérios de reavaliação (notas entre 1 e 5, variando de discordo totalmente a concordo totalmente) | * Atualidade, relevância e oportunidade do tema: |
| | * Clareza e boa definição do objetivo do trabalho: |
| | * Criatividade e inovação da abordagem geral: |
| | * Clareza e adequação da estrutura do texto a um trabalho científico: |
| | * Clareza e concisão da linguagem: |
| | * Consistência da base teórico-conceitual, refletindo o estado-da-arte do conhecimento na área: |
| | * Boa adequação e estruturação do desenvolvimento teórico: |
| | * Clareza e consistência da estratégia de pesquisa e da metodologia: |
| | * Coerência, clareza e objetividade da conclusão: |
| | * Contribuição científica para o conhecimento em Administração e/ou para a prática administrativa: |
| | 2) Atendimento das alterações: |
| * Indicação dos pontos relacionados ao conteúdo que não foram atendidos satisfatoriamente e eventuais pontos adicionais: | |
| * Se as sugestões sobre forma foram atendidas (sim ou não): | |
| * Indicação dos pontos relacionados à forma que não foram atendidos satisfatoriamente e eventuais pontos adicionais: | |
| 3) Comentários adicionais para o autor: | |
| 4) Recomendação final: | * O trabalho deve ser rejeitado para publicação; |
| | * O trabalho deverá ser reavaliado após a revisão pelo autor; ou |
| | * O trabalho deve ser aprovado para publicação sem restrições. |

Tabela 7: Formulário (adaptado) de Reavaliação do Editor Científico da ERA.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

7^a.) A palavra final dos Editores Chefe e Adjunto que decidem sobre a aprovação para publicação: o Editor Adjunto faz o *double check* e confere a consistência do artigo em questões quantitativas e metodológicas; ele sempre entra na fase final do artigo e, às vezes, quando solicitado pelo Editor-chefe, também no *desk review*. Trata-se do 4^o. e último Filtro. Nenhum artigo que chega à RAE é publicado sem passar ao menos por uma nova avaliação, significando que ele não é publicado igual à versão original, para garantia de maior qualidade, o que é considerado pela Revista um mérito.

4.1.1.2 Os critérios de avaliação de artigos da RAE

Dentre os critérios de avaliação de artigos previstos pela Revista, há um conjunto deles que é de domínio público e outro que está condensado num instrumento somente acessível a autores e revisores cadastrados, o qual amplia e aprofunda o primeiro. A reunião de ambos nos possibilita uma visão de conjunto da política de avaliação de artigos adotada pela Revista e fornece dados para, junto com o processo editorial, refletirmos sobre seu alinhamento com o conceito de Postura Hermenêutica.

A) Critérios de domínio público

Pelo endereço eletrônico do periódico é possível identificar na aba “Avaliação” um conjunto de recomendações reunidas sob o título “Orientação para pareceristas”, as quais, por sua vez, estão subdivididas em quatro subtítulos: (i) Foco da avaliação; (ii) Redação e Estilo; (iii) Conteúdo dos Pareceres; e (iv) Recusa de Trabalhos.

Para melhor analisar o conteúdo dessas recomendações, desmembramos cada um desses subtítulos por suas unidades (ou afirmações) autônomas, associamos cada uma delas a uma subcategoria (1º. grau de generalização) e, estas, a categorias de maior generalização (porque mutuamente excludentes). Essas categorias, num total de 13, correspondem a elementos constitutivos do artigo, e passam a ser agrupadas sob o título de “Elementos generalizáveis”. As categorias estão acompanhadas da frequência com que foram recomendadas pela Revista, sendo possível identificar aquelas mais enfatizadas dentre os critérios de avaliação de domínio público e sua maior ou menor contribuição para a Postura Hermenêutica do revisor.

Também identificamos recomendações menos objetivas que permitem maior liberdade de opinião por parte do revisor, as quais classificamos de “Elementos específicos”. O consolidado dessas categorias e respectivas subcategorias, como também dos Elementos específicos (ou ESP, destacados entre colchetes), se encontra no Apêndice H. As categorias identificadas são as seguintes (em ordem alfabética):

| ELEMENTOS GENERALIZÁVEIS | | |
|---|---------------------------|-----------------------|
| ORDEM | CATEGORIAS | FREQUÊNCIA (%) |
| 1 | Análise de dados; | 1 (3,4) |
| 2 | Articulação de ideias; | 1 (3,4) |
| 3 | Critérios conceituais; | 1 (3,4) |
| 4 | Critérios metodológicos; | 4 (13,8) |
| 5 | Conclusões; | 1 (3,4) |
| 6 | Contribuição para a área; | 3 (10,3) |
| 7 | Discussão; | 3 (10,3) |
| 8 | Fundamentação teórica; | 4 (13,8) |
| 9 | Introdução; | 1 (3,4) |
| 10 | Justificativa; | 1 (3,4) |
| 11 | Objetivos; | 1 (3,4) |
| 12 | Qualidade do texto; | 1 (3,4) |
| 13 | Revisão de literatura. | 2 (6,8) |
| [ELEMENTOS ESPECÍFICOS] | | |
| Elementos não classificáveis, porque dizem respeito a cuidados e procedimentos a serem adotados pelo revisor. | | 5 (17,2) |

Tabela 8: Categorias de Avaliação de Artigos da RAE (Domínio Público).
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A nosso ver, temos aqui um equilíbrio entre os Elementos Generalizáveis e os Específicos: os primeiros, abrangentes, cobrem a maior parte dos elementos constitutivos do artigo que serão identificados nesta Análise de Conteúdo; os demais valorizam a *expertise* do revisor. Isto, por si só, já são balizas importantes para o exercício da Postura Hermenêutica, pois fornecem parâmetros claros para a tarefa de compreensão e interpretação do artigo a ser avaliado.

Dentre os elementos generalizáveis, quatro são as categorias mais frequentes (campos hachurados): os Critérios metodológicos, a Fundamentação teórica, a Contribuição para a área, e a Discussão. Todas são categorias que permitem que o revisor contribua com a sua *expertise* na tradição acadêmica, lançando mão de eventuais preconceitos.

Observando, mais atentamente, a natureza das treze categorias, foi possível distinguir aquelas que correspondem a partes componentes (ou constitutivas) do artigo, com frequência total de dezoito, às quais denominamos “Critérios Analíticos”; e aquelas que perpassam a totalidade do artigo, como elementos transversais, com frequência total de seis, às quais

chamamos de “Critérios Globais”. A esta subdivisão atribuímos uma nova categorização, a de Macrocategorias, assim distribuídas:

| MACROCATEGORIAS (24 = 100%) | |
|---|---|
| COMPONENTES DO ARTIGO (CRITÉRIOS ANALÍTICOS) 18 (75%) | ELEMENTOS TRANSVERSAIS (CRITÉRIOS GLOBAIS) 6 (25%) |
| 1) Introdução: Introdução (1); Justificativa (1); Objetivos (1). | 1) Forma: Qualidade do texto (1). |
| 2) Fundamentação Teórica: Fundamentação teórica (4); Revisão de literatura (2). | 2) Conteúdo: Critérios conceituais (1). |
| 3) Método adotado: Critérios metodológicos (4). | 3) Estrutura: Articulação de ideias (1). |
| 4) Análise de Dados: Análise de dados (1). | 4) Contribuição para a área: Contribuição para a área (3). |
| 5) Conclusão: Conclusões (1); Discussão (3). | |

Tabela 9: Macrocategorias de Avaliação de Artigos da RAE (Domínio Público).
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Dentre os Componentes do Artigo ou critérios analíticos, que são a maioria (75%), destacam-se a Fundamentação Teórica, Método Adotado e Conclusão; já entre os Elementos Transversais ou critérios globais, a Contribuição para a área.

Estas Macrocategorias e Categorias de avaliação serão complementadas com critérios de acesso restrito e, num segundo momento, “temperadas” (ou não) pela *expertise* do revisor, que poderá dar um “sabor” especial ao trabalho submetido.

B) Critérios restritos a autores e revisores cadastrados

Além dos critérios de avaliação de artigos tornados públicos, existe outro conjunto de recomendações mais pontuais que complementam e aprofundam aqueles. Trata-se de um instrumento de acesso restrito, um *check list* a que os revisores têm acesso através de formulário específico e do qual os autores também tomam conhecimento (Apêndice F). A

tabulação desse instrumento mereceu da nossa parte tratamento semelhante: 1º.) Subdivisão em afirmações autônomas; 2º.) Classificação em subcategorias; 3º.) Reunião das subcategorias em categorias; e 4º.) Identificação de elementos específicos.

Identificamos, agora, sete categorias, bem menos do que aquelas que os critérios de domínio público nos forneceram. No entanto, uma categoria não identificada anteriormente se soma àquelas. Trata-se da categoria dos “Resultados”. Também aqui as categorias estão acompanhadas da frequência com que foram recomendadas pela Revista, sendo possível identificar aquelas mais enfatizadas dentre os critérios de avaliação restritos e sua maior ou menor contribuição para a Postura Hermenêutica do revisor. Temos, então, por ordem alfabética:

| ELEMENTOS GENERALIZÁVEIS | | |
|---|---------------------------|-----------------------|
| ORDEM | CATEGORIAS | FREQUÊNCIA (%) |
| 1 | Análise de dados; | 1 = 5,8 |
| 2 | Crítérios conceituais; | 1 = 5,8 |
| 3 | Crítérios metodológicos; | 4 = 23,5 |
| 4 | Contribuição para a área; | 1 = 5,8 |
| 5 | Fundamentação teórica; | 1 = 5,8 |
| 6 | Objetivos; | 1 = 5,8 |
| 7 | Resultados. | 1 = 5,8 |
| [ELEMENTOS ESPECÍFICOS] | | |
| Elementos não classificáveis, porque dizem respeito a cuidados e procedimentos a serem adotados pelo revisor. | | 7 (41,1) |

Tabela 10: Categorias de Avaliação de Artigos da RAE (Acesso Restrito)
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A exemplo dos critérios de avaliação de domínio público há também aqui equilíbrio entre os Elementos Generalizáveis e os Específicos. Dentre os Generalizáveis, destaque para os critérios metodológicos em ambos os levantamentos, denotando a importância que a Revista lhes dá no processo de construção do artigo ou seu encadeamento lógico. Isto significaria que a Revista dá muita ênfase à forma e menos ênfase à relevância? Ainda é cedo para tirarmos conclusões.

O conjunto das 14 categorias recomendadas pela RAE – somados os critérios de avaliação de domínio público aos critérios de avaliação de acesso restrito – nos forneceu um quadro onde é possível identificar aquelas que exigem Postura Hermenêutica:

| CATEGORIAS | SUBCATEGORIAS |
|---------------------------------|---|
| Análise de dados | Validade interna e externa do estudo; |
| Articulação de ideias | Interação entre fatores, mesmo que suas relações não possam ser testadas; |
| Conclusões | Implicações práticas e científicas da lógica que fundamenta o trabalho e das evidências apresentadas; |
| Contribuição para a área | Novidade da proposta; |
| | Estímulo a reflexões e debates, e explicitação de suas implicações relevantes para prática e pesquisa em Administração; |
| | Contribuição efetiva em alguma das seguintes dimensões: teórica, empírica ou de conteúdo; |
| | Contribuição do trabalho para o conhecimento em Administração e/ou prática administrativa; |
| Crítérios conceituais | Conceitos claramente definidos; |
| | Conceitos principais são consistentes; |
| Crítérios metodológicos | Hipóteses bem construídas; |
| | Dados utilizados adequados ao teste da(s) hipótese(s) proposta(s); |
| | Método de coleta condizente com as técnicas de pesquisa empregadas; |
| | Técnicas de análise adotadas apropriadas ao estudo das questões propostas e aplicadas da forma correta; |
| | Hipóteses ou proposições emanadas de forma lógica da teoria; |
| | Dados adequados para se testar as hipóteses; |
| | Metodologia adequada; |
| | Técnicas utilizadas empregadas de forma correta; |
| Discussão | Consideração de como e quanto adições e/ou subtrações de fatores a modelos teóricos já existentes sobre o tema podem alterá-los substancialmente; |
| | Explicações para a eventual falta de aplicabilidade da teoria proposta a contextos específicos; |
| | Proficiência em alguma das seguintes dimensões: teórica, empírica ou de conteúdo; |
| Fundamentação teórica | Quadro teórico bem desenvolvido e articulado; |
| | Fatores considerados para a compreensão do fenômeno em questão; |
| | Perspectivas de outros campos de estudo desafiam os fundamentos que suportam as teorias mais difundidas sobre o fenômeno em análise; |
| | Elementos contextuais e temporais que delimitam fronteiras de generalização e constituem o alcance da teoria apresentada; |
| | Quadro teórico definido e articulado; |
| Introdução | Informação sobre o objetivo do artigo na introdução; |
| Justificativa | Justificativa da seleção dos fatores e das relações propostas; |
| Objetivos | Demonstração de coerência do desenvolvimento do trabalho com o objetivo; |
| | Objetivos claros; |
| Resultados | Coerência dos resultados apresentados; |
| Revisão de literatura | Revisão bibliográfica completa e apropriada; |
| | Incorporação de resultados de pesquisas já existentes na área; |
| Qualidade do texto | Padrões mínimos de redação e estilo; |
| [Elementos específicos] | Valorização de pontos fortes do trabalho; |
| | Contribuições do revisor através de sugestões, discussões e questionamentos pontuais; |
| | Nível de esforço razoável por parte do autor, revisor e editor para tornar o artigo publicável; |
| | Atendimento satisfatório ou não de sugestões demandadas nas diferentes versões do artigo; |
| | Justificativas para o atendimento ou não das sugestões; |
| | Pontos fortes do artigo; |
| | Pontos fracos do artigo; |
| | Sugestões para melhoria do trabalho; |
| | Comentários adicionais para o autor. |

Tabela 11: Categorias de Avaliação de Artigos da RAE (Crítérios de Domínio Público e de Acesso Restrito)
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Dentre as categorias elencadas e suas respectivas subcategorias identificamos várias delas que exigem por parte do revisor uma Postura Hermenêutica, um distanciamento para deixar que o texto fale por si mesmo, já que abrem um leque de possibilidades de intervenção. Alguns exemplos: (i) No campo da Fundamentação teórica, o “quadro teórico bem desenvolvido e articulado” e as “perspectivas de outros campos de estudo”; (ii) No campo da Revisão de literatura, a “revisão bibliográfica completa e apropriada” e “incorporação de resultados de pesquisas já existentes na área”; e no campo dos Elementos específicos, as “contribuições do revisor através de sugestões, discussões e questionamentos pontuais” e “sugestões para melhoria do trabalho”.

A identificação de elementos específicos – comentários e recomendações – dentre os critérios sugeridos pela RAE indica que o periódico favorece também uma contribuição “livre” ou personalizada do revisor, cuja tarefa, segundo Gadamer, não se dá sem a tradição do mesmo, mas que, no nosso caso, ultrapassa a sua tradição acadêmica ou área de especialização, já que elaborar um parecer é mais do que deixar o texto falar. Ora, a riqueza da avaliação de artigos científicos está em aprimorá-los através da fusão de horizontes (Gadamer, 1994a, p.68-69) entre o texto (artigo) e seus intérpretes. Os aportes de editores e revisores não necessariamente agregam ao potencial do artigo, pois podem, por exemplo, se limitar aos critérios de formato, tais como Qualidade do Texto ou Estrutura.

Quem tem aportes para dar o faz com base na sua trajetória ou tradição acadêmica, mas também com base no seu autoconhecimento e cultura geral. Um dos fundamentos da Metodologia Existencial (Patrus, 2011) se faz oportuno aqui: a apreensão da realidade só é possível através da nossa percepção, inteligência, emoção e outros componentes que a personalidade permite; por isso a sua simbolização ou interpretação da realidade, também a de um texto científico, exige a sua decodificação, revelando tanto sujeito (autocrítica) quanto objeto. Quem detém uma “bagagem” humana e intelectual limitada, ao contrário, restringe-se aos manuais, uma prática *by the book*, limitada ao *check list* do formulário de avaliação ou aos elementos generalizáveis do artigo. Faz-se necessária, portanto, revermos a formação do revisor, tema recorrente nesta pesquisa.

Ao analisarmos se as categorias recomendadas pela Revista (elementos generalizáveis e elementos específicos) mais se identificam com critérios analíticos (componentes do artigo) ou globais (transversais) obtivemos o seguinte consolidado:

| MACROCATEGORIAS (38 = 100%) | |
|---|---|
| ELEMENTOS GENERALIZÁVEIS (29 = 76,3%) | |
| COMPONENTES DO ARTIGO (CRITÉRIOS ANALÍTICOS) (21 = 72,4%) | ELEMENTOS TRANSVERSAIS (CRITÉRIOS GLOBAIS) (8 = 27,6%) |
| 1) Fundamentação Teórica: Fundamentação teórica (5); Revisão de literatura (2). | 1) Contribuição para a Área: Contribuição para a Área (4). |
| 2) Introdução: Objetivos (2); Introdução (1); Justificativa (1). | 2) Conteúdo: Critérios conceituais (2). |
| 3) Método adotado: Critérios metodológicos (4). | 3) Forma: Qualidade do texto (1). |
| 4) Conclusão: Discussão (3); Conclusões (1). | 4) Estrutura: Articulação de ideias (1). |
| 5) Análise de Dados: Análise de dados (1); Resultados (1). | |
| ELEMENTOS ESPECÍFICOS (9 = 23,7%) | |
| 09 elementos não classificáveis nos critérios analíticos e globais, porque dizem respeito a cuidados e procedimentos a serem adotados pelo revisor: | |
| * Valorizar pontos fortes do trabalho; | |
| * Contribuir com sugestões, discussões e questionamentos pontuais; | |
| * Nível de esforço razoável para tornar o artigo publicável; | |
| * Pontos fortes do artigo; | |
| * Pontos fracos do artigo; | |
| * Sugestões para melhoria do trabalho; | |
| * Comentários adicionais para o autor; | |
| * Atendimento satisfatório de sugestões demandadas nas diferentes versões do artigo; | |
| * Justificativas para o não atendimento das sugestões. | |

Tabela 12: Macrocategorias de Avaliação de Artigos da RAE (Domínio Público e Acesso Restrito).
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Dentre as macrocategorias, tanto elementos generalizáveis (universais) (mais de 75%) quanto elementos específicos (menos de 25%) são observados. Dentre os elementos generalizáveis, os critérios analíticos detêm a predominância (72,4%) contra os critérios globais (27,6%), quase 3/4 (ou 75%) dos critérios recomendados para o revisor, sendo a Fundamentação Teórica (componente do artigo) e a Contribuição para a Área (elemento transversal) os critérios aos quais o revisor deve estar mais atento e contribuir. Podemos deduzir aqui que se dá importância tanto a critérios objetiváveis (identificáveis), quanto a critérios específicos (que podem aumentar a margem de subjetividade do revisor).

4.1.2 Processo de avaliação de artigos da revista Semestre Económico

A revista colombiana *Semestre Económico*, da Universidade de Medellín, detém um processo de avaliação de artigos científicos que prevê o envolvimento direto e decisivo da equipe editorial e a contribuição dos revisores externos, e cujas etapas vêm a seguir discriminadas.

4.1.2.1 Processo editorial da revista Semestre Económico

A Revista *Semestre Económico* era composta à época do trabalho de campo (junho de 2012) por uma Equipe Editorial (Editor e dois Assistentes), um Comitê Editorial (oito componentes, dentre os quais o Editor) e um Comitê Científico (quatro componentes). A Revista conta ainda com tradutores, corretores de estilo e profissionais de desenho gráfico que atendem a todas às publicações da Instituição.

Os momentos adotados para o processo de recepção e avaliação de artigos são os seguintes:

Momento Zero: Recepção do artigo por correio direto ou e-mail.

Momento 1: Pertinência (Equipe Editorial e Comitê Científico).

Momento 2: Informações Autorais: autoria, ineditismo, e direitos de difusão e exclusividade (Assistentes).

Momento 3: Avaliação da originalidade: censura contra autocópia, plágio, paráfrase, etc. (Equipe Editorial).

Momento 4: Avaliação do cumprimento dos critérios de formato ou “Orientações para os Autores” (Assistentes).

Momento 5: Avaliação por um revisor externo na modalidade *double blind*. O revisor tem a última palavra no processo se sua recomendação é de não publicar o artigo. Neste caso, a única coisa a fazer é comunicar o resultado da avaliação ao autor ou autores. Se o revisor recomendar publicar o artigo a última palavra será da Equipe Editorial, quando pedirá ao autor que realize as correções e ajustes necessários sugeridas pelo revisor (Momento 6) . Em

alguns casos é solicitado ao revisor que confira se os autores fizeram as mudanças sugeridas. No caso dessas recomendações não serem cumpridas o artigo não será publicado.

Os motivos que a revista *Semestre Económico* apresenta para não submeter um artigo científico a duas avaliações externas (revisores *ad hoc*) são os seguintes:

(1) O primeiro refere-se aos casos em que dois revisores podem divergir quanto à publicação de um artigo, o que exigirá uma terceira avaliação, aumentando o tempo e os custos das avaliações, já que essas são remuneradas. Este é um diferencial em relação às revistas brasileiras, cuja atividade é voluntária. Em tempo: no caso da RAE, essa arbitragem é assumida pelo editor científico, “padrinho” do artigo e especialista no tema-matéria (ou área de submissão) do artigo.

(2) O segundo está relacionado com os tempos de resposta dos revisores e à dificuldade de encontrar pares para avaliar os artigos, pois quanto maior o número de colaboradores mais prazo se exige e mais difícil é encontrar pesquisadores dispostos a realizar a avaliação do artigo.

Momento 6: Correções do autor.

Momento 7: Uma vez que os artigos tenham cumprido todas as correções sugeridas pelos pares revisores são enviados ao corretor de estilo e aos tradutores (caso o artigo seja originalmente em outra língua que não o espanhol) para que realizem suas respectivas tarefas.

Momento 8: Finalmente, o Editor apresenta aos membros do Comitê Editorial a lista de artigos que foram aprovados no processo de avaliação, os quais se encarregam de definir quais artigos serão incluídos na próxima edição a ser publicada.

4.1.2.2 Critérios de avaliação de artigos da revista *Semestre Económico*

O endereço eletrônico da revista *Semestre Económico* não antecipa para o público em geral, diferentemente da RAE, critérios de avaliação dos artigos científicos submetidos à publicação, mas apenas através de instrumento de acesso restrito do autor e revisor. A exemplo dos procedimentos realizados junto aos critérios adotados pelo periódico brasileiro, também aqui identificamos no *check list* para o revisor unidades (afirmações) autônomas, que

foram subdivididas em subcategorias. Os critérios da Revista e as subcategorias que identificamos estão dispostas, respectivamente, nas colunas 1 e 2 da Tabela 13 a seguir:

| ATA DE AVALIAÇÃO ACADÊMICA DE ARTIGOS | SUBCATEGORIAS |
|--|---|
| 1. O resumo do artigo corresponde exatamente com o seu conteúdo? | 1- Correspondência entre Resumo e conteúdo; |
| 2. A apresentação do material é clara e adequada para a compreensão da informação que oferece? | 2- Apresentação clara e adequada para compreender a informação oferecida; |
| 3. A linguagem utilizada é clara e simples? | 3- Linguagem clara e simples; |
| 4. A linguagem prende a atenção do público para o qual o artigo se dirige? | 4- Linguagem capaz de captar a atenção do público; |
| 5. É possível identificar as contribuições do(s) autor(es) do artigo, distinguindo-as do(s) autor(es) consultados? | 5- Distinção entre os aportes do(s) autor(es) com relação à informação proveniente dos materiais de outro(s) autor(es); |
| 6. Considera que o tema e (7) o enfoque do trabalho são pertinentes para o momento? | 6- Atualidade do tema; |
| | 7- Atualidade do enfoque. |

Tabela 13: Critérios e Subcategorias de Avaliação de Artigos da Revista Semestre Económico (Acesso Restrito).

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A Tabela 14 dá continuidade à anterior recuperando dela as subcategorias e agrupando-as em quatro categorias de critérios de avaliação de artigos. Não foram identificados neste instrumento elementos específicos, ou seja, critérios que solicitem abertamente comentários ou sugestões por parte do revisor:

| CATEGORIAS | SUBCATEGORIAS |
|---------------------------------|--|
| Contribuição para a área | Correspondência entre Resumo e conteúdo; |
| | Apresentação clara e adequada para compreender a informação oferecida; |
| Qualidade do texto | Linguagem clara e simples; |
| | Linguagem capaz de captar a atenção do público; |
| | Distinção entre os aportes do(s) autor(es) com relação à informação proveniente dos materiais de outro(s) autor(es); |
| Resumo | Atualidade do enfoque. |
| Tema | Atualidade do tema. |

Tabela 14: Categorias e Subcategorias de Avaliação de Artigos da Revista Semestre Económico.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O instrumento de avaliação do artigo científico não oferece margem explícita (porque não solicitada) de contribuição pessoal do revisor, mas apenas por meio de três categorias: Contribuição para a área, Forma, e Resumo. Já a Tabela 15 distribui as categorias identificadas por Macrocategorias, quais sejam os componentes do artigo (critérios analíticos) e os elementos transversais (critérios globais). Nela é possível também identificar a frequência

com que os critérios foram recomendados pela Revista e em que medida tais critérios favorecem a Postura Hermenêutica do revisor:

| MACROCATEGORIAS | |
|---|---|
| ELEMENTOS GENERALIZÁVEIS | |
| COMPONENTES DO ARTIGO (CRITÉRIOS ANALÍTICOS) | ELEMENTOS TRANSVERSAIS (CRITÉRIOS GLOBAIS) |
| 1) Resumo: Resumo (1). | 1) Forma: Qualidade do texto (3). |
| | 2) Contribuição para a Área: Contribuição para a área (2); Tema (1). |

Tabela 15: Macrocategorias de Avaliação de Artigos da Revista *Semestre Económico*.
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

As categorias de avaliação propostas pela Revista estão atentas predominantemente para critérios globais (mais de 85%). A ênfase desses critérios – analíticos e globais – sugere que importância maior é dada pela *Semestre Económico* a critérios objetiváveis, o que pode minimizar a predominância da subjetividade do revisor.

Considerando que faz parte dos objetivos da pesquisa não só analisar os critérios de avaliação de cada uma das Revistas à luz do conceito de Postura Hermenêutica, mas também compará-los, identificando semelhanças e particularidades, elaboramos as duas próximas seções, colocando lado a lado as opções das Revistas, seguidas de nossos comentários.

4.2 Avaliação de artigos científicos por revisores das revistas RAE e *Semestre Económico*

Mantendo o mesmo padrão de descrição e análise de conteúdo, apresentamos, primeiro em separado e depois por comparação, a experiência dos revisores das revistas RAE e *Semestre Económico*.

4.2.1 Avaliação de artigos científicos por revisores da RAE

Foram analisados os pareceres referentes a 12 artigos que percorreram todas as etapas do processo editorial até à data do trabalho de campo, no 1º. Semestre de 2012, num total de 26 pareceres, segundo pormenorizado na Tabela 16:

| ARTIGO | No. de Pareceres | STATUS |
|---------------|-------------------------|---------------|
| A1 | 3 | Recusado |
| A2 | 2 | Aprovado |
| A3 | 2 | Aprovado |
| A4 | 2 | Recusado |
| A5 | 2 | Aprovado |
| A6 | 2 | Recusado |
| A7 | 2 | Recusado |
| A8 | 2 | Recusado |
| A9 | 2 | Recusado |
| A10 | 2 | Aprovado |
| A11 | 3 | Aprovado |
| A12 | 2 | Aprovado |
| 12 Artigos | 26 Pareceres | ---- |

Tabela 16: Pareceres analisados da RAE.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Conferindo o número de artigos selecionados e seus respectivos pareceres, identificamos dois deles – A1 e A11 – que mereceram três pareceres, embora a política editorial adote dois por artigo. Até o fechamento desta versão do trabalho não tivemos acesso a dados conclusivos a respeito da excepcionalidade desses dois casos.

Chegamos a um total de 18 categorias utilizadas pelos revisores da RAE, correspondentes a elementos constitutivos do artigo, e as elencamos em ordem alfabética juntamente com suas subcategorias. A Tabela 16 possibilita uma visão de conjunto das categorias utilizadas na avaliação dos artigos e fornece subsídios para as análises seguintes (Apêndice G). Também foi possível categorizar os Elementos Específicos (comentários e recomendações) utilizados pelos revisores dos 12 artigos (Apêndice H).

Em relação às categorias identificadas a partir dos critérios de avaliação recomendados pela Revista temos 04 a mais: Estrutura, Problema de Pesquisa, Resumo, e Tema. Trata-se de uma ampliação dos critérios de avaliação por parte dos seus revisores, o que pode favorecer a Postura Hermenêutica através do “diálogo” com o texto (fusão de horizontes) e a valorização da “tradição” acadêmica (sobretudo na área específica).

O consolidado desses critérios possibilitou comparar ainda as categorias utilizadas pelos revisores dos 12 artigos com os 26 pareceres, de modo que obtivemos uma visão geral das convergências de critérios de avaliação (Apêndice I) e chegamos a uma nova Tabela, a qual informa o percentual de convergência das categorias utilizadas em cada artigo, em ordem decrescente. Em destaque (negrito) os artigos que obtiveram maior e menor convergência de categorias utilizadas pelos revisores:

| Artigo | Status | Categorias utilizadas (total) | Categorias coincidentes (total) | Convergência (%) |
|--------|-----------|-------------------------------|---------------------------------|------------------|
| A1 | Reprovado | 09 | 05 | 55,5 |
| A2 | Aprovado | 11 | 04 | 36,3 |
| A3 | Aprovado | 08 | 01 | 12,5 |
| A4 | Reprovado | 10 | 04 | 40,0 |
| A5 | Aprovado | 07 | 01 | 14,3 |
| A6 | Reprovado | 08 | 02 | 25,0 |
| A7 | Reprovado | 10 | 03 | 30,0 |
| A8 | Reprovado | 08 | 04 | 50,0 |
| A9 | Reprovado | 14 | 03 | 21,4 |
| A10 | Aprovado | 11 | 06 | 54,5 |
| A11 | Aprovado | 09 | 05 | 55,5 |
| A12 | Aprovado | 10 | 07 | 70,0 |

Tabela 17: Artigos e Grau de Convergência das Categorias Utilizadas pelos revisores.
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Curioso é constatar que mesmo um processo de avaliação criterioso como demonstra ser o da RAE não tem como evitar que seus revisores se pronunciem com olhares distintos sobre categorias de um mesmo artigo. Na Tabela 16, apenas 5 dos 12 artigos avaliados apresentaram um grau de convergência maior que 50% entre 2 ou 3 de seus revisores; desses, apenas 1 artigo chegou a 70% de convergência. Entre 30 e 49% de convergência, 3 artigos; e entre zero e 29% de convergência, 4 artigos.

Curioso é que 2 artigos com elevada convergência entre seus revisores (A1 e A8) foram reprovados e 3 foram aprovados (A10, A11 e A12); que o artigo A9, avaliado segundo o maior número de categorias, foi reprovado; e artigos com baixo nível de concordância entre os revisores (A3 e A5) foram aprovados. No caso da RAE, essas discrepâncias “sobram” para o editor científico mediar, já que os revisores só são solicitados uma única vez e a continuidade do processo, caso o artigo venha a ser aperfeiçoado, caberá a ele como “padrinho” do trabalho submetido.

Como nós não teremos a oportunidade de fazer este mesmo estudo com a revista *Semestre Económico*, uma vez que ela só lança mão de um revisor externo para a avaliação de

seus artigos, podemos já aqui tecer algumas considerações e indagações. Em 1º. lugar, o grau de divergência entre os pareceres analisados confirma a necessidade da Postura Hermenêutica no processo de avaliação de artigos científicos, já que não há outra “objetividade”, segundo Gadamer, que a da elaboração da opinião prévia para contrastá-la, ou seja, só se pode ter acesso ao conteúdo de uma leitura através de preconceitos (Gadamer, 1994a). Neste sentido, poderíamos deduzir que o processo de avaliação de artigos da RAE é garantidor de mais assertividade pelo fato de poder contar com dois revisores? Não necessariamente, uma vez que podem ocorrer divergências entre eles, o que pode levar o editor científico a aprovar o artigo segundo seu arbítrio ou tradição acadêmica.

Um processo de avaliação por pares teoricamente mais equânime requer, no mínimo, dois revisores externos, para que se aumente o grau de assertividade da palavra final sobre a publicação do artigo. Diante da problematidade, arbitrariedade ou no mínimo a pluralidade de possibilidades interpretativas para o mesmo texto, este aparece como um ponto de referência fixo, diz-nos Gadamer (1994e, p.392). Toda interpretação correta, continua o autor, deve guardar-se da arbitrariedade das ocorrências e da limitação dos hábitos mentais inadvertidos, para se fixar “nas coisas mesmas” (Gadamer, 1994a). Corroborando com a hermenêutica gadameriana alguns fundamentos da Metodologia Existencial (Patrus, 2011), tais como o exercício da dúvida metódica, permitindo tanto a revisão quanto ampliação da produção acadêmica, e a formação de equipes de trabalho como exigência metodológica.

O que poderia parecer uma fragilidade no processo de avaliação de artigos é, na perspectiva gadameriana, sua riqueza. Dito de outro modo, não é necessariamente negativa a falta de convergência entre pareceres; ela pode sugerir uma maior fusão de horizontes entre a originalidade do artigo e a expertise do revisor. Isto nos remete, mais uma vez, para a importância de formação ampla do revisor: tanto no seu autoconhecimento quanto à contribuição no cérebro coletivo (Patrus, 2011).

É possível afirmar que quanto maior o grau de divergência entre os pareceres, maior a margem de responsabilidade e, portanto, de subjetivismos a que está sujeita também os editores, sejam eles editor-chefe, adjunto ou científico. E no caso da RAE, que coloca sobre os ombros do editor científico a tarefa de receber tantas versões do artigo quantas sejam necessárias até que o texto esteja em condições de ser publicado, também. Isto não evita eventuais idiosincrasias por parte de quem dá a palavra final, os editores chefe e adjunto que conhecem a autoria do artigo.

Assim como foi possível classificar os critérios de avaliação das Revistas em categorias e, posteriormente, em Macrocategorias, ou seja, componentes do artigo (critérios analíticos) e elementos transversais (critérios globais), também a análise das categorias utilizadas na avaliação dos artigos pelos revisores nos forneceu um levantamento semelhante, tanto para elementos generalizáveis quanto para elementos específicos, como demonstrados nas duas Tabelas a seguir. Eles revelaram uma predominância de elementos generalizáveis (343 = 82,7%) sobre elementos específicos (72 = 17,3%). Este levantamento é necessário para que comparemos depois com os critérios recomendados pelas Revistas:

| MACROCATEGORIAS | |
|---|---|
| 1. ELEMENTOS GENERALIZÁVEIS (343 = 100%) | |
| COMPONENTES DO ARTIGO (CRITÉRIOS ANALÍTICOS) (224 = 65,3%) | ELEMENTOS TRANSVERSAIS (CRITÉRIOS GLOBAIS) (119 = 34,7%) |
| 1) Método adotado: Critérios metodológicos (89 = 39,7%). | 1) Forma: Qualidade do texto (47 = 39,5%). |
| 2) Fundamentação Teórica (48 = 21,4%): Revisão de literatura (26); Fundamentação teórica (22). | 2) Contribuição para a área (36 = 20,16%): Contribuição para a área (24); Tema (12). |
| 3) Introdução (47 = 20,9%): Problema de pesquisa (15); Introdução (14); Justificativa (10); Objetivos (8). | 3) Estrutura: Estrutura (16); Articulação de ideias (09). |
| 4) Análise de Dados: Análise de dados (9); Resultados (9). | 4) Conteúdo: Critérios conceituais (11). |
| 5) Conclusão: Discussão (11); Conclusões (7). | |
| 6) Resumo: Resumo (4). | |

Tabela 18: Macrocategorias de Avaliação dos Artigos Utilizadas pelos Revisores da RAE (Elementos Generalizáveis)

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Dentre os elementos generalizáveis utilizados pelos revisores da RAE, ou seja, os critérios passíveis de universalização para todo e qualquer artigo, o destaque foi dado para os componentes do artigo (ou critérios analíticos), com mais de 65%. Infere-se que os revisores demonstraram muito alinhamento com as recomendações da Revista, com maior valorização dos Critérios Metodológicos dentre os elementos generalizáveis; e Forma (Qualidade do Texto) dentre os transversais. Isto pode sugerir que há predominância da forma em detrimento da relevância.

A Tabela 19 refere-se aos elementos específicos – comentários e recomendações – de que os revisores lançaram mão nos pareceres analisados:

| MACROCATEGORIAS | |
|---|--|
| 2. ELEMENTOS ESPECÍFICOS (72 = 100%) | |
| COMPONENTES DO ARTIGO (CRITÉRIOS ANALÍTICOS) (57 = 79,2%) | ELEMENTOS TRANSVERSAIS (CRITÉRIOS GLOBAIS) (15 = 20,8%) |
| 1) Método adotado: Critérios metodológicos (23 = 40,3%). | 1) Conteúdo: Critérios conceituais (6 = 40%). |
| 2) Análise de Dados: Análise de dados (07); Resultados (05). | 2) Estrutura: Estrutura (4); Articulação de ideias (1). |
| 3) Fundamentação Teórica: Revisão de literatura (05); Fundamentação teórica (03). | 3) Forma: Qualidade do texto (2). |
| 4) Conclusão: Discussão (06); Conclusões (02). | 4) Contribuição para a área: Tema (2). |
| 5) Introdução: Objetivos (03); Introdução (01); Justificativa (01); Problema de pesquisa (01). | |

Tabela 19: Macrocategorias de Avaliação dos Artigos pelos Revisores da RAE (Elementos Específicos).
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Dentre os elementos específicos utilizados pelos revisores da RAE, ou seja, seus comentários e recomendações específicas (pouco mais de 17%) para os artigos avaliados, o destaque foi dado para os componentes do artigo (ou critérios analíticos), com quase 80%. Destes, os Critérios Metodológicos foram mencionados com frequência maior do que 40%, seguidos dos critérios de Análise de Dados. Já dentre os elementos transversais, os critérios de Conteúdo (critérios conceituais) e Estrutura receberam mais contribuições. O que salta aos olhos é que também aqui os Critérios Metodológicos foram os mais referidos, o que confirma a importância e cuidado que requerem dentre as categorias de avaliação que fazem parte dos componentes do artigo.

Pela nossa experiência acadêmica, compartilhada por outros pares, ousamos dizer que há uma predominância no Brasil dos pesquisadores valorizarem mais o rigor dos trabalhos (critérios analíticos) do que a relevância dos mesmos (originalidade e inovação, nível de ineditismo do argumento, geração de valor ao conhecimento, impacto para a prática administrativa e para a sociedade). Se a nossa leitura estiver correta, poderíamos dizer que os resultados encontrados para a revista *Semestre Económico* sugerem uma orientação diferente em torno da avaliação de artigos e da postura hermenêutica dos editores e revisores.

4.2.2 A Avaliação de artigos científicos por revisores da revista *Semestre Económico*

Foram analisados os pareceres referentes a 15 artigos que percorreram todas as etapas do processo editorial, no 1º. Semestre de 2012, totalizando 15 pareceres também, já que apenas um revisor externo é convidado para avaliar cada artigo. Eis uma síntese:

| ARTIGO | Nº de Pareceres | STATUS |
|------------|-----------------|-----------|
| A13 | 01 | Rejeitado |
| A14 | 01 | Rejeitado |
| A15 | 01 | Rejeitado |
| A16 | 01 | Rejeitado |
| A17 | 01 | Rejeitado |
| A18 | 01 | Rejeitado |
| A19 | 01 | Rejeitado |
| A20 | 01 | Rejeitado |
| A21 | 01 | Aprovado |
| A22 | 01 | Aprovado |
| A23 | 01 | Aprovado |
| A24 | 01 | Aprovado |
| A25 | 01 | Aprovado |
| A26 | 01 | Aprovado |
| A27 | 01 | Aprovado |
| 15 Artigos | 15 Pareceres | - |

Tabela 20: Pareceres Analisados da Revista *Semestre Económico*.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O passo seguinte foi reunir todas as categorias, subcategorias e elementos específicos utilizados na avaliação dos 15 artigos, gerando, com isso, um consolidado dos critérios utilizados pelos revisores na avaliação dos artigos da Revista *Semestre Económico*, no 1º. semestre de 2012. Identificamos 17 categorias e as elencamos em ordem alfabética, juntamente com suas subcategorias. Chegamos, assim, à síntese das categorias generalizáveis utilizadas pelos revisores na avaliação dos artigos, como também dos elementos específicos recomendados (Apêndices J e K).

Assim como foi possível classificar em categorias os critérios de avaliação de artigos recomendados pelas Revistas e, posteriormente, em Macrocategorias, ou seja, componentes do artigo (critérios analíticos) e elementos transversais (critérios globais); também as categorias utilizadas na avaliação dos artigos pelos revisores nos forneceram um levantamento semelhante, tanto para elementos generalizáveis (105 = 70,5%) quanto para elementos específicos (44 = 29,5%). Também aqui as frequências registradas refletem a ênfase da Revista para critérios de avaliação de artigos que favorecem mais ou menos a Postura Hermenêutica por parte do revisor. A Tabela 21 apresenta as Macrocategorias de avaliação de

artigos adotadas pelos revisores da *Semestre Económico*, retiradas dos elementos generalizáveis:

| 1. ELEMENTOS GENERALIZÁVEIS (105 = 100%) | |
|---|--|
| COMPONENTES DO ARTIGO (CRITÉRIOS ANALÍTICOS) (72 = 68,6%) | ELEMENTOS TRANSVERSAIS (CRITÉRIOS GLOBAIS) (33 = 31,4%) |
| 1) Fundamentação Teórica (22 = 30,5%): Fundamentação teórica (11); Revisão de literatura (11). | 1) Forma: Qualidade do texto (14 = 42,4%). |
| 2) Introdução (17 = 23,6%): Introdução (7); Objetivos (4); Problema de pesquisa (6). | 2) Contribuição para a área (10 = 30,3%): Contribuição para a área (8); Tema (2). |
| 3) Conclusão (11 = 15,2%): Conclusões (6); Discussão (5). | 3) Estrutura: Articulação de ideias (1); Estrutura (6). |
| 4) Método adotado: Critérios metodológicos (10 = 13,9%) | 4) Conteúdo: Critérios conceituais (2). |
| 5) Análise de Dados (10 = 13,9%): Análise de dados (1); Resultados (9). | |
| 6) Resumo: Resumo (2). | |

Tabela 21: Macrocategorias de avaliação dos artigos da Revista *Semestre Económico* (Elementos Generalizáveis).

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A contribuição direta dos revisores na avaliação dos artigos através dos pareceres analisados mostrou, para os elementos comuns a todos os artigos, uma prevalência de critérios analíticos sobre os critérios globais. Dentre os componentes do artigo, os critérios de Fundamentação Teórica e Introdução foram os mais utilizados; e dentre os elementos transversais, a Forma (ou Qualidade do Texto) e a Contribuição para a Área. Diferentemente da RAE, os Critérios Metodológicos tiveram aqui referência pouco expressiva.

| 2. ELEMENTOS ESPECÍFICOS (44 = 100%) | |
|---|--|
| COMPONENTES DO ARTIGO (CRITÉRIOS ANALÍTICOS) (34 = 77,3 %) | ELEMENTOS TRANSVERSAIS (CRITÉRIOS GLOBAIS) (10 = 22,7 %) |
| 1) Fundamentação Teórica (10 = 13,9%): Fundamentação teórica (4); Revisão de literatura (9). | 1) Estrutura (8 = 80%): Articulação de ideias (2); Estrutura (6). |
| 2) Método adotado: Critérios metodológicos (13 = 38,2%) | 2) Conteúdo: Critérios conceituais (1). |
| 3) Introdução: Introdução (4); Problema de pesquisa (2). | 3) Contribuição para a área: Contribuição para a área (1). |
| 4) Conclusão: Conclusões (1); Discussão (1). | |

Tabela 22: Macrocategorias de avaliação de artigos da *Semestre Económico* (Elementos Específicos).
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A contribuição dos pareceres dos revisores na avaliação dos artigos mostrou, para os elementos específicos, uma prevalência de critérios analíticos (mais de 75,0%) sobre os critérios globais (menos de 25,0%). Dentre os componentes do artigo, os critérios de Método adotado e Fundamentação Teórica foram os mais utilizados; e dentre os elementos transversais, os critérios de Estrutura se destacaram.

4.3 Comparativo entre critérios de avaliação de artigos das revistas RAE e *Semestre Económico*, e seus Revisores, e sua contribuição para a Postura Hermenêutica

Procedemos agora a um diálogo entre os dados do processo de avaliação de artigos divulgados pelas duas Revistas, e seus revisores, a fim de avaliarmos em que estes interpretam e avaliam o artigo conforme as recomendações de sua revista e para além do que ela pede. Este procedimento corresponde a um dos objetivos específicos desta pesquisa.

4.3.1 Comparação entre critérios de avaliação de artigos da RAE e de seus revisores, e sua contribuição para a Postura Hermenêutica

Vejamos a seguir um comparativo entre as Macrocategorias da Revista – componentes do artigo e elementos transversais – com o desempenho de seus revisores nas mesmas Macrocategorias.

4.3.1.1 Elementos Generalizáveis

A Tabela 23 a seguir apresenta as Macrocategorias de avaliação de artigos retiradas dos elementos generalizáveis, adotadas pela RAE e também por seus revisores, referentes aos componentes do artigo (critérios analíticos). Os percentuais apontados correspondem à frequência (ênfase) com que os critérios de avaliação foram recomendados pela Revista ou utilizados pelos revisores:

| MACROCATEGORIAS DA RAE (Elementos Generalizáveis) | | | |
|--|------|----------------------------|------|
| POLÍTICA EDITORIAL | | REVISORES | |
| COMPONENTES DO ARTIGO (Critérios Analíticos em % de frequência) | | | |
| 1°.) Fundamentação Teórica | 33,3 | 1°.) Método adotado | 39,7 |
| 2°.) Método adotado | 19,0 | 2°.) Fundamentação Teórica | 21,4 |
| 3°.) Conclusão | 19,0 | 3°.) Introdução | 21,0 |
| 4°.) Introdução | 19,0 | 4°.) Análise de Dados | 8,0 |
| 5°.) Análise de dados | 9,5 | 5°.) Conclusão | 8,0 |
| | | 6°.) Resumo | 1,8 |

Tabela 23: Macrocategorias de Avaliação dos Artigos da RAE – Comparativo entre Revista e Revisores (Elementos Generalizáveis e Critérios Analíticos).

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A Tabela 24 apresenta as Macrocategorias de avaliação de artigos retiradas dos elementos transversais, adotadas pela RAE e também por seus revisores, referentes aos critérios globais ou elementos transversais. Os percentuais levantados correspondem à frequência (ênfase) com que os critérios de avaliação foram recomendados pela Revista ou utilizados pelos revisores:

| MACROCATEGORIAS DA RAE (Elementos Generalizáveis) | | | |
|--|------|-------------------------------|------|
| POLÍTICA EDITORIAL | | REVISORES | |
| ELEMENTOS TRANSVERSAIS (Critérios Globais em % de frequência) | | | |
| 1°.) Contribuição para a Área | 50,0 | 1°.) Conteúdo | 40,0 |
| 2°.) Conteúdo | 25,0 | 2°.) Estrutura | 33,3 |
| 3°.) Forma | 12,5 | 3°.) Contribuição para a Área | 13,3 |
| 4°.) Estrutura | 12,5 | 4°.) Forma | 13,3 |

Tabela 24: Macrocategorias de Avaliação dos Artigos da RAE – Comparativo entre Revista e Revisores (Elementos Generalizáveis e Critérios Globais).

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A política editorial da RAE orienta a que se dê atenção, sobretudo, aos critérios de Fundamentação teórica, Método adotado, Conclusão e Introdução, quando se trata de elementos generalizáveis (ou aspectos comuns aos artigos). Já os seus revisores demonstraram muita sintonia com o que ela preconiza, chamando a atenção dos autores dos artigos, prevalentemente, para três conjuntos de critérios: Método adotado, Fundamentação teórica e Introdução.

Com relação aos elementos específicos, quando há mais liberdade de contribuição pessoal do revisor, a política editorial da Revista orienta a que se dê atenção, sobretudo, aos critérios de Contribuição para a área, e Conteúdo (ou Critérios Conceituais). Os revisores, por sua vez, contribuíram mais com os critérios de Conteúdo e Estrutura. Ou seja, enquanto a Revista valoriza mais os critérios de relevância (Contribuição para a área + Conteúdo = 75%), seus revisores valorizam quase que na mesma porcentagem a relevância (Contribuição para a área e Conteúdo = 53,3%) e a forma (Estrutura + Forma = 46,6%).

Também aqui parece não haver total convergência entre as preocupações da Revista e a expertise de seus revisores; ou a adoção de uma tradição comum no que tange à avaliação, segundo a hermenêutica gadameriana. Aqui também não é possível se falar numa clara fusão de horizontes entre a política de avaliação da RAE e a contribuição efetiva dos seus revisores.

4.3.1.2 Elementos Específicos

A Tabela 25 apresenta as Macrocategorias de avaliação de artigos retiradas dos elementos específicos, adotadas pela RAE e também por seus revisores, referentes aos componentes do artigo (critérios analíticos). Os percentuais apontados correspondem à frequência (ênfase) com que os critérios de avaliação foram recomendados pela Revista ou utilizados pelos revisores:

| MACROCATEGORIAS DA RAE (Elementos Específicos) | | |
|---|---------------------------|-------------|
| POLÍTICA EDITORIAL | REVISORES | |
| COMPONENTES DO ARTIGO (Critérios Analíticos em % de frequência) | | |
| 9 Procedimentos para Revisores (não classificáveis): * Valorizar pontos fortes do trabalho; * Contribuir com sugestões, discussões e questionamentos pontuais; * Nível de esforço razoável para tornar o artigo publicável; * Pontos fortes do artigo; * Pontos fracos do artigo; * Sugestões para melhoria do trabalho; * Comentários adicionais para o autor; * Atendimento satisfatório de sugestões demandadas nas diferentes versões do artigo; * Justificativas para o não atendimento das sugestões. | 1°. Método adotado | 40,3 |
| | 2°. Análise de Dados | 21,0 |
| | 3°. Fundamentação Teórica | 14,0 |
| | 4°. Conclusão | 14,0 |
| | 5°. Introdução | 10,5 |

Tabela 25: Macrocategorias de Avaliação dos Artigos da RAE – Comparativo entre Revista e Revisores (Elementos Específicos e Critérios Analíticos).

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A Tabela 26 apresenta as Macrocategorias de avaliação de artigos retiradas dos elementos transversais, adotadas pela RAE e também por seus revisores, referentes aos critérios globais ou elementos transversais. Os percentuais levantados correspondem à frequência (ênfase) com que os critérios de avaliação foram recomendados pela Revista ou utilizados pelos revisores:

| MACROCATEGORIAS DA RAE (Elementos Específicos) | | |
|---|------------------------------|-------------|
| POLÍTICA EDITORIAL | REVISORES | |
| ELEMENTOS TRANSVERSAIS (Critérios Globais em % de frequência) | | |
| 9 Procedimentos para Revisores (não classificáveis): * Valorizar pontos fortes do trabalho; * Contribuir com sugestões, discussões e questionamentos pontuais; * Nível de esforço razoável para tornar o artigo publicável; * Pontos fortes do artigo; * Pontos fracos do artigo; * Sugestões para melhoria do trabalho; * Comentários adicionais para o autor; * Atendimento satisfatório de sugestões demandadas nas diferentes versões do artigo; * Justificativas para o não atendimento das sugestões. | 1°. Forma | 39,5 |
| | 2°. Contribuição para a Área | 36,0 |
| | 3°. Estrutura | 25,0 |
| | 4°. Conteúdo | 9,2 |

Tabela 26: Macrocategorias de Avaliação dos Artigos da RAE – Comparativo entre Revista e Revisores (Elementos Específicos e Critérios Globais).

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A política editorial da RAE, no que diz respeito à contribuição mais livre dos revisores, recomenda apenas procedimentos e não critérios de avaliação para artigos. Os revisores, por sua vez, contribuíram com recomendações e sugestões prevalentes em critérios como Método adotado e Análise de dados, quando se trataram de critérios analíticos; e critérios como Forma (Qualidade do texto) e Contribuição para a área, quando se trataram de elementos transversais. É possível perceber que os revisores valorizaram indistintamente componentes do artigo e elementos transversais. No entanto, critérios como Forma e Estrutura representam 64,5% da ênfase dada pelos revisores à avaliação dos artigos.

Ora, é sobretudo no âmbito das recomendações e sugestões dos revisores que podemos identificar sua contribuição para além do que pede a revista e onde, segundo Gadamer, o leitor-intérprete lança mão de sua tradição acadêmica, fundindo o seu horizonte (expectativas, perguntas, preconceitos...) com o horizonte do texto (que também o interpela). A Postura Hermenêutica é mais oportuna e claramente observável nesse momento, quando se deveria buscar fidelidade – não só ao que o texto é, mas também ao que o texto pode vir a ser – a despeito de inevitáveis preconceitos do seu intérprete-revisor.

Parece-nos que a RAE favorece a Postura Hermenêutica de seus revisores na medida em que lhes recomenda procedimentos para uma contribuição particular ao artigo (elementos específicos) após um exaustivo *check list* de elementos generalizáveis que, de certa forma, possibilitam uma visão em profundidade do conteúdo e da forma do texto, de sua atualidade e do seu potencial. Como a importância maior do processo de avaliação de artigos está na fusão de horizontes entre o texto e o seu leitor-revisor, quanto maior a expertise e maturidade humana deste, segundo os fundamentos da Metodologia Existencial (Patrus, 2011), maior a margem de subjetivismo que interferirá no seu parecer. Ou seja, poderíamos supor que quanto menos expertise e maturidade, mais o revisor se atém a critérios formais, o que pode favorecer mais unanimidade entre revisores. No entanto, embora as diretrizes da Revista favoreçam o desenvolvimento da Postura Hermenêutica do revisor, ampliando a sua autonomia em torno do processo de avaliação, o destaque dado pelos pareceres dos revisores é para critérios formais. Isto pode sugerir uma margem menor de Postura Hermenêutica por parte dos próprios revisores, menos atentos a critérios de relevância.

4.3.2 Comparação entre critérios de avaliação de artigos da Revista *Semestre Económico* e de seus Revisores, e sua contribuição para a Postura Hermenêutica

Procedemos agora a um diálogo entre os dados do processo de avaliação de artigos divulgado pela *Semestre Económico*, através de instrumento de acesso restrito, e seus revisores, a fim de analisarmos o grau de adequação da interpretação e avaliação dos trabalhos às recomendações da mesma Revista. A seguir, um comparativo entre as Macrocategorias da Revista – componentes do artigo e elementos transversais – com o desempenho de seus revisores nas mesmas Macrocategorias de avaliação. Os percentuais levantados correspondem à frequência (ênfase) com que os critérios de avaliação foram recomendados pela Revista ou utilizados pelos revisores. Na Tabela 27 encontram-se as categorias identificadas dentre os elementos generalizáveis e que são componentes do artigo:

| POLÍTICA EDITORIAL | REVISORES | |
|---|----------------------------|------|
| COMPONENTES DO ARTIGO (Critérios Analíticos em % de frequência) | | |
| 1º.) Resumo (1) | 1º.) Fundamentação Teórica | 30,5 |
| | 2º.) Introdução | 23,6 |
| | 3º.) Conclusão | 15,2 |
| | 4º.) Método adotado | 13,8 |
| | 5º.) Análise de Dados | 13,8 |
| | 6º.) Resumo | 2,7 |

Tabela 27: Macrocategorias de Avaliação de Artigos (Elementos Generalizáveis e Critérios Analíticos).
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Enquanto a política editorial da revista *Semestre Económico* prescreve que se considere no processo de avaliação, dentre os elementos generalizáveis, comuns a todos os trabalhos avaliados, o critério de Resumo como único componente do artigo; seus revisores consideram em suas avaliações outros critérios prevalentes, como: Fundamentação Teórica, Introdução, Conclusão, Método adotado e Análise de Dados.

Na Tabela 28 encontram-se as categorias identificadas dentre os elementos generalizáveis e que são elementos transversais do artigo. Os percentuais levantados correspondem à frequência (ênfase) com que os critérios de avaliação foram recomendados pela Revista ou utilizados pelos revisores:

| POLÍTICA EDITORIAL | | REVISORES | |
|---|------|------------------------------|------|
| ELEMENTOS TRANSVERSAIS (Critérios Globais em % de frequência) | | | |
| 1°. Forma | 50,0 | 1°. Forma | 42,4 |
| 2°. Contribuição para a Área | 50,0 | 2°. Contribuição para a área | 30,3 |
| | | 3°. Estrutura | 21,2 |
| | | 4°. Conteúdo | 6,0 |

Tabela 28: Macrocategorias de Avaliação de Artigos (Elementos Generalizáveis e Critérios Globais).
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Enquanto a política editorial da revista *Semestre Económico* prescreve que se considere no processo de avaliação de artigos, dentre os elementos generalizáveis e transversais, os critérios de Forma (ou Qualidade do texto) e Contribuição para a Área em pesos equivalentes; seus revisores demonstram maior preocupação com critérios formais (Forma + Estrutura = 63,3%) do que com critérios de relevância (Contribuição para a área + Conteúdo = 36,3%).

A seguir, as categorias identificadas dentre os elementos específicos e que são componentes do artigo:

| POLÍTICA EDITORIAL | | REVISORES | |
|---|--|---------------------------|------|
| COMPONENTES DO ARTIGO (Critérios Analíticos em % de frequência) | | | |
| ---- | | 1°. Método adotado | 38,2 |
| | | 2°. Fundamentação Teórica | 38,2 |
| | | 3°. Introdução | 17,6 |
| | | 4°. Conclusão | 5,8 |

Tabela 29: Macrocategorias de Avaliação de Artigos (Elementos Específicos e Critérios Analíticos).
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Enquanto a política editorial da revista *Semestre Económico* não prescreve qualquer critério analítico dentre os elementos específicos do processo de avaliação de artigos, seus revisores, por seu turno, contribuem mais com critérios de conteúdo (Fundamentação teórica + Introdução + Conclusão = 61,6%) do que de forma (método adotado = 38,2%).

| POLÍTICA EDITORIAL | REVISORES | |
|--|-------------------------------|------|
| COMPONENTES DO ARTIGO (Critérios Globais em % de frequência) | | |
| ---- | 1°.) Estrutura | 80,0 |
| | 2°.) Contribuição para a Área | 10,0 |
| | 3°.) Conteúdo | 10,0 |

Tabela 30: Macrocategorias de Avaliação de Artigos (Elementos Específicos e Critérios Globais).

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Também aqui a política editorial da revista *Semestre Económico* não prescreve qualquer critério global dentre os elementos específicos do processo de avaliação de artigos. Seus revisores, por sua vez, contribuem com critérios de Estrutura, Contribuição para a Área e Conteúdo, com grande prevalência de critérios formais (Estrutura = 80%).

Deduzimos daí que os critérios de avaliação de artigos que a revista *Semestre Económico* prescreve para os seus revisores, tanto analíticos quanto globais, são insuficientes, não demarcando claramente as suas prerrogativas e deixando o revisor muito “livre” para seus comentários e sugestões, o que, teoricamente, favoreceria a Postura Hermenêutica. Surpreendentemente, apesar da liberdade dada pela Revista (também é o caso da RAE), o resultado da análise dos dados indica que os revisores se subsidiam mais de elementos associados a critérios estruturais e formais do que de elementos representativos da relevância do artigo para o conhecimento da Área. Será isso o resultado de um isomorfismo mimético entre revisores, desenvolvido a partir de normas institucionalizadas por outras revistas e também por um processo de aprendizagem própria?

Isto amplia e reforça, a nosso ver, o poder de decisão do editor, já que só há um único revisor externo para cada artigo, o que o torna solitário na palavra final a ser dada sobre a publicação do trabalho. Até para que a Postura Hermenêutica seja favorecida, neste caso, o veículo deveria deixar claro para o público em geral e para o revisor em especial a autoridade da tradição (defendida por Gadamer) em que a prática da avaliação, que supõe compreensão e interpretação, deve se inserir. Assim, não há como a Revista monitorar e até mesmo avaliar o trabalho de seus revisores se ela não definiu parâmetros para a tarefa que lhes cabe.

É possível antever aqui as consequências de um processo de avaliação de artigos fragilizado por sua política editorial, cujo diálogo com autores e revisores fica comprometido por fatores como escassez de recursos, cumprimento de prazos e disponibilidade de revisores, favorecendo, assim, a centralização de poder nas mãos do Editor e a possibilidade de que

idiosincrasias prevaleçam no julgamento final do artigo. O benefício da dúvida – ausente do processo de avaliação – é um contraponto importante para se garantir transparência e justiça.

4.4 Comparativo entre critérios de avaliação de artigos das revistas RAE e *Semestre Económico*, e sua contribuição para a Postura Hermenêutica

Feitos os levantamentos e análises das Categorias e Macrocategorias de avaliação de artigos de cada uma das Revistas em separado, como também de seus revisores, distinguindo critérios analíticos de critérios globais, procedemos agora a uma comparação e análise entre ambas, à luz do conceito de Postura Hermenêutica.

A RAE antecipa para o público externo a maior parte dos critérios de avaliação que recomenda aos seus revisores, o que pode favorecer maior diálogo com a comunidade científica e público em geral. Isto sugere a adoção de uma política transparente, aberta a críticas e contribuições. Dentre as Macrocategorias adotadas valorizam-se, sobretudo, os critérios analíticos (Fundamentação teórica; Introdução; Conclusão; Método adotado; e Análise de dados); com menor destaque para os critérios globais (Contribuição para a área; Conteúdo; Estrutura; e Forma). Como a revista *Semestre Económico* não fornece informações de caráter público, não há como comparar as Revistas neste âmbito.

Ora, aquele que procura compreender (nosso revisor) está ligado à coisa transmitida (artigo) e mantém ou adquire um nexos com a tradição (acadêmica) da qual fala o artigo. Assim, um texto (o parecer) só se torna “falante” graças às perguntas que o revisor dirige atualmente ao artigo. Entendemos que quanto mais critérios um revisor considere – tanto analíticos quanto globais, recomendados pela revista e/ou levantados por sua *expertise* (do revisor) – maior é a quantidade de “perguntas” que lhe são dirigidas pelo texto e que favorecem o diálogo com ele, numa “fusão de horizontes”, como pretendida por Gadamer (1994a, p.68-69). Isto significa também que podemos chegar a resultados (ou pareceres) distintos, justamente por causa desta interação ou diálogo entre texto e intérprete, ao contrário de um maior formalismo quando falta *expertise* e maturidade (autoconhecimento) por parte do revisor. Neste sentido, o processo de avaliação da RAE favorece bem mais esta interface ou “fusão de horizontes”.

Vejam, então, um comparativo das Macrocategorias de avaliação de artigos das Revistas, de acesso restrito, a partir de elementos generalizáveis e específicos, destacando semelhanças e particularidades entre suas políticas editoriais:

4.4.1 Elementos generalizáveis

A Tabela 31 reúne as macrocategorias de avaliação de artigos das Revistas, de acesso restrito, primeiramente para elementos generalizáveis, a partir do qual fazemos um comparativo entre suas políticas editoriais:

| MACROCATEGORIAS (Elementos Generalizáveis) | RAE (%) | SEMESTRE ECONÓMICO (%) |
|---|--------------------|---------------------------------------|
| Critérios Analíticos | | |
| Resumo | - | 100,0 |
| Introdução | 19,0 | - |
| Fundamentação Teórica | 33,3 | - |
| Método adotado | 19,0 | - |
| Análise de Dados | 9,5 | - |
| Conclusão | 19,0 | - |
| Critérios Globais | | |
| Forma | 12,5 | 50,0 |
| Conteúdo | 25,0 | - |
| Estrutura | 12,5 | - |
| Contribuição para a Área | 50,0 | 50,0 |

Tabela 31: Comparativo de macrocategorias de Avaliação (Elementos Generalizáveis – Revistas).
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Pela Tabela anterior é possível constatar que a RAE fornece mais critérios de avaliação para o revisor, sobretudo analíticos (com destaque para os Metodológicos e de Análise de Dados), do que a revista colombiana. Já a Semestre Econômico concentra a maior parte de suas recomendações nos critérios globais, com predominância para a Qualidade do Texto, ou seja, um critério formal. Com relação aos elementos específicos, enquanto a revista colombiana não apresenta recomendações, a RAE abre espaço para que o revisor contribua com a sua *expertise*. Depreende-se uma preocupação maior da RAE em garantir que o revisor esteja menos sujeito a subjetivismos e radicalização da sua experiência ou, conforme a hermenêutica gadameriana, sua tradição e horizonte.

A esta altura da nossa análise, já é possível entrever algumas questões que esperamos aprofundar ainda nesta seção. A avaliação de artigos científicos contempla dois momentos indissociáveis: a avaliação de como o texto está (sua atualidade) e a avaliação do que o texto pode vir a ser (seu potencial). Os componentes do artigo (critérios analíticos) e os elementos transversais (critérios globais) devem merecer o mesmo peso no processo de avaliação, tanto por parte de editores quanto por parte de revisores? Haveria um *check list* que mais

favoreceria a Postura Hermenêutica por parte do revisor? Consoante com esta Postura, a comunicação científica, embora de caráter público, pretende ser compreensível, sobretudo, para aquele que está familiarizado com a situação da investigação e sua linguagem (tradição acadêmica), de modo que um horizonte de compreensão e interpretação se abra no próprio texto para que o leitor-revisor o preencha de conteúdo. (Gadamer, 1994e)

Após a descrição do processo editorial das duas Revistas, acreditamos ser pertinente perguntar se os dois processos, cada um a seu modo, favorecem a eficácia da avaliação cega, garantindo a transparência e justiça do processo de avaliação. A RAE, por contar com dois revisores externos e com o empenho de um editor científico que “apadrinha” o artigo que receberá sua chancela, tem a garantia de um processo mais criterioso, minimizando o risco de parcialidades? A revista *Semestre Económico*, por sua vez, por lançar mão de apenas um revisor externo, abriria o flanco para o subjetivismo na avaliação do artigo e concentração de poder nas mãos do seu editor?

Em princípio, a reflexão em torno da Metodologia Existencial (Patrus, 2011) corrobora esta possibilidade, uma vez que defende, dentre os seus fundamentos, a necessidade de um cérebro coletivo como exigência metodológica, permitindo às equipes de trabalho (e por isso também aos revisores externos) o benefício da dúvida e a contínua aproximação da realidade (também do texto interpretado). No entanto, há alguns filtros que estão na mão de um só, como os editores chefe, adjunto e científico, da RAE; e do editor da *Semestre Económico*.

É oportuno aqui o questionamento acerca da necessidade dos editores serem incluídos nesse anonimato, já que a palavra final na etapa pela qual cada um é responsável, em ambas as Revistas, é deles, o que não isenta o processo de avaliação de idiosincrasias ou preconceitos determinantes. A pesquisa clássica conduzida por Peters e Ceci (1982), que submeteu a diferentes revistas um artigo já publicado por elas, com pequenas modificações, sem que a maioria delas tenha identificado tratar-se de um plágio, já havia denunciado que a confiabilidade do revisor e de outros atores no processo de avaliação de artigos não é uma garantia. Os autores chegaram a duas possibilidades: 1ª.) Os responsáveis pela avaliação do artigo original eram incompetentes, o que se mostrou menos provável; ou 2ª.) Um viés sistemático havia operado para produzir opiniões discrepantes, como o preconceito com relação a instituições de menor prestígio (Peters & Ceci, 1982).

Para a hermenêutica gadameriana, a interpretação do texto deve ser crítica, colocando os preconceitos do intérprete-leitor (tanto editor quanto revisor) a serviço dessa mesma interpretação e aberta ao surpreendente que o texto possa proporcionar.

4.4.2 Elementos específicos

No tocante aos elementos específicos – comentários e recomendações dos revisores para aspectos particulares do texto – não há como analisar a sua pertinência ou adequação porque teríamos que confrontá-los com os artigos a que se referem, além do que este não é um objetivo nosso. No entanto, é possível reconhecermos a sua frequência e correlação com Macrocategorias e Categorias, a fim de identificarmos tendências.

Num primeiro momento, queremos identificar tendências nos Elementos Específicos presentes nos critérios de avaliação de artigos das duas Revistas:

| MACROCATEGORIAS | RAE (%) | SEMESTRE ECONÓMICO (%) |
|---|----------------|-------------------------------|
| Componentes do Artigo (Critérios Analíticos) | | |
| 1. Análise de dados | 9,7 | ---- |
| 2. Conclusões | 2,7 | 2,2 |
| 3. Critérios metodológicos | 32,0 | 29,5 |
| 4. Discussão | 8,3 | 2,2 |
| 5. Fundamentação teórica | 4,1 | 9,0 |
| 6. Introdução | 1,4 | 9,0 |
| 7. Justificativa | 1,4 | ---- |
| 8. Objetivos | 4,1 | ---- |
| 9. Problema de pesquisa | 1,4 | 4,5 |
| 10. Resultados | 7,0 | ---- |
| 11. Revisão de literatura | 7,0 | 20,4 |
| Elementos Transversais (Critérios Globais) | | |
| 1. Articulação de ideias | 1,4 | 4,5 |
| 2. Contribuição para a área | ---- | 2,2 |
| 3. Critérios conceituais | 8,3 | 2,2 |
| 4. Estrutura | 5,5 | 13,6 |
| 5. Qualidade do texto | 2,7 | ---- |
| 6. Tema | 2,7 | ---- |

Tabela 32: Comparativo de macrocategorias de Avaliação (Elementos Específicos – Revistas)
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A Tabela 32 demonstra uma maior diversidade de critérios propostos pela RAE do que a *Semestre Económico*. São seis categorias (quatro critérios analíticos e dois critérios globais) contra uma (um critério global). Isto nos sugere um processo de avaliação de artigos mais criterioso por parte da RAE, o que, em tese, diminuiria a margem de subjetivismo a que está sujeito o revisor, uma vez que ele se encontra mais “supervisionado” pela Revista. Neste caso, a Postura Hermenêutica, de atenção ao texto do artigo e interpretação a partir de uma fusão de horizontes e tradição acadêmica, pode ser beneficiada por esse suporte epistemológico/metodológico fornecido pela Revista.

Uma convergência constatável diz respeito aos critérios metodológicos, igualmente valorizados por ambas as Revistas, o que demonstra o quanto este componente é central na construção de um artigo e deve merecer atenção particular por parte do revisor.

Num segundo momento, queremos identificar tendências nos Elementos Específicos presentes nos critérios de avaliação de revisores das duas Revistas:

| MACROCATEGORIAS | RAE (%) | SEMESTRE ECONÓMICO (%) |
|---|-------------|------------------------|
| Componentes do Artigo (Critérios Analíticos) | | |
| 1. Análise de dados | 2,6 | 0,9 |
| 2. Conclusões | 2,0 | 5,7 |
| 3. Critérios metodológicos | 25,9 | 9,5 |
| 4. Discussão | 3,2 | 4,7 |
| 5. Fundamentação teórica | 6,4 | 10,4 |
| 6. Introdução | 4,0 | 6,6 |
| 7. Justificativa | 2,9 | ---- |
| 8. Objetivos | 2,3 | 3,8 |
| 9. Problema de pesquisa | 4,3 | 5,7 |
| 10. Resultados | 2,6 | 8,5 |
| 11. Resumo | 1,1 | 1,9 |
| 12. Revisão de literatura | 7,6 | 10,4 |
| Elementos Transversais (Critérios Globais) | | |
| 1. Articulação de ideias | 2,6 | 0,9 |
| 2. Contribuição para a área | 6,9 | 7,6 |
| 3. Critérios conceituais | 3,2 | 1,9 |
| 4. Estrutura | 4,6 | 5,7 |
| 5. Qualidade do texto | 13,7 | 13,3 |
| 6. Tema | 3,5 | 1,9 |

Tabela 33: Comparativo de Macrocategorias de Avaliação (Elementos Específicos / Pareceres).
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Também aqui, quando se trata de recorrer a categorias de avaliação, os revisores da RAE utilizaram um critério analítico a mais do que a *Semestre Económico*, o de Justificativa. É de causar estranheza que este aspecto não tenha sido evidenciado por nenhum dos revisores da revista colombiana nos pareceres que tiveram o seu conteúdo analisado. Não é justamente esta a categoria que traduz ou declara as intenções do artigo? Não é este um requisito importante a que se ter em conta quando da efetivação da Postura Hermenêutica? Entendemos que a fusão de horizontes pode ficar comprometida porque um leque de interpretações possíveis se abre para o revisor, caso não leve em conta o critério da Justificativa do artigo. Lembremos que este critério também não é sugerido pela Revista através do instrumento para o revisor (Tabela 33).

Notamos um equilíbrio entre as duas revistas. Apesar da RAE fornecer critérios claros para uma visão global do artigo e a *Semestre Económico*, menos criteriosa, dar mais autonomia aos seus revisores, percebe-se uma tendência comum entre os critérios adotados pelos revisores das duas Revistas, que valorizam mais critérios formais e estruturais – rigor acadêmico – na elaboração do seu parecer. Ou seja, avaliam-se os artigos para além dos critérios das revistas, que podem ser mais ou menos criteriosas. Também aqui identificamos uma menor ênfase dada a critérios de relevância, o que exigiria maior sensibilidade e expertise ou, segundo Gadamer, fusão de horizontes e autoridade da tradição (para nós, postura hermenêutica), para contribuir com que o artigo dê à luz aquilo que ele tem de possibilidades. Voltamos a destacar a importância de se avaliar o potencial do artigo e não o artigo em ato ou como ele se apresenta apenas. Isto não se confunde com o papel de orientador do autor do artigo ou da revista

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno do *public or perish*, como vimos, tem sido alvo de críticas que o associam direta ou indiretamente à implantação do atual modelo de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* pela Capes. Por sua vez, a publicação acadêmica, uma prioridade no âmbito da avaliação de nossos programas, dá centralidade à avaliação por pares, responsável última pelo aprimoramento e divulgação de nossa pesquisa científica, e pela composição dos critérios de avaliação das áreas quanto ao desempenho do corpo docente. Por detrás da produtividade exigida dos cursos de pós-graduação existe uma massa de pesquisadores que estão solidariamente avaliando os artigos e aprimorando-os, mas também há aqueles que avaliam com pressa e qualidade duvidosa.

A qualidade do diálogo às cegas entre revisores e autores, eventualmente entre editores científicos e autores, é um dos fatores que faz com que a revista seja classificada como A1 ou B5. O fetiche do Qualis, que qualifica as revistas em estratos (ou status), provoca distorções, já que os artigos passam a ser valorizados mais pelo veículo onde são publicados do que pelo sua relevância mesma. Curiosamente, no entanto, a revisão por pares não tem recebido suficiente atenção de pesquisadores da academia brasileira.

Recorremos, então, à hermenêutica gadameriana como referencial teórico para subsidiar a tarefa de avaliação do texto científico. A partir de Gadamer, foi possível identificar uma contribuição substancial para a formação do intérprete-revisor, a qual denominamos de “Postura Hermenêutica”. Tal postura, assim entendida, encerra um olhar atento, uma autocrítica constante para preconceitos, colocando em suspenso expectativas e juízos de valor, a fim de que o texto “fale” por si mesmo.

Respalhada por este olhar teórico, a pesquisa investigou duas revistas da área de Administração, uma nacional e outra internacional, tendo como objetos de análise os formulários de avaliação de artigos utilizados pelas revistas; e os pareceres de revisores para duas amostras de artigos, disponibilizados pelas mesmas revistas. Além de nos utilizarmos da pesquisa documental como técnica de coleta de dados, valemo-nos também do procedimento de Análise de Conteúdo Direta, a qual se ocupa do sentido literal do que está sendo estudado.

Lembremos a questão central que orientou esta investigação: Como se dá a avaliação por pares de artigos científicos na área de Administração no Brasil a partir da contribuição da Hermenêutica de Gadamer? Para tanto, adotamos o pressuposto de que o ocultamento é próprio da ação e da linguagem humanas, e que toda compreensão é condicionada por uma motivação ou preconceito. Daí que avaliar um artigo científico e elaborar um parecer sobre

ele é uma tarefa de desocultamento da tessitura do seu conteúdo, do texto como ele se apresenta, de sua verdade enunciativa.

A Postura Hermenêutica, a ser adotada pelo revisor de artigos, quer identificar e compreender a(s) pergunta(s) a(às) qual(is) o texto quer responder, e diferenciar os preconceitos legítimos dos não legítimos, ou seja, das próprias expectativas e exigências do revisor. Os preconceitos não percebidos é que são a verdadeira origem da alienação porque encerram o revisor no círculo estreito da sua mesmidade, comprometendo a disponibilidade para aceitar o outro, que nos fala a partir do texto. Diante disso, importa que o revisor identifique e “suspenda” seus preconceitos, para que não sejam determinantes na avaliação do artigo.

Ora, como os preconceitos do revisor são, em boa parte, frutos da tradição em que ele está inserido e/ou da tradição em que foi formado, a Postura Hermenêutica propõe um encontro da particularidade subjetivista do intérprete (revisor) com a particularidade objetiva da obra (texto), numa fusão de horizontes. A interpretação do texto para Gadamer decorrerá do “encontro” do eu que lê com o eu que escreve. É por isso que a tarefa da Hermenêutica não consiste em desenvolver um procedimento da compreensão, mas em iluminar as condições sob as quais acontece o compreender. A Postura Hermenêutica é, portanto, mais uma atitude relativa às condições de possibilidade da compreensão e interpretação de um texto, do que de uma metodologia. Ela requer sensibilidade, honestidade intelectual e formação ampla.

Concorreu para a definição de Postura Hermenêutica a opção por uma abordagem que evita tanto o reducionismo funcionalista quanto o interpretativista, porque se propõe a investigar um fenômeno particularmente complexo e paradoxal. A experiência de pesquisar os instrumentos de avaliação das duas Revistas e os pareceres de seus revisores confirmou a Tese de que não há objetividade e nem subjetividade absolutas no processo de avaliação da relevância de artigos científicos, o que se aplica também para a área de Administração: não é possível a objetividade pretendida por aqueles que defendem uma avaliação positivista, visto que as contribuições que o revisor oferece ao texto derivam do repertório da sua formação, aqui entendida no sentido gadameriano de “tradição”; nem tampouco é possível afirmar que a avaliação de artigo é uma tarefa absolutamente subjetiva, fruto das idiosincrasias e preconceitos do revisor. Avaliações absolutamente objetivas se limitam a critérios formais, próprios da fase de *desk review* do processo de avaliação de um artigo. Elas podem ser suficientes para rejeitar um artigo, mas não para avaliar a sua relevância para a área.

Por consequência, a pesquisa contribui também para uma crítica à baixa qualidade de pareceres de artigos científicos, na medida em que, diante das condições de possibilidade da compreensão e interpretação de um texto, reconhecemos o grau de parcialidade (ou de preconceitos prejudiciais) a que todos estamos sujeitos enquanto leitores-intérpretes-revisores. Para tanto, propomos o conceito de Postura Hermenêutica, um conjunto de pressupostos e atitudes que, acreditamos, pode dar mais qualidade e segurança ao processo de avaliação de artigos científicos. Nossa tese confirmou, a partir da concepção hermenêutica de Gadamer e da pesquisa empírica junto às revistas investigadas, que um processo competente de avaliação de artigos científicos exige a fusão de horizontes.

A opção por esta modalidade de avaliação nos permite apontar alguns limites do tradicional processo de revisão por pares (que reforçam a desconfiança e a crítica de autores reunidos em nossa revisão de literatura) e comentar algumas iniciativas de superação desses limites:

1) Os editores das duas revistas têm a última palavra quanto à publicação do artigo, assumindo o papel de *gatekeeper*. Este *status* coloca o problema de que também eles estão sujeitos a preconceitos que, ao invés de serem colocados a serviço da tarefa de avaliação, podem comprometer a transparência e justiça do processo. Mesmo a RAE, que detém um criterioso processo de avaliação de artigos, está sujeita a um viés dessa natureza, uma vez que seus editores, especialistas que têm a palavra final na arbitragem acerca da publicação do artigo, conhecem a autoria dos trabalhos submetidos. Também a revista colombiana padece desta limitação. Em ambas as revistas, o editor científico está sozinho para julgar a qualidade do artigo, sem que o autor do artigo conte com o benefício da dúvida. Recomendamos vivamente que também os editores, corroborando Thiry-Cherques (2005), além dos tradicionais revisores, sejam incluídos na avaliação *blind*, para que se evite o máximo de preconceitos no processo de avaliação do artigo científico. O conhecimento da identidade e da filiação institucional do autor pelo editor pode comprometer a Postura Hermenêutica a ser adotada na avaliação do artigo. Estudos como do de Peters e Ceci (1982) não devem ser esquecidos, uma vez que o prestígio do autor e ou de sua instituição tende a influenciar as condutas do editor. É claro que, para que também os editores sejam incluídos na avaliação *blind*, a revista precisa dispor de uma autonomia tal (infraestrutura, equipe e orçamento) que viabilize e garanta essa cobertura (Diniz 2012c, 2012d).

2) Outra fragilidade na avaliação por pares pode se dar em decorrência da insuficiência e imprecisão de critérios de avaliação do artigo por parte da revista, o que pôde

ser verificado na política da revista colombiana. O formulário de avaliação da Revista, a partir da contribuição dessa tese, deve conter tanto questões objetivas, facilmente identificadas mesmo por quem não é *expert* na área temática do artigo; quanto permitir ao revisor avaliar, a partir do seu conhecimento, a relevância e a contribuição real e potencial do artigo.

3) Também constatamos o comprometimento do rigor fenomenológico e do diálogo entre a revista *Semestre Económico* e autores e revisores, uma vez que ela enfrentava, à época da pesquisa, dificuldades quanto à escassez de recursos, cumprimento de prazos e disponibilidade de revisores, aumentando com isso o poder decisório do editor. De um modo geral, a falta de estrutura de revistas de departamento, aquelas criadas nos programas de pós-graduação, ainda que sejam revistas classificadas no Sistema Qualis, pode comprometer a qualidade da avaliação dos artigos, conforme já alertado por Diniz (2012c, 2012d).

4) A Postura Hermenêutica é fortalecida pelo exercício da intersubjetividade. Por isso, lançar mão de apenas um revisor por artigo pode empobrecê-la, já que não existirá o benefício da dúvida no processo de avaliação. Como o intérprete pode não conseguir distinguir por si mesmo os preconceitos produtivos daqueles que levam a mal entendidos, é recomendável que ele faça parte de um “cérebro coletivo” (Patrus, 2011), uma comunidade de iguais, para minimizar tal parcialidade, privilegiando a decisão colegiada sobre a decisão individual, a intersubjetividade sobre pretensa objetividade ou subjetividade ideais. O consenso, diferentemente da unanimidade, não acontece entre os participantes (ou revisores) a partir de um contexto zero, mas numa constituição de sentido compartilhado.

No tocante aos aportes desta pesquisa para o processo de avaliação de artigos científicos, à luz da hermenêutica gadameriana, destacamos:

1) Foi possível reconhecer na pesquisa junto às Revistas também que quanto mais claros e abrangentes os critérios de avaliação recomendados, como é o caso da RAE, onde verificamos convergência entre as preocupações da Revista e a *expertise*/tradição de seus revisores, maiores as possibilidades de que a tarefa de avaliação de artigos seja bem sucedida, uma vez que essa política pode favorecer a Postura Hermenêutica. Isso representa uma contribuição desta Tese ao processo de revisão por pares, pois ela reconhece o valor dos instrumentos de avaliação de uma revista para servir de guia ao revisor.

2) A identificação da relevância do artigo depende da tradição (acadêmica) do revisor, que favorece a necessária fusão de horizontes e que promoverá o aperfeiçoamento do artigo, como convém ao processo de avaliação por pares. A tradição acadêmica do revisor é fruto da sua formação, em sentido amplo. Essa formação exige não apenas o conhecimento que vimos

chamando de *expertise*, como também uma Postura Hermenêutica, conceito que essa tese apresenta como uma de suas contribuições. Aqui já começa a se esboçar uma noção fundamental para os objetivos de nossa pesquisa: a tarefa do revisor enquanto leitor-intérprete do texto científico requererá não só uma técnica, mas antes de tudo um tato, uma sensibilidade, uma postura de identificação com essa tarefa. A identificação da relevância do artigo depende da Postura Hermenêutica, que prevenirá a avaliação de subjetivismos e preconceitos nocivos.

3) É, sobretudo, no âmbito das recomendações e sugestões dos revisores que podemos identificar sua contribuição para além dos aspectos formais que pedem as revistas acadêmicas e onde, segundo Gadamer, o leitor-intérprete lança mão de sua tradição acadêmica, fundindo o seu horizonte (expectativas, perguntas, preconceitos) com o horizonte do texto (que também o interpela). Aqui, o conceito de fusão de horizontes, de Gadamer, se faz presente de forma original na leitura do processo de revisão por pares. Tal conceito permite buscar fidelidade – não só ao que o texto é, mas também ao que o texto pode vir a ser – a despeito de inevitáveis preconceitos do seu intérprete-revisor. Trata-se, portanto, de um olhar crítico para com o texto e de uma autocrítica para com os próprios preconceitos, de modo a colocá-los a serviço da tarefa de avaliação de artigos. . O desenvolvimento e cultivo dessa Postura (ela também uma competência) pressupõem formação continuada e trabalho em equipe numa rede de solidariedade acadêmica, por exemplo, através da discussão entre revisores sobre seus pareceres para um mesmo artigo.

4) É fundamental evitar o uso tanto de um procedimento metodológico meramente técnico (e, portanto, os critérios de avaliação de uma revista acadêmica não são suficientes), quanto de fazê-lo a partir somente do mundo da vida do leitor-revisor, já que toda compreensão e interpretação estão sujeitas a uma motivação ou pré-conceitos por parte do mesmo revisor. A adequada avaliação da relevância de artigos científicos na área de Administração exige uma unidade dialética entre a objetividade do texto e a subjetividade do intérprete-revisor Avaliar artigos científicos deveria ser, portanto, uma tarefa hermenêutica e exige uma postura análoga.

5) O treinamento de revisores garante apenas a avaliação formal do artigo. A avaliação de sua relevância e contribuição para a Área exige formação do revisor, pois demandará dele uma *expertise* e tradição acadêmica. Todo o cuidado formal da revista é suficiente para refutar artigos mal escritos, mas é insuficiente para avaliar artigos relevantes para a área. Dentre os elementos que devem compor esta formação realçamos: autoconhecimento quanto ao próprio

perfil pessoal e acadêmico; saber colocar em suspenso as próprias expectativas; rigor acadêmico na identificação do(s) tema(s) de maior domínio; competência para avaliar a estrutura de um artigo científico; “escuta” do texto avaliado; e colegialidade no trabalho em equipe.

6) A partir da categoria de autoridade da tradição do leitor-intérprete não há possibilidade de total convergência entre revisores de um mesmo artigo, pois seus preconceitos são diferentes e a fusão de horizontes tende a ser também distinta. Isto foi ilustrado quando da verificação da convergência das categorias de avaliação utilizadas pelos revisores da RAE. O simples consenso entre revisores acerca de um artigo não deve ser critério absoluto da relevância ou não de um artigo. Pareceres divergentes podem ser complementares, o que reforça o papel do revisor, desde que ele tenha a *expertise* exigida pela avaliação do artigo. Vale dizer que a organização da RAE, que designa um editor científico conhecedor da área do artigo, é uma boa prática editorial, pois ele pode fazer a síntese dos pareceres e mediar o diálogo entre os revisores e o autor.

Daí, deduzimos que a convergência entre pareceres de revisores de um mesmo artigo só é possível em relação a dimensões objetivas ou formais do texto, não sendo possível em relação a dimensões transcendentais, uma vez que a busca de uniformidade compromete a fusão de horizontes e pressupõe uma visão positivista da avaliação. Quanto menos *expertise* e maturidade, mais o revisor se atém a critérios formais, o que pode favorecer mais unanimidade entre revisores. O que poderia parecer uma fragilidade no processo de avaliação de artigos – a falta de consenso - é, na perspectiva gadameriana, sua riqueza. Isto nos remete, mais uma vez, para a importância de formação ampla do revisor tanto no seu autoconhecimento quanto à contribuição em um cérebro coletivo. A preocupação, portanto, não deve ser em se garantir unanimidade, mas considerar o maior número possível de contribuições/olhares, suas convergências e divergências, em diálogo para o aperfeiçoamento do artigo.

O conceito de Postura Hermenêutica se relaciona com esses limites e aportes na medida em que fornece parâmetros para que repensemos a competência e a qualidade do processo de avaliação de artigos científicos pelo revisor. A identificação de aspectos obscuros desse processo, confrontados com o Manual de Boas Práticas da Publicação Científica, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), no entanto, pode fornecer subsídios para a formação do revisor de artigos, tópico recém-integrado ao tema Formação do Professor e Pesquisador, da área de Ensino e Pesquisa, da mesma

Entidade. Contraditoriamente, no entanto, por ocasião dos Encontros anuais da ANPAD (ENANPAD), há um prêmio para o melhor trabalho de cada Divisão Acadêmica, totalizando, atualmente, 11 (onze) prêmios divisionais, para o qual o que conta, dentre outros critérios²³, é o grau de concordância dos revisores em relação ao mesmo. Quando há discrepância entre revisores de um artigo, isso conta negativamente para a divisão ser premiada.

Em se tratando de agenda positiva, sugerimos a criação de um banco de revisores em âmbito de Anpad; e premiação dos melhores revisores por revista, através de critérios como cumprimento de prazos e Postura Hermenêutica; introdução de um “laboratório” de avaliação de artigos durante o doutoramento, como o que está em curso no PPGA da Universidade Federal da Paraíba; e as defesas de dissertação e tese como momentos privilegiados para a realização da Postura Hermenêutica.

A investigação em torno da hermenêutica da atividade avaliativa, realizada por pares no ambiente acadêmico, é um campo fecundo para novos estudos e pesquisas, tendo como ponto de partida questionamentos como:

- Quem são os mais importantes *gatekeepers* no processo de avaliação de artigos científicos, na área de Administração no Brasil?
- Os revisores de revistas de Administração no Brasil se utilizam ou se aproximam da Postura Hermenêutica? Em caso positivo, como o fazem? Em caso negativo, o que impede ou dificulta a adoção desta Postura? É possível identificar Posturas Hermenêuticas diferentes entre avaliações de artigos de revistas de extratos diferentes, por exemplo, entre pareceres para artigos de uma revista A2 e outra B3?
- Como se avalia, a partir de uma concepção formativa, a tarefa do leitor-intérprete-revisor de artigos científicos?
- Como o revisor de artigos científicos adquire a competência de avaliar o conteúdo e a forma de um artigo com fidelidade ao texto? Que outras categorias gadamerianas ou da ciência hermenêutica podem ajudá-lo nesta tarefa?
- Como a solidariedade acadêmica pode contribuir para o desenvolvimento de uma Postura Hermenêutica, e como esta pode contribuir para o aprimoramento daquela?
- Qual a *expertise* de editores de revistas na área de Administração, quais os pressupostos epistemológicos do modelo de avaliação de artigos adotados e da gestão desse processo, e

23 Outros aspectos previstos pela avaliação de artigos nas Divisões incluem: (a) Utilidade dos comentários; (b) Tom construtivo do revisor; (c) Cumprimento de prazos; e (d) Distribuição equitativa de artigos para revisores da Divisão .

como é compartilhado o conhecimento tácito com seus pares, também à luz da hermenêutica gadameriana e do conceito de Postura Hermenêutica?

- Como a Postura Hermenêutica pode contribuir com o processo de avaliação de dissertações e teses?

- Considerando que a avaliação de programas de pós-graduação corre o risco de se tornar, predominantemente, uma tarefa de interpretação de texto (relatórios e documentos) e não do Programa no que ele tem de potencial e relevância não mensurável, a avaliação de programas de pós-graduação é também uma tarefa hermenêutica?

- Quais são as dimensões esquecidas no processo de a avaliação da pós-graduação em Administração, no Brasil? Em outras palavras, o que os pontos da Capes não podem ou não deveriam “comprar”?

Esperamos ter contribuído assim para colocar o tema em questão na pauta dos pesquisadores, promovendo a reflexão sobre o fazer cotidiano da academia.

REFERÊNCIAS

- Aktouf, O. (1990). *Méthodologie des sciences sociales et approche qualitative des organizations: une introduction à la démarche classique et une critique*. Presses de l'Université du Québec et HEC Presses.
- Alcadipani, R. (2011). Academia e a fábrica de sardinhas. *Organizações & Sociedade*, Salvador, 18(57), 345-348.
- Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (2010). *Boas práticas da publicação científica: um manual para autores, revisores, editores e integrantes de corpos editoriais*. Recuperado de http://www.anpad.org.br/diversos/boas_praticas.pdf.
- Bardin, L. (2003). *Análise de conteúdo*. Edições 70, Lisboa, Portugal.
- Barros, K. S. M. de (2011). Réplique 1 – O que é um ensaio? *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 333-337. Recuperado de <http://www.anpad.org.br/rac>.
- Bauer, M. W. (2002). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In Bauer, M. W. & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp.189-217). Petrópolis: Vozes.
- Bauer, M. W., Gaskell, G., & Allum, N. C. (2002). Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In Bauer, M. W. & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp.17-34). Petrópolis: Vozes.
- Bertero, C. O. (2003). Comentando. *Organizações & Sociedade*. 10(26), 189-190.
- Bertero, C. O. (Ed.) (2007). *Revista de Administração de Empresas-eletrônica*, 6(1).
- Bertero, C. O. (Org.) (2013). Os desafios da produção de conhecimento em Administração no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(1), 181-196.

- Bertero, C. O., Caldas, M. P., & Wood Jr., T. (1999). Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea*, 3(1), 147-178.
- Bianchetti, L., & Sguissardi, V. (2009). *Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação* (1ª ed.). São Paulo: Autores Associados.
- Biagioli, M. (2002). From book censorship to academic peer review. *Emergences: Journal for the Study of Media & Composite Cultures*, 12(1), 11-45.
- Bonfim, V. S. (2010). Gadamer e a experiência hermenêutica. *Revista CEJ*, ano XIV, n.49, p.76-82.
- Brasil, M. A. S. (2008). *A trilogia: ciência – Da psicoterapia analítico-fenomenológico-existencial: os fundamentos* (Vol.1). Belo Horizonte: Fundação Souza Brasil.
- Bressolin, K. (2008). Gadamer e a reabilitação dos preconceitos. *Intuitio*, 1(junho), 63-81.
- Brito, E. P. Z. (Ed.) (2009). *Revista Angrad*, 10 (2).
- Burrell, G., & Morgan, G. (2005). *Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of corporate life*. Burlington: Ashgate Publishing.
- Calado Dias, S., Patrus, R., & Magalhães, Y. T. (2011). Quem ensina um professor a ser orientador? Proposta de um modelo de orientação de monografias, dissertações e teses. *Administração: ensino e pesquisa*, 12(4), 697-721.
- Caldas, M. (2005). Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. *Revista de Administração de Empresas*, 45(1), 53-57.
- Carvalho, C. A., & Vieira, M. M. F. (2003). Algo está podre no Reino da Dinamarca. *Organizações & Sociedade*, 10(26), 185-187.

- Ristow, B. (2013). *The new gatekeepers: controlling information in the internet age*. Washington, DC: Center for International Media Assistance.
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2011). *Diretrizes éticas para pesquisa científica*. Recuperado de: <http://www.cnpq.br/web/guest/diretrizes>.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2011). *Avaliação da pós-graduação*. Recuperado de <http://www.CAPES.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2013). *Avaliação trienal 2013*. Recuperado de http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Administra%C3%A7%C3%A3o_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2014). *Mestrados / doutorados reconhecidos*. Recuperado de <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarArea&identificador=27>.
- Committee on Publication Ethics (2011). *Code of conduct and best practice guidelines for journal editors*. Disponível em www.publicationethics.org.
- Costa, S. M. de S., & Guimarães, L. V. de S. (2010). Qualidade de periódicos científicos eletrônicos brasileiros que utilizam o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). *Informação & Informação*, 15, 76-93.
- Cruz, M. L. I. G. da (2009). *A avaliação na educação superior: a contribuição da CAPES para o aprimoramento dos programas de pós-graduação stricto sensu de Administração*. (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Cunha, L. A. C. R. (1974). A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. *Revista de Administração de Empresas*, 14(5), 6-70.

- Cury, C. R. J. (2005). Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. *Revista Brasileira de Educação*, 30. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a02n30.pdf>.
- Cury, C. R. J. (2010). O debate sobre a pesquisa e a avaliação da pós-graduação em educação. *Revista Brasileira de Educação*, 15(43), 163-165.
- Dias Sobrinho, J. (1998). Avaliação institucional da Educação Superior: fontes externas e fontes internas. *Universidade e Sociedade*, 8(17), 57-61.
- Diniz, E. (2012a). Avaliadores ad hoc. *Revista de Administração de Empresas*, 52(1), 134.
- Diniz, E. (Ed.) (2012b). *Revista de Administração de Empresas*, 52(4).
- Diniz, E. (Ed.) (2012c). *Revista de Administração de Empresas*, 52(5).
- Diniz, E. (Ed.) (2012d). *Revista de Administração de Empresas*, 52(6).
- Diniz, E. (Ed.) (2013). *Revista de Administração de Empresas*, 53(2).
- Dischinger, B. (2003). Apresentação. In: Grondin, J. (2003). Introdução à hermenêutica filosófica. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, p.9-18.
- Escobar, H. (2013). Cientistas pedem menos quantidade e mais qualidade nas avaliações. <http://blogs.estadao.com.br/herton-escobar/cientistas-pedem-menos-quantidade-e-mais-qualidade-nas-avaliacoes/>
- Federação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. (2011, março). Pesquisadores no Brasil publicam 56% dos artigos científicos originados na América Latina. 3. Recuperado de <http://www.fapesp.br/indicadores/boletim3.pdf>.
- Federação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. (2012). Código de boas práticas científicas. Recuperado de

http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESPCodigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_jun2012.pdf.

Fitzpatrick, K. (2011). *Planned Obsolescence: publishing, technology, and the future of the academy*. NYU Press Short: Kindle Edition.

Folha de São Paulo. (1996). *Enciclopédia da Folha*. São Paulo, Empresa Folha da Manhã, vol. II, p.849.

Folha de São Paulo. (2008, Janeiro). Avaliação valoriza livros e solidariedade (Entrevista com Renato Janine Ribeiro). Folha de São Paulo, 27. Recuperado de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u366673.shtml>.

Fonseca, C. (2001). Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo. *Horizontes Antropológicos*, 7(16), 261-275.

Freitas, M. H. A. (1998). Avaliação da produção científica: considerações sobre alguns critérios. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2(3), 211-228.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (2012). Código de boas práticas científicas. Disponível em: www.fapesp.br/boaspraticas.

Gablot, G. (1984). Qu'est-ce qu'un périodique scientifique? *Bulletin des Bibliothèques de France*, 29(5), 384-387.

Gadamer, H-G. (1957). ¿Que és la verdad? In: Nicolás, J. A., Frápolli, M. J. (editores). *Teorías de la verdad em el siglo XX*. Editorial Tecnos. Madrid, 431-444.

Gadamer, H-G. (1994a). Sobre el círculo de la comprensión (1959). *Verdad y método II* (segunda edición). Salamanca: Ediciones Sigueme, 63-70.

Gadamer, H-G (1994b). Hermenéutica (1969). *Verdad y método II* (segunda edición). Salamanca: Ediciones Sigueme, 363-373.

- Gadamer, H-G (1994c). *Hermenéutica clásica y hermenêutica filosófica* (1977). *Verdad y método II* (segunda edición). Salamanca: Ediciones Sigueme, 95-118.
- Gadamer, H-G (1994d). *La hermenêutica como tarea teórica y práctica* (1978). *Verdad y método II* (segunda edición). Salamanca: Ediciones Sigueme, 293-308.
- Gadamer, H-G (1994e). *Texto e interpretación* (1984). *Verdad y método II* (segunda edición). Salamanca: Ediciones Sigueme, 319-347.
- Gadamer, H-G (1996). *La historicidad de la comprensión como principio hermenêutico*. *Verdad y método I* (sexta edición). Salamanca: Ediciones Sigueme, 331-377.
- Galache, G. (Dir.) (1995). *A Bíblia. Tradução Ecumênica*. São Paulo: Edições Loyola, 1226.
- Galleti, S. R., Fernandes, M. J. B., Guarnieri, L. da S., Bacilieri, S., Vitiello, N., & Batista Filho, A. (2012, novembro). *Avaliando os avaliadores (ad hoc): relato da experiência do periódico Arquivos do Instituto Biológico*. Resumo apresentado no Workshop de Editoração Científica, promovido pela Associação Brasileira de Editores Científicos, Florianópolis, Santa Catarina, SC, Brasil, 7.
- Gamboa, S. S. (2000). *Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica*. In J. C. Santos Filho & S. S. Gamboa (org.). *Pesquisa educacional: quantidade-qualidade* (3ª. ed.) (pp. 84-110). S. Paulo: Cortez.
- Gatti, B., André, M., Favero, O., & Candau, V. M. F. (2003). *O modelo de avaliação da Capes*. *Revista Brasileira de Educação*, (22), 137-144.
- Gil, A. C. (1991). *Como elaborar projetos de pesquisa* (3ª. ed.). São Paulo: Atlas.
- Godoy, A. S. (1995). *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63.
- Gondim, S. (2004). *A face oculta do parecerista: discussões éticas sobre o processo de avaliação de mérito de trabalhos científicos*. *Organizações & Sociedade*, 11 (31), 195-199.

- Gondim, S. (2005). Conversando com meus interlocutores de 'A face oculta do parecerista: discussões éticas sobre o processo de avaliação de mérito de trabalhos científicos'. *Organizações & Sociedade*, 12(33), 173-178.
- Gosselain, O. P. (2011). Slow Science, la désexcellence. *Uzance*, 1, 129-140. Recuperado de http://www.cds-auwb.be/www.cds-auwb.be/uploads/file_/Slow%20Science.pdf.
- Grondin, J. (2003). *Introdução à hermenêutica filosófica*. São Leopoldo: Ed. Unisinos.
- Guedes, R. D. (2010, setembro). O surgimento dos repositórios institucionais e uma breve análise dos instrumentos legais. Anais do Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, Florianópolis, SC, Brasil, 4. Recuperado de http://www.direitoautoral.ufsc.br/gedai/wp-content/uploads/2010/11/art14_o-surgimento-dos-reposit%C3%B3rios-institucionais-e-uma-breve-an%C3%A1lise-dos-instrumentos-legais.pdf.
- Hames, I. (2012, novembro). *The current state of peer review: criticisms, challenges and innovations*. Conferência apresentada no Workshop de Editoração Científica, no Encontro da Associação Brasileira de Editores Científicos, Florianópolis, SC, Brasil, 7.
- Hébert, P. C. (Ed.) (2007). Examen par les pairs ou lobby politique? Le choix est clair. *Canadian Medical Association Journal*, 176(10), 1391.
- Herrero, F. J. (2009). Hermenêutica transcendental. *Síntese*, 36(115), 173-196.
- Honig, B & Bedi, A (2012). The fox in the hen house: a critical examination of plagiarism among members of the Academy of Management. *Academy of Management Learning & Education*, 11(1), 101-123.
- Hughes, J. (1983). *A filosofia da pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. (2013). *Sobre o IBICT*. Recuperado de <http://www.ibict.br/sobre-o-ibict/apresentacao>.

- International Committee of Medical Journal Editors. (2013). *Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals*. Recuperado de <http://www.icmje.org>.
- Jaramillo, I. D. T., Hincapié, J. M. M., & Patrus, R. (2013). Aproximación conceptual para la construcción de un modelo de orientación de la actividad científica y tecnológica em países de América Latina, como parte de uma estratégia que contribuya al desarrollo econômico de los países (documento de trabajo). *IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*. Brasília, DF, 3-5 novembro.
- Kirschbaum, C., & Mascarenhas, A. O. (2009). Nos limites da autonomia: reflexões sobre práticas de *blind review* e editoria de revistas científicas em administração no Brasil. *Revista de Administração de Empresas-eletrônica*, 8(1).
- Krüger, H. (2005). Avaliação de Trabalhos Científicos. *Organizações & Sociedade*, 12(33). 179-182.
- Kuenzer, A. Z., & Morais, M.C.M.. (2005). Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educação e Sociedade*, 26(93), 1341-1362.
- Larochelle, M. & Désautels, J. (2006). Le pouvoir des pairs dans la recherche scientifique. *Revue africaine de didactique des sciences et des mathématiques*, 1. Recuperado de <http://www.radisma.info/document.php?id=48>.
- Leite, N. R. P., Kniess, C. T., Rodrigues, A. C. A. & Maccari, E. A. (2011, novembro). *A ética na produção, orientação, submissão, avaliação e publicação científica: quem assume a responsabilidade?* Artigo apresentado no Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, João Pessoa, PB, Brasil, 3.
- Maccari, E. A. (2008). *Contribuições à gestão dos programas de pós-graduação stricto sensu em administração no Brasil com base nos sistemas de avaliação norte americano e brasileiro* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

- Macedo, E., & Souza, C. P de. (2010). A pesquisa em educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 15(43), 166-176.
- Machado, A. M. N. (2007). Políticas que impedem o que exigem: dimensões controvertidas na avaliação da pós-graduação brasileira. *Universidade e Sociedade*, (39), 137-149.
- Machado, A & Bianchetti, L. (2011). (Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. *Revista de Administração de Empresas*, 5(3), 244-254.
- Mattos, P. (2008). Nós e os índices – a propósito da pressão institucional por publicação. *Revista de Administração de Empresas*, 48(2), 144-149.
- Mattos, P. (2012). Pés de barro do texto “produtivista” na academia. *Revista de Administração de Empresas*, 52(5), 566-573.
- Mattos, P. L. C. L. de (2005). Sobre a ética do pesquisador: uma dimensão pouco explorada. *Gestão.Org*, 3(3), 274-280.
- Mattos, P. L. C. L. de (2011). “Os resultados desta pesquisa (qualitativa) não podem ser generalizados”: pondo os pingos nos is de tal ressalva. *Cadernos Ebape.br*, 9(1), 450-468.
- Meneghetti, F. K. (2011). O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 320-332.
- Merton, R. K. (1968). The Matthew Effect in science. *Science*, 159(3810), 56-63.
- Minami, T. (2012, agosto). Revistas acadêmicas de alto impacto revelam segredos do crescimento. *USP Online*. Recuperado de http://cvirtual-ccs.bvsalud.org/tiki-read_article.php?articleId=567.
- Minayo, M. C. de S. (2000). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 269 p.

- Mioto, R. & Lopes, R. J. (2011, março). Químico da Unicamp é acusado de fraudar 11 estudos científicos. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/896418-quimico-da-unicamp-e-acusado-de-fraudar-11-estudos-cientificos.shtml>.
- Monteagudo, C. (2010). Mundo de la vida, language y ciencias humanas en la hermenéutica de Gadamer. *Anuario Colombiano de Fenomenología*, Vol. IV, 149-166.
- Moraes, A. M. (2014). Revistas científicas ou túmulos do saber? <http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/revistas-cientificas-ou-tumulos-do-saber-1588.html>
- Moreira, C.O.F, Hortale, V.A., Hartz, Z.A. (2004). Avaliação da pós-graduação: buscando consenso. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 1(1), 26-40.
- Moreno, F. (2006, outubro). *Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER): apresentação geral*. Treinamento do SEER Centro-Oeste, promovido pelo IBICT, Brasília, DF, Brasil.
- Mulligan, A., Hall, L., & Raphael, E. (2013). Peer review in a changing world: an international study measuring the attitudes of researchers. *Journal of the American society for information science and technology*, 64(1), 132-161.
- Nascimento, L. F. (2010). Modelo Capes de avaliação: quais as conseqüências para o triênio 2010-2012? *Administração: Ensino e Pesquisa*, 4(11), 579-600.
- Nosella, P. (2010). A pesquisa em educação: um balanço da produção dos programas de pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, 15(43), 177-183.
- Omote, S. (2005). Revisão por pares na Revista Brasileira de Educação Especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 11(3), 323-334.

- Pagani, F. (2002). *L'examen par les pairs: un instrument de cooperation et de changement: analyse d'une méthode de travail de l'OCDE*. Recuperado de: paris21.org/sites/default/files/139.pdf.
- Patrus, R. (2011). Uma exegese de alguns métodos do pensamento filosófico e científico: propondo uma metodologia existencial. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 12(2), 191-218.
- Patrus, R., Dantas, D. & Shigaki, H. (2013). Produtivismo e solidariedade acadêmica: dois lados da mesma moeda? *Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*, Brasília, 16 p.
- Patrus, R., & Lima, M. C. (2014). A formação de professores e de pesquisadores em Administração: contradições e alternativas. *Economia & Gestão*, 14(34), 4-29.
- Pavão, Y. M. P., Godoi, C. K. & Sehnem, S. (2011). A postura hermenêutica nos estudos organizacionais brasileiros. *Revista de Administração FACES journal*, II(4), 109-129.
- Pena, R. P. M. (2005). Comentando: 'A face oculta do parecerista: discussões éticas sobre o processo de avaliação de mérito de trabalhos científicos'. *Organizações & Sociedade*, 12(33), 169-172.
- Pérez-Abril, M. (2010). Explicitar las posturas, los enfoques y las palabras, elementos para pensar la escritura de um artículo, desde la voz de evaluadores expertos. *Magis, Revista Internacional de Investigación em Educación*, 3(5), 21-52.
- Pessanha, C. (2001). Criterios editoriales para la evaluación científica: notas para la discusión. *Acimed*, 9(4), 131-134.
- Pessanha, C. (1998). Critérios editoriais de avaliação científica: notas para discussão. *Ciência da Informação*, 27(2), 226-229.
- Pinho, J. A. G. (2003). Uma investigação na avaliação de artigos submetidos à revista Organizações & Sociedade. *Organizações & Sociedade*, 10(28), 79-82.

- Pinho, J. A. G. (2005). Brevíssimo manual do editor: considerações sobre submissão e avaliação de artigos, o papel dos pareceristas e do editor de revistas científicas. *Organizações & Sociedade*, 12(34), 169-173.
- Pinto, A. C., & Andrade, J. B. de (1999). Fator de impacto de revistas científicas: qual o significado deste parâmetro? *Química Nova*, 22(3), 448-453.
- Peters, D. P., & Ceci, S. J. (1982). Peer-review practices of psychological journals: the fate of published articles, submitted again. *Behavioral and Brain Sciences*, 5, 187-195.
- Petroianu, A. (2009). Critérios para autoria e avaliação de uma publicação científica. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 37(1), 1-5.
- Ricoeur, P. (1989). *Do texto à acção: ensaios de Hermenêutica II*. Porto, Portugal: Éditions du Soleil.
- Righetti, S. (2012, maio). Universidade Harvard reclama do preço de revistas científicas. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/1083979-universidade-harvard-reclama-do-preco-de-revistas-cientificas.shtml>.
- Rodrigues, S. B. (2001). De fábricas a lojas de conhecimento: as universidades e a desconstrução do conhecimento sem cliente. In M. T. Fleury & J. R. de Oliveira (Orgs.), *Gestão estratégica do conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências* (86-117). São Paulo: Atlas.
- Rodrigues, S. B. (2004). Comentando: 'Quem responde pelo desempenho limitado da produção científica em Administração no Brasil?' *Organizações & Sociedade*, 11(29), 193-196.
- Rodrigues, L. O. C. (2007). Publicar mais ou melhor? O tamanduá olímpico. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 29(1), 35-48.
- Roesch, S. M. A. (2003). Quem responde pelo desempenho limitado da produção científica em Administração no Brasil? *Organizações & Sociedade*, 10(28), 165-167.

- Rosa, A. (2008). “Nós e os índices” – um outro olhar sobre a pressão institucional por publicação. *Revista de Administração de Empresas*, 48(4), 108-114.
- Sandes-Guimarães, L. V.de. (2013). Gestão de periódicos científicos: um estudo com revistas da área de Administração. (Dissertação de Mestrado não publicada). S. Paulo, FGV.
- Sguissardi, V. (2010). Produtivismo acadêmico. In: Oliveira, D. A.; Duarte, A.; Vieira, L.. (Orgs.). *Dicionário de Trabalho, Profissão e Condição Docente*. (p. 22). Belo Horizonte, MG: Faculdade de Educação/UFMG.
- Shigaki, H. B., & Patrus, R. (2012). O papel da produção intelectual no sistema de avaliação dos programas de administração pela Capes. *Teoria e Prática em Administração*, 2(2), 126-150.
- Shigaki, H. B. (2014). Revisão por pares em um contexto de produtivismo acadêmico sob a ótica dos avaliadores de artigos de periódicos científicos na área de Administração. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Administração. Pontifícia universidade Católica de Minas Gerais. 123 p.
- Silva, L. P. F. (1992). Da “fusão de horizontes” ao “conflito de interpretações”: a Hermenêutica entre H.-G. Gadamer e P. Ricoeur. *Revista Filosófica de Coimbra*, 1, 127-153.
- Silveira, R. Z. da. (2013). – Mãe!? O mundo vai acabar...? Reflexões sobre desdobramentos e implicações dos paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan para os estudos organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(4), 652-670.
- Simões, R. H. S. (2004). Da avaliação da educação a educação da avaliação: o lugar do(a) educador(a) no processo da avaliação da pós-graduação no Brasil. [Edição Especial]. *Psicologia & Sociedade*, 16(1), 124-134.
- Smith, R. (2006). Peer review: a flawed process at the heart of science and journals. *Journal of the Royal Society of Medicine*, 99, 178-182.

- Spinak, E. (1996). Los análisis cuantitativos de la literatura científica y su validez para juzgar la producción latino-americana. *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana*, 120(2), 139-147.
- Spink, P. K., Alves, M. A. (2011). O campo turbulento da produção acadêmica e a importância da rebeldia competente. *Organizações & Sociedade*, 18(57), 337-343.
- Stumpf, Ida. (2008). Avaliação pelos pares nas revistas de comunicação: visão dos editores, autores e avaliadores. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 13(1), 18-32.
- Terrón, J. M. M. (1997). La controversia sobre la proyección cartográfica de A. Peters y la teoría habermasiana de los intereses del conocimiento. *Paideia*, 41, 487-505.
- Thiry-Cherques, H. R. (2005). Comentando: 'A face oculta do parecerista: discussões éticas sobre o processo de avaliação de mérito de trabalhos científicos'. *Organizações & Sociedade*, 12(32), 181-182.
- Tragtenberg, M. (2009). A delinquência acadêmica. *Ponto-e-vírgula*, 5, 1-8. Recuperado de <http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n5/artigos/pdf/pv5-01-tragtenberg.pdf>.
- Trzesniak, P. (2004). A designação/substituição de editores científicos de publicações periódicos: um modelo para discussão. *Informativo da Sociedade Entomológica do Brasil*, 29(2), 1-5.
- Trzesniak, P. (2006). As dimensões da qualidade dos periódicos científicos e sua presença em um instrumento da área de educação. *Revista Brasileira de Educação*, 11(32), 346-361.
- Van De Sompel, H., & Lagoze, C. (2000). The Santa Fe convention of the Open Archives Initiative. *D-lib Magazine*, 6(2). Recuperado de: <<http://www.dlib.org/dlib/february00/vandesompel-oai/02vandesompel-oai.html>>.
- Vieira, M. M. F., & Carvalho, C. A. (2003). Tréplica ao professor Bertero. *Organizações & Sociedade*, 10(27), 179-180.

- Zuckerman, H., & Merton, R. K. (1971). Patterns of evaluation in science: institutionalization, structure and function of the referee system. *Minerva*, 9, 66-100.
- Ware, M., & Monkmann, M. (2008). *Peer review in scholarly journals: perspective of the scholarly community – an international study*. Recuperado de: http://publishingresearch.net/index.php?option=com_content&view=article&id=138&catid=108&Itemid=435.
- Waters, L. (2006). *Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição* (1ª. ed.). São Paulo, UNESP.
- Wood Jr., T. & Chueke, G. V. (2008). Ranking de produção científica em Administração de Empresas no Brasil. *Revista de Administração Mackenzie*, 9(4), 13-31.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de conduta ética para procedimentos de pesquisa junto a periódicos científicos da Fundação Getúlio Vargas

TERMO DE CONDUTA ÉTICA PARA PROCEDIMENTOS DE PESQUISA JUNTO A PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

O presente termo de conduta ética foi elaborado com o propósito de balizar os procedimentos de pesquisas realizadas pelo Programa de Pós-graduação em Administração da PUC Minas em periódicos científicos nacionais e internacionais, particularmente junto à *RAE-Revista de Administração de Empresas*, publicada pela Fundação Getúlio Vargas/Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Seu objetivo é prescrever as diretrizes éticas que devem pautar a realização da pesquisa, publicação e divulgação de seus resultados, como também a relação de cooperação e tutoria entre pesquisadores. Inspira-se em iniciativas semelhantes de maior alcance, como as diretrizes publicadas pelo CNPq²⁴, o Código de Boas Práticas Científicas, da FAPESP²⁵, de cujas Normas alguns artigos foram transcritos e ou modificados; e o Code of conduct for journal editors/COPE²⁶.

A pesquisa objeto deste instrumento está sendo conduzida pelo professor Douglas Cabral Dantas, doutorando do Programa de Pós-graduação em Administração, da PUC Minas, sob a orientação do professor Roberto Patrus Mundim Pena. Trata-se de uma investigação sobre o processo de avaliação por pares de artigos publicados em periódicos de Administração.

1- Valores fundamentais:

1.1 A atuação do pesquisador pautar-se-á pelos princípios de honestidade intelectual, objetividade, imparcialidade, veracidade, justiça e responsabilidade.

²⁴ <http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=cnpq-diretrizes-eticas-pesquisa&id=010175111026>

²⁵ www.fapesp.br/boaspraticas

²⁶ http://publicationethics.org/files/Code_of_conduct_for_journal_editors.pdf

1.2 A pesquisa pressupõe, incondicionalmente, procedimentos que privilegiam a preservação da integridade do processo de confidencialidade na certificação científica dos artigos do periódico, o que implica acesso à base de dados com restrição a informações que possam revelar os atores envolvidos nas etapas de autoria e avaliação dos artigos.

2- Condutas durante a realização da pesquisa:

2.1 Ao realizar um projeto de pesquisa, em colaboração com outros pesquisadores ou como membro de uma equipe, o pesquisador deve, até a publicação dos resultados finais, manter em sigilo os dados e informações coletados, os procedimentos realizados e os resultados parciais obtidos, exceto quando sua divulgação, no todo ou em parte, for expressamente autorizada por todos os colaboradores ou por todos os coordenadores da equipe.

2.2 No caso de periódicos científicos, cuja certificação científica do conteúdo editorial envolve rigoroso sigilo no processo de avaliação por pares no sistema *double blind review*, é vedado ao pesquisador acesso a informações que possam levar a qualquer identificação dos atores envolvidos.

2.3 Na manipulação do material investigado, o pesquisador se compromete a excluir eventuais dados que possam dar pistas de quaisquer possíveis identificações de autor ou título do artigo (por exemplo, instituições e empresas citadas, comentários de avaliadores e editores que possam indicar área do artigo etc.).

2.4 O rastreamento da trajetória do artigo para fins de organização e tabulação de dados será feito exclusivamente por seu respectivo código de identificação no sistema de gerenciamento do fluxo editorial da RAE, a fim de se preservar a integridade do processo de certificação científica do seu conteúdo.

2.5 Durante o período de orientação ou supervisão, os tutores são corresponsáveis pela qualidade científica e ética das atividades de pesquisa de seus tutelados, bem como dos relatos de seus resultados.

3- Condutas na comunicação de seus resultados:

- 3.1 O pesquisador se compromete com a fidedignidade dos resultados a serem publicados, que devem ser comunicados de forma autêntica, com absoluta pretensão de corresponder legitimamente aos dados coletados.
- 3.2 A divulgação dos dados da pesquisa deverão ser acompanhados de esclarecimentos sobre os valores expressos neste Termo de Conduta Ética, visando à explicitação do rigor na preservação da integridade do processo editorial do periódico.
- 3.3 O autor deve sempre dar crédito a todas as fontes que fundamentam diretamente seu trabalho.
- 3.4 Somente as pessoas que emprestaram contribuição significativa ao trabalho merecem autoria em um manuscrito. Por contribuição significativa entende-se elaboração do corpo do manuscrito, realização de experimentos, participação na elaboração do planejamento experimental ou análise de resultados.
- 3.5 Não são suficientes para a indicação de autoria do trabalho contribuições como: empréstimo de documentos ou equipamentos, liberação de material de consulta ou documentos, obtenção de financiamento, cessão de recursos humanos e apoio institucional. Nestes casos, deve-se agradecer ao colaborador.
- 3.6 Ao comunicar os resultados de sua pesquisa, por meio de um trabalho científico, o pesquisador deve expô-los com precisão, assim como todos os dados, informações e procedimentos que julgue terem sido relevantes para sua obtenção e justificação científicas. Nas situações em que essa exposição seja inviabilizada por razões éticas ou legais, esse fato deve ser expressamente mencionado no trabalho.
- 3.7 Um trabalho científico que exponha resultados de pesquisa realizada em situação de conflito potencial de interesses (entendido como a percepção de uma situação em que os interesses do pesquisador de avançar a ciência vão de encontro aos interesses de outra natureza que podem prejudicar a objetividade e a imparcialidade de suas decisões) deve declarar a existência desse conflito.
- 3.8 Nenhum pesquisador deve facilitar, por ação ou omissão, a ocorrência ou o ocultamento de plágio, falsificação ou fabricação de dados. O plágio é a utilização de ideias ou formulações verbais, orais ou escritas de outrem sem dar-lhe por elas, expressa e

claramente, o devido crédito, de modo a gerar razoavelmente a percepção de que sejam ideias ou formulações de autoria própria. A fabricação de dados é a afirmação de que foram obtidos ou conduzidos dados, procedimentos ou resultados que realmente não o foram. A falsificação de dados é a apresentação de dados, procedimentos ou resultados de pesquisa de maneira relevantemente modificada, imprecisa ou incompleta, a ponto de poder interferir na avaliação do peso científico que realmente conferem às conclusões que deles se extraem.

4- Sobre o registro, conservação e acessibilidade de dados e informações:

- 4.1. Dados e informações coletados, procedimentos realizados e resultados parciais obtidos no curso da realização de uma pesquisa devem ser registrados pelos pesquisadores de maneira precisa e completa.
- 4.2. Os registros de uma pesquisa devem ser conservados de maneira segura por pelo menos cinco anos após a publicação dos resultados da pesquisa. Os pesquisadores e suas instituições de pesquisa são corresponsáveis por essa conservação.
- 4.3. Os registros de uma pesquisa devem ser incinerados ou destruídos completamente após o período mínimo exigido para sua conservação.
- 4.4. Os registros de uma pesquisa em relação à qual tenham sido levantadas questões de correção científica ou ética devem ser conservados até que essas questões sejam completamente dirimidas.
- 4.5 Os registros de uma pesquisa devem, após a publicação de seus resultados, ser acessíveis a outros pesquisadores, a fim de que possam verificar a correção da pesquisa, replicá-la ou dar-lhe continuidade. Tal acessibilidade apenas pode ser limitada por razões éticas ou legais.

Prof. Dr. Roberto Patrus Mundim Pena
Programa de Pós-graduação em Administração
PUC Minas

Prof. Dr. Eduardo Henrique Diniz
RAE – Revista de Administração de Empresas
FGV-EAESP

Belo Horizonte, 06 de maio de 2013.

APÊNDICE B – Declaração de sigilo e confidencialidade junto à Fundação Getúlio Vargas

DECLARAÇÃO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Eu, Douglas Cabral Dantas, inscrito no CPF nº 282.049.214.20, brasileiro, divorciado, professor, residente e domiciliado à Rua AU, nº 28, Conj. Água Branca, Contagem, MG, CEP 32.370-030, telefone 31-3361.0792 / 9106.9649, regularmente matriculado no Programa de Pós-graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), tendo como orientador prof. dr. Roberto Patrus Mundim Pena, no que se refere à pesquisa do processo de revisão por pares de artigos publicados em periódicos de Administração, declaro cumprir as condições abaixo descritas, referentes ao sigilo e confidencialidade no âmbito da pesquisa na base de dados da FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, por meio da EAESP|RAE-*Revista de Administração de Empresas*, quais sejam:

- Manter absoluta confidencialidade sobre quaisquer informações que, em virtude da pesquisa realizada no fluxo editorial da Revista, tenha acesso, e que sejam relativos à *RAE-Revista de Administração de Empresas*, visando ainda preservar o sigilo do processo de avaliação, sendo certo que nenhum nome ou código de autor, de avaliador e de artigo poderão ser revelados no trabalho de doutorado.
- A obrigação de confidencialidade vigorará durante a pesquisa e também após a cessação da pesquisa na base de dados da FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS/EAESP | *RAE-Revista de Administração de Empresas*, por prazo indeterminado.

Esta declaração será regida e interpretada em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil, sendo que o não cumprimento de quaisquer condições desta Declaração implicará na responsabilidade civil e criminal do que estiver envolvido na violação das regras de sigilo e confidencialidade de informações estabelecidas e formalizadas por meio desta Declaração.

Declaro também que a divulgação dos resultados da pesquisa que envolvem o fluxo editorial da *RAE-Revista de Administração de Empresas* será sempre acompanhada das informações do

“Termo de Conduta Ética para Procedimentos de Pesquisa junto a Periódicos Científicos” (anexo a esta Declaração), de autoria conjunta do Prof. Roberto Patrus, do PPGA da PUC Minas, Douglas Cabral Dantas (doutorando do PPGA da PUC Minas) e a equipe editorial da *RAE*, no sentido de esclarecer ao público em geral os procedimentos éticos utilizados no processo de pesquisa que preservam a integridade da confidencialidade e sigilo que asseguram rigor e imparcialidade na certificação científica dos artigos veiculados pela *RAE-Revista de Administração de Empresas*.

Por esta ser a expressão da minha vontade, assino a presente declaração em 02 (dias) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 06 de maio de 2013.

Douglas Cabral Dantas

CPF:

APÊNDICE C – Termo de conduta ética para procedimentos de pesquisa junto a periódicos científicos da Universidade de Medellín

TERMO DE CONDUTA ÉTICA PARA PROCEDIMENTOS DE PESQUISA JUNTO A PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

O presente termo de conduta ética foi elaborado com o propósito de balizar os procedimentos de pesquisas realizadas pelo Programa de Pós-graduação em Administração da PUC Minas em periódicos científicos nacionais e internacionais, particularmente junto à Revista *Semestre Económico*, publicada pela Universidade de Medellín/Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas. Seu objetivo é prescrever as diretrizes éticas que devem pautar a realização da pesquisa, publicação e divulgação de seus resultados, como também a relação de cooperação e tutoria entre pesquisadores. Inspira-se em iniciativas semelhantes de maior alcance, como as diretrizes publicadas pelo CNPq²⁷, o Código de Boas Práticas Científicas, da FAPESP²⁸, de cujas Normas alguns artigos foram transcritos e ou modificados; e o Code of conduct for journal editors/COPE²⁹.

A pesquisa objeto deste instrumento está sendo conduzida pelo professor Douglas Cabral Dantas, doutorando do Programa de Pós-graduação em Administração, da PUC Minas, sob a orientação do professor Roberto Patrus Mundin Pena. Trata-se de uma investigação sobre o perfil de pesquisadores-avaliadores de artigos científicos e a qualidade dos seus pareceres.

1- Valores fundamentais:

- 1.3 A atuação do pesquisador pautar-se-á pelos princípios de honestidade intelectual, objetividade, imparcialidade, veracidade, justiça e responsabilidade.
- 1.4 A pesquisa pressupõe, incondicionalmente, procedimentos que privilegiam a preservação da integridade do processo de confidencialidade na certificação científica dos artigos do periódico, o

²⁷ <http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=cnpq-diretrizes-eticas-pesquisa&id=010175111026>

²⁸ www.fapesp.br/boaspraticas

²⁹ http://publicationethics.org/files/Code_of_conduct_for_journal_editors.pdf

que implica acesso à base de dados com restrição a informações que possam revelar os atores envolvidos nas etapas de autoria e avaliação dos artigos.

2- Condutas durante a realização da pesquisa:

- 2.1 Ao realizar um projeto de pesquisa, em colaboração com outros pesquisadores ou como membro de uma equipe, o pesquisador deve, até a publicação dos resultados finais, manter em sigilo os dados e informações coletados, os procedimentos realizados e os resultados parciais obtidos, exceto quando sua divulgação, no todo ou em parte, for expressamente autorizada por todos os colaboradores ou por todos os coordenadores da equipe.
- 2.2 No caso de periódicos científicos, cuja certificação científica do conteúdo editorial envolve rigoroso sigilo no processo de avaliação por pares no sistema *double blind review*, é vedado ao pesquisador acesso a informações que possam levar a qualquer identificação dos atores envolvidos.
- 2.3 Na manipulação do material investigado, o pesquisador se compromete a excluir eventuais dados que possam dar pistas de quaisquer possíveis identificações de autor ou título do artigo (por exemplo, instituições e empresas citadas, comentários de avaliadores e editores que possam indicar área do artigo etc.).
- 2.4 O rastreamento da trajetória do artigo para fins de organização e tabulação de dados será feito exclusivamente por seu respectivo código de identificação no sistema de gerenciamento do fluxo editorial da *Semestre Económico*, a fim de se preservar a integridade do processo de certificação científica do seu conteúdo.
- 2.5 Durante o período de orientação ou supervisão, os tutores são corresponsáveis pela qualidade científica e ética das atividades de pesquisa de seus tutelados, bem como dos relatos de seus resultados.

3- Condutas na comunicação de seus resultados:

- 3.1 O pesquisador se compromete com a fidedignidade dos resultados a serem publicados, que devem ser comunicados de forma autêntica, com absoluta pretensão de corresponder legitimamente aos dados coletados.

- 3.2 A divulgação dos dados da pesquisa deverão ser acompanhados de esclarecimentos sobre os valores expressos neste Termo de Conduta Ética, visando à explicitação do rigor na preservação da integridade do processo editorial do periódico.
- 3.3 O autor deve sempre dar crédito a todas as fontes que fundamentam diretamente seu trabalho.
- 3.4 Somente as pessoas que emprestaram contribuição significativa ao trabalho merecem autoria em um manuscrito. Por contribuição significativa entende-se elaboração do corpo do manuscrito, realização de experimentos, participação na elaboração do planejamento experimental ou análise de resultados.
- 3.5 Não são suficientes para a indicação de autoria do trabalho contribuições como: empréstimo de documentos ou equipamentos, liberação de material de consulta ou documentos, obtenção de financiamento, cessão de recursos humanos e apoio institucional. Nestes casos, deve-se agradecer ao colaborador.
- 3.6 Ao comunicar os resultados de sua pesquisa, por meio de um trabalho científico, o pesquisador deve expô-los com precisão, assim como todos os dados, informações e procedimentos que julgue terem sido relevantes para sua obtenção e justificação científicas. Nas situações em que essa exposição seja inviabilizada por razões éticas ou legais, esse fato deve ser expressamente mencionado no trabalho.
- 3.7 Um trabalho científico que exponha resultados de pesquisa realizada em situação de conflito potencial de interesses (entendido como a percepção de uma situação em que os interesses do pesquisador de avançar a ciência vão de encontro aos interesses de outra natureza que podem prejudicar a objetividade e a imparcialidade de suas decisões) deve declarar a existência desse conflito.
- 3.8 Nenhum pesquisador deve facilitar, por ação ou omissão, a ocorrência ou o ocultamento de plágio, falsificação ou fabricação de dados. O plágio é a utilização de ideias ou formulações verbais, orais ou escritas de outrem sem dar-lhe por elas, expressa e claramente, o devido crédito, de modo a gerar razoavelmente a percepção de que sejam ideias ou formulações de autoria própria. A fabricação de dados é a afirmação de que foram obtidos ou conduzidos dados, procedimentos ou resultados que realmente não o foram. A falsificação de dados é a apresentação de dados, procedimentos ou resultados de pesquisa de maneira relevantemente modificada, imprecisa ou incompleta, a ponto de poder interferir na avaliação do peso científico que realmente conferem às conclusões que deles se extraem.

4- Sobre o registro, conservação e acessibilidade de dados e informações:

- 4.1. Dados e informações coletados, procedimentos realizados e resultados parciais obtidos no curso da realização de uma pesquisa devem ser registrados pelos pesquisadores de maneira precisa e completa.
- 4.2. Os registros de uma pesquisa devem ser conservados de maneira segura por pelo menos cinco anos após a publicação dos resultados da pesquisa. Os pesquisadores e suas instituições de pesquisa são corresponsáveis por essa conservação.
- 4.3. Os registros de uma pesquisa devem ser incinerados ou destruídos completamente após o período mínimo exigido para sua conservação.
- 4.4. Os registros de uma pesquisa em relação à qual tenham sido levantadas questões de correção científica ou ética devem ser conservados até que essas questões sejam completamente dirimidas.
- 4.5 Os registros de uma pesquisa devem, após a publicação de seus resultados, ser acessíveis a outros pesquisadores, a fim de que possam verificar a correção da pesquisa, replicá-la ou dar-lhe continuidade. Tal acessibilidade apenas pode ser limitada por razões éticas ou legais.

Prof. Dr. Roberto Patrus Mundim Pena
Programa de Pós-graduação em Administração
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Prof. Dr. Rubén Darío Álvarez García
Revista Semestre Económico
Universidade de Medellin
Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas

Medellín, 25 de junho de 2013.

APÊNDICE D – Declaração de sigilo e confidencialidade junto à Universidade de Medellín

DECLARAÇÃO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Eu, Douglas Cabral Dantas, inscrito no CPF nº 282.049.214.20, brasileiro, convivente, professor, residente e domiciliado à Rua AU, nº 28, Conj. Água Branca, Contagem, MG, CEP 32.370-030, telefone 31-3361.0792 / 9106.9649, regularmente matriculado no Programa de Pós-graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), tendo como orientador prof. dr. Roberto Patrus Mundim Pena, no que se refere à pesquisa do processo de revisão por pares de artigos publicados em periódicos de Administração, declaro cumprir as condições abaixo descritas, referentes ao sigilo e confidencialidade no âmbito da pesquisa na base de dados da UNIVERSIDADE DE MEDELLIN, por meio da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas / Revista Semestre Económico, quais sejam:

- Manter absoluta confidencialidade sobre quaisquer informações que, em virtude da pesquisa realizada no fluxo editorial da Revista, tenha acesso, e que sejam relativos à Revista *Semestre Económico*, visando ainda preservar o sigilo do processo de avaliação, sendo certo que nenhum nome ou código de autor, de avaliador e de artigo poderão ser revelados no trabalho de doutorado.
- A obrigação de confidencialidade vigorará durante a pesquisa e também após a cessação da pesquisa na base de dados da UNIVERSIDADE DE MEDELLIN | Revista *Semestre Económico*, por prazo indeterminado.

Esta declaração será regida e interpretada em conformidade com as leis da República de Colômbia, sendo que o não cumprimento de quaisquer condições desta Declaração implicará na responsabilidade civil e criminal do que estiver envolvido na violação das regras de sigilo e confidencialidade de informações estabelecidas e formalizadas por meio desta Declaração.

Declaro também que a divulgação dos resultados da pesquisa que envolvem o fluxo editorial da Revista *Semestre Económico* será sempre acompanhada das informações do “Termo de Conduta Ética para Procedimentos de Pesquisa junto a Periódicos Científicos”, de autoria

conjunta do Prof. Roberto Patrus, do PPGA da PUC Minas, Douglas Cabral Dantas (doutorando do PPGA da PUC Minas) e a equipe editorial da Revista *Semestre Económico* (anexo a esta Declaração), no sentido de esclarecer ao público em geral os procedimentos éticos utilizados no processo de pesquisa que preservam a integridade da confidencialidade e sigilo que asseguram rigor e imparcialidade na certificação científica dos artigos veiculados pela Revista *Semestre Económico*.

Por esta ser a expressão da minha vontade, assino a presente declaração em 02 (dias) vias de igual teor e forma.

Medellín, 25 de junho de 2013.

Douglas Cabral Dantas

CPF:

APÊNDICE E – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE ARTIGOS DA RAE (DOMÍNIO PÚBLICO)

| CRITÉRIOS | SUBCATEGORIAS | CATEGORIAS |
|--|---|--|
| <p>Foco da Avaliação: Artigos teóricos ou teórico-empíricos devem mostrar consistência nas dimensões teórica, metodológica e de conhecimento substantivo da área, e oferecer uma contribuição em pelo menos uma delas:</p> <p>1. Dimensão teórica:</p> <p>1.a Quadro teórico bem desenvolvido e articulado,</p> | <p>1.a Quadro teórico bem desenvolvido e articulado;</p> | <p align="center">Fundamentação teórica</p> |
| <p>1.b com conceitos claramente definidos,</p> | <p>1.1a - Fatores considerados para a compreensão do fenômeno em questão;</p> | |
| <p>1.c revisão bibliográfica completa e apropriada,</p> | <p>1.3 Perspectivas de outros campos de estudo desafiarem os fundamentos que suportam as teorias mais difundidas sobre o fenômeno em análise;</p> | |
| <p>1.d e hipóteses bem construídas (se for o caso);</p> | <p>1.4 Elementos contextuais e temporais que delimitam fronteiras de generalização e constituem o alcance da teoria apresentada;</p> | |
| <p>1.1a Fatores (variáveis, construtos e conceitos) considerados para a compreensão do fenômeno em questão;</p> | <p>1.b Conceitos claramente definidos;</p> | <p align="center">Critérios conceituais</p> |
| <p>1.1b interação entre fatores, mesmo que suas relações não possam ser testadas;</p> | <p>1.c Revisão bibliográfica completa e apropriada;</p> | <p align="center">Revisão de literatura</p> |
| <p>1.1c justificativa da seleção dos fatores e das relações propostas;</p> | <p>3a. Incorporação de resultados de pesquisas já existentes na área;</p> | |
| <p>1.2 Considerar como e quanto adições e/ou subtrações de fatores a modelos teóricos já existentes sobre o tema podem alterá-los substancialmente;</p> | <p>1.d Hipóteses bem construídas;</p> | <p align="center">Critérios metodológicos</p> |
| <p>1.3 Perspectivas de outros campos de estudo desafiarem os fundamentos que suportam as teorias mais difundidas sobre o fenômeno em análise;</p> | <p>2a. Dados utilizados adequados ao teste da(s) hipótese(s) proposta(s);</p> | |
| <p>1.4a Elementos contextuais e temporais que delimitam fronteiras de generalização e constituem o alcance da teoria apresentada;</p> | <p>2b. Método de coleta condizente com as técnicas de pesquisa empregadas;</p> | |

| | | |
|---|---|---------------------------------|
| 1.4b explicações para a eventual falta de aplicabilidade da teoria proposta a contextos específicos | 2d. Técnicas de análise adotadas apropriadas ao estudo das questões propostas e aplicadas da forma correta; | |
| 1.5a Novidade da proposta; | 1.1b Interação entre fatores, mesmo que suas relações não possam ser testadas; | Articulação de ideias |
| 1.5b implicações práticas e científicas da lógica que fundamenta o trabalho e das evidências apresentadas. | 1.1c - Justificativa da seleção dos fatores e das relações propostas; | Justificativa |
| 2a. Dimensão metodológica (para artigos teórico-empíricos): dados utilizados adequados ao teste da(s) hipótese(s) proposta(s); | 1.2 Consideração de como e quanto adições e/ou subtrações de fatores a modelos teóricos já existentes sobre o tema podem alterá-los substancialmente; | Discussão |
| 2b. método de coleta condizente com as técnicas de pesquisa empregadas; | 1.5 Explicações para a eventual falta de aplicabilidade da teoria proposta a contextos específicos; | |
| 2c. estudo com validade interna e externa; | 8b. Proficiência em alguma das seguintes dimensões: teórica, empírica ou de conteúdo; | |
| 2d. técnicas de análise adotadas apropriadas ao estudo das questões propostas e aplicadas da forma correta; | 1.5a- Novidade da proposta; | Contribuição para a área |
| 3a. Dimensão de conhecimento substantivo da área: incorporação de resultados de pesquisas já existentes na área; | 3b. Estímulo a reflexões e debates, e explicitação de suas implicações relevantes para prática e pesquisa em Administração; | |
| 3b. estímulo a reflexões e debates, e explicitação de suas implicações relevantes para prática e pesquisa em Administração. | 8a. Contribuição efetiva em alguma das seguintes dimensões: teórica, empírica ou de conteúdo; | |
| 4. Introdução: informar o objetivo do artigo; | 1.5b- Implicações práticas e científicas da lógica que fundamenta o trabalho e das evidências apresentadas; | Conclusões |
| 5. Desenvolvimento: demonstrar coerência com o objetivo. | 2c. Estudo com validade interna e externa; | Análise de dados |
| Redação e Estilo: 6. Decidir se os textos atendem a padrões mínimos de redação e estilo que não impliquem esforços excessivos para que se tornem publicáveis. | 4. Informação sobre o objetivo do artigo na introdução; | Introdução |
| Conteúdo de Pareceres: 7a. Valorizar pontos fortes dos trabalhos; | 5. Demonstração de coerência do desenvolvimento do trabalho com o objetivo; | Objetivos |

| | | |
|--|---|----------------------------------|
| | | |
| 7b. Evidenciar as contribuições do revisor, através de sugestões, discussões e questionamentos pontuais; | 6. Padrões mínimos de redação e estilo; | Qualidade do texto |
| Recusa de Trabalhos (situações comuns que a justificam): 8a. Ausência de contribuição efetiva em alguma das seguintes dimensões: teórica, empírica ou de conteúdo; | 7a. Valorização de pontos fortes do trabalho; | [Elementos específicos] |
| 8b. Ausência de proficiência em alguma das seguintes dimensões: teórica, empírica ou de conteúdo; | 7b. Contribuições do revisor, através de sugestões, discussões e questionamentos pontuais; | |
| 8c. O investimento necessário para tornar o artigo publicável ultrapassa o nível de esforço razoável por parte do autor, revisor e editor; | 8c. Nível de esforço razoável por parte do autor, revisor e editor para tornar o artigo publicável; | |
| 8d. Atendimento insatisfatório de sugestões demandadas nas diferentes versões do artigo; | 8d. Atendimento satisfatório ou não de sugestões demandadas nas diferentes versões do artigo; | |
| 8e. Justificativas insuficientes para o não atendimento das sugestões. | 8e. Justificativas para o atendimento ou não das sugestões. | |

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

APÊNDICE F – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE ARTIGOS DA RAE (ACESSO RESTRITO)

| CRITÉRIOS | SUBCATEGORIAS | CATEGORIAS |
|---|---|----------------------------------|
| 1 – Pontos Fracos e Fortes: | 4.1 Objetivos claros; | Objetivos |
| 1.1 Pontos fortes do artigo: | 4.2 Metodologia adequada; | Crériterios metodol3gicos |
| 1.2 Pontos fracos do artigo: | | |
| 2 – Sugest3es para Melhoria do Trabalho: | 4.5 Hip3teses ou proposiç3es emanadas de forma l3gica da teoria; | |
| 3 – Coment3rios adicionais para o autor: | 4.6 Dados adequados para se testar as hip3teses; | |
| 4 – Avaliaç3o Quantitativa (notas de 0 a 10): | 4.8 T3cnicas utilizadas empregadas de forma correta; | |
| 4.1 Objetivos claros | | |
| 4.2 Metodologia adequada | 4.3 Quadro te3rico definido e articulado; | Fundamentaç3o te3rica |
| 4.3 Quadro te3rico definido e articulado | 4.4 Conceitos principais s3o consistentes; | Crériterios conceituais |
| 4.4 Conceitos principais s3o consistentes | 4.7 Validade interna e externa do estudo; | An3lise de dados |
| 4.5 Hip3teses ou proposiç3es emanam de forma l3gica da teoria | 4.9 Coer3ncia dos resultados apresentados; | Resultados |
| 4.6 Dados adequados para se testar as hip3teses | 4.10 Contribuiç3o do trabalho para o conhecimento em administraç3o e/ou pr3tica administrativa; | Contribuiç3o para a 3rea |
| 4.7 Validade interna e externa do estudo | 1.1 Pontos fortes do artigo; | [Elementos espec3ficos] |
| 4.8 T3cnicas utilizadas foram empregadas de forma correta | 1.2 Pontos fracos do artigo; | |
| 4.9 Resultados apresentados s3o coerentes | 2. Sugest3es para melhoria do trabalho; | |
| 4.10 Contribuiç3o do trabalho para o conhecimento em administraç3o e/ou pr3tica administrativa. | 3. Coment3rios adicionais para o autor; | |
| 5 – Recomendaç3o Final: | | |
| 5.1 O trabalho deve ser rejeitado. | 5.1 Rejeiç3o do trabalho; | |
| 5.2 O trabalho dever3 ser reavaliado ap3s a revis3o pelo autor. | 5.2 Reavaliaç3o do trabalho ap3s a revis3o pelo autor; | |
| 5.3 O trabalho deve ser aprovado para publicaç3o sem restriç3es. | 5.3 Aproveaç3o do trabalho para publicaç3o sem restriç3es. | |

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

APÊNDICE G – CATEGORIZAÇÃO DOS ELEMENTOS GENERALIZÁVEIS UTILIZADOS NOS PARECERES DA ERA

| CATEGORIAS | SUBCATEGORIAS |
|---------------------------------|---|
| Análise de dados | Previsão de quadros comparativos entre os estudos efetuados; |
| | Pontos importantes da literatura refletidos na análise dos dados; |
| | Foco pertinente da análise; |
| | Análise pertinente dos dados; |
| | Aprofundamento da Análise dos Dados; |
| | Discussão da fonte dos dados objetivos utilizados no estudo; |
| | Amplitude da análise dos dados; |
| | Explorar a contribuição da segmentação dos dados; |
| | Seção de base de dados alinhada com a seção de revisão de literatura; |
| Articulação de ideias | Articulação do esquema conceitual; |
| | Articulação entre os dados e a teoria; |
| | Amarração entre teoria e dados; |
| | Encadeamento lógico das ideias; |
| | Conceitos relacionados com a pesquisa de campo; |
| | Conexão entre as seções teóricas e empíricas; |
| | Articulação entre a análise de textos e o objeto da pesquisa; |
| | Conexão entre os textos e a temática; |
| | Análise dos autores convidados a dialogar com a parte empírica do texto; |
| Conclusões | Objetivo do estudo apresentado na Conclusão deve refletir com coerência o que foi pesquisado; |
| | Dar ampla cobertura na conclusão do texto aos aspectos estudados; |
| | Pontos importantes da literatura refletidos na sustentação da conclusão; |
| | Conclusão justificada; |
| | Conclusão consistente; |
| | Coerência entre conclusão e texto estruturado. |
| | Coerência das conclusões; |
| Contribuição para a área | Potencial para impactar na área; |
| | Relevância do estudo de caso; |
| | Relevância e interesse despertado pelo trabalho; |

| | |
|------------------------------|--|
| | Interesse despertado pelo artigo; |
| | Interesse despertado pelo tópico; |
| | Caso desperta interesse; |
| | Desenvolvimento de um novo conceito e produto; |
| | Geração de impacto na comunidade acadêmica; |
| | Contribuições evidentes do estudo; |
| | Contribuição para o campo de pesquisa qualitativa na área; |
| | Contribuição relevante; |
| | Potencial da proposta metodológica de contribuição para a área; |
| | Contribuições significativas para a prática e teoria; |
| | Contribuição para a área; |
| | Relação do artigo com a área; |
| | Justificativa da relevância do artigo para a área; |
| | Contribuição acadêmica; |
| | Contribuição teórica, metodológica ou gerencial; |
| | Contribuição do artigo para a Área; |
| | Contribuição do estudo para a área; |
| | Clareza quanto à contribuição em relação a estudos anteriores; |
| | Clareza quanto à contribuição teórica; |
| | Sugestão de expandir os estudos resgatados; |
| | Sugestão de estender as pesquisas para outros artigos; |
| Crítérios conceituais | Rigor conceitual; |
| | Consistência conceitual; |
| | Aprofundamento dos conceitos; |
| | Aspectos conceituais bem desenvolvidos; |
| | Aspectos conceituais bem articulados; |
| | Sugestão de substituição do termo Metodologia pela expressão Método Empregado; |
| | Conceituação pertinente para adoção e justificativa de critérios; |
| | Domínio conceitual. |
| | Rigor conceitual na fundamentação teórica; |
| | Discussão de conceito-chave; |

| | |
|--|---|
| Critérios metodológicos | Elaboração acerca da operacionalização de construto-chave; |
| | Abordagem metodológica pertinente; |
| | Proposta metodológica relevante; |
| | Dimensionamento e natureza da base de dados; |
| | Informação sobre a natureza do estudo; |
| | Proposta metodológica inovadora e pertinente; |
| | Técnica de pesquisa inovadora e pertinente; |
| | Procedimentos metodológicos aprofundados; |
| | Metodologia pertinente; |
| | Técnica de pesquisa explorada e sua significância; |
| | Estruturação do método evidenciando a representatividade no tratamento dos estudos; |
| | Metodologia sistematizada; |
| | Ineditismo da abordagem metodológica; |
| | Adequação dos procedimentos metodológicos; |
| | Pesquisa empírica interessante e com bom potencial de desenvolvimento; |
| | Clareza do modelo proposto; |
| | Procedimentos metodológicos justificados; |
| | Clareza da Metodologia; |
| | Utilização de grande variedade de dados; |
| | Consistência dos testes; |
| | Atualização da amostra; |
| | Modelo de regressão com premissas pertinentes; |
| | Adoção de estatísticas descritivas para as variáveis; |
| | Formulação adequada de hipóteses; |
| | Compatibilidade entre os atores pesquisados e a natureza da pesquisa; |
| | Identidade e contribuição dos atores envolvidos; |
| | Confiabilidade dos critérios de verificação dos dados; |
| | Informação sobre viés de dados; |
| Clareza quanto aos procedimentos adotados; | |
| Clareza quanto aos critérios de verificação dos dados; | |
| Tratamento metodológico pertinente; | |

| |
|--|
| Adequação do período adotado para a pesquisa; |
| Explicação e justificativa de aspectos metodológicos; |
| Clareza na definição das amostras; |
| Apresentação das hipóteses de pesquisa na Metodologia; |
| Metodologia estruturada; |
| Clareza na proposição de hipóteses; |
| Clareza dos procedimentos metodológicos; |
| Justificativa das respostas; |
| Justificativa da escolha da amostra; |
| Metodologia que compare a eficiência entre modelos propostos; |
| Metodologia adequada; |
| Utilização de metodologia para comparar modelos; |
| Explicação dos modelos para comparação desenvolvidos na metodologia; |
| Delineamento claro das análises e modelos; |
| Clareza de como os modelos serão rodados; |
| Clareza e objetividade na descrição dos processos utilizados; |
| Pertinência das técnicas usadas para a análise de dados; |
| Consistência da amostragem e justificativas da escolha do local de amostragem; |
| Pertinência da escolha dos sujeitos da amostra; |
| Geração de hipótese a partir da teoria; |
| Indicação do tipo de medidas no artigo; |
| Utilização de escalas atualizadas e que reflitam as necessidades do estudo; |
| Justificativa do percentual dos não respondentes; |
| Amostra utilizada que represente a população; |
| Clareza sobre os critérios de seleção da unidade de análise; |
| Caracterização detalhada da amostra; |
| Metodologia adequada e satisfatória; |
| Consistência das hipóteses; |
| Análise dos tipos de fatores considerados em cada modelo; |
| Rigor metodológico no tratamento dos dados; |
| Técnicas estatísticas empregadas de forma adequada; |

| | |
|------------------|--|
| | Rigor metodológico; |
| | Explicitar a natureza da técnica empregada, para evitar generalização dos resultados; |
| | Mencionar cuidados para se evitar que um mesmo respondente preencha mais de uma vez um mesmo questionário; |
| | Explicitação de questões que compõem um questionário da pesquisa; |
| | Validação do instrumento de pesquisa; |
| | Avaliação do instrumento de pesquisa por vários profissionais; |
| | Previsão de critérios alternativos de análises estatísticas; |
| | Procedimentos metodológicos pertinentes; |
| | Justificar o procedimento de generalizar os resultados de uma amostra não probabilística; |
| | Metodologia da pesquisa de campo consistente; |
| | Método estatístico que atenda ao objetivo pretendido; |
| | Hipóteses pertinentes com o objetivo pretendido; |
| | Justificativa dos indicadores selecionados; |
| | Metodologia que considere a possibilidade ou relevância de outras métricas; |
| | Discussão e justificativa dos índices utilizados nas hipóteses; |
| | Justificativa para a escolha de índices utilizados nas hipóteses; |
| | Informação sobre métricas utilizadas; |
| | Relevância de indicadores alternativos para uma hipótese; |
| | Método estatístico que atenda ao objetivo pretendido; |
| | Detalhamento e organização da discussão da operacionalização da pesquisa; |
| | Delineamento da metodologia do estudo; |
| | Apresentação de hipóteses de forma lógica e bem encadeadas a partir do Referencial Teórico; |
| | Não adoção de generalização com apenas um estudo de caso; |
| | Metodologia que desperte interesse; |
| | Descrição do delineamento da pesquisa na metodologia; |
| | Descrição do instrumento de análise dos dados; |
| | Descrição criteriosa da seleção da amostra; |
| | Dimensionamento adequado do período a ser analisado; |
| Discussão | Argumentação convincente; |
| | Resposta à questão de pesquisa; |
| | Oportunidade de maior aprofundamento; |

| | |
|--|---|
| | Definição de índices e como são calculados, na seção Resultados e Discussão; |
| | Discussão suficiente dos resultados; |
| | Argumentação clara; |
| | Abordagem pertinente do tema; |
| | Diálogo entre teoria e aplicação no caso estudado; |
| | Explicitação detalhada das discussões iniciadas; |
| | Contribuição para o tema; |
| | Suporte argumentativo; |
| Estrutura | Inclusão de subseção; |
| | Adequação dos itens que compõem os construtos; |
| | Inclusão da seção “discussão” antes das considerações finais, com as implicações e contribuições da pesquisa; |
| | Inserção do questionário como apêndice; |
| | Estrutura adequada; |
| | Definição clara de divisões de seções e tópicos de seções; |
| | Organização do texto; |
| | Previsão de uma seção denominada Coleta e Crítica dos Dados; |
| | Trabalho bem estruturado; |
| | Estruturação consistente; |
| | Estruturação adequada do texto; |
| | Análise comparativa de trabalhos citados através de tabela na seção sobre os modelos; |
| | Estrutura adequada do texto; |
| | Estrutura do texto contemplando as seguintes seções: introdução, revisão de literatura, base de dados, metodologia, resultados e conclusão; |
| Estrutura do trabalho focada em seu objetivo e alinhada de forma lógica e compreensível; | |
| Estrutura dos tópicos coerente; | |
| Fundamentação teórica | Adequação da teoria; |
| | Relação e passagem entre modelos teóricos; |
| | Articulação entre referências seminais e atuais; |
| | Construção do Marco Teórico bem desenvolvida ou articulada; |
| | Nexo entre as ideias do Marco Teórico; |
| | Pertinência da teoria; |

| | |
|------------------------------------|---|
| | Pertinência do conteúdo substantivo; |
| | Ligação do caso estudado com os conceitos-chaves identificados; |
| | Base teórica sustentada por autores relevantes na área e atualizada; |
| | Modelo teórico consistente; |
| | Justificativa para a seleção dos construtos; |
| | Suporte conceitual; |
| | Suficiência de dados; |
| | Desenvolvimento consistente da fundamentação teórica; |
| | Melhor estruturação da fundamentação teórica; |
| | Referências de especialistas na matéria e periódicos especializados na área; |
| | Informação sobre a extensão do modelo realizada; |
| | Clareza da relação entre os construtos e a justificativa da pesquisa; |
| | Definição prévia dos construtos; |
| | Afirmações baseadas em evidências; |
| | Clareza da fundamentação teórica; |
| | Revisão da fundamentação teórica; |
| Introdução | Contexto apresentado com clareza; |
| | Construção cuidadosa da argumentação da Introdução; |
| | Introdução que explicita o problema de pesquisa e justifique a sua relevância. |
| | Apresentação clara do objetivo do estudo na Introdução do trabalho; |
| | Introdução coerente com o desenvolvimento do artigo; |
| | Informação sobre a relevância do estudo na Introdução; |
| | Omissão dos resultados na Introdução; |
| | Construção de um parágrafo introdutório avisando quais os conceitos que serão tratados; |
| | Explicação e caracterização na introdução da natureza do estudo; |
| | Introdução com contextualização e problematização; |
| | Introdução concisa e objetiva; |
| | Relevância do tema citada na introdução; |
| | Descrição no final da Introdução das seções que compõem o trabalho; |
| Precisão da redação da Introdução; | |
| Justificativa | Justificativa da abordagem do artigo; |

| | |
|-----------------------------|--|
| | Clareza quanto à relevância das abordagens adotadas; |
| | Clareza quanto ao problema de interesse e a pergunta que orienta o trabalho; |
| | Justificativa da adequação do texto ao escopo da revista; |
| | Clareza da justificativa; |
| | Demonstração da lacuna de conhecimento que justifica o estudo; |
| | Clareza da justificativa do tema; |
| | Clareza quanto à tese que justifica a pesquisa; |
| | Justificativa teórica consistente; |
| | Argumentação ou justificativa consistente; |
| Objetivos | Objetivo apresentado com clareza; |
| | Clareza dos objetivos; |
| | Clareza do Objetivo; |
| | Objetivo bem definido; |
| | Clareza dos objetivos do artigo; |
| | Positividade do objetivo do artigo; |
| | Aprimoramento do objetivo do estudo; |
| | Bom delineamento dos objetivos; |
| Problema de pesquisa | Questão de pesquisa alinhada com o conteúdo do artigo; |
| | Delineamento do problema e do objeto de estudo; |
| | Enunciação do problema de pesquisa; |
| | Problematização que justifique a abordagem adotada; |
| | Especificidade da situação-problema; |
| | Apresentação das limitações da pesquisa; |
| | Definição do problema de pesquisa; |
| | Apresentação analítica do problema teórico; |
| | Clareza quanto às restrições da pesquisa; |
| | Informação sobre o problema de pesquisa; |
| | Clareza do Problema de Pesquisa; |
| | Apresentação das limitações do estudo; |
| | Inovação do problema de pesquisa; |
| | Pesquisa desperta interesse; |

| | |
|-----------------------------------|--|
| | Interesse e relevância despertado pelo problema; |
| Qualidade do texto | Boa escrita; |
| | Atualização do artigo; |
| | Uso preciso dos termos; |
| | Redação clara e apropriada; |
| | Correção de ortografia; |
| | Revisão gramatical; |
| | Nível adequado para publicação; |
| | Fluidez da leitura; |
| | Revisão das referências; |
| | Qualidade da redação do Resumo; |
| | Leitura fluida e qualidade da redação; |
| | Encadeamento coerente de ideias; |
| | Qualidade da redação do Referencial Teórico e Conclusão; |
| | Formatação adequada para termos estrangeiros; |
| | Apresentação adequada de citações literais; |
| | Referências utilizadas conforme o padrão exigido pela revista; |
| | Citação pertinente de modelos e fontes específicas; |
| | Clareza na elaboração de parágrafos; |
| | Tradução e soletração na tradução do título; |
| | Alinhamento entre o título e o objetivo da pesquisa; |
| | Título pertinente para o artigo; |
| | Palavras-chave refletindo o conteúdo do artigo; |
| | Coerência entre o título e o que foi relatado; |
| | Clareza e concisão da redação, e leitura fácil e agradável; |
| | Nexo e coerência da redação; |
| | Aprimoramento do artigo para tornar-se uma referência na área. |
| | Potencial para resultar num artigo acadêmico; |
| | Texto normatizado e correto; |
| Clareza quanto ao uso dos termos; | |
| Construção coerente de frases; | |

| | |
|------------------------------|---|
| | Tradução competente de língua estrangeira; |
| | Não contradição entre o Abstract e os dados compartilhados; |
| | Formatação correta; |
| | Redação padronizada; |
| | Correção da gramática e digitação; |
| | Fluidez e clareza nas exposições; |
| | Necessidade de revisão por “native speaker”; |
| | Boa ortografia; |
| | Clareza e objetividade do texto; |
| | Citações textuais usadas corretamente; |
| | Correspondência entre textos e tabelas; |
| | Texto revisado; |
| | Submissão do trabalho a um revisor profissional; |
| | Alinhamento dos parágrafos com o objetivo do texto; |
| | Apresentação adequada de quadros; |
| | Clareza do texto; |
| | Referências adequadas; |
| Resultados | Organização e clareza no relato dos resultados; |
| | Não generalizar os resultados para além da unidade de análise; |
| | Verificação e interpretação de resultados em formato adequado; |
| | Confronto e discussão dos resultados da pesquisa com resultados de outras pesquisas; |
| | Número suficiente de páginas da seção Resultado; |
| | Apresentação consistente dos resultados; |
| | Análise de resultado aprofundada; |
| | Análise de resultado em diálogo com a teoria; |
| | Discussão dos resultados alinhada com a revisão de literatura; |
| Resumo | Clareza no Resumo sobre o objetivo do trabalho e sua contribuição para a Área; |
| | Sustentação teórica pertinente do Resumo; |
| | Menção no Resumo do método de amostragem e da técnica de coleta de dados empregada na pesquisa; |
| | Resumo pertinente; |
| Revisão de literatura | Literatura relacionada; |

| | |
|-------------|--|
| | Revisão bibliográfica ampla; |
| | Cobertura de <i>cases</i> importantes; |
| | Referências atualizadas; |
| | Mescla de referências seminais com bibliografia mais recente; |
| | Consulta a <i>cases</i> para inclusão no estudo; |
| | Revisão das referências; |
| | Bibliografia atualizada; |
| | Revisão abrangente da literatura; |
| | Referências adequadas e relevantes; |
| | Referências bibliográficas; |
| | Referencial teórico consistente com o tema analisado; |
| | Pertinência da revisão de literatura; |
| | Considerar variáveis sugeridas por outros autores; |
| | Quadro teórico atualizado; |
| | Foco na revisão de trabalhos que usam mesmas variáveis; |
| | Utilização de referências importantes; |
| | Revisão de literatura que discuta variáveis utilizadas em outros trabalhos; |
| | Revisão de literatura com estrutura adequada; |
| | Relevância dos artigos citados; |
| | Referencial teórico alinhado com o objetivo do trabalho; |
| | Revisão de literatura nacional e internacional; |
| | Bibliografia consistente; |
| | Suporte bibliográfico; |
| | Utilização de estudos específicos; |
| | Ampla revisão do tema, para só depois desenvolver o modelo teórico e justificar o porquê da utilização de determinados construtos; |
| Tema | Atualidade da temática; |
| | Relevância do tema; |
| | Atualidade do tema; |
| | Relevância e interesse despertado pelo tema; |
| | Tema atual e instigante; |

| | |
|--|-----------------------------------|
| | Originalidade do tema; |
| | Frequência do tema na literatura; |
| | Atualidade e relevância do tema; |
| | Interesse despertado pelo tema; |
| | Relevância despertada pelo tema; |
| | Tema interessante e atual; |
| | Temática recorrente; |

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

APÊNDICE H – CATEGORIZAÇÃO DOS ELEMENTOS ESPECÍFICOS UTILIZADOS NOS PARECERES DA ERA

| CATEGORIAS | [ELEMENTOS ESPECÍFICOS] |
|--------------------------------|---|
| Análise de dados | Colocação de observações e considerações de análises específicas, caso tenham sido feitas; e fazê-las, caso não tenham sido feitas; |
| | Destaque para as divergências de resultados brasileiros em relação ao exterior; |
| | Críticas específicas subsidiando adequadamente as análises pretendidas; |
| | Inclusão de item específico na base de dados; |
| | Adequação de análise de dados específica; |
| | Validades interna e externa pertinentes; |
| | Discussão sobre conteúdo específico na análise de dados; |
| Articulação de ideias | Identificação de associação entre dados específicos nos comentários de atores pesquisados; |
| Conclusões | Consideração da utilização de variáveis específicas nas conclusões; |
| | Especulação sobre alteração da conclusão a partir de dados diferentes da amostra; |
| Critérios conceituais | Distinção terminológica específica; |
| | Precisão terminológica na seção método adotado; |
| | Lançar mão de expressão específica em se tratando de hipóteses de estudo; |
| | Distinção terminológica específica na seção método adotado; |
| | Precisão terminológica para procedimento metodológico específico; |
| | Distinção entre conceitos de formulação de questões de pesquisa e escolha do método de pesquisa; |
| Critérios metodológicos | Utilização de procedimento metodológico específico; |
| | Consideração específica para análise de regressão logística; |
| | Utilização de método específico para avaliação; |
| | Dimensionamento específico do período a ser analisado; |
| | Dimensionamento do período a ser analisado em sub-períodos; |
| | Verificação da robustez dos resultados no caso da hipótese da amostra ser alterada; |
| | Detalhamento específico do método de pesquisa; |
| | Clareza sobre procedimento metodológico específico; |
| | Distinção entre discussões sobre procedimentos metodológicos específicos; |
| | Discussão em separado de procedimentos metodológicos específicos; |
| | Esclarecimento de indicadores específicos utilizados como variáveis de controle; |

| | |
|------------------------------|--|
| | Recomendação de procedimento metodológico específico; |
| | Síntese da metodologia com ênfase na parte analítica da pesquisa; |
| | Redirecionamento do artigo para dar centralidade à análise dos discursos; |
| | Adoção de estatísticas descritivas para as variáveis; |
| | Justificativa para a escolha de medidas objetivas e métricas específicas; |
| | Examinar técnicas e modelos específicos utilizados; |
| | Ajuste de procedimento metodológico; |
| | Recomendação de não uso de método específico; |
| | Menção à operacionalização de variável; |
| | Emprego de técnica de tradução reversa; |
| | Recomendação de construção de uma tabela específica; |
| | Conhecimento de estatísticas descritivas específicas; |
| Discussão | Informação sobre dados específicos; |
| | Explicitação oportuna de avaliação de uma questão específica; |
| | Esclarecimento de como foi avaliada uma questão específica já na discussão da operacionalização da variável; |
| | Sugestão de foco em discussão específica; |
| | Explicitação de porque não há consensos em relação aos valores de corte estabelecidos pela literatura; |
| | Discussão suficiente sobre conteúdo específico; |
| Estrutura | Organização específica para a seção Método Adotado; |
| | Alteração de título de seção; |
| | Título com informação sobre o público-alvo do estudo; |
| | Inserção de um tópico específico em outro. |
| Fundamentação teórica | Clareza quanto à relevância para entender questões específicas; |
| | Referenciar-se à literatura justificando a seleção de variáveis específicas; |
| | Inclusão devida do Marco teórico no Referencial Teórico; |
| Introdução | Inclusão na Introdução de informação que consta na seção de Conclusões; |
| Justificativa | Clareza quanto a pressupostos que orientam tema específico; |
| Objetivos | Descrição da evolução do papel do pesquisador através do relato de sua trajetória no caso. |
| | Caracterização das unidades de análise no Objetivo; |
| | Resumo e restante do texto escritos segundo a ótica dos objetivos identificados pelo avaliador; |
| Problema de pesquisa | Citação de dados específicos que fazem parte da composição do estudo; |

| | |
|------------------------------|---|
| Qualidade do texto | Correção dos pontos fracos listados; |
| | Resumo e restante do texto escritos segundo a ótica dos objetivos identificados pelo avaliador; |
| Resultados | Verificação da robustez dos resultados no caso da hipótese da amostra ser alterada; |
| | Comentários sobre resultados de conteúdos específicos; |
| | Inclusão de conteúdos específicos na seção de Resultados; |
| | Recomendação específica para apresentação de resultados; |
| | Lançar mão de exemplos e contra-exemplos do que deveria ser feito; |
| Revisão de literatura | Revisão de literatura específica no âmbito internacional; |
| | Sistematização e aprofundamento da análise do texto de atores específicos; |
| | Inclusão de referências específicas; |
| | Revisão de literatura contemplando um conjunto teórico completo; |
| | Revisão de literatura não se restringindo a um modelo teórico pré-definido; |
| Tema | Tema suficientemente investigado no Brasil e no exterior; |
| | Tema trata de realidade específica; |

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

APÊNDICE I – CONVERGÊNCIA DE CATEGORIAS UTILIZADAS PELOS REVISORES DA ERA

| ARTIGO (A) / PARECER (P) / CATEGORIAS DA REVISTA BRASIL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|---------|
| | | AD | AI | CO | CA | CC | CM | DI | ES | FT | IN | JU | OB | PP | RD | RM | RL | QT | TE | [ESP] |
| A1 | P1 | X | | | | | X | | | | X | | X | X | | | | | X | X |
| | P2 | | | | | X | X | | X | | | | X | | | | | X | X | |
| | P3 | | | | | | X | | | | | | | X | | | | X | | X |
| A2 | P1 | | | | X | | X | X | X | | | | | X | | | X | X | X | X |
| | P2 | | X | | X | X | X | | | X | | | | | | | X | X | | |
| A3 | P1 | | | | X | | | | | | X | | X | | | | | X | | |
| | P2 | | | | X | | X | X | | X | | | | | | | | | X | X |
| A4 | P1 | X | | | | X | X | | | X | | | | | | | X | X | X | X |
| | P2 | | | | | X | X | X | | X | X | X | | | | | | X | | X |
| A5 | P1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | X |
| | P2 | X | | | | | X | | | X | X | | X | | | | | X | X | |
| A6 | P1 | | | X | | | X | | | | X | | | | | | | X | | X |
| | P2 | X | | | X | | X | | | | X | | X | | | | X | | | X |
| A7 | P1 | X | | X | X | | X | | | | X | | X | | | | X | X | X | X |
| | P2 | | | X | | | X | | | X | | | X | | | | X | X | | X |
| A8 | P1 | | | | X | | X | | | X | | X | X | X | | | X | | X | X |
| | P2 | | | | X | | X | | | | | | | | | | X | | X | X |
| A9 | P1 | | X | | X | | X | | | | | | X | | | | | | X | X |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|---------|
| | P2 | | | X | X | X | X | X | | X | X | | | | X | X | X | X | X | X |
| A10 | P1 | | | X | X | | X | X | | | X | | | | X | X | | X | | X |
| | P2 | | | | | | X | X | | X | X | X | | | X | X | | X | X | X |
| A11 | P1 | X | | X | X | | X | | | | | | | | | | | X | | X |
| | P2 | | | | X | | X | | | X | | | | | | | X | X | | |
| | P3 | X | X | X | X | | X | X | | X | | | | | | | X | | | |
| A12 | P1 | X | X | | X | X | X | X | | | | X | | | | | X | X | X | X |
| | P2 | X | X | | | X | X | | | | | | | | | | X | X | X | X |
| | | AD | AI | CO | CA | CC | CM | DI | ES | FT | IN | JU | OB | PP | RD | RM | RL | QT | TE | [ESP] |

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Legenda das Categorias

| | | | |
|----|--------------------------|----|-----------------------|
| AD | Análise de dados | IN | Introdução |
| AI | Articulação de ideias | JU | Justificativa |
| CO | Conclusões | OB | Objetivos |
| CA | Contribuição para a área | PP | Problema de Pesquisa |
| CC | Crítérios conceituais | RD | Resultados |
| CM | Crítérios metodológicos | RM | Resumo |
| DI | Discussão | RL | Revisão de literatura |
| ES | Estrutura | QT | Qualidade do texto |
| FT | Fundamentação teórica | TE | Tema |

APÊNDICE J – CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS UTILIZADAS NOS PARECERES DA REVISTA SEMESTRE ECONÓMICO

| CATEGORIAS | SUBCATEGORIAS |
|---------------------------------|--|
| Análise de dados | Clareza na análise de dados; |
| Articulação de ideias | Apresentação dos argumentos que sustentam a articulação dos temas centrais; |
| Conclusões | Conclusões que apresentem os principais resultados aos quais se chegou e suas limitações; |
| | Não se limitar a fazer um breve comentário a respeito dos temas centrais nas conclusões; |
| | Conclusões consistentes; |
| | Aprimoramento das conclusões; |
| | Coerência entre o objetivo apresentado no resumo e introdução e as conclusões do artigo; |
| | Conclusões pertinentes; |
| Contribuição para a área | Esforço empírico ou teórico que permita aos autores produzir um novo conhecimento: a Hipótese, o Método, os Resultados e a Discussão dos Resultados; |
| | Esforço para contribuir com algo novo, a exemplo de uma revisão sistemática de literatura; |
| | Contribuição do artigo à comunidade científica; |
| | Contribuição pertinente para a área; |
| | Contribuição própria e genuína para a Área; |
| | Texto coloca questões de interesse para a Área; |
| | Contribuição original; |
| | Trabalho desperta interesse; |
| Critérios conceituais | Conceitos-chave explicados adequadamente; |
| | Dar interpretação e intuição a alguns conceitos; |
| Critérios metodológicos | Metodologia eficiente; |
| | Consistência das hipóteses de partida; |
| | Metodologia deve explicar os trabalhos que serão comparados e como isto será feito; |
| | Fundamentação metodológica consistente; |
| | Fundamentação e explicação da Metodologia; |
| | Procedimento metodológico pertinente e claro; |
| | Hipótese pertinente e clara; |
| | Metodologia que permita determinar como se abordou o tema proposto; |
| Clareza da metodologia; | |

| | |
|------------------------------|---|
| | Construção de um quadro comparativo entre as estimativas do estudo com a de outros estudos prévios; |
| Discussão | Desenvolvimento suficiente do objeto de estudo; |
| | Texto tem caráter de aprofundamento da questão; |
| | Argumentação e defesa de enfoques; |
| | Texto com profundidade e argumentação. |
| | Pertinência entre o desenvolvimento do texto e o objetivo; |
| Estrutura | Presença de seção na qual se articulem os temas centrais apresentados; |
| | Estrutura que permita responder ao propósito ou objetivo proposto no trabalho; |
| | Sistematização competente; |
| | Temporalidade no título; |
| | Estrutura pertinente; |
| Fundamentação teórica | Anexar testes específicos realizados, para garantir uma maior qualidade do artigo e credibilidade nos resultados; |
| | Marco Teórico adequado que garanta uma teoria ou enfoque apropriado; |
| | Fundamentação teórica consistente; |
| | Consistência histórico-conceitual; |
| | Explicitação dos conceitos e categorias que se utilizam e fundamentação da sua aplicação; |
| | Não se limitar a descrever o modelo que se estima; |
| | Construção de um Marco Teórico no qual se precise conceitualmente os temas que são a base do estudo realizado; |
| | Marco Teórico pertinente; |
| | Precisão teórica do texto; |
| | Teses bem desenvolvidas teórica e conceitualmente; |
| | Redução do número de teses para melhor argumentação; |
| | Dissertação com bom respaldo teórico e empírico; |
| Introdução | Apresentação pertinente do objetivo abordado na introdução, para alcançar maior coerência no trabalho; |
| | Definição pertinente do marco do trabalho para aqueles leitores não familiarizados com o tema; |
| | Introdução suficiente em extensão, objetivo do trabalho e apresentação de resultados; |
| | Introdução com texto consistente; |
| | Introdução com comentário sobre o conteúdo das seções enumeradas; |
| | Na introdução, clareza quanto aos principais resultados do trabalho; |
| | Apresentação pertinente do objetivo formulado na Introdução; |
| Objetivos | Propósito ou objetivo do trabalho definido explicitamente; |

| | |
|-----------------------------|---|
| | Definição clara do objetivo; |
| | Clareza dos Objetivos; |
| | Boa definição do objetivo; |
| Problema de pesquisa | Justificativa clara e contundente do Problema de Pesquisa; |
| | Apresentação pertinente do Problema de Pesquisa; |
| | Problema de Pesquisa concentrado num ponto específico, para evitar uma discussão trivial; |
| | Problema de Pesquisa em consonância com o resto do documento; |
| | Problema de pesquisa formulado e justificado para refletir a intenção da revisão de literatura; |
| | Revisão da problemática inovadora e sólida; |
| Qualidade do texto | Redação adequada; |
| | Título pertinente ao trabalho analítico realizado; |
| | Adequação das citações bibliográficas a citações científicas; |
| | Adequação das citações à linguagem científica; |
| | Padronização de citações bibliográficas; |
| | Qualidade da redação; |
| | Forma eficiente para garantir a publicação do artigo; |
| | Texto bem escrito; |
| | Linguagem pertinente; |
| | Ortografia correta de nome de autor; |
| | Revisão bibliográfica completa; |
| | Texto revisado segundo as “Orientações para os Autores”, da Revista. |
| | Texto organizado; |
| | Clareza quanto ao enfoque prometido; |
| Resultados | Resultados apresentados com consistência; |
| | Resultados do trabalho apresentados de maneira cômoda para o leitor; |
| | Resultados do trabalho expostos de maneira clara; |
| | Conteúdo eficiente para garantir a publicação do artigo; |
| | Dar interpretação e intuição a alguns resultados; |
| | Conexão entre resultados; |
| | Discussão pertinente dos resultados; |
| | Cumprimento dos objetivos; |

| | |
|------------------------------------|--|
| | Coerência do trabalho: realização do que promete; |
| Resumo | Apresentação pertinente do objetivo abordado no resumo, para alcançar maior coerência no trabalho; |
| | Apresentação pertinente do objetivo formulado no Resumo; |
| Revisão de literatura | Revisão de literatura consistente; |
| | Bibliografia relevante; |
| | Bibliografia atualizada; |
| | Bibliografia suficiente para o tema abordado; |
| | Bibliografia ampla; |
| | Conhecimento suficiente sobre a questão; |
| | Literatura ampla e aprofundada para responder à pergunta de pesquisa; |
| | Revisão de literatura relacionada com o propósito do artigo. |
| | Boa revisão bibliográfica; |
| | Autores e investigações suficientes; |
| Referências e autores suficientes; | |
| Tema | Tema desperta interesse; |
| | Enfoque interessante e atual. |

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

**APÊNDICE K – CATEGORIZAÇÃO DOS ELEMENTOS ESPECÍFICOS DOS PARECERES DA REVISTA SEMESTRE
ECONÓMICO**

| CATEGORIAS | [ELEMENTOS ESPECÍFICOS] |
|---------------------------------|---|
| Articulação de ideias | Recomendação de conexão e interpretação aparente entre conceitos específicos; |
| | Esforço importante de articulação entre temas específicos; |
| Conclusões | Recomendação de revisão do texto da Conclusão com relação a conteúdo específico; |
| Contribuição para a área | Não se limitar a fazer uma Revisão de Literatura; |
| Crítérios conceituais | Recomendação para dar elementos intuitivos sobre conceitos específicos; |
| Crítérios metodológicos | Sugestão de procedimento metodológico específico; |
| | Inclusão de cálculo de erro específico; |
| | Inclusão na Metodologia de procedimento específico; |
| | Inclusão de informação sobre erros de estimativa das amostragens; |
| | Divergência do avaliador quanto à hipótese de partida; |
| | Sugestão de procedimentos metodológicos específicos; |
| | Transferência para a seção Metodologia de informação específica que consta na seção Conclusões; |
| | Clareza quanto ao método de estimativa e sua justificativa; |
| | Sugestão de substituição de um gráfico por um diagrama; |
| | Recomendação de realização de outros testes estatísticos; |
| | Recomendação de realização e apresentação de procedimentos metodológicos específicos; |
| | Recomendação de apresentação de procedimentos metodológicos específicos utilizados; |
| | Recomendação para procedimento metodológico específico; |
| Discussão | Recomendação de que um determinado subparágrafo seja eliminado do Resumo e desenvolvido no corpo do artigo; |
| Estrutura | Trabalho periodizado, com cada parte trabalhada de maneira independente; |
| | Recomendação de palavra-chave específica; |
| | Recomendação de apresentação de outros testes estatísticos através de quadro síntese; |
| | Recomendação de transferir a descrição de conteúdo específico para um anexo; |
| | Recomendação de inclusão de procedimentos metodológicos específicos no apêndice do artigo; |
| | Recomendação para colocar no apêndice explicação de conteúdo específico; |
| Fundamentação teórica | Omissão de teorias específicas; |

| | |
|------------------------------|---|
| | Recomendação de explicação da ausência de conteúdo específico; |
| | Explicitação do aspecto “ceteris paribus” do artigo; |
| | Incorporação de mais argumentos teóricos que empíricos, dada a orientação do documento; |
| Introdução | Sugestão de destaque na Introdução para conteúdo e método específicos; |
| | Menção na Introdução a estudos específicos; |
| | Apresentação na Introdução dos antecedentes de estudos atuais específicos; |
| | Definição pertinente dos objetivos na Introdução, especificando o trabalho de alguns autores específicos; |
| Problema de pesquisa | Sugestão de centrar a análise do artigo em contexto específico; |
| | Recomendação de análise de contexto específico; |
| Revisão de literatura | Sugestão de uma revisão sistemática de literatura com uma literatura empírica específica; |
| | Inclusão de trabalhos sobre temas específicos; |
| | Enfatizar trabalhos sobre conteúdo específico; |
| | Inclusão de fonte de consulta específica; |
| | Explicação do presente através de uma suficiente revisão histórica; |
| | Pesquisa exaustiva em autor específico; |
| | Acréscimo de referência bibliográfica específica; |
| | Enriquecer o artigo com outros estudos, de preferência empíricos; |
| | Sugestão de fontes específicas; |

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

ANEXOS

ANEXO A – Autorização para divulgação da identidade da RAE

Em Quarta-feira, 30 de Abril de 2014 10:09, Eduardo Diniz <eduardiniz@gmail.com> escreveu:
Prezado Douglas,

não vejo muito problema em que o nome da RAE seja revelado no estudo, desde que garantido os sigilo de qualquer outra informação obtida para investigação sobre o processo da RAE (autores, editores, revisores e artigos).

Obrigado,
Eduardo

De: DOUGLAS CABRAL DANTAS DANTAS [<mailto:douglas.dantas@yahoo.com.br>]

Enviada em: sábado, 26 de abril de 2014 14:35

Para: Ilda Fontes

Assunto: Re: contato Luisa

Prezada Ilda, tudo bem?

Na reta final de conclusão da Tese nos deparamos com uma dúvida. Ao descrever o processo editorial da RAE e seus instrumentos, mesmo omitindo o nome da Revista, qualquer pesquisador mais familiarizado com a área identificará a revista pesquisada, de tão criteriosa que é sua política de avaliação de artigos.

O termo de confidencialidade que assinamos reza:

"Manter absoluta confidencialidade sobre quaisquer informações que, em virtude da pesquisa realizada no fluxo editorial da Revista, tenha acesso, e que sejam relativos à *RAE-Revista de Administração de Empresas*, visando ainda preservar o sigilo do processo de avaliação, sendo certo que nenhum nome ou código de autor, de avaliador e de artigo poderão ser revelados no trabalho de doutorado."

Isto significa omitir o nome da Revista no trabalho de pesquisa ou apenas dados que comprometam autores e revisores? Caso tenhamos que omitir o nome da Revista o texto terá que ficar bem enxuto, para não dar pistas que levem o leitor a identificar a Revista, é isso mesmo?

Cordialmente,

Prof. Douglas Dantas.

Em Sexta-feira, 10 de Maio de 2013 16:52, Ilda Fontes <Ilda.Fontes@fgv.br> escreveu:

Eis....

Luisa Guimarães luisa.unb@gmail.com

Abs, Ilda

[Responder](#), [Responder a todos](#) ou [Encaminhar](#) | [Mais](#)

ANEXO B – Autorização para divulgação da identidade da *Semestre Económico*

Em Terça-feira, 8 de Abril de 2014 17:05, Ruben Dario Álvarez García <rdalvarez@udem.edu.co> escreveu:

Douglas, muy buenas tardes

Te cuento que nuestra institución (Universidad de Medellín) y el equipo editorial de la revista no tenemos problemas con que se publique el nombre de nuestra revista y el de la institución en tu estudio. De hecho consideramos que es beneficioso para nuestra revista que se hable explícitamente de ella en tu estudio. Lo único sobre lo que consideramos que se debe guardar reserva es los nombres de los autores y los títulos de los artículos que se incluyeron en tu evaluación. Cualquier opinión positiva o negativa sobre nuestra revista será bien valorada. Si hay opiniones positivas será bueno reconocer que hacemos bien y si hay opiniones negativas, también es positivo reconocer que no hacemos bien y que debemos mejorar.

En particular para mi puede ser muy útil una evaluación en la cual se identifique clara y directamente las áreas y aspectos en los que tenemos que mejorar, con este material podré presentar un plan de mejoramiento ante las directivas de la Universidad. En verdad espero que esa sea tu aporte por la ayuda que te hemos brindado.

Te deseo una feliz tarde y espero tus comentarios

Rubén Álvarez
Editor
Semestre Económico